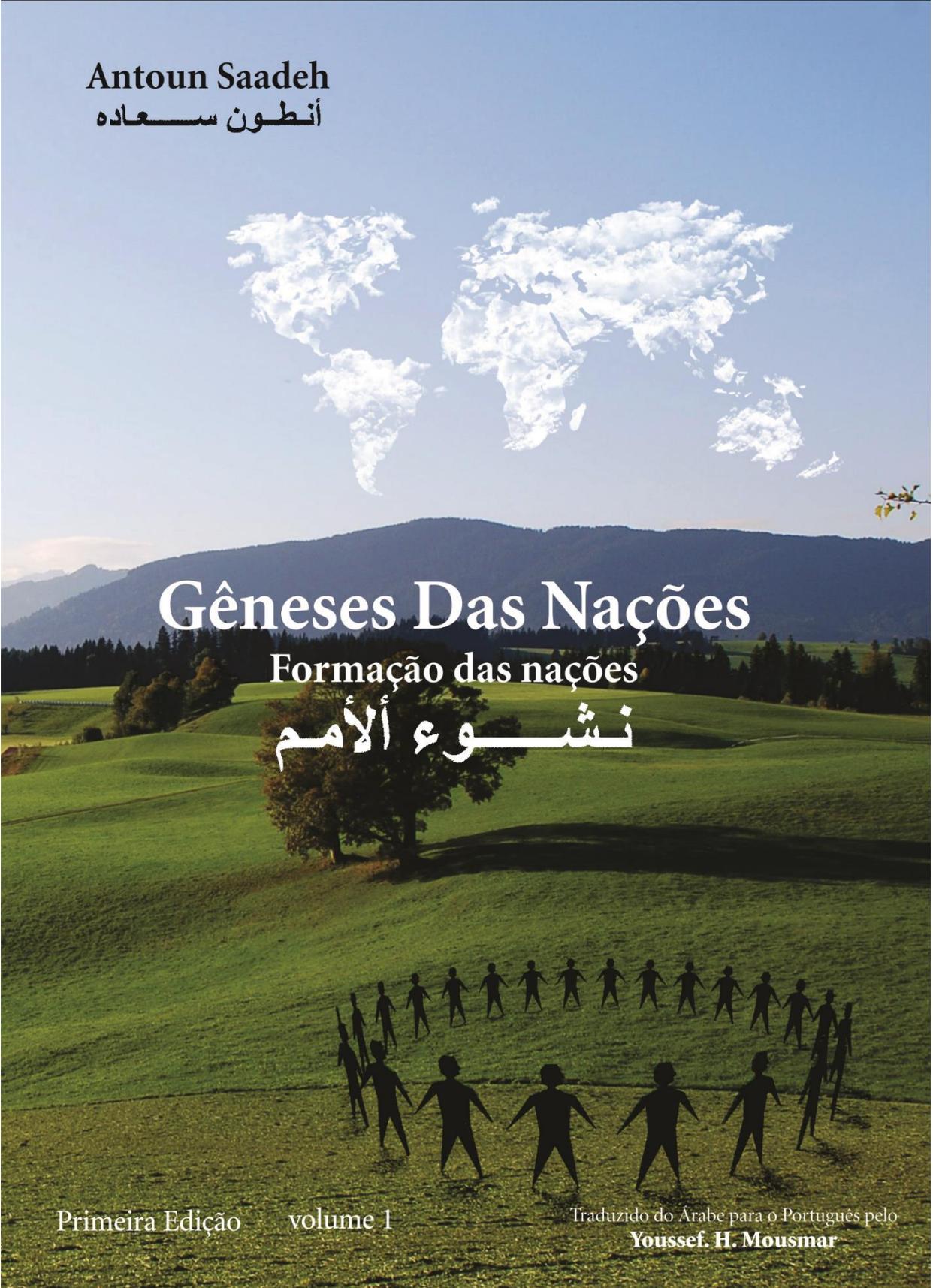


Antoun Saadeh
أنطون سعاده



Gêneses Das Nações
Formação das nações
نشوء الأمم

Primeira Edição volume 1

Traduzido do Árabe para o Português pelo
Youssef. H. Mousmar

Antoun Saadeh

أنطون سعاد



Gênese Das Nações

Formação das nações

نشوء الأمم

Traduzido do Árabe para o Português pelo

Youssef H. Mousmar

Revisão da língua portuguesa

Dr. Wilson Nasser Sleiman/Prof^a. Carolina Wolf Nickel

Primeira Edição

volume 1

**Como se desenvolve a formação
das nações e definição de nação.**

كيفية نشوء الأمم وتعريف الأمة

Dedico este livro aos homens e mulheres do poderoso Movimento de Renascimento Nacional, os quais estão se empenhando pela vida e glória da Síria.

O autor

الى رجال النهضة الجبارة
ونسائها العاملين لحياة سورية ومجدها
اهدي هذا الكتاب
المؤلف

O presente livro foi realizado graças às facilitações que me foram oferecidas durante a prisão pelo sargento major Kamal AL-Zahed, e graças aos cuidados oferecidos pelos meus amigos e companheiros do Partido Nacionalista Social Sírio, os quais auxiliaram-me na aquisição dos documentos e materiais necessários para realizar esta obra.

يعود الفضل في تأليف انجاز هذا الكتاب الى التسهيلات العملية التي قدمها لي في السجن المعاون الصحي الادجوان كمال الزاهد بتقدير منه والى العناية التي أحاطني بها أصدقائي ورفقائي في الحزب السوري القومي الإجتماعي إذ سهّلوا لي الحصول على المستندات واللوازم للعمل .

Bibliografia do livro مستندات الكتاب

- Ibn Khaldun** إبن خلدون
Prolegomena, Beirute, 1900 المقدمة و (بيروت 1900)
Al- Masoudi المسعودي
Muruj Al -Dahab مروج الذهب
E Maaden Al- Jawhar(Paris 1861) ومعادن الجوهر (باريس 1861)
Meyer , E. ماير
Gescheichte dês Althertums,
Stuttgart, 1884- 1902
- Vidal De La Blach. P. MJ.** ويدال د لا بلاش
Principles of Human Geography,
Fr. Trans,by M. T. Bing, (New York , 1926)
- Hertz , F. O.** هرتس
Race & Civilization
Eng. Trans . by Levetus , A . S. and
Entz., W. (London & New York , 1928)
- Boas , F. O.** بوس
Anthropology & Modern Life ,New York , 1928
- Hitti , PH. KH.** حتي فيليب
The Syrians in America , (New York , 1924)
- Williams , H. S. (ed)** وليمز
Historian,s History of the world,
25 vols. , (New York , 1904 – 5)
- Wells , H. G.** ولز
The outline of History , (New York, 1929)
- Ribeiro, J.** ريبيرو
Historia universal , (Rio do Janeiro , 1925)
- Breasted, J. H.** برستد
A History of Egypt from the Earliest
Times to the Persian Conquest ,(New York , 1905)
- Olmstead, A . T .** أولمستد
History of Palestine & Syria to the Macedonian
Conquist , (New York & London , 1931)

Ceatani , L. Studi di Storia Orientale , (Milano, 1911)	كيتاني
Weinert, H. Ursprungder Menschheit,(Stuttgart, 1932)	وينرت
Weinert , H. MenScen der Forzeit, (Stuttgart, 1930)	وينرت
Haddon, A.C. The Races of Man and their distribution , (New York ,1925)	هدن
Taylor, G. Environemnt & Race , (London, 1927)	تايلور
Schmidt, M. The Primitive Races of Mankind, (London , 1926)	شميت
Lusschan, F. Von Anthropological View of Race, paper on Inter – racial problems, (London , 1911)	فن لوشان
Goldschmidt, R. Some aspects of Evolution , Science, December, 1933	قلد شمت
Kappers, A. Anthropology of the Near East, Contributions, (Amsterdam, 1931)	كبرس
Arbeiten Zur Biologischen Grundlegwng der Soziologie, (Leipzig , 1931)	أربيتن
Legewie, H. Organismus und Umwelt	ليقوي
Geiger, T. Das Tier als GeselligesSubjekt	قيقر
Wasmann, E. Die Demokratie in den Staaten der Ameisen und der Termiten	وسمن
Schwiedland , E. Triebanlage und Umwelt als Soziale GestalteF	شويدلند

Rapaies , R. Versuch einer Gesellschaftslehre der Pflanzen	ربيه
Zimmermann, W. Pflanzensoziologie	تسمرمن
Krische. P. Beitraege zur Soziologie der Pflnzen	كريشه
Schjel. Derup –Ebbf, TH. Die Despotie im Sozialen Leben der Voegel.	سيلدر ب ابي
Heberer, G. Das Abatammungsprproblem dês Menschen im LichteNeurer PalaeontologischerForschung	هيبرر
Wolff, K.E. Die Kraniologische Polaritaetstheorie und ihreSoziologischeBedeutung	ولف
Allgemeine Verfassung und der Geschichte, (Leipzig und Berlin,1911)	
Vierkandt, A. DieAnfaenge der Verfassungund der Verwal Tung und die verf.u.Verw.der PrimitivenVoclder.	فيركنت
Wenger , L. Die Verfassung und Verwaltung des orientaleschenAltertums .	ونقر
Hartmann,M. Die Islamische Verfassungund Verwaltung .	هرتمن
Franke, O. Die Verfassung und VerwaltungChinas.	فرنكه
Rathgen, K. Die Verfassung Und Verwaltung Japans	راتقن
Wenger, L. Die Verfassung und Verwaltung EuropaeischenAltertums.	ونقر
Ebengreuth, A.R.L.Von. Die Verfassung und VerwaltungderGermanen und Des DeutschenReiches bis Zum Jahr 1806	فن ابنقرويط
AllgemeinneRechtsgeschichte,(Leipzig u.Berlin 1914	

Kohler, J. Die Anfanged des Rechts und das Recht der premitiven Voelker.	كولر
Kohler, J. Das Recht der Orientalischen Voelker.	كولر
Wegner, L. Das Reehdter Griechen u. Roemea.	ونقر
Mclver, R. M. The Modern State, (Oxford 1926)	مكيور
Mclver, R. M. Community, (London, 1924)	مكيور
Muller-Lyer, F. C. The History of Social Development,(New York, 1921)	ملر – لير
Johannet, R. Le principe des Nacionalites, (Paris. 1932)	جوانه
Barker, E. National Character and the factors in us formation , (London, 927)	باركر
Jenks, F. The State and tHe Nation, (New York, 1926)	جنكس

ABS – Arbeiten zur Biologischengrundlegung der Soziologie.

AVV –Allgemeine Verfassung und Verwaltungsgeschichte.

AR – Allegemeine Rechtssgeschichte.

HH. –Historians History.

Índice

Prefácio

Introdução

Primeiro Capítulo: Surgimento da Espécie Humana

1- Interpretação religiosa. 2-Critica e objeção à interpretação Religiosa. 3- Interpretação científica. 4 - Crítica da interpretação científica.

Segundo Capítulo: As raças humanas

1 - Significado de raça. 2 – Doutrinas raciais. 3 – A doutrina racial na França e Bélgica. 4 –Doutrina racial na Inglaterra. 5 -Doutrina racial na Alemanha.6 –Doutrinas raciais em geral. 7 - Doutrinas raciais e teorias. 8 – Teoria da doutrina ariana. 9 – As teorias científicas modernas. 10 – Surgimento das diferenças raciais. 11- As raças e mentalidades. 12 – Mudança racial.

Terceiro Capítulo: a terra e sua geografia

1 – A importância da terra para a vida. 2 – A importância do meio ambiente ao homem . 3 -O meio ambiente e a comunidade. 4 – O meio ambiente e a personalidade da comunidade. 5 – O meio ambiente e a história da comunidade.

Quarto Capítulo: A sociabilidade humana

1 –A sociabilidade do homem e sua antiguidade . 2- O Aspecto biológico da sociabilidade. 3 – Distribuição da humanidade e o surgimento das comunidades .

Quinto Capítulo: A sociedade e sua evolução

- 1 – A sociedade nômade ou selvagem. 2- As características da sociedade nômade. 3 – A sociedade pré-urbana e sua Evolução. 4 – Desenvolvimento da cultura pré- histórica. 5 - A cultura primitiva e a cultura de urbanização. 6– Desenvolvimento da cultura de urbanização. 7 - A revolução industrial.

Sexto Capítulo: A formação do estado e seu desenvolvimento

- 1 – As duas culturas: a cultura material e a cultura intelectual
- 2 – a formação do estado. 3 – O estado no mundo animal
- 4 – Os direitos primitivos. 5 – A comunidade e o indivíduo.
- 6– Totemismo e metempsicose. 7 – A exogamia. 8 – Os direitos maternais. 9- Os direitos paternos. 10- O casamento e contrato individual. 11 – O casamento por compra. 12- A escravização. 13 – A vingança. 14 A realidade do estado . 15 –As diferenças de poder . 16 – O espiritismo , a legislação e a jurisdição . 17 -A forma democrática . 18 – A forma autocrática . 19 – O feudalismo . 20 – A forma aristocrática . 21 – A administração do estado . 22 – O estado histórico . 23 – O estado despótico tirânico e a era dos primeiros impérios. 24 – A cidade - estado e o império marítimo . 25 – Sistema de legislação . 26 O estado feudal no oriente e no ocidente . 27 – O estado teocrático . 28 – O estado nacional democrático .

Sétimo Capítulo: O pecado CANANEU

- 1- Definição de comunidade . 2 – Definição de nação
- 3 – O pecado CANANEU (Fenício) .

Apresentação

Antoun Saadeh nasceu em primeiro de março de 1904 na cidade montanhosa de AL-chouair, Distrito de Al-Matn, na região de Monte Líbano, considerada uma parte da pátria Síria geográfica, antes de ser dividida política e compulsoriamente pelos colonizadores ingleses e franceses com a aprovação dos Estados Unidos e União Soviética, depois da primeira guerra mundial.

A sua educação fundamental ocorreu na escola da sua cidade natal, AL-Chuair, e seus estudos continuaram no colégio de Lycée, no Cairo, Egito, de onde, seu pai, o médico Khalil Saadeh, foi obrigado a emigrar para escapar da perseguição otomana, por trabalhar pela independência e liberdade de sua pátria, a Síria.

Retornou, mais tarde, para sua terra natal e entrou na escola de Brummana, que se localiza em uma cidade vizinha de sua cidade, porque seu pai foi obrigado a deixar o Egito e emigrar novamente sob a pressão do governo daquele país.

A emigração, desta vez, foi em direção ao Brasil onde se estabeleceu e fundou a revista Al-Majallah, em São Paulo, situada na Ladeira Santa Ifigênia nº 23, Caixa Postal 1487, São Paulo, SP; Ali continuou a trabalhar e a escrever, e lutando contra a velha colonização otomano-turca e contra a nova colonização franco-inglesa que dividiu a pátria Síria geográfica em vários estados políticos: Líbano, Pequena Síria, Palestina, Jordânia, Iraque, Kuwait, Ilha de Chipre e fundou na Palestina o Estado de Israel. Além desta divisão, os franceses deram a região norte da Síria à Turquia e os ingleses deram a região leste ao Irã, e a região sul na península do Sinai ao Egito. Assim, a pátria Síria de Jesus Cristo foi dividida por dentro e cercada por fora, surgindo, desde aquele tempo, o problema do Oriente Médio, causado pelos colonizadores que não aceitam a autodeterminação dos povos e não admitem viver sem dominar e explorar os outros.

Aos 15 anos, Antoun Saadeh, emigrou ao Brasil, atendendo ao chamado de seu pai, acompanhando dois irmãos menores, Salim e Eduardo, e a irmã Grace de nove anos. Mas, ao invés de chegar ao Brasil, o navio ancorou nos Estados Unidos e Antoun Saadeh foi obrigado a trabalhar em qualquer atividade, a fim

de sustentar os seus irmãos. Em fevereiro de 1921 mudou-se para o Brasil, ocasião em que participou, juntamente com o seu pai, Dr. Khalil Saadeh, na edição do jornal Al-Jaridah e da revista Al-Majallah. Em 1924 fundou uma associação secreta cujo alvo era unificar a Síria geográfica, depois de ler o artigo famoso de seu compatriota e grande autor, Gibran Khalil Gibran, intitulado “**MEUS PAIS MORRERAM**”. Como resultado daquele crime que fragmentou a Síria, Gibran disse: “ *meus pais morreram e estou sozinho vivo chorando, sofrendo, sustentando na minha solidão e isolamento minha desgraça.*

Meus pais morreram e minha vida se tornou, depois deles, uma parte daquela desgraça que me atacou.

Eu preferiria que todo o meu povo morresse, revoltando-se contra os governos tiranos(!!) pois, a morte em defesa da liberdade e da vida digna é mais digna do que a vida nas sombras da rendição e escravidão.

Ò meus compatriotas sírios, meus e vossos pais morreram. O que podemos fazer para salvar aqueles que ainda não morreram? “

Depois disso, Gibran Khalil Gibran, fundou uma associação, escrevendo e trabalhando para a unificação do povo e da pátria síria, mas ele morreu sem conseguir ver seu sonho realizado.

Depois da morte do filósofo Gibran Khalil Gibran, Antoun Saadeh, escreveu o seu famoso texto:
Saudações à minha pátria

"Profundas saudações à minha pátria se ainda está viva.

Profundas saudações à minha pátria se ela já foi morta .

Profundas saudações aos meus pais se ainda estão vivos.

Profundas saudações aos meus pais se eles foram mortos.

Você e eu, meu irmão, deixamos nossa pátria e nossos país e emigramos para ajudar nossos pais e dignificar a nossa pátria.

O que aconteceu, meu irmão, para que a emigração estabelecesse um muro tão sólido e tão duro entre nós? Nem você está comigo, nem eu estou contigo.

Nem você sente os meus sofrimentos, nem eu sinto os teus.

Nossa pátria foi escravizada e se tornou morta e você, meu irmão, sempre correndo sem olhar para trás, nem para a pátria e nem para os pais. Será que o amor que você tinha no coração se transformou em ódio e o patriotismo se tornou egoísmo deixando você desinteressado pela pátria e pelos pais?

Faça o que quiser, meu irmão, mas eu vou ficar fiel até o fim da minha vida à minha pátria e aos meus pais, sejam vivos ou mortos.

Minha decisão de retornar à minha pátria é definitiva, pois ela me necessita e eu a necessito.

A minha pátria está me chamando.

O meu povo está me esperando.

Não tenho dúvida que a minha pátria levantar-se-á e ocupará o lugar que merece entre as pátrias... ."

Em São Paulo, começou Antoun Saadeh sua marcha crescendo, estudando, evoluindo, aprendendo, pensando, trabalhando, esforçando-se e lutando para fazer alguma coisa que pudesse movimentar os imigrantes sírios imigrantes honestos, a fim de salvar seus

irmãos residentes na Síria, agora dividida.

Enquanto viveu no Brasil, ele estudou, além de francês e inglês, que anteriormente estudava, os idiomas: alemão, russo, português, espanhol e italiano.

Lecionou, em São Paulo, História, no Liceu São Miguel, mantido pelo bispado ortodoxo (Bispo Dom Mikhail Chehade).

Em 1930, retornou à pátria natal e começou a lecionar o idioma alemão na Universidade Americana de Beirute que, anteriormente, chamava-se Escola Evangélica Síria. Ao mesmo tempo, se uniu à equipe do periódico Damasceno (Al – Ayyam), publicada em Damasco.

Em 1932, fundou e liderou o movimento nacionalista social sírio que ficou secreto até 16 de novembro de ano 1935, quando, então, o movimento se tornou conhecido e, Antoun Saadeh, entrou pela primeira vez na prisão com centenas de estudantes e partidários, sendo julgado pelo governo francês e sentenciado a seis meses por acusação de que trabalharia para a unificação da Síria geográfica,

contra a vontade dos colonizadores que a dividiram para melhor poderem dominar. Naquele período ele escreveu este seu livro (Gêneses das nações, volume nº 1) – formação das nações –

Após seis meses, foi posto em liberdade, mas foi detido novamente no final de junho de 1936.

Dentro da prisão, escreveu o segundo volume do livro (Gêneses das nações nº 2) – formação da nação síria – mas, desta vez, o manuscrito foi confiscado na prisão e as autoridades francesas recusaram-se a devolvê-lo e continuaram recusando, até o próprio momento de devolver o manuscrito mencionado. Gostaríamos, na oportunidade, de chamar a atenção do leitor para o fato de o General De Gaulle ter fundado o seu partido, P.P.F. (Parti Populair Français), semelhante ao partido de Antoun Saadeh que foi conhecido pelas autoridades francesas como P.P.S. (Parti Populair Sirien). Até a União Européia foi uma cópia da idéia que Antoun Saadeh planejou sobre a união árabe, como foi explicado nos propósitos do Partido Nacionalista Social Sírio, que proclamava:

1 – criar um renascimento nacionalista-social sírio que assegure a realização de seus princípios e devolva à nação Síria sua vitalidade e poderio.

2 – organizar um movimento que conduza a nação Síria à sua total independência e à consolidação de sua soberania.

3 – estabelecer uma nova ordem que garanta seus interesses superiores e melhore o seu nível de vida.

4 – exercer todos os esforços cabíveis para criar uma frente comum árabe realizada das nações árabes (união comum das nações árabes).

Antoun Saadeh, de 1935 até 1938, foi o principal líder nacionalista, mas passava seu tempo na prisão ou perseguido pelas autoridades francesas que dominavam seu país naquela época.

Depois de ter sido colocado em liberdade no ano 1938, ele fundou o jornal **AL-NAHDAH**, (O Renascimento) e continuou a liderar o partido até deixar o país em 1938 para organizar suas filiações ao redor do mundo, especialmente nos países europeus e americanos.

Na ausência de Antoun Saadeh, ele foi julgado à revelia e sentenciado pelas cortes francesas a vinte anos de prisão e vinte anos de exílio.

Na Europa, conseguiu convencer muitos alunos que estavam estudando nas universidades e em vários países europeus, especialmente, Itália, França, Alemanha, Inglaterra e Suíça, dentre outros, a causa síria

No Brasil, fundou uma filial do Partido dos Imigrantes e o jornal “**Suria AL-jadidah**”, que significa **Nova Síria**, mas foi detido em São Paulo por dois meses sob acusações dos agentes coloniais franceses, as quais foram constatadas como falsas, tendo sido comprovada a improcedência das acusações e, assim, posto em liberdade.

No entanto, as autoridades brasileiras pediram, sob pressão de governo francês, a saída dele do país o quanto antes. Ele deixou o Brasil e dirigiu-se à Argentina, onde também foi procurado em Buenos Aires por denúncia da embaixada francesa naquele país.

Como foi constatada a falsidade da nova denúncia e como não possível expatriá-lo, por motivo da segunda guerra mundial, teve ele que permanecer na Argentina até 1947.

Na Argentina, fundou, também, várias filiais do Partido e um novo jornal, **AL-ZAUBAAH**, que significa (ciclone,) .

Da Argentina, Antoun Saadeh, começou a dirigir o seu partido como movimento libertador e unificador o qual encontrou forte eco nos meios intelectuais, culturais, estudantis, trabalhadores, lavradores e entre o povo em geral.

Em 2 de março de 1947, retornou à sua pátria onde foi recebido por dezenas de milhares de partidários que chegaram a Beirute de todos os cantos e regiões da Síria geográfica: do Líbano, da Palestina, da pequena e atual Síria, da Jordânia e do Iraque. E, logo em seguida à sua chegada, fez um discurso revolucionário atacando os colonizadores invasores que ainda continuavam governando o país através de cidadãos traidores, elogiando as mulheres e os homens que salvaram e asseguraram a dignidade da nação e da pátria e reiterando os propósitos do seu movimento libertador e unificador.

As autoridades libanesas nomeadas pelos franceses, expediram um mandado de prisão contra ele, com validade de sete meses, mas sendo revogado posteriormente.

Logo depois da sua chegada em Beirute, fundou o jornal AL-Jil AL-Jadid, (A Nova Geração.)

No escritório e no local de impressão deste jornal, ocorreu a execução de um plano orquestrado pelas

autoridades libanesas, imposto pelos colonizadores, em coordenação com organização fundada pelos franceses, que o atacaram e incendiaram .

Após isto, Antoun Saadeh, dirigiu-se à Damasco, onde proclamou a primeira revolução nacionalista-social, no dia 4 de julho de 1949, a fim de mudar a regra de tirania nacional, apoiada pelas vontades dos invasores, e pôr fim à corrupção, falsificação e injustiça social–econômica.

Durante aquele tempo, uma conspiração internacional entrou em vigor, envolvendo as grandes capitais como Washington, Paris e Londres, além das capitais árabes, Beirute, Damasco, Cairo, Amã e Bagdá e, em 7 de julho de 1949, o presidente sírio Husni Al-zaim, que teve boas relações com Antoun Saadeh, traiu-o e entregou aquele grande líder às autoridades libanesas.

Antoun Saadeh foi interrogado, julgado e executado em poucas horas, sem ter chance de defesa. Foi executado por um pelotão de fuzilamento às 3.20 da madrugada de 8 de julho de 1949.

As únicas palavras ditas por ele naquela madrugada e que foram propagadas pelos assistentes depois da execução, foram as seguintes:

"Não me importa como vou morrer, mas me importa por qual objetivo e propósito devo morrer. Eu morrerei, mas o meu movimento e sua doutrina ficarão eternos.

Eu completei minha missão e estou assinando a execução da minha mensagem com meu sangue.

Por favor, me deixem ver como as balas sairão das armas de meus compatriotas e entrarão no meu peito.

Muito obrigado... " e com uma rajada de balas lançadas em direção à cabeça e ao peito daquele grande pensador e extraordinário sábio, reinou um silêncio profundo e brilhou uma luz que jamais poderá ser apagada.

Depois que Antoun Saadeh foi executado, as autoridades libanesas executaram também seis membros de seu partido, cada um de uma seita religiosa, porque o partido conseguiu abranger cidadãos de todas as seitas e regiões conhecidas na Síria geográfica.

Não podemos estranhar os atos bárbaros de governo libanês naquela época, pois era um governo credenciado e imposto pelas forças estrangeiras que também perseguiram todos os talentos e gênios como o grande filósofo e internacionalmente

conhecido, Gibran khalil Gibran, que também foi perseguido anteriormente pela parceria entre os colonizadores estrangeiros, eclesiásticos e feudais locais e que morreu longe da sua pátria, aconteceu 0 mesmo para o Dr. Khalil Saadeh, e muitos outros.

Não exageraríamos se falássemos que dezenas de milhares de imigrantes espalhados pelo mundo inteiro foram perseguidos porque eram simpatizantes das ideias de Antoun Saadeh, que descobriu as bases essenciais de um mundo melhor avançado e civilizado onde as mentalidades nacionais e sociais lúcidas formam a mente complexa, global e humana, que é o guia superior para a verdadeira globalização construtiva.

Ele escreveu muitas obras nos campos da sociologia, filosofia, economia, literatura, e todas suas obras interpretaram e esclareceram uma nova visão original da vida, do universo, e da arte, exigindo de nós o aprofundamento de nossa compreensão para melhorar nosso nível da vida, enfrentar o universo com todos nossos esforços, descobrindo suas leis e seus segredos e, ao mesmo tempo, usar nosso raciocínio, nossa imaginação e nosso talento para produzir a nossa arte que procura sempre as melhores criações e as mais altas invenções.

Gostaríamos nesta introdução de chamar atenção para algumas das muitas obras de Antoun Saadeh como: - **Os ensinamentos do movimento nacionalista-social, - A religião do islã em duas mensagens: Cristianismo e Mohammadismo (Mensagens de Jesus e Maomé) , - A luta intelectual na literatura síria, - As dez conferências, - Gênese das nações, oferecida nesta tradução.**

Ele é ainda desconhecido dos muitos pensadores e intelectuais do mundo e o melhor meio que nós encontramos para impedir que isto continue acontecendo, é traduzir e divulgar esta obra.

Deixo, assim, os leitores inteiramente à vontade para analisarem e formarem seu convencimento diante da citada obra científica, cujo autor foi assassinado por conta de suas ideias progressistas e corajosas, assim como diante de sua visão que ultrapassava a visão filosófica/espiritual/material e as teorias econômicas/capitalistas/comunistas, as quais estão levando toda a humanidade ao retrocesso e à destruição.

Youssef Mousmar

Brasil-Curitiba 05 / 04 / 2010

Introdução

A consciência nacional é o maior fenômeno social de nosso tempo. fenômeno que marca esta era que foi caracterizada pelo alto grau de civilização.

O aparecimento da personalidade do individuo foi considerado como um grande acontecimento ocorrido tanto no desenvolvimento e elevação da psique humana, como na evolução da vida social dos humanos.

Mas, o aparecimento da personalidade da comunidade foi, sem duvida nenhuma, o maior dos acontecimentos da evolução de humanidade, porque tal acontecimento é muito mais importante com seus resultados, mais genuíno e delicado e também muito mais complexo do que o aparecimento da personalidade do individuo, pois, a personalidade da comunidade, é um complexo social- econômico – psicológico que exige do individuo adicionar à consciência da sua própria personalidade, o sentimento e a consciência da personalidade de sua comunidade ou sua nação; exige, também, adicionar o sentimento das necessidades da sua sociedade às suas próprias necessidades.

O individuo, além de tais exigências, deve complementar sua compreensão de si mesmo com um entendimento da psicologia da personalidade de sua comunidade social, ligando seus próprios interesses aos do seu povo, sentindo com cada membro da sua sociedade e se importando com ele, assim como, desejando seu bem-estar, como se desejasse o seu próprio.

Quando um grupo se torna consciente da personalidade de grupo, alcançando o nível da consciência nacional, é inevitável que os membros individuais desse grupo, entendam o fatoj social, as circunstancias e a natureza das relações resultantes daquela realidade.

São essas relações, portanto, que determinam o nível da vitalidade do grupo e das suas capacidades para sobreviver e progredir . Se essas relações permanecerem obscuras, elas criarão muitas dificuldades, causando mal entendido e provocando fatores antagônicos na sociedade que se atrapalham fazendo-a perder muito da sua eficácia e de sua unidade vital, bem como diminuindo o nível de vigilância de seus interesses nacionais e dos perigos externos que a rodeiam.

Um estudo desse tipo que explica a realidade social humana em seus estágios, circunstâncias e natureza são essenciais para qualquer sociedade que queira ter vida, pois, tal estudo, poderá produzir uma compreensão correta dos fatos reais da vida em sociedade e seus rumos . Qualquer nação que lhe faltasse os estudos científicos sociais, iria, inevitavelmente, submergir em uma anarquia ideológica e em uma confusão intelectual.

No entanto, nem todo o estudo social é útil. Existem estudos acadêmicos ou escolásticos que constituem uma coleção de material em geral ou informações elementares que não ajudam e nem

estabelecem um ponto de vista, nem a entender a natureza real de um fato social específico .

Um sociólogo formado ou mesmo especializado, não é aquele que estudou assuntos e matérias de ciências sociais escolásticas, especificamente organizadas em uma determinada universidade e foi aprovado nos seus estudos, obtendo, assim, um título de formando, doutorando ou algo equivalente.

Desde que Ibn Khaldoun escreveu o Prolegômena da sua famosa história e fundamentou a base para a ciência social, nenhum outro trabalho nesse segmento de aprendizado apareceu no idioma árabe. Como consequência, as nações do mundo árabe permaneceram socialmente estanques, com a situação piorada pela atitude confusa de seus pensadores com relação aos assuntos e causas de suas nações.

Na verdade não podemos negar que NICOLA HADDAD, escritor social sírio, escreveu e lançou um livro de porte médio, intitulado "Ciência Social". Mas, o livro é um tipo de trabalho acadêmico, escolástico, que pode confundir o seu leitor. No entanto, segundo o meu entendimento, é a primeira tentativa de abrir caminho para a ciência social moderna.

A capacidade limitada do idioma árabe nos livros de sociologia, facilita-nos a percepção das

limitações relativas às terminologias sociais e científicas neste idioma. E, por esse motivo, adotei neste livro novos termos que espero ter aplicado corretamente para indicar o sentido real aos equivalentes em árabe para (REALIDADE SOCIAL), (COMUNIDADE SOCIAL) , (MORAIS) ,(MORALISMO) ou (MORAL) .

A GÊNESE DAS NAÇÕES (formação das nações) é um trabalho sociológico puramente científico, no qual eu evitei, tanto quanto possível, as interpretações, as conclusões teóricas e todas as formas de filosofia, baseando os fatos em fontes confiáveis, empenhando-me, o máximo possível, em encontrar os fatos técnicos mais recentes que iluminam trabalhos internos de manifestações sociais e previnem a passagem de julgamentos arbitrários, a partir destes.

Eu concluí o Livro Um, enquanto estava preso, entre o início de fevereiro e o início de maio de 1936; os três primeiros capítulos foram escritos antes de eu entrar na prisão.

Era minha intenção revisar este livro e ter o tempo suficiente para lançá-lo de forma mais completa e elaborada, me aprofundando em certos pontos e temas. Porém, os sucessivos mandados de prisão e os difíceis momentos e circunstâncias políticas em que me achava após o meu primeiro encarceramento, me impediram de retornar a este tema científico de forma aprofundada.

Em função da urgente necessidade de uma base científica para o renascimento nacional, decidi entregar o único manuscrito para imprimir na sua versão original, como se encontrava quando sai da prisão.

Quanto ao Livro Dois deste trabalho, eu estudei mais do seu material e preparei as observações e anotações necessárias, mas todos esses documentos foram confiscados durante a segunda onda de prisões, no verão de 1936, Tentarei reavê-los do tribunal, por se tratarem de papéis pessoais que não possuem a mínima relação com o caso da prisão , e então acharei uma oportunidade para terminar o Livro Dois.

De qualquer forma, o Livro Um, por si só, é um trabalho abrangente, incluindo os aspectos gerais da formação das nações em todas suas manifestações e fatores básicos.

Apesar da publicação do Livro Um, isso não eliminaria a necessidade do Livro Dois, que poderá, de certa forma, atender à necessidade de um livro a respeito da origem das nações .

O Livro Um, estuda a definição de nação, a maneira na qual ela se forma, seu lugar no curso do desenvolvimento humano, e suas relações com as manifestações da vida em sociedade, enquanto o Livro Dois, trata do assunto da formação da Nação

Síria, seu lugar no curso do desenvolvimento humano e suas relações com as outras nações e suas tendências em geral .

Espero que este trabalho cumpra o propósito para o qual fora escrito, principalmente para explicar os fatos da sociologia que esclarecem as obscuridades do entendimento das nações e nacionalismos.

Antoun Saadeh

Beirute em 28 de setembro 1937

Capitulo Primeiro

SURGIMENTO DA ESPÉCIE
HUMANA

O aparecimento da personalidade do individuo foi considerado como um grande acontecimento ocorrido tanto no desenvolvimento e elevação da psique humana , como na evolução da vida social dos humanos.

Mas . o aparecimento da personalidade da comunidade foi , sem duvida nenhuma , o maior dos acontecimentos da evolução de humanidade , porque tal acontecimento é muito mais importante com seus resultados , mais genuíno e delicado e também muito mais complexo do que o aparecimento da personalidade do individuo , pois , a personalidade da comunidade , é um complexo social- econômico – psicológico

Antoun Saadeh

ولقد كان ظهور شخصية الفرد حادثاً عظيماً في إرتقاء النفسية البشرية وتطور الإجتماع الإنساني . أما ظهور شخصية الجماعة ، فأعظم حوادث التطور البشري شأناً ، وأبعدها نتيجة وأكثرها دقة ولطافة وأشدّها تعقداً ، إذ أن هذه الشخصية مركب اجتماعي – اقتصادي – نفسي .

أنطون سعاده

Capítulo Primeiro

SURGIMENTO DA ESPÉCIE HUMANA

INTERPRETAÇÃO RELIGIOSA

A criação da espécie humana é uma das questões que tem ocupado a mente do ser humano desde que ele começou a conscientizar-se de sua própria existência e desde que ele começou a entender e explicar a sua relação com os aspectos e fatos do universo e a relação desses fatos consigo mesmo .

Ele começou a especular que provinha de um mundo que não o mundo em que vivemos e ao qual retornaria depois da morte de seu corpo. Esta avançada e elevada especulação imaginativa não era algo que o homem tivesse tomado consciência da mesma maneira que era conhecedor dos objetos físicos existentes, mas era especialmente um passo maior e notável na escada da ascensão do intelecto humano, precedido por diversas e estranhas teorias obscuras as quais não entram na competência deste trabalho.

Entretanto, é necessário referir-se a este passo porque ele está íntima e fortemente ligado ao surgimento da religião, aparecimento da ideia de Deus e a história da criação independente que tenha produzido um grande efeito sobre nos.

Nesta fase da evolução surgiram as noções de alma e de corpo. Na Índia, por exemplo, pensava-se que a alma era derivada do fôlego, e em muitas regiões do mundo era comum acreditar que a alma era o fôlego ou o termo de fôlego é sinônimo de alma.

Com o passar do tempo, o desenvolvimento religioso alcançou a ideia de um único Deus, todo poderoso, o criador dos céus e da terra e de tudo que neles havia, era quase natural e óbvio que o homem explicasse a criação de sua própria espécie por uma criação independente

"... e o senhor Deus formou o homem do pó da terra, e soprou nesta formação um fôlego de vida..."

A mente humana naquela época não conseguia o suficiente par ser capaz de supor e explicar a criação composta e complexa do homem e de seus descendentes; a partir daí, simplificou e racionalizou a criação para fazê-la compatível com aspectos simplistas. Assim, Deus criou um só homem, Adão, e então de sua costela criou uma só mulher, Eva, encarregando-se a lei do processo e da procriação em explicar a circulação e o crescimento dos seres humanos sobre a face da terra.

Desde a propagação do Torah, Livro dos Judeus, juntamente ao novo testamento cristão e a disseminação do cristianismo no mundo, os crentes e seguidores da Bíblia Sagrada firmaram-se na convicção de que todos os seres humanos

descendiam de uma única criatura. Mais tarde, o Alcorão, Livro Islâmico, dando credito à historia da criação contida no Torah judaico, convenceu seus seguidores a acreditar que esta história era verdadeira.

Esta é a interpretação religiosa da criação da espécie humana. A religião impôs esta explicação a cada seguidor, considerando-a genuína e fixa a um fato estabelecido originalmente. Assim, a interpretação religiosa foi a base do estudo antigo de etnologia, o estudo das raças, o qual demonstrou que as raças provinham de Adão e ramificaram-se através de *Sem, Cam, e Jafê*.

CRÍTICA E OBJEÇÃO À INTERPRETAÇÃO RELIGIOSA

A crença continuou a dominar religiosamente o pensamento do mundo civilizado, até que as mentes intelectuais mais lúcidas e observadoras começaram a notar que, na ordem do universo e das variadas manifestações da vida, haviam indicações da existência de fatos que a explicação primitiva das religiões não poderia interpretar e esclarecer. Isto levou ao surgimento da escola científica, a qual se contrapôs à religião, sobre os assuntos concernentes à vida, aos fenômenos do universo e à realidade das coisas em geral. Tais contradições eram, e continuam sendo, bastante afiadas e severas.

A escola científica descobriu que a relação entre o homem e o animal, e a relação entre o animal e a planta, é muito mais forte e estreita do que a religião a entendia. Esta escola descobriu que as línguas não foram distribuídas entre a humanidade pela Torre de Babel, de acordo com a estória mítica.

Descobriu, também, que as estrelas não eram meras estrelas e que o sol não girava ao redor da terra, mesmo que este fato não tenha fortalecido e coadunado com o prestígio de Josué , filho de Num. Finalmente, a escola científica descobriu a história registrada pela terra em suas camadas superpostas, deste modo trazendo à luz fatos estranhos que os homens nunca haviam pensado anteriormente.

A estória imaginária da criação era mais fácil para ser acreditada pelas pessoas daquela época, pois, para elas, era satisfatória ao atribuir existência para conduzir a criação direta, evitando, assim, qualquer discussão que exigisse provas contundentes ou que pudesse apropriadamente ser considerada real.

Contudo, a inteligência humana, ao evoluir como um resultado de experiências, as quais ampliaram os horizontes de visão, abrindo as portas para comparações e deduções não se satisfaziam mais com explicações meramente imaginárias, derivadas de suposições e que, por detrás da ordem

do universo, havia uma personalidade que criou esta ordem e foi criada sem ordem, e a qual foi responsável por tudo que confundiu a mente das crianças e a mente do adulto ingênuo e equivocado.

Assim, a inteligência humana abriu campos de estudo da história natural e da geologia, registrando seus eventos pela terra de uma maneira sistemática e organizada. O homem descobriu, dentre os fatos estranhos e revelados naqueles campos, que a terra era muito mais velha do que os seis dias que precederam a Criação de Adão, e que a humanidade era dezena de milhares de anos mais velha que Adão.

O homem criou e desenvolveu o estudo da zoologia e da Botânica, descobrindo que, entre as varias espécies de animais, e entre esses animais e plantas, existiam relações tão fortes que não permitiam a afirmação da Criação independente.

A biologia acrescentou a essas descobertas avançadas, segredos da vida, tirando o sono dos filósofos.

Com os fatos revelados pela ciência, a questão da criação independente e sua interpretação começou a decair e a retroceder, até que agora se encontra confinada àqueles que aspiram e procuram a imortalidade egoística.

INTERPRETAÇÃO CIENTÍFICA

Os fatos que foram descobertos pelo homem e que deram origem às escolas científicas modernas, começaram com o registro das observações históricas e das semelhanças aos fatos naturais, sendo certo que, mesmo antes do surgimento da escola moderna da evolução, o homem tornou-se gradualmente consciente das relações de aproximação entre as várias espécies de animais e vegetais.

O grande historiador e sociólogo (*IBN KHALDUN*), que viveu nos séculos quatorze e quinze (XIV e XV), registrou-nos, em nosso próprio idioma, algo que os filósofos que o precederam já haviam observado, ou seja, que havia uma estranha correlação entre organismos vivos, sendo que o fim do horizonte de alguns, estava pronto a se tornar o começo da órbita de outros, em ordem sucessiva, e que (o mundo dos seres vivos expandiu-se e suas espécies multiplicaram-se, até que na transição gradual do processo formativo, culminasse com o homem)*1, conforme citado por IBN KHALDUN.

Longe de ser uma alegação sem sentido, razão ou lógica, aquela afirmação de ponto de vista foi o resultado de observações minuciosas e cuidadosas que não tiveram a oportunidade de serem concluídas ou complementadas por investigações e pesquisas suficientes, até o surgimento do Darwinismo no século dezenove (XIX).

Os observadores antigos notaram que o início do horizonte da espécie humana está conectado com o final do horizonte da espécie dos animais, tal como os macacos antropóides serem semelhantes ao ser humano: orangotango , gorila e chimpanzé.

Os fenícios foram, provavelmente, o primeiro povo a se interessar pela estranha semelhança entre os macacos, mais evoluídos, e o homem, pois eles foram os primeiros povos a viajar com o intuito de descobrir, explorar e desenvolver a ciência e o conhecimento. A viagem feita por *Hanno*, o fenício cartaginês, foi a primeira das duas jornadas geográficas realizadas com um objetivo científico – ambas eram fenícias – atribuídas ao mundo civilizado.

Hanno iniciou sua viagem no ano 520 A.C., aproximadamente, com sessenta grandes navios, pretendendo estabelecer bases cartaginesas nas praias marroquinas, ou fortalecer e abastecer as bases já existentes . Além disto, ele avançou em direção ao sul para o Rio de Oro e para a ilha de Kerny ou Herny, continuando o seu avanço para além do Rio Senegal.

*1 – IBN KHALDUN prolegomena pag.96

Esta frota fenícia viajou rapidamente por sete dias para além da Gâmbia. Em uma das ilhas, a missão fenícia encontrou homens e mulheres, cujos corpos eram cobertos de pêlos , e a quem os intérpretes chamavam de Gorilas . A missão trouxe a bordo um número de gorilas fêmeas, mas foi forçada a sacrificá-las durante a viagem, transportando suas peles ao templo de Juno*1 . *1 - Wells , P.163.

Este foi o primeiro contato do mundo civilizado com os macacos antropóides, que eram semelhantes ao ser humano, passando gerações e gerações antes do surgimento da escola de pesquisa e investigações que se propôs a estudar as relações existentes entre as criaturas e organismos vivos.

Durante aquelas longas e numerosas gerações, a interpretação religiosa foi a única interpretação dominante no que tocava à origem do ser humano e de todas as outras criaturas.

Esta escola de pesquisa e investigação, começou com a observação fenomenal que conduziu às conclusões mencionadas por *Ibn Khaldun*, em seu *Prolegomena*, e então avançou gradualmente até descobrir as íntimas relações biológicas existentes entre as criaturas vivas e entre elas e as matérias orgânicas sólidas.

***1 - Wells , P.163.**

A escola científica descobriu que o homem era simplesmente um dos muitos seres vivos, e que o ele submetia-se às mesmas leis naturais aplicáveis a todas às criaturas vivas.

Assim é que, onde a vida em todas suas manifestações e aspectos é impossível, o homem não pode viver e sobreviver.

Como o homem é uma das manifestações da vida em geral , não é possível estudar sua origem separadamente ,e então seria necessário considerar a seguinte pergunta: de onde veio o homem? dentro de um contexto mais abrangente, indagar: de onde surgiu a vida?

O presente estudo não possui a pretensão de levar-nos ao caminho dos estudos filosóficos/ científicos envolvidos na pergunta referida.

Por isso, é suficiente ao nosso propósito de chegar a uma conclusão que nos interessa em nosso estudo do surgimento da espécie humana, ou seja, que o homem é uma parte da vida e tem se formado e desenvolvido através da evolução até alcançar sua forma presente. Deste modo, o tempo de seu surgimento volta à época do surgimento da própria vida . *1 (Weinert , Ursprung , P.3.)

***1- Weinert , Ursprung , P.3.**

As várias ciências naturais têm provado que a vida é muito mais antiga do que foi alegada pela interpretação religiosa, e que as espécies, tanto da fauna como da flora, estão ligadas a uma conexão tão íntima a ponto de negar o princípio da criação independente.

Ademais disso, a química provou a unidade dos elementos que compõem a matéria orgânica e inorgânica*1 (Weinert, Ursprung, P. 2.) Assim, a opinião emitida pelo grande filósofo sírio, *ABU ALAA ALMAARI* *i*, quanto à conexão entre animais e objetos inanimados e inertes, converge perfeitamente com as conclusões alcançadas pela escola científica: o que confundiu os seres humanos foi o fato de um animal ter se desenvolvido a partir de uma matéria orgânica inanimada.

Contudo, todas as evidências mostram e provam que a interconexão entre as criaturas vivas ocorreu seqüencialmente.

A irrefutabilidade da teoria da evolução, não pode prescindir da explicação científica do surgimento e aparecimento do ser humano como uma espécie autônoma das espécies de vida.

***1 - Weinert, Ursprung, P. 2.**

A geologia e a paleontologia descobriram antigos restos e indícios de partes humanas em um estado selvagem, constatando os geólogos, paleontólogos e cientistas, através desses restos e indícios primitivos, que as formas humanas daquela época muita antiga, eram as mais primitivas e mais inferiores das formas humanas modernas, por exemplo, o homem Heidelberg e o homem Neandertal.

A descoberta de partes de crânio do homem de Java (*Pithecanthropus Erectus*) por Dubois, foi um das mais estranhas descobertas que nos possibilitaram acompanhar os passos evolucionários do homem ao se desenvolver e progredir, a partir de um nível animal mais elevado.

CRÍTICA DA INTERPRETAÇÃO CIENTÍFICA

A partir do que a ciência tem mostrado para nós, não podemos determinar corretamente o tempo exato em que a vida começou, nem é possível encontrar e estabelecer evidências, no sentido amplo da palavra, da maneira na qual a evolução ocorreu, desde o início da vida até o surgimento do ser humano, pelo fato de nenhum escritor estar presente na época para documentar os detalhes de um evento ou acontecimento de tanta importância e relevância.

Se alguém solicitasse à ciência que descrevesse a evolução de cada criatura viva exatamente como ocorreu, ele não obteria respostas satisfatórias. No entanto, a interpretação científica possibilita a constatação de evidências, constituindo-se em provas razoáveis de como fomos formados e como viemos a existir, cabendo ao indivíduo, estudioso dessas evidências, determinar se é suficiente para convencê-lo ou não .

A ciência tem sido capaz de fornecer evidências convincentes de que as numerosas espécies que ocupam o mundo, são variedades da mesma vida em geral, compostos dos mesmos elementos primários que se estendem a uma série de processos evolucionários, cujo inicio esta escondido em uma serie de mudanças geológicas.

A ciência, obviamente, não registra todos esses eventos como se fossem um relatório de uma testemunha ocular, mas chega a esta conclusão pelo método de comparação e correlação, e pelo estudo de características tanto das criaturas vivas como de objetos inanimados, da mesma forma que os investigadores judiciais seguem os rastros de um criminoso e o identificam com auxilio de evidencias ou pistas suspeitas que foram acumuladas. Não importa o quanto o criminoso seja persuasivo em defender sua inocência e negar sua ação, ele está predestinado a ser desarmado e derrotado pelas provas e indícios colocados perante ele pelos investigadores, para que eventualmente confesse seu crime, mesmo sem ter havido testemunhas oculares.

Reconhece-se, verdadeiramente, que a ciência não tem sido capaz de determinar a maneira exata em que as espécies se desenvolveram, particularmente no que concerne à espécie humana: derivou de um só pai, ou de um grupo de pais, ou de grupos da mesma espécie?. Nem a ciência esta apta a determinar o lugar onde a espécie humana surgiu e se desenvolveu, apesar de alguns grupos de cientistas acreditarem que isto provavelmente se dera no centro da Ásia ou da Ásia Central.

No entanto, isto não significa que a ciência tem sido incapaz de desvendar o mistério referente às diversas formas de existência referentes às diversas espécies; por outro lado, as verdades e os fatos biológicos, antropológicos, químicos, geológicos, além doutros fatos e evidências achados pela ciência, possibilitam reconhecer, através de demonstrações lógicas e racionais, a inter-relação de todas as formas de existência na cadeia da evolução da vida. Além do mais, a evolução da vida tem sido parcialmente provada através de variadas demonstrações, como a estranha capacidade de certas plantas evoluírem, e pelo fato de que o homem evoluiu após seu aparecimento e ter sido submetido a um grau considerável de evolução, desde a sua origem até o estágio de homem moderno, como mostra a grande diferença entre o homem moderno e o homem Heidelberg e também o homem Neandertal.

Não há dúvida do que o ser humano existiu e foi desenvolvido através da evolução que é inquestionável, mas, os cientistas não concordam como a forma da evolução foi desenvolvida: se ocorreu através de série de mudanças lentas e graduais, sob influência de um meio ambiente em evolução, ou se ocorreu de uma forma súbita, abrupta, que facilitou a transformação e a mudança para outro novo ambiente.

Para esclarecer este ponto, mais pesquisas e investigações são totalmente necessárias.

A antiga teoria relacionada a mudanças lentas foi prevalectida e privilegiada conforme a votação, mas existe também um número de cientistas da atualidade que acredita que a evolução precedeu à adaptação ao ambiente e que isso incluiu uma única mudança*1 . (veja Goldshmidt)

***1 - veja Goldshmidt**

Segundo Capitulo

As raças humanas

Não há duvida do que o ser humano existiu e foi desenvolvido através da evolução que é inquestionável, mas, os cientistas não concordam como a forma da evolução foi desenvolvida: se ocorreu através de série de mudanças lentas e graduais, sob influência de um meio ambiente em evolução, ou se ocorreu de uma forma súbita, abrupta, que facilitou a transformação e a mudança para outro novo ambiente.

Para esclarecer este ponto, mais pesquisas e investigações são totalmente necessárias.

Antoun Saadeh

أما أن الإنسان نشأ بالتطور ، فما لا جدال فيه . وأما كيفية حدوث التطور، أكان بتجمع تغيرات بطيئة تحت تأثير البيئة المتطور أم التغير الفجائي استعداداً للدخول في بيئة جديدة فمما لم يتفق عليه العلماء لحاجتهم الى استكمال اختباراتهم .

أنطون سعاده

Segundo Capitulo

As raças humanas

O SIGNIFICADO DE RAÇA

Se, ao estudar a ascendência de uma tribo ou de um povo, recuando até chegar a um único pai, e a partir deste pai recuar até um descendente de uma família de um dos filhos de Noé, continuando sucessivamente até chegar a Adão imaginário, afirmando que o significado de raça é derivado desta divisão, então você terá se confundido entre o significado de etnologia e genealogia, e equivocando-se em distinguir um do outro.

Na verdade , a citada maneira de pensamento foi adotada pelos antecessores nos primeiros séculos da civilização quando era defendido que a ascendência dos seres humanos é a origem dos gêneros que interpreta as razões da ocorrência das raças humanas, desde que a base em que eles confiavam era uma história imaginária ilusória que foi descrita com diferentes versões e em diferentes religiões .

Entre uma das versões mais estranhas havia uma relatada por AL MASS-UDI, volume 1, página 51 (historiador árabe), baseada nos preceitos das leis estabelecidas pelo código muçulmano "CHARIÁ", (e nos relatos passados dos predecessores aos sucessores, do passado ao presente), de que a razão para as diferentes cores

entre os humanos foi que, o Anjo da Morte, que Deus havia enviado para lhe trazer porção da terra da qual Adão fora criado, trouxe pós pretos, vermelhos e brancos, que resultaram nas diferenças de cor entre os descendentes de Adão,^{1*} o que apenas significa que a humanidade deve constituir uma linha de descendência, ligada junto a laços genealógicos. Obviamente, tal afirmativa não nos conduz ao verdadeiro significado de raça ou de sua natureza.

Se deixamos de lado as especulações e conjunturas imaginárias relacionadas as diferenças aparentes entre os vários grupos de espécie humana e procurarmos saber o significado científico da palavra "raça", descobriremos que é um termo usado na ciência natural, sendo seu propósito classificar cada espécie em subespécies ou ramificações (ou tipos) que herdaram aspectos particulares e característicos da espécie ^{*2} (HERTZ, pág. .20), ao passo que, espécie, define aquelas criaturas vivas cujos acasalamentos produzem crias bem sucedidas, tendo a mesma capacidade de procriar-se sem limitações^{*3}. Tipos da mesma espécie são capazes de se misturar, de se acasalar e de procriarem-se, enquanto diferentes espécies não possuem essa propriedade, exceto em casos extremamente raros.

- ^{1*}AL MASS-UDI, volume 1, página 51

^{*2} - HERTZ, pág. .20

^{*3} - HERTZ, pág. .20

DOCTRINAS RACIAIS

Nenhuma doutrina humana, a não ser a religiosa, tem a mesma e grande importância no domínio dos sentimentos dos povos, quanto à doutrina da raça, pois as pessoas relacionavam raça à linhagem da origem e atribuíram a ela sinônimos como triunfo, glória e aristocracia com intuito de torná-la um motivo de orgulho, vaidade e arrogância.

Semelhante a isto, os árabes eram orgulhosos de sua linhagem de origem e ridicularizavam as várias origens das tribos entre si. Assim, como muitos outros povos em tempos antigos na idade média, quando os nobres consideravam-se possuir um sangue superior e melhor ao da plebe a quem eles desprezavam, supunham que os camponeses descendiam da linhagem racial de CAO, a quem NOÉ havia lançado a maldição de escravidão. Os cavaleiros de várias classes em diversas regiões criam que descendiam dos heróis de Tróia, que diziam ter-se estabelecido na Inglaterra, França e Alemanha, após a queda daquela importante e grande cidade.

Na França, lar ou pátria dos francos, traçaram sua linhagem racial até Frâncio, um dos filhos de Heitor*1, como foi mencionado pelo (Hertz, p. 5 , Johannet, pág.42).

***1 -Hertz, p. 5 , Johannet, pág.42.**

Dizia-se que Nicholas Freret foi mantido na prisão de Bastilha, em 1714, porque teria denunciado e contrariado esta teoria ou idéia. Em 1749, um professor alemão na Rússia, chamado MULLER, tentou provar que os russos provinham da raça de Finno-Tartaric, e em função disto a imperatriz Elizabeth o deteve e o prendeu imediatamente, ordenando açoitar, também, o secretário da Academia de Ciências, TERDIACO VSKY, que disse que MULLER estava certo. O próprio MULLER foi coagido a renunciar e desmentir sua opinião publicamente*2.

Muitos povos têm sentido um forte apego à raça, considerando ser ela a fonte de todas as qualidades e valores morais sob condição de ser totalmente pura e inalterada.

Conforme a teoria da raça pura, muitos indivíduos e grupos adotaram tal teoria e parecem ter defendido a pureza de suas raças. Cada indivíduo ou cada grupo, declarava, pretensiosamente, que sua linhagem racial era a melhor e que pertencia à mais nobre das raças.

Houve época em que essa reivindicação foi tão exagerada, chegando a afirmar-se que todas as outras raças provinham de um nível baixo e muito atrasado e que todos os esforços da civilização e

***1- HERTZ, pág. .18**

educação não poderiam elevá-las ao nível de uma raça superior, podendo melhorá-las, apenas, através de casamentos com aquela raça. No entanto, tal miscigenação não era desejada por provocar e causar a degeneração da raça considerada nobre na mesma proporção que elevasse o nível de outras raças ou raça.

Uma das crenças mais estranha declarava, pretensiosamente, que o sentimento racial é inato à humanidade e que, por isso mesmo, qualquer tentativa de enfraquecer ou eliminar as diferenças naturais entre as raças deveria ser rejeitada*1 (Hertz, pág. 2-3).

A DOCTRINA RACIAL NA FRANÇA E BÉLGICA

Durante a época em que o conhecimento científico era limitado e fraco, a paixão da raça estava relacionada e mesclada com um vago sentimento de nacionalismo. A confusão não seria surpresa e nem estranha, quando se observa o atraso daquela época, mas é surpreendente demais notar que esta correlação ou amalgamação ainda continua nos dias de hoje. Sendo assim, na França, onde teorias raciais esquisitas, as quais eram tão variadas como numerosas, foram defendidas, e a crença na raça nacional continuou a ser um meio de exploração, até mesmo em livros científicos.

***1 -Hertz, pág. 2-3.**

Entre os analistas dos motivos da guerra entre a França e a Alemanha (Franco-Alemã), havia um número de políticos e cientistas famosos que afirmavam que o conflito entre as duas nações se devia a conflitos naturais entre a raça superior dos Gálios ou dos Latinos e a raça Alemã inferior. Entre os livros escolares e textos publicados depois da primeira grande guerra havia um livro escrito por dois psicólogos Belgas, especialistas em mentes infantis, Mirquet, diretor de uma escola, e Pergameni, um professor universitário, afirmando que "...parece que a guerra provou que todos os alemães têm uma disponibilidade intencional para o mal, resultante de instintos raciais pervertidos, tais como o uso de força muscular, de malícia inata, crueldade e instintos de furtos, assaltos, assassinatos, ingratidão, mesmo por serviços honestos, falta de qualquer senso de obrigação e fanatismo estúpido, causado pela inveja e ódio de outras nações, e uma cobiça anormal herdada para alcançar a supremacia do mundo, assim como, absoluta falta de moralidade, fracasso em apreciar e valorizar o heroísmo de seus adversários e também em negar as suas virtudes e qualidades e, conseqüentemente, forneceram prova conclusiva que a hipocrisia, a escravidão e a astúcia são características da raça deles, e que a crueldade e a maldade são incontrolláveis em seu instintos, além de não terem nenhum instinto humanitário, nenhuma idéia sobre a verdade e a justiça, nenhum entendimento de honra e nenhum senso de humor"

***1 (HERTZ p. 7)**

Em 1920, o referido livro ganhou um prêmio da Academia Belga de Ciências.

DOCTRINA RACIAL NA INGLATERRA

Na Inglaterra, a doutrina racial nunca assumiu o caráter fanático e insano como tem acontecido em outros países da Europa. Entrementes, a crença na superioridade da raça "anglo-saxônica", foi muito abordada e comentada, tendo sido explorada como evidência para apoiar a contenda da estirpe dos anglo-saxões, tida como superior à do celta- irlandês. Apesar dos ingleses não terem opiniões radicais a respeito de raça, o que provavelmente se deve à sua longa experiência colonial – eles acreditavam nas suas qualidades excelentes e superiores, daí porque são extremamente cautelosos e relutantes em cruzar ou misturar-se com povos de outras raças .

DOCTRINA RACIAL NA ALEMANHA

O renascimento do nacionalismo alemão ocorrido no final do século dezanove (XIX), conduziu a um crescente sentimento de orgulho racial, influenciando muitas esferas de autoridade a olhar com desdém para os povos latinos, celtas e eslavos que viviam ao redor deles. Não foi só isso, mas o problema continuou, desde que se acreditava que somente os membros da nobreza alemã provinham da estirpe ou da raça ariana superior, enquanto as pessoas comuns do povo eram pré-arianas em sua

origem, portanto, era a sina das pessoas comuns submeter-se e obedecer as ordens dos nobres, assim como os nobres estavam predestinados a governar.

Acreditavam, dessa crença, que esta raça nobre era destinada a dominar e governar o mundo, e foi em função desta crença que muitas das teorias da universidade alemã foram formuladas*1 (Hertz p.10).

Uma das indicações da importância ligada à doutrina racial, mesmo em esferas oficiais responsáveis por assuntos políticos de maior importância, foi uma declaração feita pelo famoso chanceler alemão, Pitman Hellogg, por ocasião da ratificação da lei do exército alemão de sete (7) de abril de 1913, dizendo que havia perigo de um enfrentamento entre os eslavos e os alemães, e então, estes últimos ,foram compelidos a aumentar os seus armamentos. Esta declaração não ficou sem resultados, mas causou sérios problemas entre os eslavos da Áustria e da Hungria .

DOCTRINAS RACIAIS EM GERAL

As doutrinas raciais surgiram e se espalharam entre todas as nações com apenas algumas raras exceções. Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas doutrinas e teorias foram adotadas em apoio aos donos de escravos, alegando-se que a cor negra era o sinal de Caim, a quem Deus havia amaldiçoado*2 (Hertz.P.12).

***2 HERTZ p. 10**

***2 - Hertz.P.12 .**

A citada alegação mencionada é semelhante àquela superstição contada por alguns genealogistas árabes que imaginaram que os negros eram descendentes de Cam, filho de Noé, e que a sua cor negra devia-se a uma imprecisão invocada contra Cam por seu pai, cujo efeito apareceu na cor de sua pele*1 (IbnKhalidoun, pág. 83).

Apesar da doutrina racial nos Estados Unidos da América ter sido evidente em separar brancos e negros, não se tem limitado a este aspecto, mas tem envolvido alguns asiáticos, particularmente os chineses e japoneses. Parece que o preconceito racial sempre encontra solo fértil na América*2 (Hertz .P. 12). Assim, vemos que alguns americanos nos Estados Unidos consideram os sírios e os gregos como raças decadentes e atrasadas. Durante uma campanha eleitoral em Birmingham, Alabama, na primavera de 1926, um panfleto distribuído declarava o seguinte:

Para Coroner (oficial legista) Vote em L.G.D. Goss, "o candidato do homem branco";

***1 - IbnKhalidoun, pág. 83 .**

***2 - Hertz .P. 12.**

E mais:

"... ao homem negro, de nacionalidade americana, tem sido negado o direito de votar nas eleições primárias. Aos gregos e sírios deveria também ser negado este direito. Não quero os votos deles. Se minha eleição não puder ser assegurada pelos eleitores brancos, eu não quero o cargo..." (referido texto foi citado pelo famoso historiador*1 (Philip Hitti, p. 84).

Se você considerar países novos como o Brasil que recebeu homens negros e brancos e onde convive tanto a nata como os vagabundos dos povos europeus e asiáticos, você entenderia e descobriria que as doutrinas raciais baseadas em ilusões tem raízes que se estendem aos corações. (pegue, por exemplo, a declaração de João Ribeiro sobre os fenícios construtores de Cartago que disse:

" ... o povo de Cartago, que era da estirpe dos semitas asiáticos, era menos civilizado do que os romanos cultos, os quais viviam nos arredores dos gregos, de quem eles obtiveram artes, cultura etc *2" (Ribeiro . p 113).

***1 - Philip Hitti, p. 84.**

***2 -Ribeiro . p 113 .**

Os árabes tiveram uma participação enorme em atribuir grande importância às ilusões raciais. Eles eram muito orgulhosos por terem uma origem boa e refinada e consideravam os estrangeiros como inferiores a eles, dando-lhes nomes como incivilizado ou estúpido e outros equivalentes. Os árabes, como os judeus antes deles, foram grandemente influenciados em suas ilusões raciais pela religião, traçando a linhagem da estirpe de Adnan até Ismael, filho de Abrão com Hajar. Quanto aos judeus, eles alegavam e afirmavam que descendiam de Abrão e que Deus os adotou como seu povo escolhido, preferencialmente a todos os outros povos. Para eles, Deus é Deus de Israel".

DOCTRINAS RACIAIS E TEORIAS

As doutrinas raciais baseadas principalmente em ilusão foram misturadas com teorias primitivas que buscavam entender a natureza da raça e determinar as suas características. Algumas destas teorias encontraram apoio na opinião de Aristóteles sobre a escravidão, apresentada por ele desta forma: primeiro, a própria natureza preparou algumas pessoas para governar e outras pessoas para servir, pois ela dava capacidade elevada aos primeiros e força dos animais aos outros. Assim, o direito do patrão em possuir um escravo é o mesmo direito do homem em possuir um animal; segundo, a referida relação entre patrão e escravo é de

interesse do governado, por não dispor de raciocínio e então precisar da orientação e da condução de seus donos; terceiro, o povo dominante é sempre mais avançado e superior em todas as boas qualidades*1. (Hertz p.4).

No início deste capítulo, vimos como as doutrinas raciais disseminaram e dominaram entre os diferentes povos, faltando, agora, dar uma breve olhada nas teorias que pairavam sobre o conceito de raça na Europa, particularmente na França, cujas teorias divergiam e conflitavam de acordo com as mudanças políticas circunstanciais do país.

Entre essas teorias houve uma proposta de BODIN, que discutindo a origem dos francos alegava que eles eram um povo gálio os quais migraram para a Alemanha e então retornaram para libertar seus compatriotas do jugo romano. Esta teoria foi aceita e abraçada nos dias do Rei Luis XIV, pois tinha a intenção de tornar os franceses uma nação de raça pura e defendia o desejo de anexar a região do Reno à França, um pedido colocado pelo dito Rei que asseverava que o Reno formava uma parte do velho reinado francês (Hertz p.5). Mas, Leibniz, o famoso matemático alemão, rejeitou esta teoria e provou que os francos eram de origem alemã e, conseqüentemente, a teoria de BODIN foi substituída pela teoria proposta pelo Conde de Boulanvilleirs, ao afirmar a existência de duas raças

***1 - Hertz p.4.**

Na França : a raça da nobreza descendente dos conquistadores alemães e a raça da plebe descendente dos Celtas e romanos que foram subjugados *1 (Hertz p.5).

Aqui constatamos que a teoria ou as idéias de Aristóteles se tornaram uma teoria racial, pois defendia que as pessoas possuidoras de talentos superiores deveriam ocupar as posições mais elevadas e assim formar uma raça em si mesma. Depois disso, apareceu a teoria de MONTLOSIER afirmando que havia "dois povos" na França que descendiam das três essenciais raças, sendo que um povo teria surgido de homens livres e outro de escravos.

TEORIA DA DOCTRINA ARIANA

Entre todas estas teorias nenhuma desempenhou um papel tão proeminente como a teoria ariana proposta pelo Conde GOBINEAU, o qual uniu as idéias de ambas as teorias, tanto de OULANVILLIERE, quanto de MONTLOSIER.

Entre 1851 e 1855, GOBINEAU completou a formulação de sua teoria que proveio da teoria feudal referida anteriormente, a qual se caracterizava por ser uma teoria racial geral e que

***1 - Hertz p.5 .**

atribuía aos alemães ou arianos comuns a classe da aristocracia racial, os quais consideravam que o valor e a posição individual eram proporcionais à quantidade de sangue ariano que corria em suas veias*1 (Hertz p. 6).

Apesar de GABINEAU ser francês, sua teoria não foi totalmente bem sucedida na França, provavelmente por conta do fato de que os franceses odiavam a idéia de que possuíam características de origem racial alemã, pois isso seria o mesmo que admitir a superioridade dos tão detestáveis alemães. Entretanto, a teoria teve uma grande aceitação na Alemanha, onde foi bem aceita pelos defensores da liga germânica.

Não demorou muito para que a fama do britânico CHAMBERLAIN começasse a se espalhar superando à de GOBINEAU. Ele era o defensor mais entusiasta do "Teotonismo".

Como disse o imperador WLIAM II : " O primeiro homem a proclamar a glória dos TEOTONS e chamar a atenção de uma ALEMANHA distraída foi CHAMBERLAIN no seu livro Fundamentos do Século XIX (Foundations of the Nineteenth Century)" . Mas isto foi totalmente em vão, como ficou evidente quando da queda do povo alemão*2 (HERTZ p. 10).

***1 - Hertz p. 6.**

***2 - HERTZ p. 10 .**

Deveria ser notado aqui que a teoria da "raça ariana" teve sua força derivada de argumentos lingüísticos enganosos. A descoberta da inter-relação entre os idiomas arianos levou a conclusão que a raiz dessas línguas originava-se da mesma língua mãe, e isso também aponta ao fato de que a descendência dos povos que falavam estas línguas possui a mesma origem racial.

Com efeito, a língua era o argumento mais importante usado pelos defensores da teoria da raça ariana, da mesma forma que as línguas semitas estavam dentre os elementos principais do argumento colocado e adotado posteriormente pelos defensores da "raça semita", notando-se que a inconsistência de tal argumento é claramente óbvia, pois, apesar de o fato de que um numero de pessoas que falavam línguas derivadas de métodos lingüísticos unificados pudesse indicar que aquele povo, em alguma época, se relacionava em comunidade ou que os seus "ancestrais" viveram juntos, isso não significa de maneira alguma que aquele povo descendesse dos mesmos ancestrais ou que tivessem uma mesma origem racial.

AS TEORIAS CIENTÍFICAS MODERNAS

Se deixarmos de lado as doutrinas raciais e as teorias nelas baseadas e adotarmos o ponto de vista científico, perceberemos que as raças da humanidade são objeto de estudo de duas ciências especializadas essenciais.

O primeiro, a etnologia, que é o estudo de povos e raças da humanidade (os cientistas têm divergido em como delimitar a extensão desta ciência moderna), posto que, alguns deles têm incluído todos os povos ou raças humanas dentro de sua esfera, e outros têm acreditado que essa ciência deveria dedicar-se ao estudo da vida do ser humano fora dos limites da civilização asiática– europeia*1 (Schmidt , p 16-18).

Ao definir esta ciência, Steinthal disse que "... comparada com filosofia e história a etnologia é o estudo da vida de raças que não tem nenhuma história..." (Schmidt pág.18), enquanto Ratzel afirmava que a missão da etnologia é "...estudar a vida das espécies humanas em todos os aspectos...." (também p. 18). Eduardo Meyer dizia que a "...etnologia comparativa estuda as condições e sistemas dos grupos humanos dentro de cujas esferas os eventos da vida ocorrem com suas teorias, costumes e tradições rastreando-os retroativamente até chegar às suas formas mais antigas. (Meyer vol. 1 part. 1) .

O segundo, a antropologia, que é o estudo do ser humano (este termo foi usado em vários sentidos diferentes, porém, intimamente relacionados. Enquanto Meyer (Meyer vol. 1, part. 1) define esta ciência como "o estudo de formas gerais

*1 -Schmidt , p 16-18

da vida humana e da evolução ou desenvolvimento humano ", achamos que outros escritores cientistas restringiam a antropologia ao aspecto físico do estudo da espécie humana, que é o sentido pretendido pelo uso deste termo na Europa Continental, especificamente na Alemanha, ao passo que na Inglaterra ou na América do Norte é compreensível incluir o primeiro significado também, isto é, incluindo assuntos que se encontram dentro da esfera da etnologia ou ciência do ser humano*1
(Schmidt , p.15).

Em referência a estas duas ciências, estamos primeiramente interessados em determinar a classificação das raças humanas, sob o ponto de vista natural e físico, a qual diz respeito à ciência antropológica moderna ou antropologia física (ver pagina anterior).

AS DIFERENÇAS RACIAIS

No início deste capítulo, definimos o propósito pretendido pelo termo " raça " e o termo "espécie " no sentido científico.

Consoante isso, podemos dizer que todas as pessoas provém de uma única espécie, e forma uma espécie no sentido natural que envolve todos os seres vivos (zoologia), mas são divididas em muitas e várias raças, herdando, cada uma delas, suas próprias qualidades e características.

*1 - Schmidt , p.15.

Nós não temos a intenção de entrar aqui em nenhuma discussão relacionada aos motivos que explicam esta diversidade especificada por duas razões : em primeiro lugar , o propósito deste livro não foi destinado à investigação desta matéria independente; em segundo lugar, os cientistas não chegaram a um acordo sobre o assunto através de seus pontos de vista e demonstrações, sendo arriscado a sua abordagem.

No entanto, será necessário, no decorrer desse estudo, tratarmos com algumas teorias científicas propostas a esse respeito, mas, tão somente, com o fito de enriquecer o trabalho, não nos expondo ao perigo de afirmar julgamentos decisivos.

Vamos começar aqui declarando que a identificação de uma raça e a sua diferenciação de outra é baseada em certas distinções que não podem ser ignoradas. Entre estas primeiras diferenças está a cor que, provavelmente, foi a primeira diferença racial a atrair a atenção dos seres humanos. Recordar-se AL-MASÛDI, que dividiu a humanidade de acordo com a cor.

Séculos após, houve uma tentativa de dividir a espécie humana em três categorias: as raças do "dia", as raças da "noite" e as raças do "crepúsculo" (Daemmerung-Menschen *1 - LUSHAN, p.14). Até agora, a maioria das pessoas, *1 - LUSHAN, p.14.

incluindo um grande número de escritores, refere-se à raça branca, negra e amarela.

Apesar de que a cor da pele seja uma diferença evidente entre os grupos humanos, ela não é uma diferença racial original, mas, sim, adquirida.

Como resultado da diferença do ambiente natural*1 (LUSCHAN p.14), notada por Aristóteles e reconhecida por IBN KHLIDUN*2 (p.84), sendo que, antes dele, IBN SINA (AVICENNA). A cor não é mais do que um pigmento, enquanto a cor branca é, simplesmente, falta de pigmentação *3 (veja a revista AL-MAJALLA, vol. 8, n 2, Beirute).

Pesquisas e estudos revelaram que as pessoas de pele branca não pertencem à mesma raça, pois elas constituem grupos que diferem em formas e estaturas, assim como os negros, os amarelos e as pessoas de pele vermelha etc.

Em consequência, os antropólogos modernos não confiam apenas em um único aspecto estético para classificar os tipos da espécie humana, mas em vários aspectos da aparência física, quais sejam: a aparência e o tamanho do crânio.

***1 - LUSHAN, p.14**

***2 - IBN KHLIDUN p.84**

***3 -veja a revista AL-MAJALLA, vol. 8, n 2 Beirute**

Quanto a isso, HADDON*1 (HADDON p.5) reconhece diferenças de cabelo, cor de pele, estatura, formato da cabeça, formatos do rosto do nariz e dos olhos. Assim também, TAYLOR seguiu uma linha semelhante (TAYLOR p.42-43) quando classificou e descreveu os grupos humanos, mas ele adotou o índice cefálico como sua primeira referência para a classificação principal, ao passo que HADDON adotou o cabelo como o primeiro traço que diferencia as raças (HADDON p. 15 e o que segue). Os antropólogos em geral adotam o índice cefálico como uma diferença racial definitiva.

SURGIMENTOS DAS RAÇAS E SEUS NÚMEROS

Como vimos no Capítulo Um, a espécie humana surgiu e desenvolveu-se através da evolução, mas a maneira pela qual isto ocorreu é ainda obscura e incerta. Até hoje não tem sido possível determinar o lugar ou os lugares do surgimento da origem do ser humano, mas, a maioria dos cientistas apontam para a Ásia central como o provável berço da humanidade. Este é o princípio adotado por Griffith Taylor*2 - (Taylor p.5) ao formular sua teoria dividindo as raças humanas em regiões, das quais as mais remotas da Ásia central são as mais retrógradas e menos desenvolvidas, isto, naturalmente aplica-se às raças primitivas somente.

*1 - HADDON p.5

*2 - Taylor p.5

Os cientistas diferem-se entre si, quando enumeram a quantidade de raças existentes*1 (HERTZ p.20), conforme os pontos de vistas de alguns cientistas a respeito deste assunto, que divergem possivelmente porque alguns deles têm adotado muitos mais aspectos diferenciadores do que os outros cientistas.

Para sermos fidedignos quanto ao propósito deste livro, não foi necessário aprofundarmos detalhadamente neste assunto; assim achamos aconselhável conciliar entre o propósito de nosso livro e o referido assunto, dividindo as raças humanas em duas categorias: primitiva e avançada, sendo a ultima os povos originais da Ásia e da Europa. Esses povos são classificados de acordo com seus índices cefálicos em três raças principais : a raça ocidental (Westic) ou a raça dos Mediterrâneos*2 (HERTZ p.174 e o que segue). Taylor associa os Mongóis aos Alpinos; a raça nórdica (Nordic); a raça oriental (Ostic) ou a raça dos alpinos.

Nesses termos, a primeira raça (Westic) apresenta um índice cefálico alongado (paginas de 72 a 75); a segunda raça (Nordic) tem um índice cefálico intermediário (paginas de 75 a 79); a terceira raça (Ostic), cujo índice cefálico é largo e achatado de mais de 85 *3 (HADDON paginas 25 , 27 e 28), considerando-se o índice cefálico o raio entre a largura e o comprimento da cabeça ou do crânio.

***1 (HERTZ, pag. 20**

***2 - HERTZ p.174 e o que segue.**

***3 HADDON paginas 25 , 27 e 28 ,**

Estas raças são todas derivadas da raça branca caucasiana. Como era do nosso conhecimento, a cor não é uma diferença racial original e, conseqüentemente, não há barreiras verdadeiras entre os brancos e os outros com exceção das barreiras regionais. Assim a raça dos alpinos (referente ao Alpino) ou a raça dos cabeças achatados, incluindo os mongóis como visto acima.

AS RAÇAS E MENTALIDADES

As raças são uma realidade física para a qual existe uma ampla evidência e muitas certezas.

Indubitavelmente, existem entre as raças diferenças e níveis de avanço e progresso com relação à civilização, e de prontidão para o progresso entre as raças primitivas. É evidente que certas raças que se estabeleceram em vales férteis como o Vale do Nilo, o Vale do Eufrates e o Vale de Huang-Ho, ou em certas regiões férteis como a Síria, conseguem produzir elevada civilização e estavam predispostas com suas capacidades a alcançar um alto nível de progresso e assim o fizeram, enquanto outras raças que estabeleceram nos vales férteis da América não se beneficiaram disto e fracassaram em produzir ou estabelecer qualquer civilização digna de ser lembrada *1 (Mayer p.65).

***1 Mayer p.65.**

Nós sabemos que certas tribos indígenas da América do Norte se conscientizaram da necessidade de se dedicar a agricultura e começaram a plantar arroz em lugares alagados, mas nunca tentaram promover e melhorar o cultivo. Desta sorte, não houve agricultura ou preparo do solo para plantação no sentido que a civilização compreende *1 (v *1 (Mayer p.65).eja Schmidt p. 170).

As tribos Paquieri ao longo das margens do rio (Uper Shengo) na América do sul desenvolveram, arduamente, grandes esforços em destruir as florestas densas com o objetivo de usar seu solo fértil, mas a sua atividade agrária era muito limitada em cavar furo ou rachadura ou sulcos no solo para introduzir a semente, usando uma haste com uma ponta de ferro para este propósito (Schmidt p. 12). Talvez isso se deva a sua evolução incompleta, à exceção do México, onde foi descoberto um nível remanescente e avançado de civilização.

Deixando as raças primitivas antigas à parte e voltando para aquelas raças encontradas na esfera da civilização Ásia - Européia, descobrimos que elas mostraram evidentes características avançadas e elevadas, e que apesar dessas qualidades, poderíamos encontrar facilmente em cada uma delas o que LAZARUS e STEINTHAL chamaram de psicologia racial *1 (SCHMIDT p. 28)

***1 - veja Schmidt p. 170.**

***1 - SCHMIDT p. 28 .**

Esta é parte de estudos étnico–psicológicos a qual não pretendemos estudar ou examinar as manifestações psicológicas nas varias raças, ou ainda, estudar as diferenças mentais ou racionais do ponto de vista racial, mas preferivelmente estudar a psicologia racial por si mesma de forma distinta da psicologia individual.

Naturalmente, cada indivíduo tem as suas próprias características, tanto psicológicas quanto mentais, mas isto não significa que tal mentalidade seja uma base para distinguir diferenças e superioridade raciais. Em verdade, as raças têm suas próprias características mentais, mas não se deve tomar tais características como evidência para determinar uma preferência principal ou superioridade essencial.

Entre as raças civilizadas, como foi asseverado no primeiro capítulo, certamente, não se deveria deduzir através das características mentais ou psicológicas que existam talentos intelectuais especiais de raças adquiridas através da forma física, limitada pela raça e herdada dela, porque os fatos têm mostrado ser contrário. Onde havia miscigenação ou cruzamento entre as raças nos tempos antigos, a civilização era mais civilizada e avançada.

Assim é que, para preservar a pureza do sangue, Esparta proibiu a interação com os estrangeiros, mas ela era menos civilizada do que Atenas, onde o sangue misturado era comum.

Aristóteles reputava os macedônios conservadores como bárbaros, sendo que o próprio Alexandre, O Grande, afirmara que os helenos poderiam ser considerados como semi-deuses em relação aos homens macedônios *1 (HERTZ p. 157).

Há muitas evidências para provar a invalidade do dizer que cada raça que possui talentos mentais mais avançados é superior a qualquer outra. Se olharmos sob o aspecto individual e estudarmos a linhagem de uma serie de gênios, concluiremos que a pureza da raça não tem nenhuma importância.

O ilustre poeta, Alexander Pushkin, que sobressaiu-se na literatura nacionalista russa, tinha raiz negra; Pedro, O grande, tinha um general negro que, através da sua inteligência, ascendeu a um posto de engenheiro general da artilharia, adquirindo muitas propriedades e casando-se com uma dama russa pertencente à nobreza.

O neto deste negro foi Alexander Pushkin, um dos maiores poetas russos *2 (HERTZ .p. 68). Destarte, os dois famosos escritores franceses, DUMAS, pai e filho, também possuíam raiz negro *3 (HERTZ p.130).

***1 - HERTZ p. 157 .**

***1 - HERTZ .p. 68.**

***2 - HERTZ p.130.**

A teoria que a pureza racial é necessária para a superioridade intelectual, para o estabelecimento de civilizações e para o contínuo progresso tem enfraquecido muito de fato, se não, tem-se tornado completamente invalidada diante dos modernos conhecimentos científicos especialmente com respeito às primeiras civilizações.

A civilização babilônica que foi considerada pelos cientistas ou pela maioria deles, como a primeira a influenciar a tendência geral de civilização em direção ao avanço e progresso, não foi o resultado de uma única raça ou de um povo de sangue puro, como suposto nos tempos antigos, mas foi a consequência de contatos e misturas entre os sumérios e semitas *3 (Caetani , vol. 1 p. 159).

MUDANÇA RACIAL

Nós temos visto que o ser humano resultou da evolução. Ele não surgiu ou apareceu como um "homem perfeito," de forma imediata.

O homem provavelmente evoluiu do estágio de chimpanzé para o estágio de homem verdadeiro (Homo Sapiens). A evolução, ou as variedades evolucionárias fora a causa a interpretação prováveis para o surgimento das raças.

***3 Caetani , vol. 1 p. 159 .**

A opinião de alguns cientistas é que certas raças foram formadas pela fusão de duas raças, acreditando, alguns, que a estrutura humana muda de acordo com as exigências do ambiente físico, enquanto outros cientistas defendem a idéia que o fator ambiental não tem absolutamente nenhum papel na mudança racial.

Entendemos que as raças da humanidade são o resultado de um número ou série de processos evolutivos os quais ocorreram em várias circunstâncias evolucionárias e ambientais, ou seja, antes que o ambiente natural houvesse se estabelecido no estado conhecido em nossos dias, e antes que o ser humano tivesse avançado suficientemente a ponto de ser capaz de se precaver contra as variações ambientais.

Então, há consenso no sentido dos que acham que a raça é sujeita ao meio ambiente e aqueles sustentam a teoria de que a raça é independente do ambiente. As raças atuais não mudam racialmente por migrarem das montanhas para as planícies, ou vice-versa, porque a influência do ambiente não é mais tão forte sob as condições atuais de estabilidade, e porque as medidas de prevenção atuais estão disponíveis. Todavia, se as grandes mudanças, tanto geológicas, quanto cósmicas, ocorrerem, então os seres vivos e as raças humanas poderiam ser forçadas a evoluir ou serem extintas.

A opinião da qual as raças mudam pela miscigenação não foi confirmada, desde que não há evidência para apoiá-la, exceto nos lugares onde as pessoas de cabeça achatada se cruzam e misturaram com outros, em cujo caso os cabeças achatadas predominarão *1 (da medicina , Universidade Americana de Beirute, Collected Studies p. 128).

Estudos feitos por BOAS, a respeito dos habitantes da Itália, revelam que a mistura das raças não tende a produzir uma nova raça intermediária.

Na Itália, dois formatos de cabeça aparecem com variações moderadas, mas com proporções diferentes; no sul da Itália aparece um índice de proporção baixa, enquanto no norte o índice que aparece é de proporção alta. De acordo com este fato, BOAS declara : "... As possibilidades de variações destas duas formas causam o que nos vemos na Itália Central de modo que as proporções bem baixas são relacionadas ao formato do povo de norte , e mesmo a região toda tem uma grande diferenciação, sendo visível na possibilidade de um alto nível de variação. Se a mistura devesse resultar em um formato geral padronizado, então, deveríamos esperar uma variação menor.. ."

***1 – veja Kappers nr. 4 pag. 18 e coleção da medicina da universidade de Beirute pag. 128**

Esta afirmação concorda com os testes de VON LUSHEN na Turquia, os quais mostram que, na mistura racial, há uma particular tendência em retroceder aos formatos ancestrais e não a um formato intermediário*1

(KAPPERS , que cita VON LUSHEN p. 10, declara que isto está de acordo com a mistura dos judeus Sefaradins e Ashquenazins KAPPERS p. 10) .

***1 - KAPPERS , que cita VON LUSHEN p. 10, declara que isto está de acordo com a mistura dos judeus Sefaradins e Ashquenazins KAPPERS p. 10 .**

Terceiro Capitulo

A TERRA E SUA GEOGRAFIA

Entendemos que as raças da humanidade são o resultado de um número ou série de processos evolutivos os quais ocorreram em várias circunstâncias evolucionárias e ambientais, ou seja, antes que o ambiente natural houvesse se estabelecido no estado conhecido em nossos dias, e antes que o ser humano tivesse avançado suficientemente a ponto de ser capaz de se precaver contra as variações ambientais.

Antoun Saadeh

إن السلالات البشرية هي عدة تطورات أو سلسلة تطورات حدثت في ظروف وبيئات تطويرية، أي قبل استقرار البيئة الطبيعية على حالتها المعروفة الآن وقبل أن يكون الإرتقاء قد مكّن الإنسان من التحوّط ضد اختلاف البيئات .

أنطون سعاده

Terceiro Capitulo

A TERRA E SUA GEOGRAFIA

A IMPORTÂNCIA DA TERRA PARA A VIDA

Se o nosso estudo fosse a respeito da filosofia da ciência natural, o presente capitulo deveria preceder a todos os outros capítulos do livro, pois a interpretação científica determina ou prefere determinar que a terra é muito mais antiga que a vida.

Nós não podemos imaginar nenhuma vida como a nossa, ou seres vivos similares a nós, exceto em um planeta semelhante a este em que vivemos.

Não há duvida que a existência da terra (esfera terrestre incluindo água e terra) é condição essencial para a existência de vida tal qual a conhecemos. A terra em particular é condição imprescindível para a existência de organismos com sistema respiratório, que são os animais terrestres especialmente os mamíferos. No entanto, nós não conhecemos a vida senão somente na terra, e sabemos que ela somente se desenvolveu quando a terra se tornou estável e mais adequada a ela.

Se a existência da terra é a condição primária e essencial para a vida , ela seria , então ,

sem duvida nenhuma, a condição primária e essencial para a existência e sobrevivência da espécie humana.

Nenhuma das necessidades vitais do ser humano pode ser atendida e satisfeita exceto com o que encontramos na terra. Assim é que, tanto o alimento como a água, que são necessários para todos os seres vivos, se originaram da terra e do que há sobre ela.

Mas, a vida não depende de alimento e água apenas: deve haver também temperatura adequada e porcentagem de oxigênio necessária no ar.

Sob este aspecto, concluimos que a terra, apesar da atmosfera ser única, é dividida de acordo com sua natureza em regiões nas quais as necessidades da vida variam e diferem-se entre si, e em algumas são totalmente inexistentes, como nas duas regiões polares, onde o ser humano é incapaz de suportar o frio intenso e onde a vida em todas as suas formas é impossível.

A NATUREZA E O HOMEM

Como dissemos, de forma geral a existência da terra é uma condição primária e essencial à vida.

Nela ou sobre ela habitam e sobrevivem todas as criaturas vivas que conhecemos . Contudo ,

se detivéssemos neste ponto para determinar a relação da natureza com os animais e com os seres humanos, não estaríamos muito mais perto de um entendimento evidente das causas da vida dos animais e dos seres humanos.

A relação da natureza com as plantas e os animais difere da relação com o homem. A primeira relação é unilateral ou única, porque a terra fornece as necessidades vitais das plantas e dos animais sem precisar que um deles desempenhe nenhum ato intencional a fim de adequar o solo e suprir as exigências da vida.

Peguemos, por exemplo, o animal, que é o mais próximo ao homem; ele sabe apenas como satisfazer suas necessidades diretas ou coletar comida também. Se este animal pudesse obter satisfação direta da sua necessidade em um ambiente específico, ele permaneceria lá, caso contrário, se mudaria para outro lugar, enquanto a relação da natureza com o homem por outro lado, é bilateral.

Em primeiro lugar, descobrimos que o ambiente natural do homem o supre com matérias primas exigíveis para satisfazer suas necessidades; em segundo lugar, o ambiente natural é o cenário de suas ações e dos seus esforços para alcançar seu objetivo indiretamente.

A respeito disso, percebemos que a superioridade do homem em comparação aos animais se manifesta na satisfação das necessidades indiretamente - ao planejar e preparar ferramentas próprias para a caça, para a luta e para a construção etc - .

O homem fez sua ligação com a terra mais forte do que todas as criaturas viventes, pois ele é capaz de lidar com isto diretamente.

Onde não há plantas comestíveis, o homem cava, cultiva e planta, e onde grãos, vegetais e carnes não são adequados para consumo natural, o homem os prepara, cozinhando ou assando-os.

A terra adapta-se ao homem, e o homem, em retribuição , reage e adapta-se à terra . E por conta desta forte relação que o homem supera todos os outros animais na luta pela sobrevivência.

O homem adapta e prepara a terra para atender suas necessidades, mas a própria terra determina a extensão e a forma desta adaptação de acordo com o meio ambiente da região.

Enquanto o homem procura adaptar a terra às suas necessidades vitais, ele se acha compelido a conciliar as suas necessidades de acordo com as características da terra onde ele se estabelece.

A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE AO HOMEM

Dissemos que a terra é dividida de acordo com sua configuração em regiões e ambientes, tendo, cada região, características diferentes uma das outras e cada ambiente possuindo características propriamente distintas.

Tais características determinam a direção do progresso e da civilização do homem em atendimento indireto de suas necessidades, sendo que o meio ambiente é tão importante para o progresso do homem quanto a terra em relação a sua vida.

Considerando ser o meio ambiente uma parte da terra, ele também é importante para a vida do homem.

De todas as substancias necessárias para a vida do ser humano, nenhuma única é suprida continuamente pela natureza em todos os lugares de maneira a satisfazer todas as necessidades da vida, de forma direta ou indireta. Isso também se aplica ao ar , onde grandes variações tais como as montanhas dos Andes na América e as montanhas da Ásia Central, se elevam a um nível da atmosfera aonde o oxigênio é mais escasso do que a quantidade exigida para viver e trabalhar . Ali , a

respiração é muito difícil, aquele que quer subir e chegar ao ponto alto é vítima do mal e da tontura da montanha.

Como o homem difere dos animais pelo fato de satisfazer suas necessidades indiretamente, ou seja, trabalhando com ferramentas para preparar o que lhe é necessário, o meio ambiente natural ocupa um lugar de importância básica porque ele supre o homem com a matéria prima requerida para fabricar as suas ferramentas e equipamentos.

O MEIO AMBIENTE, A COMUNIDADE

A divisão da terra em diferentes meio ambientes, foi a causa direta da divisão da espécie humana em comunidades. Até o presente tempo, o meio ambiente tem determinado a comunidade, visto que o meio ambiente tem sua própria geografia e suas características como nos já salientamos.

Se a terra fosse uma planície com uniformidade única de temperatura e umidade, destituída de qualquer limite geográfico como desertos, montanhas, rios e mares, a expansão dos gêneros da espécie humana sobre a sua superfície levaria à formação de uma grande comunidade.

Por serem como são, os limites geográficos naturais têm feito com que a expansão da humanidade sobre a superfície da terra seja condizente com os meios ambientais geográficos, e sem os quais não seria possível explicar as diferentes manifestações das varias civilizações.

O meio ambiente determina a comunidade de muitas maneiras: primeiramente, pelos limites geográficos da região; em segundo lugar, pela natureza da região, como o tipo de solo, o nível de temperatura e umidade e, em terceiro lugar, pela topografia da região, tais como planícies, montanhas e rios.

Os limites fronteiros geográficos garantem a unidade da comunidade porque eles a contém e são os fatores básicos em protegê-la e porque constituem paredes naturais fortes que protegem a comunidade contra as invasões de outros grupos e outras comunidades *1 .

Vemos isso não apenas em sociedades primitivas, mas também em períodos históricos.

Dessa parte, se as montanhas dos Alpes não separassem a Gália (França) da Itália, o exército liderado por Aníbal (Hani Baal), o maior gênio militar de todos os tempos e de todas as nações, não teria sido destruído e enfraquecido no seu intento de conquistar Roma.

E, se não fosse por essas montanhas, o valente líder Asdrúbal, o irmão de Aníbal, não se acharia naquela situação crítica da qual culminou com a sua morte e determinou o destino de Cartago.*1

A natureza do meio ambiente diferencia a comunidade ao acrescentar a ela cor e forma, e em supri-la com matéria prima a fim de ajudá-la a atender e satisfazer as suas necessidades vitais tais como alimentos, vestuários, moradia e ferramentas.

A civilização de uma comunidade independente é derivada de seu meio ambiente porque as invenções e as adaptações devem ser compatíveis com as características do meio ambiente natural.

Por conseguinte, a roda cuja invenção foi grande passo para o avanço da civilização, não poderia ter sido concebida no deserto, porque a sua invenção necessitaria da existência de madeira dura como o carvalho e similar e que não estavam disponíveis em um ambiente desértico e nem seria possível usar a roda em nenhum de suas formas a fim de se tornar usual no deserto pois ela não é adequada ao seu solo arenoso.

***1 - Camil Julien, em seu livro, History of Gaul, descreve o país como uma vasta região com campos cercados, cultivados no centro e com barreiras contíguas, tanto florestas como pântanos nos limites (citado por De La Blach p.62) .**

Um dos fatos estabelecidos que possa parecer estranho, mas é, na realidade verdadeiro, é o que a substância determina a forma.

Não há duvida que cada substância tem a sua própria característica de formato, volume e de consistência, os quais oferecem certas qualidades às construções e às ferramentas feitas por eles.

Conseqüentemente, os materiais obtidos pelas comunidades humanas dos seus ambientes e usados para realizar seus propósitos carregam a marca daqueles ambientes, sendo por isso que cada meio ambiente tem seus próprios materiais com formatos particulares que são coerentes com a sua natureza mostrando suas características naturais.

A preferência do formato das casas dos chineses e dos japoneses confere uma marca particular à civilização desses dois povos, baseia-se, principalmente, no fato de que suas experiências na construção e decoração têm sido a madeira, a qual eles têm em abundância.

Vidal De La Blach nos mostra uma imagem da compatibilidade das construções de madeira feitas de materiais provindos das plantas conhecidas como sempre-vivas (arvores sempre verdes) e do ambiente natural no Japão *1-

***1 -(De La Blach, p. 239).**

Nas partes áridas no leste da Síria (Caldeia e Susã), Asistan, Ásia Central, as vilas e cidades eram construídas somente de barro e argila *1. Desta maneira, vemos que cada comunidade humana tem sido influenciada pelos materiais do seu próprio meio ambiente e adotando práticas compatíveis com a natureza daquele ambiente.

Assim que as práticas e as formas de vida das comunidades humanas têm variado de acordo com a variação das condições ambientais.

Assim também , encontramos no modo de vida antiga da Colômbia Britânica, onde a civilização era baseada em madeira, e todas as casas e ferramentas e instrumentos eram feitos a partir dela. Nas hospedarias ou hotéis havia monumentos de madeira, sendo certo que a olaria não era conhecida e a comida era cozida em recipientes de madeira sobre pedras aquecidas (De La Blach p. 207).

Por esta razão, compreendemos que a história da relação da comunidade humana que foi obtida através de terras férteis (varandas montanhosas) plantadas de todos os tipos e de frutas e planícies cultivadas com os mais variados tipos de grãos, não é a mesma história obtida a partir de desertos áridos e de solos esteireis.

***1 - (De La Blach p. 245)**

O formato da região desempenha um importante papel ao dar à comunidade suas características materiais e morais.

O clima e a natureza da atmosfera não são os únicos fatores na adaptação do homem, havendo, de igual sorte, o solo, o formato da região, a topografia e a inter-relação entre a terra e a água e, também, o meio ambiente que afeta o homem (*1).

O ambiente geográfico que consiste de vastas planícies ou que se forma de uma vasta planície dá a sua comunidade uma homogeneidade muito maior, a qual é diferente daquela adquirida pelos povos que habitam em ambientes montanhosos.

Os tipos da homogeneidade resultantes nesses dois ambientes diferentes são muito diferentes também daquela que chamamos de (homogeneidade variada) que resulta de um ambiente geográfico cujo solo é formado de montanha, de planície e de costa de mar.

No capítulo anterior, referimo-nos ao efeito do ambiente físico na cor da pele, e gostaríamos de acrescentar aqui que o efeito do ambiente natural nas características físicas não raciais é também muito forte. Boas (*2) assevera que mais

***1 - (De La Blach p. 459**

***2 - (Boas p. 47**

freqüentemente, o meio ambiente afeta diferentes pessoas de uma maneira a conduzir a mesma direção, tendo em consideração que cada órgão tem "limites de segurança", dentre os quais se adaptam às exigências do meio ambiente, tomando a forma exigida pelos fatores ambientais sem perder sua características funcionais.

Se duas pessoas diferentes fossem trazidas ao mesmo ambiente e tivessem a mesma resposta orgânica às motivações ambientais, poderíamos mesmo observar uma semelhança em aparências anatômicas particulares resultantes do meio ambiente, e não da estrutura interna.

De acordo com o que foi acima referido, vemos que o meio ambiente também prepara as diferentes formas físicas que distinguem as comunidades humanas e concluímos também que uma intercomunicação muito forte existe entre a comunidade humana e o meio ambiente nos estilos de vida, nas diferenças físicas, na evolução da civilização e nas tendências culturais.

O MEIO AMBIENTE E A PERSONALIDADE DA COMUNIDADE

Dentre os efeitos mais importantes do meio ambiente ou do território geográfico na diferenciação da comunidade, há algo que é o fator mais significativo na formação da "personalidade da comunidade". A razão para isto se deve à forte

interconexão que deu o direito de hereditariedade e causou a continuidade da semelhança física que discutimos anteriormente.

Estudemos, agora, o efeito de possuir uma terra ou uma propriedade na personalidade do possuidor ou proprietário.

Afirmamos que a terra ou a propriedade, pode tornar-se, até mesmo, parte de sua personalidade, porque, sem ela, seu estilo de vida, sua posição social, e seu modo de vida seriam totalmente diferentes.

Se a propriedade permanecesse no poder da família através da herança, ela se tornaria uma parte da personalidade familiar, confirmando sua posição social e preservando seu status.

Deduzimos, a partir daí, que a propriedade deve ser a coisa mais importante para o proprietário, até mesmo mais importante do que ele seja, porque, a pessoa é mortal enquanto que a propriedade continua em razão da herança.

Se, por exemplo, um homem possuísse uma fazenda que ocupasse um grande espaço da terra, suficiente para ele e sua família, então, a personalidade daquele homem e sua posição social dependeriam de suas posses e propriedades, sendo que, no caso de sua perda, sua personalidade e sua posição social mudariam.

Isso ocorreu, por exemplo, aos príncipes russos, quando a revolução bolchevique confiscou as propriedades daqueles príncipes, compelindo-os a trabalharem como motoristas e serventes, após terem levado uma vida principesca.

Por conta disso, asseguramos que a personalidade da comunidade é intimamente ligada à terra que ela possui, acrescentando-se, também, que a essência da personalidade da comunidade depende do meio ambiente que é a pátria.

O MEIO AMBIENTE E A HISTÓRIA DA COMUNIDADE

Um dos fatos comprovados e fundamentados cientificamente é a impossibilidade do desenvolvimento de uma comunidade agrária estabelecida no deserto; enquanto o vale fértil encoraja a comunidade humana a cultivar e plantar, isto não seria usualmente adequado para a residência dos nômades.

Se aceitarmos o fato como prova da importância básica da terra na distinção das comunidades humanas, perceberemos, doutro lado, que a terra exige uma comunidade que seja apta e qualificada a beneficiar-se dos recursos da terra.

Quando uma comunidade humana, sem experiência de cultivo de plantaço, estabelece-se numa terra fértil, nenhuma civilização estável e

avançada poderá surgir, como no caso dos vales e planícies férteis da América que permaneceram desabitados até a chegada dos novos povos, que possuíam uma avançada experiência com relação a natureza do solo e sua prontidão para beneficiarem-se destas planícies férteis (*1).

A partir do narrado, concluiremos que a natureza e o ambiente geográfico constituem a camada interna da história da vida do ser humano . Contudo , apesar deles diferenciarem a comunidade, no contexto da história da comunidade, eles não suprimiram necessidades (*1-MAYER Vol.1 part.1 p. 65), exceto raramente e em casos excepcionais, ao invés disto eles fornecem recursos e potencialidades (*2).

A história não é escrita pela natureza da terra, apesar de ser ela um dos mais essenciais fatores para a formação da historia.

Os fatores decisivos na vida dos seres humanos e no desenvolvimento daquela vida são fatores psicológicos mentais e individuais.

A comunidade, apesar de fortemente afetada pelo fator ambiental, é obrigada a se beneficiar da base natural como todas as comunidades avançadas e civilizadas ou negligenciá-la de acordo com sua aptidão e sua vontade.

***1- (MAYER . vol. . 1 part. 1 p. 65) .**

***2 – Mayer , vol.1 p. 66**

Retornando ao que declaramos no início deste capítulo, a regra que podemos deduzir deste estudo é a seguinte: não há seres humanos onde não há terra, nenhuma comunidade onde não há meio ambiente e nenhuma história onde não há nenhuma comunidade humana.

Quarto Capitulo

OS SERES HUMANOS EM SOCIEDADE

A regra que podemos deduzir deste estudo é a seguinte: não há seres humanos onde não há terra, nenhuma comunidade onde não há meio ambiente e nenhuma história onde não há nenhuma comunidade humana.

Antoun Saadeh

يمكننا استخراج القاعدة التالية من هذا الدرس وهي :
لا بشر حيث لا أرض ، ولا جماعة حيث لا بيئة ، ولا
تاريخ حيث لا جماعة .

أنطون سعاده

Quarto Capitulo

**OS SERES HUMANOS EM
SOCIEDADE**

**SOCIABILIDADE DO HOMEM E SUA
ANTIGUIDADE**

Há teorias divergentes quanto à evolução do ser humano, ou seja, se começou ela a partir do estado símio, o qual estava a um passo em direção ao seu desenvolvimento progressivo ou se o símio era um produto inferior surgido durante a evolução que resultou a humanidade (*1).

Porém, no que concerne a essas teorias, não há duvida de que o homem, a partir do ponto de vista estatístico, se insere em uma categoria de animais gregários, ou aquelas espécies de animais cujos membros vivem em grupos como as abelhas, formigas, alces, veados, lobos, ovelhas etc.

*1 - De fato, não é crível supor-se que um símio degradou de um estado humano ou de um estado pronto para evoluir ao estado da humanidade. O máximo que pode ser considerado a este respeito é a tendência crescente dos macacos aptos para habitar as florestas e ir mais alem, se especializando neste estado

A sociabilidade é uma característica inerente aos homens de todos os gêneros, existindo em um estado de sociedade ou sociabilidade onde quer que seja encontrado, e qualquer que seja o seu nível ou grau de degradação ou de desenvolvimento progressivo. É o estado e o lugar naturais que são essencialmente necessários para a vida do homem e do seu progresso.

Pelo fato de o homem se achar somente em um estado de sociabilidade e pelo fato dos remanescentes desta sociabilidade terem sido descobertos nas camadas geológicas, temos sido compelidos a afirmar que a sociabilidade humana é tão antiga quanto a própria humanidade, provavelmente até mais antiga, e que isto é uma característica hereditária da humanidade (*1).

Achamos ser isto possível mesmo se fosse provado que o homem e o chimpanzé são inter-relacionados em laços parentescos (*2).

*** 1 - WEINERT s H. URSPRUNG, p. 339 –**

*** 2 - WEINERT s URSPRUNG, p. 194.**

Weinert, em sua obra acima, particularmente nas páginas 10/197, asseverava que os gorilas/chimpanzés/homens eram de uma determinada classe e que a relação entre o homem e o chimpanzé era muito forte. Afirmou, inclusive, nas páginas 302/330, que o chimpanzé e o homem se ramificaram em um ponto mais alto da árvore da vida do que os gorilas e outras criaturas mais baixas, ou em um ponto no tronco daquela árvore não alcançado pelo gorila (*1 - WEINERT s URSPRUNG, p. 85).

Se o homem se insere estaticamente em uma categoria de animais gregários, isto não significa dizer, de modo algum, que exista entre ele, os animais e os insetos uma relação ou parentesco social que permita a formação de um critério ou regra geral a eles aplicável, como alguns escritores de sociologia haviam pensado e continuam pensando.

Um dos erros mais graves nos quais esses escritores têm caído é a tentativa de aplicar as condições sociais humanas aos aspectos manifestados pelos animais e insetos , concluindo regras sociais sobre este agrupamento ou agregação.

Se na forma de vida dos animais e dos insetos gregários, houvesse algo que pudesse beneficiar o homem, não deveria consistir no fato do gregarismo, mas em outros fatos que chegaram ao estudarmos todos os animais e insetos gregários.

Na verdade, há na vida leis gerais que se aplicam a todos os organismos vivos, tanto seres gregários, quanto não gregários. No entanto, nos tipos gregários, há um benefício mais específico que consideraremos e entendermos na seção seguinte.

Aspecto biológico da sociabilidade

Ao estudarmos atentamente o aspecto biológico da sociabilidade, à luz do mundo dos insetos e dos animais inferiores, descobriremos fatos de grande importância e utilidade. Observaremos, por exemplo, que os animais ou insetos que não demonstram muito cuidado por seus ovos ou células reprodutivas, produzem um grande número das mesmas células. A regra é que o número de ovos diminui com o aumento de cuidado pelo produto (*1).

***1 - (LEGEWIE , H. ABS . p.13)**

Este fato nos permite-nos entender muito a respeito das razões do comportamento dos animais e dos insetos deste tipo.

A segunda observação nos auxilia a entender os tipos de vida social entre os insetos e os animais inferiores. O papel do macho na preservação da espécie normalmente termina com a fertilização, a qual mais freqüentemente acontece apenas uma vez. Depois disto ele deixa de ser importante para o cuidado do produto (*1).

Se o homem está de acordo com todos os animais e organismos vivos devido ao principio da preservação das espécies e do cuidado dos filhotes, as circunstâncias ou a aplicação deste principio pelo homem difere daquelas aplicadas pelos animais.

Os insetos e outros animais inferiores que freqüentemente são dados como exemplos de associação ou sociabilidade, como as formigas e as abelhas, distinguem-se dos animais superiores e do homem em seus instintos biológicos.

***1 - (LEGEWIE , H. ABS . p.13)**

Os membros dos grupos das abelhas ou das formigas não têm o vigor ou a urgência sexual, sendo que a sua união ao redor de suas rainhas é limitada, exclusivamente, ao único objetivo de preservação da espécie.

Levando adiante nosso estudo do mundo dos insetos e dos animais inferiores, a partir do aspecto biológico, descobrimos que há certos tipos de vespas que levam uma vida de individualidade absoluta.

Examinando esta manifestação da vida das vespas, diferentemente das abelhas, observamos que essa diferença é causada pelo vigor sexual das vespas, sendo seu sistema de reprodução, quando completo e maduro, a única razão aparente pela qual nós podemos explicar a sua vida individualmente, da mesma forma que a fraqueza ou a atrofia do sistema reprodutivo das formigas e das abelhas, é o fator mais forte que os impelem a congregar ao redor das suas rainhas e dos seus ovos.

Para evitar qualquer discussão que possa distanciar-nos do propósito desta obra, não pesquisaremos com maior profundidade este assunto, visto que, o nosso objetivo em dissertar sobre alguns dos aspectos biológicos da agregação dos

animais, foi para demonstrar através de evidências e exemplos que a sociedade entre os seres vivos ocorre de muitas maneiras, e que cada espécie tem características particulares as quais não sobrepõem aquelas para nenhuma outra, e que a aplicação da sociabilidade humana às manifestações da agregação dos insetos e dos animais inferiores, ou de vice-versa, é um erro enorme, causado por aqueles que ignoram os inúmeros fatores biológicos nas diversas espécies de agrupamento ou agregação.

Independentemente de ser a sociedade humana herdada de um período pré-humano ou se ele ocorreu depois do surgimento da humanidade, o que nos interessa aqui é que é uma realidade inerente à humanidade, e que suas características são inseparáveis das características do homem, isto é, impossível aplicar-se o critério e os sistemas da agregação animal sobre o homem, ou medir e avaliar a sociedade humana como se fosse uma sociedade animal de algum modo.

A CONTRARIEDADE ENTRE A SOCIEDADE HUMANA E A AGREGAÇÃO ANIMAL

Em nosso estudo do aspecto biológico da sociabilidade, vimos que a preservação da espécie foi a característica mais proeminente e notável das comunicações dos insetos e dos animais inferiores.

Podemos acrescentar também a isto, a característica ou o aspecto de alimentação, o qual é quase certamente um ato que tem a função de auxiliar as primeiras características e suas exigências, desde que encontremos no estilo de vida de certos tipos de vespas e outros insetos as funções cerebrais e suas manifestações ou atitudes resultantes, como a procura por comida e o cuidado do produto, que aumenta ou diminui no animal sexuado (a rainha) de acordo com o decréscimo ou o aumento das causas do cuidado pelo produto (isto é, a diminuição ou o aumento de números de trabalhadores e o resultado de diminuição ou aumento de quantidade de alimento (*1).

***1 -EGEWIE , ABS,p.121)**

que formaram a colméia, também, outro fenômeno digno de consideração, qual seja, o fato da rainha entre tais insetos ter um cérebro menos desenvolvido do que os cérebros das operárias, ou em outras palavras, que as operárias têm cérebros mais desenvolvidos do que o cérebro da rainha (*1).

Conseqüentemente, constatamos que a colméia consiste em uma rainha, raramente mais, com um sistema reprodutivo mais desenvolvido, bem como um cérebro subdesenvolvido, consistente, também, de operárias, com um sistema reprodutivo subdesenvolvido e um desenvolvimento cerebral excelente e distinto.

Quanto aos seres humanos, apesar do inegável papel exercido pelos fatores operantes na preservação da espécie, não pode ser apropriadamente comparada com aquelas da agregação dos insetos, porque as razões para tal agregação são inadequadas ao homem.

O vigor sexual em cada ser humano garante a sobrevivência da espécie, como tem sido garantida a sobrevivência do gorila em sua vida individualista ou social.

***2 - (LEGEWIE , ABS. p. 119**

O homem não é compelido por sua natureza física ou qualquer outra a congregar pelo propósito de produzir crias; nem ele está entre aqueles animais que são fracos e indefesos, que a agregação e a reprodução profusa constituem seus fatores de sobrevivência mais fortes.

As características físicas do homem, tal qual a sua postura ereta que libera suas mãos para serem usadas, qualifica-o a preservar a espécie através do individualismo ou dualismo por lhe dar vantagem a prevalência sobre os seus oponentes ou adversários.

Registre-se, a propósito, que a sociabilidade humana não é uma necessidade biológica para a preservação da espécie como no caso dos insetos gregários.

Deixando de lado o aspecto biológico e prosseguindo somente no que toca às diferenças sociais, encontramos na sociedade humana duas manifestações que não se encontram em outro agrupamento: a primeira manifestação é a aptidão do indivíduo em ver surgir e desenvolver a sua própria personalidade; a segunda, é a capacidade da comunidade em adquirir sua própria personalidade, a partir de suas

qualificações particulares e das características de seu meio ambiente.

Estas duas manifestações básicas que distinguem fortemente a sociedade humana por suas características não existem no mundo dos insetos e dos animais inferiores, nem no dos animais mais superiores do mundo, muito menos no das formigas, abelhas, ovelhas, lobos e nenhum dos animais superiores, como os macacos, que não possuem quaisquer das características dessas duas manifestações.

No entanto, há diferença básica primária, a qual adota ações humanas e sociabilidade humana com a qualidade independente invalidando toda comparação social entre o homem e o animal, cuja diferença reside no aspecto do pensamento que é muito importante para a vida e a sociedade humana. Isto não anula o que havíamos afirmado quanto ao efeito de ser o estudo da agregação animal e de suas características um grande benefício ao homem e sua sociedade, mas este benefício pode apenas ser obtido através de um estudo cuidadoso e minucioso para especificar a natureza deste benefício.

Tomar as manifestações de agregação e agrupamento como uma base para a formulação de regras gerais aplicadas tanto à agregação animal quanto à sociedade humana, é freqüentemente inútil e pode ser até mesmo prejudicial.

O benefício básico específico que pode ser derivado do nosso estudo da vida social e não social dos animais, encontra-se ou concentra-se na relação dos animais com o meio ambiente e no fato que suas ações resultam da interação dos três lados do triângulo: corpo, alma (cérebro) e meio ambiente, ou nomeie-os por outros nomes que desejar ou achar mais conveniente para os propósitos de seu estudo ou de sua pesquisa.

Se a vida dos animais gregários ocorre neste triângulo, a vida do homem também assim ocorre.

Ao aplicar essa mesma base tanto para o homem quanto para o animal, podemos, por experimentação, determinar as diferenças essenciais entre as duas vidas, de modo a compreender o meio ambiente a partir do ponto de vista psicológico, como a consciência sentimento, vontade, pensamento, imaginação e outras manifestações. Entender, pois, o meio ambiente , a partir deste ponto de vista

psicológico, não é algo que possa ser descoberto em animais.

Esses fenômenos psicológicos são todos importantes na vida social do homem e na compreensão do seu meio ambiente, sendo, assim, vemos que o assunto em questão para exploração sociológica não é o mesmo para homens como o é para animais.

Essas manifestações sociológicas dos animais, similares que são ao significado do fenômeno social humano, tal como a tirania, cooperação, compreensão mútua, dança, lazer, posse, imitação etc, têm levado alguns sociólogos, tanto os antigos quanto os modernos, a falar da vida social dos animais em termos que usualmente expressam a vida social dos homens; o fato é que não há justificção para atribuir manifestações no mundo animal como algo equivalente às manifestações no mundo humano, encontrando uma conexão entre os dois mundos através de várias semelhanças gerais aparentes, e tomando aquilo como uma base para explicá-los ou discuti-los em respeito ao homem, como se discutisse alguma coisa biologicamente evidente.

A aplicação dos exemplos sociais do animal para o homem deveria ser revertido

adequadamente, isto é, dizer do homem para o animal.

De certo, há muitas manifestações no mundo social dos animais que, de alguma forma, lembram manifestações na vida social humana. Porém, quão satisfeitos e convencidos estamos quando afirmamos: "isso é observado nos animais também". Qual é o valor do nosso contexto social, nossa cultura etc., se a nossa vida social não é nada além de uma aplicação dos exemplos tirados do mundo animal ?

A DISTRIBUIÇÃO DA HUMANIDADE E O SURGIMENTO DAS COMUNIDADES

A partir dos fatos científicos constatados por continuadas pesquisas, sabemos que os seres humanos existiram em todas as regiões geográficas da terra, adequadas a eles, com exceção da América e Austrália, desde tempos muito antigos, quando a humanidade se encontrava em um estado primitivo de selvageria.

Esse fato tem sido provado pelos remanescentes humanos descobertos por paleontólogos em diversas partes do mundo, como aquele do homem da China, o homem de Java e outros.

Através dessas evidências e de outros achados dos antropólogos e etnólogos, deduzimos que a humanidade foi distribuída em raças que surgiram ou desenvolveram-se sob condições peculiares.

A referida distribuição ou espalhamento deve ter ocorrido, acorde com alguns cientistas, como Griffith Taylor, da Ásia central, através do desenvolvimento das raças subseqüentes as quais empurraram as raças mais antigas em direção às extremidades ou, de acordo com outras teorias, como uma que declarou que as raças foram formadas sob a influencia de isolamento em um meio ambiente particular com o passar das eras ou, a outra teoria que afirmou que a humanidade primitiva consistia de raças distintas que adquiriram suas características físicas permanentes em tempos muito antigos e se tornaram imutáveis, mesmo através da migração e da mistura com outras raças.

Esta é a teoria defendida por um grupo de antropólogos e geógrafos como o De La Blach*1

***1 -(De La Blach. p. 448, o qual Kappers em seus mencionados estudos) e outros.**

As citadas teorias fazem da dispersão da humanidade uma doutrina científica apoiada por evidências, notadamente se estudarmos etnografia (ethnographie) e percebermos a extensão do espalhamento das raças humanas na superfície do planeta Terra.

Naquele estado primitivo de selvageria, a ligação de sangue era o meio principal da aplicação do princípio econômico da sociabilidade humana – o princípio de cooperação para obter ou ganhar alimentos-. O homem naquela época era um caçador que se alimentava de sua caça e então procurava ou perseguia os animais mais fáceis para serem caçados e que possuíam carne comestível mais deliciosa.

Desta maneira, a humanidade viajou ao redor da terra em grupos – clãs e tribos – cada um ligado ao outro por laços de sangue, desde que o laço de sangue fosse o fator principal e importante para realizar a ligação sócio – econômica, não permitindo a expansão e a ampliação do grupo, porque com a expansão e a ampliação, o laço sanguíneo se tornaria fraco e perderia a sua vitalidade.

Portanto, os clãs tinham uma ligação mais próxima do que as tribos, e as tribos eram o máximo que o laço sanguíneo poderia sustentar.

A migração dos grupos humanos ao redor da terra conduziu a dispersão das raças humanas em tribos que se distanciaram uns dos outros e perderam seus laços de associação porque não havia mais objetivo econômico, e porque a relação sanguínea não era mais útil em qualquer das necessidades da vida, desde que a solidariedade e a cooperação se tornaram impossíveis com os diferentes meios-ambientes e longas distâncias.

As pequenas e grandes migrações continuaram e tomaram muitas direções diferentes, onde as tribos raciais eram empurradas a um lugar remoto no qual ficavam isoladas, mantendo a pureza de seu sangue e, provavelmente, capazes de permanecer ao nível de progresso que haviam alcançado antes de seu isolamento, por um longo período de tempo.

Como resultado de tais migrações, alguns grupos raciais seguiram ou encontraram outros grupos estabelecidos perto deles e se confrontaram ou se relacionaram com eles.

Mais freqüentemente, os grupos atrasados, primitivos ou bárbaros mantinham a pureza de seu sangue porque, em função do seu estado retrógrado, eles não estavam conscientes de qualquer laço social.

Com o crescimento desses grupos e com sua civilização primitiva, eles fracassaram em lidar com esse crescimento de uma maneira que preservasse a unidade do grupo, e como consequência eram forçados a se dividir em clãs e tribos.

Onde os grupos raciais se tornaram isolados em uma região da terra separada de outras regiões por fatores geológicos, como provavelmente teriam sido os casos da Austrália e da América*1(Taylor, p.16 -18), acabaram por estar aptos à evolução e ao desenvolvimento social, segundo este padrão sem se exporem de forma muito perigosa, a ponto de colidirem ou se atritarem uns com os outros, situação que teria resultado em uma miscigenação sanguínea e perda de identidade sanguínea racial.

Por outro lado, onde os fatores geológicos e geográficos facilitaram as sucessivas migrações, o assentamento em

***1 - Taylor, p.16 – 18**

regiões férteis e o contato direto com os grupos humanos vizinhos, como na Ásia e na Europa, fizeram com que os grupos raciais logo se juntassem, se comunicando e estabelecendo contato uns com os outros, além de se aglutinarem, resultando no processo de assentamento e utilização da terra, cujo processo deu origem ao urbanismo e ímpeto à civilização.

E o mesmo ocorreu na África, no Arquipélago Polinésio, assim como na América.

Na África, as tribos PANTO espalharam o seu idioma em mais de dois terços do continente africano, a 40 graus de latitude, em um curto período de tempo*1 (HERTZ, p. 7), sendo que as tribos Melanésias espalharam-se sobre a vasta área das ilhas do pacífico e da Polinésia, consistindo de 210 graus de longitude e 80 graus de latitude*2 (HERTZ,p.78).

Com relação aos fatores favoráveis à miscigenação, descobrimos que dois são os fatores mais distinguidos: exogamia e guerra.

***1 - HERTZ, p. 7**

***2 - HERTZ,p.78 .**

A exogamia é um costume social que proíbe casamentos entre membros da mesma tribo e somente permite casamentos entre homens de uma tribo com mulheres de outra. Na verdade, o referido regime de casamento é mais do que um costume, ele é de fato uma regra de honra*3 -HERTZ p.79

Se as tribos de duas ou três raças são levadas por fatores de migração na mesma direção, a ponto de causar interferência e interação entre elas, seja através da guerra, da troca de produtos

***3 -HERTZ, p.79 .**

ou através da exogamia, o resultado é um sangue misturado, constituindo-se no ponto de partida a um surgimento de uma comunidade humana mais desenvolvida, passando as tribos a viver sobre o mesmo solo.

Em vista do exposto, podemos dizer: se o desenvolvimento da humanidade e das raças humanas pudessem ter formado a comunidade econômica humana sobre a base de laços sanguíneos, como primeiro laço, segundo o que temos visto neste capítulo, concluiremos que os fatores da

vida humana que causaram a dispersão da humanidade, seja na procura de alimentos, de refugio dos inimigos ou por causa de outras circunstâncias invencíveis, logo causaram a formação de uma comunidade humana.

Essa ocorrência deve-se a dois fatores: fator da economia e fator de associação social, baseada na mistura de sangue, formando uma comunidade maior que a mistura de grupos menores, sob condições de existir os elementos essenciais para formar uma comunidade maior, tais elementos como a estabilidade, meio ambiente adequado, condições e capacidades prontas para realizar a interação e inter-fusão.

Onde estas exigências elementares não são satisfeitas, o estado primitivo permanece, e a associação humana continua a ser alicerçada no laço sanguíneo, que é restrito a modos específicos de vida que são limitados sem nenhuma esperança de progresso sob tal sistema.

Este é o caso de muitas tribos da África, Ásia, América e das ilhas do oceano pacífico.

Em função do que vimos previamente concluímos que a sociabilidade humana se divide em dois tipos principais: a sociabilidade humana primitiva, que tem o laço sanguíneo como laço econômico social e a sociabilidade humana avançada, que se baseia no laço econômico social derivado das exigências vitais necessárias da comunidade para o avanço e progresso, independente do sangue e do tipo racial.

O primeiro tipo da sociedade abrange os povos e as tribos que viviam em um estado nômade ou de barbarismo, enquanto que o segundo tipo da sociedade, inclui aqueles povos que adotaram o curso da civilização e criaram a cultura avançada.

Quinto Capitulo

A SOCIEDADE E SUA EVOLUÇÃO

A sociabilidade humana se divide em dois tipos principais: a sociabilidade humana primitiva, que tem o laço sanguíneo como laço econômico social e a sociabilidade humana avançada, que se baseia no laço econômico social derivado das exigências vitais necessárias da comunidade para o avanço e progresso, independente do sangue e do tipo racial.

Antoun Saadeh

إن الإجماع البشري يقسم الى نوعين رئيسيين ، الإجماع الإبتدائي ورابطته الإقتصادية الإجتماعية هي رابطة الدم ، والإجماع الراقى ورابطته الإقتصادية الإجتماعية مستمدة من حاجات الجماعة الحيوية للإرتقاء والتقدم بصرف النظر عن نوع الدم ونوع السلالة .

أنطون سعاده

Quinto Capítulo

A SOCIEDADE E SUA EVOLUÇÃO

A sociedade nômade ou selvagem

Como vimos no final do capítulo anterior, a sociabilidade humana é composta por dois tipos principais: primitivo (Primitive) e avançado (*1).

O primeiro tipo pertence às raças primitivas e aos povos atrasados, nômades que são os inferiores das raças desenvolvidas, enquanto que o segundo tipo abrange aquelas raças que produziram as civilizações e adotaram os meios de avanço e progresso.

A classificação acima mencionada leva-nos através de uma observação acadêmica para concluir que a espécie humana, do ponto de vista social, se manifesta sempre em dois aspectos distintos, tais como: sociedade selvagem ou nômade e sociedade urbana ou civilizada.

A selvageria ou nomadismo é um estado resultante de uma de duas razões: a da evolução paralisada ou estagnada que caracteriza as raças primitivas selvagens e a de o estado

***1 - Os estágios sucessivos da evolução humana serão discutidos no decorrer deste capítulo.**

Aqui restringiremo-nos a essa classificação porque ela está mais integrada ao nosso propósito, que se concentra em torno da associação de assentamento urbano mais avançado, juntando todos os estágios inferiores sob o mesmo cabeçalho, ao passo que, por uma questão precisão, estas deveriam ser, por sua vez, divididas em dois tipos: selvagem e bárbara, de modo que a associação humana possa manifestar-se em três estágios: selvageria, barbarismo e civilização.

A selvageria ou nomadismo é um estado resultante de uma de duas razões: a da evolução paralisada ou estagnada que caracteriza as raças primitivas selvagens e a de o estado retrógrado, causado pela deterioração do meio ambiente, como provavelmente foi o caso na Península da Arábia (*1).

Forçando alguns grupos a emigrar e a outros a adotar o nomadismo como modo de vida ou por reversão a um estado especial tal como a caça, o pastoreio ou similares .(*2)

(*1)- Essa teoria será discutida e analisada com mais detalhes em relação ao nosso estudo da origem dos semitas no segundo livro deste trabalho. Somente referimo-nos aqui à teoria defendida por CEATANI (Ceatani vol. 1) ao efeito que, durante a era glacial, a Arábia era a região mais adequada para o assentamento e estabelecimento dos humanos naquela área. Depois da última era glacial, a natureza da terra mudou, e o solo começou a deteriorar-se com lentidão extrema, destruindo a cultura que lá existia. (CEATANI . vol. 1 , p. 276), e forçando alguns grupos a emigrar e a outros a adotar e acostumar-se ao nomadismo.

(*1) - Como modo de vida ou por reversão a um estado especial tal como a caça, o pastoreio ou similares, MULLER (LEYER , p. 85 -88) não acreditava que a evolução invariavelmente aconteceu do estágio de caça ao pastoreio, então para agricultura e, finalmente, para a civilização, mas ele achou que houve casos de reversão no processo em questão. Preparar implementos de defesa, de caça, como também de capinar, tudo isso exige cooperação na indústria

De qualquer sorte, entendemos que a estabilidade da sociedade em estado selvagem ou nômade afasta aquela sociedade para fora do estado da evolução, no sentido correto da palavra e quase deixando-a fora deste capítulo.

Entretanto, em vista de ser o nosso desejo esgotar esse assunto, tornando-o mais completo e proveitoso ao nosso objetivo, lidaremos com os fatos concernentes a este tipo de sociedade antes de dedicarmos-nos ao assunto da sociedade urbana desenvolvida, a qual exigira toda a nossa atenção, neste e noutros capítulos .

Se a sociedade selvagem ou nômade não evolui no sentido verdadeiro, invariavelmente representa um estágio do desenvolvimento humano social com suas características, o qual é bom entendemos.

AS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE NÔMADE

Antes de pesquisar o assunto deste capítulo, devemos afirmar um fato necessário para compreender a estrutura da sociedade e as condições sociais em geral, mesmo em suas formas mais complexas. Tal fato é o da necessidade econômica da sociabilidade humana.

O laço econômico é o primeiro laço social na vida do homem ou a base material na qual o homem constrói sua civilização e realiza seu progresso. Nós não poderíamos imaginar uma sociedade construída e estabelecida sobre uma outra base que não seja a cooperação econômica.

A satisfação das necessidades vitais indiretas e a compensação da escassez das substâncias necessárias, foram referidas no início do terceiro capítulo. Demais disso, a morfologia do homem torna sua vida dependente da satisfação indireta de suas necessidades, isto é, através do trabalho e da sua capacidade inventiva que ajuda a superar as dificuldades. Ele sempre é compelido a satisfazer a urgência ou desejo ao progresso e a compensar sua perda causada pela velocidade de deslocamento, condição de pular e falta de garras para Preparar implementos de defesa, de caça, como também de capinar, tudo isso exige cooperação na indústria, na agricultura e na perseguição ou caça de aves e outros animais.

***IBN KHALDUN*, no seu conhecido e famoso Prolegômena, fez um estudo valioso sobre o assunto da cooperação. Sendo assim, a economia foi o ponto de partida no estudo dos estados da sociabilidade humana, e ainda entendemos que o estado econômico algumas vezes influencia as condições biológicas (veja o quarto capítulo).*1 e entendemos também que o desenvolvimento social esta sempre proporcionalmente de acordo com o desenvolvimento econômico .**

Podemos agora avançar facilmente ao exame das características ou qualidades da sociedade nômade ou selvagem. O primeiro detalhe a ser observado neste tipo de sociedade é que seu nível ou padrão econômico permanece em um grau absolutamente primitivo, apenas um pouco superior do que aquele em que a satisfação direta das necessidades vitais para a substância, sendo que dentre as manifestações deste nível está a ausência da indústria ou sua limitação à fabricação de certas ferramentas essenciais, particularmente as de madeira, como as estacas, ripas de apoio, varas e preparo de certas palhas e plantas para telhados e paredes das cabanas (grupos primitivos) ou a tecelagem de lã e pêlos para fazer tendas, além de algumas vestimentas (pequenos grupos nômades).

As exigências para a sobrevivência dos grupos daquele estágio estão limitadas ao essencial e raramente excediam àquelas necessidades, sem mencionar o superficial ou os luxos.

Em sua Prolegômena, *KHLDUN IBN* (p.120 – 122) classifica as exigências da vida em três categorias: essenciais, necessárias e superficiais ou voluptuárias.

Muitos grupos procuram satisfazer suas necessidades direta ou indiretamente; essas necessidades são limitadas à obtenção de qualquer tipo de alimento, substância básica e abrigo das catástrofes naturais ou dos animais selvagens predatórios;

Semelhantes a estes são os pequenos grupos nômades, ocupados, principalmente, com a caça, coleta de comida das plantas naturais (trabalho de mulheres) e plantio de certas sementes de uma forma primitiva e tosca.

Em nosso Oriente Médio, os beduínos suprem as suas necessidades de substâncias de uma forma direta ou quase direta, ao se alimentarem de leite de camelos e de tâmaras, até porque sua vida econômica era centralizada na criação de camelos, atingindo, ocasionalmente, ao nível pastoral e à criação de cavalos. Suas casas, dessa arte, eram feitas de cabelos e de lã, assim como suas roupas, cujas atividades eram acompanhadas do cultivo primitivo empreendido pelos aldeões.

As condições sociais nessa sociedade, ou nesses grupos sociais, eram necessariamente conseqüentes e compatíveis às suas circunstâncias econômicas. Seu sistema social baseava-se no laço sanguíneo o qual termina com a tribo, compondo que cada indivíduo era equivalente ao outro indivíduo, sem nenhuma diferença ou distinção, pois, seu valor era geralmente o quantitativo geral, mais do que o qualitativo particular, porque a ausência de civilização e a falta de demanda de exigências necessárias e luxuosas anulavam os talentos pessoais e eliminavam as qualidades individuais.

Ademais, constatamos também que aquele sistema era desprovido de direitos pessoais e de propriedades privadas ou de qualquer coisa deste tipo que pudesse existir de forma vaga e primitiva.

Nos estudos das condições entre os beduínos encontrados em nossa vizinhança, constatamos que o indivíduo era tido e considerado apenas como uma unidade numérica, tanto na tribo nômade, como na tribo sedentária.

Na condição do sistema tribal, nômade ou sedentário, pertencer a uma tribo específica era essencial (CEATANI, vol.1 p. 97). A partir deste fato compreendemos a importância da vingança, que significa um direito tribal, não individual, isto é, um direito que pertencia a tribo, não ao indivíduo, como veremos mais tarde.

A perda da propriedade privada era vista sob a luz da inaptidão individual em defender sua propriedade por si só, e o fato que se qualquer membro da tribo perdesse seus pertences, então todos os outros membros da tribo deveriam compensá-lo pela perda, cada qual com suas próprias posses (CEATANI, vol. 1 p. 97) - veja também MYER ,vol.1 segunda Parte , p. 333).

Ambos os grupos, o primitivo e o bárbaro, tinham gostos e costumes sociais comuns em vista de seus níveis econômicos tão próximos ou combinados; sendo assim, a hospitalidade imposta por suas condições de vida era uma característica comum de todos, assim sendo as relações entre eles, particularmente seu tratamento com as mulheres, carregando cargas, colocando-as no dorso dos animais ou colhendo plantas para alimento, eram trabalhos das mulheres entre os grupos nômades e primitivos*1

***1 - (veja MULLER-LYER p. 72 e CEATANI ,vol.1 p.335, ao citar que as mulheres se levantavam ao alvorecer para desmontar as tendas, arrumá-las, juntar e acondicionar os utensílios e ferramentas, carregar os camelos e desenvolver outros trabalhos pesados enquanto os homens se reuniam ao redor do fogo).**

Conta-se, por exemplo, sobre a generosidade dos beduínos árabes, cavalheirismo, consciência da honra e da hospitalidade bem como a respeito dos povos da Terra do Fogo, dos Índios Americanos, dos Fijiis e dos Tongas. (HERTZ, VIERKANDT, AVV.p.2). As qualidades comuns mencionadas eram fortemente evidentes entre os povos que não foram influenciados pela cultura agro-comercial.

Tem-se, de igual sorte, que as condições escassas de substância obrigaram tais grupos a restringir suas forças psicológicas a algumas manifestações limitadas.

Observamos, também, que esses grupos tinham os mesmos gostos até na comida; por conta sua fome, eles engoliam seus alimentos de uma maneira que não permitiam saboreá-la como as comunidades civilizadas.

Determinados cientistas consideram que o nível de saborear a comida é apreciado a ser uma das diferenças entre os povos primitivos e os mais avançados e desenvolvidos.

Todos essas comunidades ou grupos não sabiam nada a respeito da distribuição do trabalho que era uma característica das comunidades mais desenvolvidas *1

***1 -(a cooperação entre homem e mulher na vida e na aceitação de um aspecto especial por cada um não pode ser considerada com "distribuição de trabalho", com exceção em uma maneira puramente primitiva**

Por mais que fosse socialmente elevado o nível daqueles grupos não podiam alcançar o alto grau ao qual era representado pelas sociedades, e outras instituições em sociedades civilizadas que, por sua vez, representavam atitudes individuais e pensamentos independentes, livres dos indivíduos que constituíam a totalidade da comunidade civilizada. Além do mais, eles representavam a psique ativa da sociedade total e a natureza do seu caráter social.

Em breves palavras, os objetivos dos grupos primitivos selvagens atrasados ou dos grupos bárbaros retrógrados eram bastante limitados em relação aos meios de satisfação direta de suas necessidades de sobrevivência ou, até certo ponto, indiretamente.

Enquanto as ações daqueles indivíduos que constituíam os grupos sociais eram limitadas, notamos que elas não se vinculavam de forma nenhuma a atos políticos, ou mesmo a atos políticos sistemáticos, isto é, de uma forma geral o nível social no qual os grupos primitivos, as comunidades atrasadas, os nômades ou grupos antigos das raças desenvolvidas foi incapaz de progredir. Daremos outra olhada nesta sociedade no próximo capítulo.

SOCIEDADE PRÉ-URBANA E SUA EVOLUÇÃO

Com certeza, a sociedade urbana avançada ou a sociedade das raças EUROSIANAS (Ásio – Europeias) não foi formada, em princípio, com o aparecimento dessas raças evolutivas e desenvolvidas. Ela se formou e se desenvolveu com a evolução desses grupos raciais quando alcançaram através do progresso o nível da urbanização o qual se deu pela agricultura e pelo estabelecimento na terra.

Julgamos conveniente aqui, como uma introdução ao estudo do desenvolvimento da sociedade civilizada urbana em particular, rever a evolução social da humanidade em geral, iniciando a partir dos tempos mais antigos nos quais as ciências sociais têm sido capaz de estudar e investigar a vida do ser humano, sua origem, sua formação e suas características.

DESENVOLVIMENTO DA CULTURA PRÉ-HISTÓRICA

Para uma completa revisão, devemos começar com o surgimento do homem, desde a sociedade moderna civilizada é o resultado ou produto das culturas sucessivas dos seres humanos gerados pela constante interação entre as criaturas humanas e seus meio- ambientes.

Como vimos no terceiro capítulo, o homem foi o único ser vivo que obteve sucesso em estabelecer uma relação interativa com a natureza, particularmente com seu meio-ambiente. Essa relação foi garantida porque alcançou ao responder as demandas do meio-ambiente através do crescimento do mecanismo ou sistema que o possibilitou a compreender a natureza: o cérebro.

A compreensão de certos objetos ao seu redor foi obtida por alguns macacos mais desenvolvidos. O chimpanzé, por exemplo, soube como usar os galhos das árvores para construir casas que não eram inferiores àquelas construídas por tribos selvagens. (MULLER – LYER, p. 54).

Contudo, a compreensão da natureza ou o intelecto absoluto atribuído ao (*homo sapiens*) ou o homem verdadeiro era condição insubstituível para a interação, sendo ela assegurada pelo homem racional e com sua percepção. As relações interativas, desse modo, começaram a ficar íntimas entre o homem e a natureza (inicialmente através do meio-ambiente).

Não há dúvida entre os cientistas ou estudiosos que o (*HOMO SAPIENS*) foi precedido pelo homem de (*NEANDERTAL*) , chamado de (*HOMO PRIMIGENIUS*) que, por sua vez, foi precedido pelo homem (*HOMO HEIDELBERGENSIS*), e antes dele, por (*ANTHROPUS*.)

Para os antropólogos, todos esses nomes significam formas particulares representando estágios que saem do objeto de nosso tema, e que preferimos por essa razão chamar a época do (*HOMO SAPIENS*), de era da interação, e a era anterior a esta, de era do contato.

Parece que o contato iniciou ao nível que encontramos o chimpanzé, atualmente, ou seja, nível de compreensão e utilização de certos objetos ao seu redor. Esses objetos poderiam ser outros além dos galhos das árvores usados para construir abrigos (uma casa construída na árvore), como aquelas dos chimpanzés, já que era provável que a espécie dos macacos evoluída ao nível do homem não viveu em florestas, já que não ajudava o desenvolvimento de tais características humanas, como a liberdade dos braços e andar sobre dois pés.

O contato ao que parece, avançou e progrediu até o manuseio de fogo e sua utilização para vários propósitos.*1

O alvorecer da humanidade era acompanhado firmemente ao alvorecer da cultura humana cujos antropólogos chamam de período eliolítico, ou seja, o período de simplórias e rudes lareiras , cujas formas e fragmentos ainda são um

***1 – Menschen , p. 10-18**

assunto de controvérsia, em torno de terem sido ou não fruto do trabalho do homem ou da natureza. (WEINERT MENSCHEN, pág. 18-19).*1

O uso do fogo foi um passo conclusivo e decisivo que determinou o curso e a direção do homem primitivo.

A grande importância do fogo para o progresso do homem, mesmo naqueles antigos tempos, era um fator econômico de imensa conseqüência, já que, o seu uso ajudou o homem primitivo a afastar os animais predatórios, ficar salvo de qualquer ameaça selvagem, aproveitar da sua luz na noite e aquecer ou assar a carne de sua caça.

O fogo atraiu os homens para o seu calor e luz e criou uma sensação agradável com a reunião de seus rebanhos ao seu redor, uma alegria acompanhada por um sentimento de segurança.

A sensação agradável, o sentido da segurança, acompanhados de uma redução de esforços e fadiga, eram os requisitos essenciais para o desenvolvimento das sensações psicológicas individuais e sociais onde quer que fosse possível, criaturas ou organismos mais desenvolvidos.

***1- Discordamos da escola que inclui *MULLER –LYER* (veja Muller-Lyer, pág. 56) que entende ter o fogo entrado na vida humana após ela ter avançado consideravelmente na cultura, porquanto, somos de opinião de que o fogo era um precedente essencial, antes mesmo da fala, tese esta avalizada por evidências antropológicas.**

Foi, talvez, aquele sentimento de segurança que o fogo trazia e que causou a transformação da relação do macho com a fêmea a partir de uma função puramente biológica e restrita ao ato de fertilização, em uma situação social com características psicológicas.

Indubitavelmente o fogo reforçou o laço social do homem primitivo e fez muito em prepará-lo para manifestar a sua aptidão ao avanço e progresso, auxiliando-o muito no surgimento e desenvolvimento da fala, a qual *GEIGER* considerava ser o pai da razão, como aliás citado por *MULLER-LYER* (pág. 50).*1

Entrementes, ao considerarmos o desenvolvimento da fala, devemos admitir que ela, por si só, assegurou a transformação das descobertas e as experiências evolucionárias primitivas em conhecimentos sociais socialmente hereditários.

***1 - É difícil crer que o ponto de vista de *GEIGER* esteja correto, mas, afirmamos que a fala acompanhava o desenvolvimento da razão**

O fogo preparou o homem primitivo para a idade da pedra*1, que constituiu o início da cultura humana, deixando para trás o seu estado animal.

A idade da pedra é subdividida em três partes: o período da pedra, precedente antigo ou paleolítico; o período da pedra intermediário ou mesolítico, freqüentemente e definido como o período final do paleolítico e chamado *epipaleolítico* (epipaleolithicum) e o período da pedra novo ultimo ou neolítico.

Então vem a idade do metal, iniciando com o período do cobre ou, ignorando este, com o período do bronze, que foi finalmente substituído pelo nosso atual período do ferro.

O período paleolítico ou idade antiga da pedra foi o mais longo, razoavelmente aceitável em vista do estágio do homem e das circunstâncias daqueles tempos na época do gelo glacial. Esta idade se divide, por sua vez, em três partes: antiga, intermediária e moderna.

***-1 Pelo bem de preservar o padrão científico ao tratar a cultura humana, seria bom ter em mente a seqüência cronológica da cultura que foi organizada pelos antropólogos e geólogos. Os estudiosos concordam que a história não registrada do progresso humano se divide em duas idades ou dois títulos gerais: idade da pedra e idade do metal, e cada uma tem suas subdivisões.**

A primeira estendendo-se desde o início do período eolítico ao final do período cheliano (Chelles); a segunda parte estendendo-se através dos períodos aucheliano (ST.Acheul) e Musteriano (Lê Moustier) e a terceira cobrindo os períodos aurignacino (Aurignac), solutiriano (Solubre) e madaleniano (La Madeleine).

Estas nomenclaturas, adotadas para fins de classificação, são de lugares na França onde os ossos das pessoas pertencentes aos remanescentes culturais foram descobertas com eles ou em suas épocas (WEINERT MENSCHEN, pág. 17-18).

Desde aquelas eras remotas, o fogo nunca abandonou o homem, nem o homem nunca quebrou sua conexão com o fogo .

Acima de tudo o homem primitivo era caçador, e o seu alimento constante e mais importante era a carne oriunda de sua caça, provavelmente com a adição de algumas ervas e frutas. Assim era o homem de *HEIDELBERG* que evoluiu do estado animal absoluto ao caminho do progresso. Graças ao fogo e a sua aptidão especial, o homem deve ter começado a tomar consciência dos objetos ao redor que ele havia freqüentemente tocado e manuseado, e de pedras que ele possa ter usado casualmente.

Com o desenvolvimento de seu cérebro, o homem começou a perceber uma conexão entre certas coisas e objetos de suas necessidades, o que,

128provavelmente, o conduziu a segurar uma tocha com uma das mãos e uma pedra ou clava com a outra, enquanto necessitava mais da pedra com a qual poderia matar sua caça animal, abri-la, tirar sua pele e cortá-la em pedaços, fazendo-o concentrar a sua atenção na pedra e dela, fazendo sua ferramenta.

Através da maneira pela qual ele fez essas ferramentas, podemos traçar e acompanhar o curso da cultura humana desde o início.

A conclusão que podemos tirar do estudo das ferramentas de pedra do homem primitivo é que a fabricação daquelas ferramentas requeria toda atenção e esforços intelectuais absolutos de sua parte.

Isso, obviamente, é compreensível se nos lembramos o que havíamos declarado no sentido de que a vida de cada ser vivo funcionava dentro do triângulo: corpo-alma-meio ambiente, e que a preservação da vida individual acrescida à preservação da espécie, e a preservação da sociedade, acrescida à vida do indivíduo e da espécie, exigiam a obtenção da comida encontrada na natureza providenciando os meios necessários para sua obtenção.

Não podemos imaginar nenhuma vida individual ou social sem alimento e isto é o que

queremos dizer quando mencionamos que o primeiro laço social do homem foi o laço econômico.

Durante aquele período do contato, o homem primitivo continuou a avançar e progredir acompanhado pelo fogo, manifestando sua habilidade natural instintiva em cortar e lapidar pedras, aperfeiçoando suas formas e afiando suas bordas para atingir seu propósito. Neste período ele não desempenhava nenhum outro trabalho humano além deste, sendo que o trabalho com as pedras permaneceu como sua única cultura através das épocas começando no período *CHELIANO* inferior até o *CHELIANO* superior e *AUCHELIANO* durante o qual o homem de *HEIDELBERG* foi sucedido pelo homem de *NEANDERTAL*, o *MUSTERIENSE* inferior e então o *MUSTERIENSE* superior, que viram o fim do homem *NEANDERTAL*, ou mais provavelmente a forma do *NEANDERTAL* (*Homo Neanderthalensis Primigenius*). Estas épocas avaliadas por 250000 anos da era glacial ou (de gelo) .*1 -

Neste ponto, as primeiras duas partes da era precedente da pedra chegam ao fim, concluindo assim o período do contato.

***1- aproximadamente 250 000 anos da idade do gelo ou glacial, isto em conformidade com a teoria que relata ter o homem e sua cultura começado no final do estágio glacial de *GUNZ* ou o início do estágio Glacial de *MINDEL*. Outra teoria, contudo, coloca isto no estágio glacial de *RAS*, deste modo o período todo compreende 150 000 anos (veja *WEINERT* , *MESCHEN* , p. 13 e 23). Os nomes acima mencionados são nomes de rios encontrados na Suíça usados para designar os três estágios da época glacial.**

Não temos nenhuma evidência concernente à sociabilidade e à psicologia do homem durante aquele período de contato, exceto os remanescentes de suaslareiras, fragmentos de ossos e ferramentas de pedra, todos indicando o surgimento a partir do estado animalesco, início da percepção e da limitação das ações humanas ao trabalhar com ferramentas letais.

Indubitavelmente, a psique humana estava neste período no início de sua consciência, e sua sociabilidade não possuía qualquer qualidade absoluta, pois as escavações empreendidas por *GORJANOVIC KRAMBERGER* entre 1899 e 1905 (WEINERT, MENSCHEN, p.58) em KARAPINA, CROACIA, mostraram que o homem de NEANDERTAL era canibal e que sua vida estava ao nível de satisfação direta de suas necessidades.

Com o início da parte recente do período da pedra anterior (paleolítico), descobrimos que o homem alcançou um novo avanço em sua forma e sua cultura, e por isso foi lhe atribuído o nome de homem racional (Homo Sapiens). Esta parte era o começo do período de interação e em cujo início o homem demonstrou que havia começado a ter consciência da natureza dos objetos ao seu redor.

Ele aperfeiçoou grandemente suas ferramentas de pedra e inventou novas ferramentas

feitas de ossos, diferenciando tais ferramentas para cada fim apropriado, pelo que, aquele progresso econômico abriu caminho, com o desenvolvimento da percepção, para o aparecimento das necessidades psicológicas pessoais e da compreensão. O homem começou a esculpir na natureza e a gravar figuras bonitas nas paredes de suas cavernas em que vivia, sobre o marfim e ferramentas de ossos, demonstrando seu gosto refinado, muito produzindo, também, ao construir monumentos.

Contudo, não encontramos nenhuma mudança significativa nos meios de satisfazer suas necessidades, já que, o homem, ainda era um caçador, apesar ter melhorado muito seus equipamentos de caça ao inventar o arco e a lança.

Suas atividades de caça podem ter sido complementadas pela pesca e em cujo período não descobrimos nenhuma evolução importante na cultura humana no início da idade da pedra (mesolítica), mas notamos um novo início nas formas do homem racional (homo sapiens) que nos leva a chamá-lo de homem racional recente (Homo Sapiens Recens), para diferenciá-lo do homem anterior da pedra (Homo Sapiens Fossilis).

Também distinguimos algum avanço em pequenas atividades industriais, período chamado pelos estudiosos de estágio Dazili (Mas d azile); todavia , com o término deste estágio e o início do

estágio Campini, observamos um novo fenômeno significativo que foi a domesticação de animais começando pelos cães.

Observamos que alguns instrumentos de pedra são agora direcionados para novos objetivos – alguns são ásperos e duros – a fim de capinar ou escavar, como a machadinha de pedra aparecendo pela primeira vez. Este foi o início do período recente da pedra que ainda continua na nossa era moderna através de algumas raças primitivas.

No decorrer dos dois períodos anteriores e recentes da pedra (Neolítico e Mesolítico), a fala humana realizou-se, desenvolveu-se e avançou a um nível de linguagem, melhorando as condições de vida do homem, bem como a domesticação de animais e com a percepção da natureza dos objetos ao redor, permanecendo a satisfação de suas necessidades de modo direto, ou seja, recolhendo diretamente ou apanhando os animais e as plantas silvestres que a terra oferecia ou indo um pouco mais além, apontando-nos os inícios da tecelagem e de olaria.

Percebemos, também, nesta época, que o laço social era o laço de sangue e o da tribo.

Essas duas eras foram curtas, comparadas com o período anterior da pedra (paleolítico). Sabemos, aliás, que suas épocas divergiam em

lugares e regiões distintas, provavelmente da mesma maneira que as diferentes etapas do período anterior da pedra (paleolítico).

Sem duvida, enquanto a Europa estava no meio do período da pedra recente (Neolítico), algumas de suas regiões do norte, como a Escandinávia, ainda encontrava-se no inicio daquela idade, tendo a Idade do Metal iniciado-se na Síria (Caldéia – Babilônia – Terra de Canaã) e no Egito.

Até a Idade do Metal, a cultura humana havia se espalhado, praticamente, a toda espécie dos seres humanos, posto que todos os homens eram caçadores, fabricantes de instrumentos de pedra e coletores de comida vegetal que a terra generosamente oferecia.

Mas, com o aparecimento da tendência agrícola durante o ultimo período curto da pedra (neolítico) , surgiu um fator novo para desenvolver e melhorar o nível da vida humana. Tal fator não foi partilhado por todas as raças ou povos.

Com as plantações e os trabalhos metalúrgicos, a idade de interação alcançou o nível que chamamos de interação urbana ou a cultura de assentamento e estabelecimento civilizado.

A CULTURA PRIMITIVA E cultura de URBANIZAÇÃO

A cultura primitiva era limitada e abrangia dois aspectos: procriação e busca de alimentos, no sentido literal.

Os dois aspectos mencionados produziram um sistema social primitivo limitado como o que temos visto através das características da sociedade nômade, ou mesmo inferior.

A cultura de urbanização, por outro lado, apoiava-se em três aspectos: (1) procriação, (2) busca de alimentos, e obtenção dos meios de subsistência e utilização dos recursos que aumentam as produções e (3) organização sócio – econômica.

Esses três aspectos ou questões são coroados com a vida mental e intelectual que envolve a lógica, moral e bom costume. E era este o tipo de vida que foi iniciado por certos povos semitas e contribuído fortemente para a formação e estabelecimento dos sírios, que deram à sociedade civilizada seu valor e suas qualidades e à civilização moderna as suas mais notáveis qualidades e mais valiosos tesouros.

Apesar de a agricultura encontrar-se na raiz da cultura urbanizada , afirmamos que ela era

composta de vários tipos e notamos que a cultura de assentamento e urbanização consistia em vários estágios:

- (1) A cultura da enxada (hoe) = cultivo através da enxada**
- (2) A cultura do arado = cultivo através do arado**
B cultura do pomar = cultivo através de horticultura
- (3) Cultura da produção comercial = cultivo de produtos agrícolas, fundação de indústrias e preparo das necessidades e dos supérfluos.**

Os dois primeiros estágios eram de natureza individual e familiar, as quais eram primariamente destinadas a satisfação do indivíduo ou da família, mas requeriam o cuidado constante do indivíduo ou da família.

O plantio neste primeiro estágio era básico, restrito ao cultivo do solo com uma enxada, na forma de uma vara afiada, e alterando a área de plantio todo o tempo. Este plantio oferecia somente o essencial.

No seu auge não permitia forma, condição ou qualquer recurso para aumento das construções urbanas ou densidade da população.

**A população pode alcançar um nível maior de densidade a qual necessitará de um cuidado importante, mas será uma densidade interrompida e fragmentada, com centros que são separados por extensos espaços de terra estéreis. No Sudão, por exemplo, a agricultura é restrita ao solo macio que pode ser facilmente cultivado com uma vara de plantar para enterrar a semente. Uma aldeia requer uma área três vezes maior que é plantada cada vez, porque o empobrecimento do solo abandonado e deixado sem adubo precisa ser compensado por uma área adicional maior.
(De La Blach.p7 e 58).**

O segundo estágio era obtido pelos povos semitas durante os tempos primitivos registrados como os mais antigos. E era o estágio no qual a Síria está agora tentando sair para passar ao terceiro estágio. As fases mais importantes através das quais a parte desta cultura tem passado são as seguintes de acordo com Muller (Muller – Lyer , p. 77) :

a 1) – O cultivo pela queimada é um tipo de cultivo pastoral resultante da primeira tentativa para poupar as florestas virgens. Neste tipo de cultivo, nenhum fertilizante é usado, a não ser as cinzas das árvores queimadas ou o esterco de gados

que pastam no mesmo local. A fase mais avançada do que esta é seguinte:

b 2) O sistema de campo, onde a terra cultivável é usualmente dividida em três campos: uma, deixada em repouso, outra plantada com safras de verão e, a terceira, plantada com safras de inverno ou semelhante a isto.

c 3) – Cultivo de pasto, onde muitos anos de crescimento da grama alternam com muitos anos de sementeira (este é o método mais comum usado em nossas fazendas) . O cultivo mais desenvolvido e avançado do que todos referidos cultivos é o seguinte:

d 4) – O completo ciclo de cultivo, que exige a rotatividade de plantações do que quer que enriqueça e fortaleça o solo como o tabaco e outras plantações para o que quer que empobreça e exaure sua força, tais como cereais e plantas oleaginosas, de modo que estes dois tipos de plantações são alternados em um ciclo completo na terra, exigindo este tipo completo de agricultura, cuidado, trabalho aumentado, capital e aperfeiçoamento agrário constante da terra.

A parte (B) deste estágio, cultura da fase de pomar (ou talvez a cultura de pás), implica no tipo mais desenvolvido de cultivo e no cuidado mais sério da terra , capaz de manter uma densa população

como encontramos na China (na Província dos Quatro Rios, a densidade populacional na planície de SHINTO é de 300 – 350 pessoas por Km quadrado - De La BLACH , p. 94).

G. E. SIMONE (La Cite chinoise mencionada por MULLER – LYER p.78), dá-nos uma idéia sobre esta cultura, assegurando que ela veio da Vila chinesa de WANG – MO –FI, cuja população era de 10 000 habitantes que viviam em uma área de 3000 acres.

Em cada uma de suas casas morava uma família corporativa que não era restrita aos pais e seus filhos, mas compreendia os avós, pais, filhos e os netos, todos em um só grupo, com a propriedade ou o pomar mantido em comum entre eles.

Uma família corporativa deste tipo composta de aproximadamente uma dúzia de pessoas encontravam o suficiente em um pomar não maior do que cinco acres, cuja produção supria a exigência de substâncias necessárias para viver em tranqüilidade, cuja produção devia a uma boa irrigação, fertilização e ao bom trabalho.

Se olharmos mais de perto a cada um dos estágios anteriores, entenderemos que o primeiro era muito primitivo na questão de assentamento urbano; ele se enquadra no campo da cultura de colonização ou urbanização apenas como um estágio preparatório.

Em verdade, as pessoas deste estágio de cultura pertenciam à sociedade nômade como foi descrito acima. Se tais pessoas tinham uma vida intelectual, elas eram muito limitadas e fora do padrão dos povos civilizados da Ásia e da Europa.

Entre os povos que tinham alguma experiência e prática neste tipo de agricultura, eram certos índios da América do Norte, tais como os Moicanos, os Sul- Americanos como os Pecairis e os Guaranis do Brasil, tendo a caça como alternativa secundária.

Os habitantes das ilhas do Oceano Pacífico e do Oceano Índico praticavam esse tipo de cultivo juntamente com a pesca.

Na África, aqueles plantadores ou agricultores que não eram nem caçadores e nem pastores, viviam exclusivamente desta forma de agricultura como no caso do Zambezi, do Makalaka, os Niam-Niam e outros grupos tribais (MULLER – LYER p. 73 – 74).

A razão pela qual esse estágio tem permanecido fora do âmbito do assentamento urbano é o volume de trabalho em comparação à quantidade de produtos alimentícios produzida. Na verdade, a economia na prática significa satisfação ou a garantia de satisfação da necessidade com o mínimo de esforço que causa maior resultado com maior rapidez possível.

Esse tipo de cultivo não exige muito esforço, pois seu produto é pequeno e aqueles que dependem dele concentram-se, em todo o tempo, nas necessidades essenciais da vida.

Não encontramos uma abertura para a razão na vida intelectual e científica do homem até o segundo estágio, onde encontramos o tipo de agricultura conhecida por civilização eurosiana (asiático-européia), sendo isso o cultivo sedentário no verdadeiro sentido.

Apesar de ter sido a agricultura limitada, sobretudo aos limites individuais ou familiares, e ter a intenção de suprir a família e permitir a venda do excedente da substância obtida para a compra dos artigos necessários, era muito superior ao cultivo da enxada naquilo que pode proporcionar um melhor armazenamento.

O armazenamento ou a ensilagem constituíram uma diferença básica entre a agricultura, no sentido de assentamento urbano, e o cultivo primitivo. A agricultura era o único modo de vida que possibilitava as pessoas, no início, a viverem juntas em um determinado lugar e a acumularem suas bases de substância da vida.

Como disse De La Blach (pág. 56) "... Um fazendeiro não é aquele que queima a grama, semeia em seu lugar com alguns punhados de sementes e então deixa o lugar mudando-se para

outro, mas, o fazendeiro, é aquele que colhe o produto da plantação e o armazena...”.

Apesar da parte (B) do segundo estágio provavelmente ter se desenvolvido no primeiro tipo de agricultura, deveria ser considerada como pertencente a este estágio, porquanto era um tipo avançado que tem dado substância a um nível rico em alimentos ou em artigos domésticos necessários.

As riquezas de um terreno são utilizadas e aproveitadas pela família até o fim de seus recursos, sendo que nesse tipo de cultivo, a fertilização ocupa um papel muito importante, a irrigação alcança um nível alto de eficiência, e o solo do terreno rende de maneira muito mais abundante.

Mas este tipo de cultivo, como o tipo anterior, exige um esforço de tempo integral dos membros da família em cuidar da terra e engajar-se nas atividades domésticas. Apesar de tudo, este é um tipo familiar de agricultura que não pode avançar mais do que os limites familiares permitem.

Esses dois tipos de cultura, a cultura do arado e a cultura do pomar, libertaram o intelecto humano e abriram a mente até certo ponto e provocaram uma melhoria na distribuição do trabalho, mas não permitiram o progresso total da mente e da organização do trabalho.

Finalmente, chegamos ao terceiro estágio que nós chamamos de o estágio de cultura de produção comercial.

Esse estágio é baseado na tendência de grandes plantações, grandes produtos agrícolas e o estabelecimento de grandes indústrias.

Este é o estágio da civilização moderna e foi derivado do segundo estágio pelo comércio que fundamenta a base do monetarismo e do capitalismo e que transformou o processo primitivo de câmbio em comércio internacional, dando à máquina um sentido econômico mais elevado, transformando-a em um dos fatores mais importantes desta cultura.

Neste estágio, a agricultura se desenvolveu muito e mais atenção foi dada à fertilização, especialmente com o uso de fertilizantes químicos, estendendo o capital juntamente com o amor ao comércio e lucro a novas terras, apesar de distantes, para a produção de grandes safras e matérias primas para atender a demanda das exigências necessárias e dos supérfluos eventuais.

Com a expansão e o aperfeiçoamento do referido tipo de agricultura, a produção cresceu ao ponto em que um grande número de pessoas dessa cultura ter sido dispensado da necessidade de plantar e colher o seu próprio alimento e muitas pessoas foram capazes de empregar seus esforços para outros assuntos culturais, conduzindo a uma

especialização bem avançada que significou a característica mais proeminente na vida social da sociedade civilizada, o estágio mais elevado na economia social e o método mais sofisticado para obter o melhor resultado, a partir do princípio de cooperação.

O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE URBANIZAÇÃO

Na verdade, os estágios de agricultura acima descritos não significam nada culturalmente, a não ser que olhemos o esforço exercido, sua quantidade, a maneira de organização e as condições sociais resultantes através deles. Em outras palavras, não podemos estudar a cultura e seus níveis e traçar seu desenvolvimento, exceto sob o contexto de interação, ou seja, acompanhando as atividades do homem nos campos da natureza.

O padrão de medida através do qual mensuramos o valor de qualquer estágio cultural é a relação entre a obtenção das necessidades da vida e o esforço exercido em direção a esse fim, pois nenhum desenvolvimento na vida social e nos sistemas de sociabilidade humana pode ocorrer senão dentro da relação mencionada.

O sistema social é, em todos os momentos, o produto de interação entre o homem e a natureza ou o meio ambiente de uma forma particular, ou ainda uma emanção desta, compatível com esta interação.

Traçamos o desenvolvimento da cultura de assentamento urbano através de organização da sociedade pelo homem de acordo com esta interação. Na medida, portanto, em que a evolução humana, seu surgimento e sua ascensão aconteceram em resposta às exigências do desenvolvimento natural e ambiental, aconteceu uma evolução imposta pela seleção natural e não favorecida pela escolha intelectual; assim também o desenvolvimento social, seu aparecimento e seu avanço, ocorreram em concordância com o desenvolvimento de interação entre o homem e seu meio ambiente, impelido pela necessidade material.

Se a mente tem sido o resultado de desenvolvimento físico do cérebro, a mentalidade social tem sido o resultado dos desenvolvimentos na interação material para manter a vida social e atender suas exigências.

A conclusão a ser tirada do acima exposto é que, se o laço econômico era a base para o laço social humano, o trabalho e seu sistema cooperativo eram as fontes do sistema social e da base da estrutura da sociedade.

Visualizamos a cooperação como sendo formada por dois tipos: simples e complexa.

A cooperação simples envolve um único tipo de esforço, como levantar e mover pesos, perseguir a caça (onde o homem era um caçador) e equivalente;

a cooperação complexa, ocorre com a construção de projetos, a resposta a diversas necessidades da sociedade e aos propósitos do assentamento urbano.

O trabalho envolve um desses dois tipos e algumas vezes ambos.

No início deste capítulo, mencionamos as características mais importantes que distinguem a sociedade não civilizada da sociedade civilizada, nas quais vemos que o sistema social começou com o estágio comum (comunismo) no sistema sanguíneo tribal onde a terra ocupada pela tribo e seu solo eram propriedades comuns da tribo, como um todo sem distinção, e onde a família era uma parte da tribo no sentido econômico.

Significa dizer que a família não era uma unidade auto-suficiente, mas dependia dos recursos gerais das tribos para a sua subsistência, dando-se a partilha do trabalho, da comida e da terra, representados pela unidade da tribo, e a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres, representados pela unidade da família, constituindo o sistema social prévio de forma completa, que foi quase extinto no presente momento.

A partir deste estágio, outro sistema social se desenvolveu, designado de escambo ou troca de produtos entre as tribos vizinhas, chamado de divisão externa de trabalho.

O sistema de escambo tinha vários métodos, sendo um dos quais conhecido como o escambo silencioso e era praticado pelos Sírios CANANEUS (fenícios) que construíram Cartago.

Em suas aventuras comerciais na África Ocidental, eles costumavam descarregar suas mercadorias e organizando-as na praia, voltando para os seus navios e erguendo uma coluna de fumaça espessa.

Quando os moradores nativos viam a fumaça, vinham à praia, depositavam ouro como pagamento pelas mercadorias e retiravam-se a uma certa distância delas.

Ato contínuo, os cartagineses desciam novamente para a praia e examinavam a quantidade de ouro; se a achavam suficiente para compensar o pagamento das mercadorias, eles o levavam embora e partiam; Caso contrário, voltavam aos seus navios e aguardavam o retorno dos nativos para adicionar mais outra quantidade de ouro.

O processo continuava até que os donos das mercadorias ficassem satisfeitos.

Nenhuma das duas partes procurava prejudicar o outro, pois nem os Fenícios tocavam no ouro antes que considerassem equivalente ao valor das mercadorias , nem os moradores nativos

tocavam nas mercadorias antes dos primeiros terem levado a quantidade de ouro (HERODOTO, citado por Muller-Lyer p. 159).

Esta troca entre duas partes, cada uma com o que tem a oferecer, era parecida com a distribuição de trabalho entre grupos.

O melhor exemplo e o mais avançado é este tipo de laço social primitivo encontrado entre tribos da África, onde cada tribo assemelha-se a uma corporação ou sindicato e carregava o nome de sua ocupação ou seu trabalho, tal como a tribo dos ferreiros, a tribo dos pescadores etc (Muller-Lyer ,p.167). Assim foi que se desenvolveu o escambo em uma troca comercial organizada entre as tribos.

Foi notada, também, outra maneira de comunicação e comércio, qual seja, o de comercializar fora da área tribal, o que chamaríamos de comércio ambulante ocorrido entre tribos.

Como aquela ação era muito perigosa para a vida do mascate ou vendedor ambulante, o sistema de hospitalidade foi feito e introduzido nas relações tribais tribos para minimizar e eliminar o perigo que poderia acontecer. O mascate seria considerado um hóspede na casa de alguma pessoa da tribo, onde ele poderia expor algumas das suas mercadorias diante do seu hospedeiro , antes de

terminar sua hospedagem, declarando o que queria em troca, ou exporia suas mercadorias sob a proteção do seu hospedeiro e aceitaria o efeito da troca.

Ainda outro método era o estabelecimento de feiras ou mercados em áreas neutras, como podemos observar nos índios norte-americanos que tinham um grande mercado na margem do rio Mississipi " onde eles costumavam se reunir provindo de todas as localidades , respeitando as normas de uma trégua que vigorava completamente entre as tribos hostis (MULLER-LYER, p.162, citando Schrader - veja também YOUSSEF KOHLER, AR, p.31, no mês sagrado).

Apesar de vermos que neste estágio de cultura primitiva em que a estrutura de sociabilidade humana era construída a partir da tribo e era caracterizada pelas propriedades e produções comuns, sendo a família apenas uma unidade parcial dentro do contexto tribal, devemos afirmar e admitir que a família era o primeiro e o mais importante sistema econômico (*1) baseado no princípio de distribuição do trabalho que originalmente começou entre os dois sexos.

No estágio em que o homem era caçador, o macho tinha que desempenhar todo o trabalho que exigisse agilidade, velocidade e eficácia na procura

***1 – Muller, Lyer p. 157**

de comida derivada de carnes animais, enquanto que o papel da mulher era fazer todo o trabalho que exigisse esforço, paciência e cuidado, tais como a coleta de frutos derivados das plantas silvestres, construção de cabanas para o verão e o inverno, manutenção do fogo aceso carregamento das cargas e das crianças pequenas durante as viagens e mudanças, curtindo, também, a pele dos animais, transformando-as em roupas, sapatos e outras coisas.

Sem o referido sistema econômico cooperativo, o desenvolvimento da família unida teria ocorrido muito mais tarde, em exemplo da divisão do trabalho em acrescentado à partilha da comida entre certos índios americanos e povos malaios no estágio mais desenvolvido da unidade social tribal, vemos que o marido e mulher não vivem juntos, cada um permanecendo com a tribo dele ou dela (*1). Deveremos retornar a este ponto no próximo capítulo.

Concluimos que esta análise revela duas bases para a estrutura primitiva social: o sistema da unidade social, engajada na procura de alimentos que eram o esteio ou elemento essencial de vida, independentemente das divisões do trabalho que era um direito comum e o sistema da família unida, encarregada em proporcionar as divisões do trabalho, o qual foi o começo da cooperação organizada.

***1 – Muller , Lyer p. 202**

O status da mulher neste nível cultural exige mais análise e estudo de nossa parte.

Não encontramos neste estágio nenhuma diferenciação ou especialização no trabalho dos homens. E, no nível mais avançado e desenvolvido, encontramos uma tendência em direção ao engajamento com profecias e magia.

Avançando em direção ao nível inferior da agricultura e pastoreio, notamos um progresso no sistema de divisão do trabalho entre os dois sexos, de acordo com a mesma regra descrita acima.

A caça deu a origem à pecuária que foi o primeiro passo de aquisição indireta de carne como comida, enquanto que a coleta das frutas e das plantas silvestres originou o aparecimento do cultivo primitivo que foi o primeiro passo em direção à aquisição indireta de comida vegetariana.

Em função de ser a caça de domínio masculino, o homem se responsabilizava pelos animais aptos para serem domesticados e assumia o trabalho e controle de pastorear os animais, enquanto que a mulher continuava a colher alimentos vegetais silvestres e a desempenhar outros serviços citados acima, tais como o cuidado do acampamento, armando e desarmando a tenda, acondicionando cargas ou as carregando como podemos notar nos dois versos seguintes de um poeta pré-islâmico:

"As bordas das valas ao redor das tendas eram colocadas para dentro e batidas até se tornarem compactas pela menina com uma pá, drenando a água corrente que havia acumulada, ela elevou o aterro ao alto nível das duas margens"*1

A agricultura era o resultado do trabalho das mulheres através de coleta e cuidado das plantas, pois entre os grupos de agricultura inferior, a plantação era o domínio específico das mulheres.

Os homens, na maioria das tribos dos índios americanos, pertencentes a este estágio cultural, não desempenhavam nenhuma parte na agricultura e continuavam a se ocupar da caça e da pesca (*2), onde a agricultura era ligada ao pastoreio e à pecuária, aplicando-se o mesmo princípio às mulheres que se ocupavam da lavoura, enquanto os homens cuidavam da pecuária, de seu domínio exclusivo.

Paralelo a esse desenvolvimento em direção ao profissionalismo, não encontramos nenhuma mudança significativa no sistema social que definisse todas as relações por costume e uso, nem encontramos nenhum estabelecimento residencial permanente ou início de vida urbanizada.

***1 – o poeta pré - islâmico ANNABIGHAH AZUBIANI**

***2 – MULLER- LYER, p. 209**

Deixando esse estágio da escada do progresso para o estágio mais elevado da agricultura primitiva avançada, na qual o homem dependia para obter sua substância necessária, deduzimos que a estabilidade exigida para agricultura deu origem à idéia de posse da propriedade e a idéia de um laço firme entre o homem e seu campo.

Entre o homem e seu meio ambiente, houve a independência da família como uma unidade estrutural econômica, de modo que auto-suficiência familiar substituiu a auto-suficiência da tribo que, por conseguinte, possibilitou a algumas famílias o desenvolvimento de uma classe nobre, por conta de sua posse de casas mais amplas.

Assim, as necessidades das pessoas neste estágio se tornaram maiores e elevadas.

O progresso causou a discriminação do trabalho e o surgimento de uma classe de artesãos que era anteriormente prisioneira de guerra, escravizada pelos senhores das casas grandes e das pessoas que não tinham poder aquisitivo suficiente para adquirir terras férteis ou eram incapazes, por alguma razão, de desempenhar um trabalho suficiente bom na agricultura que os capacitaria a serem independentes e auto-suficientes.

Sendo assim, entendemos que a discriminação social leva a discriminação econômica, formando

dos proprietários nobres das terras uma classe que supera a classe das pessoas comuns (plebe), incluindo os escravos ou membros do sistema de criadagem independente, em posição abaixo daquela classe, sendo que, abaixo dela, estava a classe dos escravos.

A discriminação ou distinção de trabalho existia naquelas duas classes, além da diferenciação de trabalho existente entre os dois sexos.

Na casa do homem nobre e em sua propriedade, encontravam-se os escravos e artesãos livres, cada qual especializado em um trabalho específico, tal como fazer redes de pesca, fabricar barcos, serpentar, capinar, cortar lenhas, cozinhar, serviços domésticos e outros trabalhos necessários para atender às exigências de uma casa complexa e independente.

Cada família agora provia para suas próprias necessidades e procurava obter suas substâncias particulares sendo que seus membros cooperam juntos ao dividir o trabalho entre eles; tal como trabalhar em construção, capinar, fazer utensílios, recipientes domésticos e outras coisas necessárias.

A partilha dos alimentos, a propriedade comum e a distribuição do trabalho deixaram de ser ao desaparecer a igualdade que estava baseada sobre o laço tribal primitivo, cujo único propósito

era a sobrevivência da comunidade humana (genro).

A diferenciação do trabalho deu origem ao comércio interno dentro do vilarejo e entre os indivíduos, encontrando-se nesse estágio a desintegração da tribo, o que determinou o começo da vida urbana na aldeia.

Mas, o laço sanguíneo permaneceu forte e firmemente arraigado na família, a qual constituiu um laço de sangue em si mesmo, e no sistema tribal dentro do qual as aldeias estavam unidas.

As relações humanas neste estágio deram origem à figura de um líder da tribo ou do grupo das aldeias vizinhas sendo ele chefe ou xeique ou príncipe, dando-se, a partir desse momento, o início da vida política.

Uma das características deste estágio na África, pode-se notar o sistema comercial contínuo entre tribos vizinhas especializadas como já mencionado, suplementando essa sociedade as suas necessidades com os escambos externos (comércio com o exterior).

Este estágio, apesar de ser desenvolvido e avançado, não apresentava nenhuma vida intelectual, ocorrendo que as pessoas estavam preocupadas com suas subsistências e suas profissões, gastando o tempo restante em cerimônias e festas religiosas e em preguiça,

indolência e fofocas. Distraíam-se com a guerra, assalto, saques, particularmente saques de mulheres, deixando a sociedade fora do padrão de construção e cultura urbanas.

Neste estágio que ainda caracteriza os povos de Polinésia e África, os europeus liderados pelos gregos e depois pelos romanos, quando surgiu e se formou na Síria aquela grande revolução cultural que constituiu o passo decisivo para o estágio da civilização.

Vamos esclarecer agora como ocorreu a revolução síria que deu à cultura humana um novo começo.

Tudo o que temos visto neste ponto ou ciclo cultural, a partir da divisão do trabalho, de satisfação direta das necessidades de vida até o pastoreio, começo de agricultura e assentimento residencial, aplica-se às condições e assuntos naturais durante os dois períodos anteriores da pedra, paleolítico e o neolítico, ou no mínimo durante o período mesolítico e o neolítico, isto é, culturas humanas anteriores ao início da idade de metal.

Baseado nesse fato, podemos declarar que a idade da pedra ainda continua influenciando a vida da humanidade até nossos dias ou, em outras palavras, há seres humanos que permanecem vivendo na idade da pedra até hoje.

Se os remanescentes destes primeiros estágios antigos estão desaparecendo e sumindo diante da invasão da civilização moderna, podemos perceber que o fim do horizonte da pedra é conectado ainda ao início do horizonte da idade do metal.

Desde os primeiros estágios que estão quase extintos atualmente e desde o ultimo estágio manifestado na agricultura primitiva que foi um tipo de cultivo com enxada, os etnólogos apresentam suas evidências concernentes à cultura humana pré-histórica.

A idade do metal começou na Síria e no Egito. Os cientistas e estudiosos, geralmente acham que seus dois centros eram provavelmente a Caldéia, nas margens dos rios Tigre e Eufrates e no Vale do Nilo.

Os Cananeus, na Península do Sinai e na Palestina, são também considerados entre os mais antigos povos que conheceram os metais e a mineração (*1), disputando guerras em defesa das suas fontes de metal contra os egípcios que as cobiçavam.

Durante aquela época a civilização humana começou a progredir com métodos evoluídos e avançados de lavoura , fertilização , cuidado de

***1 – MEYER, vol. 2, p. 356**

cultivo de árvores frutíferas e diversificação de plantações, sendo que neste tempo e nestas regiões sírias, o arado foi colocado em funcionamento para atender as necessidades humanas através da agricultura.

Com o funcionamento do arado iniciou-se um grande passo na economia que resultou em melhoramento no trabalho e na produção, dispensando um esforço humano considerável ou, noutras palavras, liberando um grande número de pessoas da necessidade de se ater somente ao solo para a obtenção da quantidade necessária de alimentos.

Além disso, tornou-se possível direcionar os esforços humanos a fim de suprir outras necessidades que surgiram a partir do nível de exigências essenciais para necessidades mais elevadas.

A vida urbana foi liberada das pesadas restrições e dos campos limitados e estreitos, constatados nos modos da tribo auto-suficiente, Onde o lavrador primitivo, impossibilitado de libertar-se daquelas restrições porque era incapaz de desenvolver uma estabilidade urbana social a um nível acima daquele da aldeia não tinha capacidade de melhorar e progredir o sistema social a um nível

acima do que a regra da chefia tribal permitisse, além do que, não era apto a determinar as relações entre os senhores e os escravos.

No Sudão, constatamos que o assentamento urbano social era incapaz de se desenvolver por causa da cultura agrária retrógrada, ao ponto em que o aumento da população, ao invés de produzir um crescimento na construção, aumentava a competição e instigava a corrida para obter recursos alimentícios, obrigando as pessoas da região a expulsar o excesso da população para um lugar longínquo e distante (*1).

Com o uso do arado e do fertilizante, a produção da agricultura aumentou ao ponto de permitir a alimentação de um grande e crescente número de habitantes que começaram a consolidar seus assentamentos na terra ao fortalecer e aumentar o processo de assentamento.

Assim surgiu a cidade onde os padrões de comida e de vestuários se desenvolveram, os artesãos aumentaram e o campo da diferenciação ocupacional e profissional foi ampliado (tal diferenciação foi ocorrida obviamente entre os membros masculinos – machos).

Com esse avanço ocorrido podemos concluir que a cidade envolveu ocupações superiores

*1 – De La Blach, p.58

como a medicina, habilidades como a guerra, artes como a escultura e gravação, a escrita hieroglífica primitiva no Egito e a escrita cuneiforme em SINAR (Babilônia).

Nesta fase . a troca recíproca interna dos produtos e mercadorias cresceu de uma maneira super considerável . Contudo , apesar de todo esse progresso na cultura estrutural de assentamento e apesar do surgimento da cultura mental ou intelectual, a vida mental permaneceu primitiva e limitada quanto as exigências essenciais da sociedade , porque os meios para liberação da mente eram ainda insuficientes e inadequadas .

O crescimento do assentamento estrutural e o circulo ampliado da diferenciação do trabalho melhoraram e elevaram o padrão de vida , mas as escritas hieroglífica e cuneiforme estavam muito distantes de revelar os vários processos e pensamentos mentais , isto exigiu grande esforço em registrar e ler e não pode ser divulgada e popularizada facilmente .

Na verdade , as referidas escritas renderam uma vasta e essencial contribuição por registrar as atividades e invasões mais importantes dos soberanos (sultão) . Registraram também as leis mais importantes do estado que haviam sido formuladas com o desenvolvimento da cidade e questões de adoração religiosa , mas cessaram

naquele limite , falhando em divulgar conhecimentos e ciências ou em facilitar procedimentos e processos ou comunicação entre os povos .O desenvolvimento da cooperação complexa na cidade deixou muitas necessidades e coisas de luxo incapazes de serem satisfeitas na sociedade .

Esta grande lacuna conduziu à adoção da guerra organizada como um meio de compensação . Assim foram explicadas as invasões egípcias a fim de apoderarem-se das minas da península de Sinai e de obter madeira dos cedros do Líbano e assim foram ocorridas as invasões Assírias e Caldeias para recolher tributos requeridos pelos governos de Nínive e da Babilônia .

Em meio a estas guerras e em vista do fracasso estrutural da sociedade em alcançar um nível mais avançado da cultura humana , os Cananeus tomaram uma nova direção . Eles tiveram uma parte na situação geral descrita acima , invadindo Egito e estabelecendo ali um estado próprio.*1

*1 – o resultado da maioria dos estudos a respeito dos HYKSOS – traduzidos como (os reis pastores) – mostra que eles eram Sírios Semitas, isto é Cananeus (MEYER , parte 1 parágrafo 304 pagina 315)e sua identidade síria é mencionada nas crônicas egípcias especialmente as da rainha do rei HATCHPSUT e do rei ABOBI(MEYER parágrafo 303p. 313) outra indicação também é a influencia religiosa síria que eles exerceram sobre o Egito MEYER , parágrafo 304 e GRIFFITH-TAYLOR paginas 119- 121 , os chama de os reis sírios) .

Mas os CANANEU sírios não eram belicistas. Ao invés disto , eles procuravam superar as dificuldades das necessidades de assentamento urbano ao organizar sua cultura econômica sobre a base de uma agricultura bastante desenvolvida , ao ponto que seu pais foi descrito e qualificado como a terra que mana ,abundantemente , leite e mel .

Em tempo bastante inicial , eles perceberam a possibilidade de expansão para adquirir maior proporção possível das coisas luxas alcançadas por outros meios que não obtidos através de invasão e da imposição de tributos . tais coisas poderão ser adquiridas através do comercio .

Em vista da nova percepção , eles se espalharam nos seus territórios . alguns deles se dirigirem para o norte ao longo da costa do mediterrâneo a oeste do Monte Líbano ocupando toda esta costa fértil , a qual foi conhecida posteriormente como Fenícia referindo-se a esses Cananeus *1 aqueles que foram queimados e bronzeados pelo sol nas areias da costa e nas ondas do mar , ou pela tintura roxa de púrpura que eles inventaram e costumavam fazer .

Os Cananeus mencionados construíram e estabeleceram a cidade marítima que tinha

***1 – MEYER. Par.356 . p.422**

qualidades culturais particulares distintas e que se tornou um modelo imitado por aquelas nações que adentraram na esfera da civilização síria *1, tais como os gregos e os romanos .

**A característica mais significativa desta cultura que ela criou um excelente compatibilidade entre as atividades marítimas e atividades da agricultura, exigindo mais atenção do que esforço muscular .
Alem da cidade , no interior do pais , surgiu um tipo de agricultura Com características especiais que foram adotadas como um modelo para outras nações ; tal modelo foi o cultivo de pomar , que incluiu arvores frutíferas , legumes e cereais .**

A horticultura e a arte da lavoura de pomares e vinhedos consistindo dos cuidados das arvores frutíferas através da poda e da melhora de sua produção , é uma arte agrária síria atribuída aos fenícios pelas traduções das nações . *2

De La Blach declara que o mundo mediterrâneo emprestou e pegou esse tipo de civilização da costa Síria estendida entre a cidade de Trípoli e o Monte Carmelo .

*** 1 – De La Blach , p. 138**

***1 – De La Blach , p. 138 e 214**

O comercio foi a primeira fase da revolução cultural síria . Os Sírios enviavam suas caravanas por terra ao Egito , à Ásia menor (Anadol) e à Grécia , e enviavam seus navios por mar para descobrir povos em suas costas de norte e do ocidente que ainda se encontravam em um estado de selvageria ou barbarismo . Com esses povos bárbaros , os Sírios estabeleceram relações pacíficas de comercio que produziram ganhos materiais para os descobridores e beneficio cultural para os descobertos .

Esta fase de comercio não estava limitada em transportar mercadorias de um lugar ao outro , mas de preferência dependia no aparecimento e crescimento das varias industrias tais como tecelagem , tingimento , industria de vidros e outras industrias semelhantes . alem da construção de barcos e navios que permaneceu exclusivamente como uma industria nacional sem o propósito de exportação .

O comercio é o maior fator na interação de culturas como também o maior fator econômico .

O comercio capacitou os Sírios a contrabalançar a falta de metais em suas terras e a escassez de matérias primas necessárias para seu crescimento e avanço do ponto de vista cívico e abriu o caminho perante eles , através da arte marítima , para passar para outra fase nova de grande consequência no processo de construção desenvolvido.

Esta nova fase de colonização construtiva , que estabeleceu muitas colônias , levou toda a região do mar Mediterrâneo ao padrão da nova cultura Síria – a cultura que marcou o início da civilização moderna .

Como uma das ilustrações mais indicativas e mais significativas da cultura síria criativa move-se em direção ao progresso e divulgação da cultura de construção estrutural , olhemos para o estado atrasado bárbaro dos povos que vieram dentro do âmbito desta nova cultura quando foi primeiramente introduzidos pelos Sírios .

Os gregos , por exemplo , comparados aos fenícios quanto ao seu nível cultural civilizado viveram como descrito por HOMERO *1 em um estado semelhante aquelas tribos dos bárbaros da África comparados com os modernos povos comerciantes .

Os navios fenícios usados para ancorar nas costas gregas , carregavam muitos tipos de produtos confeccionados pelos fenícios feitos ao vestuário ou finalidades decorativas .

Depois de comprarem aquiescência do governante local grego , os mercadores fenícios expunham suas mercadorias usadas para trocar pelas matérias primas dos gregos , como trigo , madeira , couros , mineiros , escravos etc.

***1 – MULLER-LYER, p. 174**

As mercadorias sírias incluíam produto têxtil como tecidos , roupas e muitos tipos de produtos manufaturados em metal , a púrpura famosa dos sírios e outros produtos .

A partir do tipo propriamente agro-industrial da cultura que ampliou o campo do trabalho ao liberar as mãos de obra com a introdução do arado no processo econômico e a possibilitar o sistema interno social, avançando e desenvolvendo-se em direção ao nível da vida na cidade e da vida estatal, o qual limitava o resultado de todo o processo de assentamento estrutural do meio ambiente, com a exceção das rendas e ganhos adquiridos de guerra que é um fator não confiável; os sírios CANANEUS e ARAMEUS avançaram no comércio para estabelecer uma cultura de produção comercial que alcançou lugares e países distantes e teve acesso a vastos recursos, trazendo-os para dentro desta esfera.

Este desenvolvimento altamente significativo produziu , adicionado ao processo de colonização mencionado acima , a arte de descobrir e conhecer o mundo e explorar os recursos naturais nele contidos , tal desenvolvimento capacitou a profissão dos marinheiros a se desenvolver , e ligou as fontes de matérias primas com os centros da nova cultura comercial realizando um grande progresso do ponto de vista da economia de assentamento estrutural .

Nesta cultura , o trabalho mental começou a prevalecer sobre os outros tipos de trabalho pois o comercio é um processo mental por excelência.

Os criadores da nova cultura econômica tiveram que inventar um sistema pratico para a vida intelectual e a formular uma forte base moderna para a cultura humana . Assim foi um incumbência da Síria completar sua revolução cultural e a abrir um novo caminho para o avanço e enriquecimento cultural .

Para realizar tais passos , os Cananeus (Fenícios) inventaram o alfabeto completando o alicerce desse modo da civilização moderna.

No estagio cultural da industria agrária onde a sociedade é provida através da família e da propriedade privada , nos vemos crescimento No sistema sócio-econômico baseado em três classes : Nobreza . profissionais livres e escravos .

Muito antes disso , o sistema da tribo auto-suficiente e o clã das aldeias acabou e foi substituído pela monarquia e então pela republica .

Mas os recursos desta cultura eram restritos ao seu próprio meio-ambiente assim que era incapaz de avançar firmemente , pois os recursos de cada meio-ambiente eram limitados por si mesmo .

Ao mesmo tempo , a guerra não podia prover uma compensação confiável, nem era um meio construtivo de sustentar o progresso cultural .

Nos não dizemos que o comercio não existia naquela época , mas , ao invés de ser um fator econômico organizado , era simplesmente um sistema de troca baseado em uma produção individual desorganizado O sistema cultural do comercio organizou o trabalho em unidades comuns e criou um importante significado para o capital .

Antes do surgimento do comercio internacional entre as nações , o capital era individual , usado na produção para a satisfação indireta das necessidades e para realizar intercambio interno .

Não tem duvida que o capital é o maior fator na organização econômica da sociedade assentada e estabelecida , mas ele não foi um fator significativa na organização da economia e do trabalho , quer dizer , não era capital no sentido atual moderno .

Na cultura comercial mercantil , o capital veio a ter um valor nacional importante porque se encarregou de organizar o trabalho para a produção ampliada em massa com o objetivo de comercializar com outras nações e abastecê-las através de seus indivíduos e de seus grupos , com o que eles necessitavam . Isto era em troca daquilo que cobriria os custos do trabalho e do capital investido , em consideração ao seu papel em organizar a produção , compra e venda realizando lucro calculado para aumentar a riqueza nacional , a qual naquele ponto ficou nesta época sob a proteção do estado .

Com este grande passo foi marcado o surgimento da economia nacional que continua a dominar os grupos humanos e o atual sistema Cultural da civilização .

Nesta cultura o papel da família como a base do sistema pratico de trabalho começou a enfraquecer na sociedade . O trabalho era distribuído e diferenciado entre os homens , enquanto as mulheres continuaram a ser responsáveis pela casa, ou a ter as todas tarefas de casa como seu trabalho distinto .

As relações de laços sangüíneos eram ainda a força mais forte na ordem sócio-econômica , desde que o ofício continuava na família e era passada de pai para filho ou para os parentes mais próximos , no caso de sucessão â riqueza da família .

Este era o fator mais importante na diferenciação social pela qual as classes eram tão rigidamente definidas conduzindo a um conflito violento dentro da estrutura do estado e a conflitar entre a aristocracia hereditária e a classe dos plebeus .

Os comerciantes fenícios foram capazes de aumentar o trabalho através do emprego dos escravos , os quais eles usavam para comprar e distribuir entre os vários tipos de trabalho .

A família ainda mantinha seu status como base da organização social , mas não continuou mais como uma unidade auto suficiente economicamente . Ao invés disto , ela veio a depender da produção do comercio organizado por capital , levando ao que é conhecido como trabalho caseiro nas industrias artesanais .

A revolução industrial

Este desenvolvimento anunciou o retorno da economia social ao invés da economia familiar individual , que ainda é representada até certo ponto pela assembléia da família chinesa unida encarregando-se de suprir todas as suas necessidades através de seu próprio trabalho em um pequeno pedaço de terra convertido em num pomar rico e fértil .

No entanto , a importância econômica da família não desapareceu totalmente neste estagio , mas continuou a conservar muitas de suas características econômicas até o advento da era da maquina , conhecida como a era da revolução industrial , a qual expulsou os remanescentes das industrias artesanais para fora de suas casas e também expulsou centenas e milhares de trabalhadores para fora das fabricas .

Esta era trouxe entre outras coisas os aparelhos eletrodomésticos , os quais substituíram a maioria dos trabalhos domésticos das mulheres .

A distribuição dos trabalhos entre homens e mulheres não estava mais ativa , e o casamento deixou de ser um arranjo econômico baseado na divisão do trabalho que especificasse os homens para obtenção de alimentos e as mulheres para manutenção da casa .

As mulheres ficaram forçadas para encontrar empregos fora de suas casas para preencher o seu tempo ou para suprir as necessidades vitais obedecendo a ordem capitalista atual no sistema de distribuição do trabalho e da riqueza .

Essa situação levou a uma diferenciação do trabalho as mulheres como também ao aparecimento do movimento feminista moderno .

Este novo fenômeno social foi a origem do modo de vida levado pela mulher , particularmente , no mundo ocidental .

Este é o tipo de mulher que certos escritores que não se deram ao trabalho de estudar as leis da associação humana estão tentando dar preferência à mulher oriental porque esta última é modesta , velada e tímida quando comparada com a mulher ocidental que é agressiva , arrogante e extremista .

A revolução industrial colocou a sociabilidade humana sobre uma nova base .

Tal revolução não apenas destituiu a família de suas indústrias e os Profissionais de seus ofícios, mas também deu lugar a grandes fábricas e instalações de grandes indústrias que empregam centenas e mesmo milhares de trabalhadores em cada fábrica ou indústria .

Assim , nas cidades e nas áreas industriais , surgiu aquela classe dos trabalhadores conhecida como proletariado (proletária) , na terminologia moderna , a qual nas últimas décadas se transformou em Uma imensa força política , pois tal classe é diferente da classe trabalhadora agrária estanca*1, o qual em função de seu afastamento dos centros das culturas civilizadas e de sua ampliação até vastas distâncias , não teve a oportunidade de adquirir os meios para unir e organizar suas classes a fim de formar uma força política significativa e ativa .

O alfabeto levou o mundo ao longo da estrada de conhecimento e aprendizagem , com forças mentais suplantando as dificuldades impostas pela natureza , para a máquina econômica que depositou uma força que nunca havia sonhado em mãos capitalistas , de tal forma que o poder do crescente capital se tornou maior que qualquer outro poder , moral ou material .

Esta nova força eliminou a velha ordem tríplice dos nobres , homens livres e escravos criando uma nova

***1 – MACLVER , (O ESTADO MODERNO p. 140 MODERN STATE)**

ordem de : capitalistas , profissionais e trabalhadores , de outro modo chamados também de :

Classe alta , classe media e classe baixa .

Nesse novo estagio , notamos que a família perdeu o forte laço que possuía anteriormente , da para perceber também que o quarto e o terceiro nível de consangüinidade , exceto em casos raros mesmo o segundo grau , deixaram de ser de grande significado .

Aqueles que fracassam em entender os significativos e importantes fatores econômicos que operam sob cada aspecto da associação humana , especialmente aqueles moralistas que acreditavam que cada coisa deveria ser baseada em moral , atribuem esta nova mudança de visão como equivalente a desintegração causada pela imoralidade .

O alfabeto e o comercio trouxeram uma nova tendência cultural , a qual conduziu à era da maquina industrial que significa a era da civilização moderna .

Esta era moderna concedeu à cultura mental um espaço mais amplo e elevou a interação social a um nível bastante elevado.

Com o surgimento do alfabeto ao lado do comercio e a fusões desses dois fatores na interação sócio -

econômica , a associação humana partiu em direção à vida intelectual e ao domínio da mente sobre os tesouros , as riquezas e os recursos da natureza .

Essa nova vida é partilhada pelas nações civilizadas e com a existência desta nova vida e de suas técnicas e meios , milhões de pessoas são agora capazes de pensar em problemas e questões vitais e sociais da humanidade , independentemente ou em colaboração e a participar de uma cultura humana universal que surpreende o pensador com tantas e varias cores produzidas pelas nacionalidades do mundo e com características psicológicas manifestadas pelas nações . quanto são numerosos os diferentes meio ambientes .

Se dermos uma olhada profunda nesta magnífica cultura da vida civilizada que alcançou , após cada período , e continua alcançando novos triunfos para o ser humano sobre os segredos da natureza através de suas descobertas e invenções de belas artes que incluiu : desenho , escultura , entalhe, construção , arquitetura , pintura musica , etc.. e que reforçou também as virtudes morais e tudo aquilo que diz respeito à personalidade do individuo como também as personalidades dos povos –

Quando olhamos para esta estrutura mental maravilhosa e sublime que representa a civilização moderna , entendemos melhor a importância valiosa da revolução cultural Síria e seu real significado .

Sexto Capítulo

O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Com o surgimento do alfabeto ao lado do comercio e a fusões desses dois fatores na interação sócio-econômica , a associação humana partiu em direção à vida intelectual e ao domínio da mente sobre os tesouros , as riquezas e os recursos da natureza . Quando olhamos para esta estrutura mental maravilhosa e sublime que representa a civilização moderna , entendemos melhor a importância valiosa da revolução cultural Síria e seu real significado .

Antoun Saadeh

منذ الفترة التي ظهرت فيها الأبجدية الى جانب التجارة واتحد
هذان العاملان في التفاعل الإقتصادي الإجتماعي اتجه الإجتماع
البشري نحو الحياة النفسية (العقلية) وسيطرة العقل على كنوز
الطبعة ومواردها .
ومتى نظرنا الى هذا البناء العقلي السامي الذي يمثل لنا المدنية
الحديثة،
أدركنا قيمة الثورة السورية ومعناها الكبير .

أنطون سعاده

Sexto Capítulo

O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

As duas culturas: cultura material e cultura intelectual.

Nos capítulos anteriores deste livro, vimos os fundamentos e as linhas gerais que governaram o desenvolvimento da humanidade e de seu avanço através de suas culturas materiais resultantes da interação do ser humano com a natureza para encontrar e atender suas necessidades e para assegurar a sobrevivência de sua descendência. Vimos, também, como a cultura mental acompanhou e caminhou lado-a-lado com a cultura material adaptando-a como um fundamento desde que a vida mental intelectual não pôde prosseguir ao longo de seu curso, a menos que os incentivos e requisitos por essa vida sejam assegurados.

Conseqüentemente, constatamos que a cultura, em todos os seus aspectos, se desenvolveu em nível mais elevado e mais progressivo nos lugares ou ambientes onde os meios de substância vital eram mais abundantes, mais úteis e mais evoluídos.

Discutimos, também, a associação ou a sociabilidade humana, referindo-se à sua mais antiga origem e dizendo que essa associação era uma característica humana geral e universal.

Nossa declaração neste assunto poderia levar alguém a supor que a sociabilidade do homem é ilimitada e incondicionalmente comunista ou comum, mas na realidade não é assim.

A sociedade humana não é a humanidade como um todo, e quem sabe se a humanidade, no futuro de séculos, será bem sucedida em se tornar uma única sociedade!.

Se as sociedades culturais humanas aproximarem-se umas das outras através dos fatores culturais que governam suas culturas, ainda encontramos no caso de algumas sociedades e de suas condições sociais um remanescente ou resto de cultura que mostrará que os conceitos de "humanidade" e da "associação humana" não serem comuns para todos os seres humanos.

Os Esquimós usam somente o termo "*Inuit*" (pessoas) para se referirem a si mesmos únicos, e assim também os índios usam o termo "*Ilinois*" (seres humanos).

De acordo com a lenda dos esquimós, eles afirmam que os europeus ou (estranhos) nasceram do casamento de uma mulher esquimó e de um lobo polar como foi contado por GEIGER (*1).

***1 – GEIGER , ABS, p. 293**

Em nossa discussão prévia, investigamos a base material da associação humana e seus aspectos e condições, e neste capítulo começamos a estudar a estrutura mental ou psicológica desta associação.

Talvez o Estado seja o aspecto cultural mais representativo da vida mental intelectual que e a característica da associação ou da sociedade humana, e pode mesmo ser dito que a cultura humana e o estado são idênticos.

O SURGIMENTO DO ESTADO

Obviamente, o Estado é puramente um assunto cultural porque sua função, a partir do ponto de vista moderno, é de lidar com a política da sociedade e organizar as relações entre suas partes na forma de um sistema que defina os direitos e os deveres, seja por costume e uso – que foi originalmente o caso – seja por triunfo e tirania.

O Estado é, por conseguinte, um aspecto da sociedade complexa sem a qual não pode existir.

Por esta razão, o Estado é um aspecto puramente político, apesar de não ser de maneira alguma um aspecto não social, porque se o Estado não pode existir sem a sociedade, a política também não pode existir sem a associação.

As opiniões dos estudiosos diferem sobre o início do Estado : se o Estado fez a sua primeira

aparência com o início da associação humana (o início da espécie humana) ou se em algum estágio próprio no desenvolvimento de sua associação.

Uma teoria defende que o Estado surgiu com o início da humanidade, enquanto que outra teoria afirma que o Estado veio a existir onde quer que as diferenças sociais aparecessem (*1).

Aristóteles disse que o Estado tem a existência pela realidade ou circunstância da vida, mas na verdade ele permanece para realizar uma vida bem organizada (*2).

Apesar de o estudo prático racional nos induzir a traçar as causas do aparecimento do Estado e a referir essas causas às características psicológicas humanas designadas pela distinção entre o egoísmo do indivíduo, o ego do homem manifestado no uso da palavra "eu" e o processo que eleva "você" diante do "eu", tememos que tal debate possa nos levar muito além ao âmbito especificado por este assunto e, conseqüentemente, nossa discussão referente ao Estado, no sentido social, devesse começar, como ponto de partida da realidade do Estado que surge de uma sociedade complexa, por mais simples que a simplicidade possa ser.

***1 – VIERKANDT, AVV, p.1**

***2 – MEYER .E. prefacio p.11**

Em todo o caso, não podemos esquecer o fato de que este ponto de partida é imaginário, pois as fases da associação humana não constituem partes que são inteiramente independentes umas das outras.

O ESTADO NO MUNDO ANIMAL

Antes de prosseguimos com nosso assunto, devemos fazer aqui a mesma ressalva que fizemos em relação ao assunto da associação humana, isto é, concernente à adoção dos exemplos do Estado do mundo animal.

Apesar do mundo dos animais conter muitas formas de reunião ordenada, tal como forma de liderança entre certos tipos de animais e grupos de formigas (*1) e existir um tipo específico de combatentes em grupos de formigas brancas (*2,) podemos notar que a diferença entre a realidade dessas manifestações e a realidade da ordem lógica racional na classificação da sociedade humana é muito e bastante grande.

A menção a um "Estado de Formigas" ou a um " Estado de Abelhas" não nos deveria levar a pensar na existência de Estados estabelecidos entre tais insetos e montículos de terra.

***1 – GEIGER T. p.295**

***2 – Wasmann, E. p. 330**

O Estado é uma das formas da existência social que é mais proximamente relacionado à razão e a configuração (*1) e não é absolutamente admissível aplicar esta expressão puramente humana ao mundo de insetos, pois tal aplicação atribuiria o mesmo padrão e o mesmo valor para o que é cultural e o que é natural e instintivo.

Embora no início de seu estudo "A Democracia nos Estados das Formigas e dos Cupins", WASMANN referia-se claramente às diferenças entre as características psicológicas do homem e a dos animais, não hesitando em nenhum outro ponto no curso dessa discussão (*2), a encontrar no pequeno cérebro dos cupins trabalhadores comparados com a sua grande cabeça, uma explanação lógica para a ordem "comunista" nestes "Estados de Formigas.

OS DIREITOS PRIMITIVOS

O Estado em si mesmo não é um medidor de cultura mental racional, mas o valor do Estado se encontra nos direitos na qual ele se baseia e assegura. Por isso, devemos conseqüentemente, dar uma olhada no começo dos direitos e assim podemos ser capazes de entender como surgiu o Estado e como foi seu desenvolvimento sobre circunstâncias relevantes.

*3 – GEIGER , p.295

*1 – GEIGER , p.332

Devemos dar a devida importância para os direitos se quisermos ter uma definição precisa e real do Estado (*1).

A COMUNIDADE E O INDIVÍDUO

Nos níveis mais baixos e mais simples da associação humana encontramos a comunidade ou a tribo, mas seria impossível encontrar o indivíduo que não possuísse nem existência econômica, nem legal e, conseqüentemente, não era o início da associação e nem representava parte em determinar a associação e sua forma.

Deveria ser destacado aqui que o conceito individual, para associação humana, achado no "Contrato Social" de *Rousseau* foi retirado do estado de sociedade após o aparecimento do indivíduo como elemento efetivo na sociedade. Antes disso, o indivíduo não possuía qualquer status ou escolha na associação ou no grupo.

A existência egoística do indivíduo naquele estado primitivo foi manifestada na distinção entre ele e outros em certas relações psicológicas (mentais). Ele era uma gota numa pequena onda que não podia ser definida e avaliada quantitativamente ou qualitativamente, a não ser que fosse separado de seu corpo.

*2 – MACLVER, p.16

A onda que significa a comunidade era tudo que existia no início da humanidade.

Naquele estágio primitivo e o que nos interessa aqui, a comunidade era algo submetida para todos os tipos de visões e ilusões.

Essas visões e ilusões eram tudo em sua vida psicológica e esta é a razão pela qual concluímos que o certo verdadeiro e a religião eram a mesma coisa no princípio.

TOTEMISMO E METEMPSICOSE

A proximidade entre o objetivo do homem e o objetivo do animal naquele estágio fez o homem sentir que a sua alma era a mesma que a alma do animal e, conseqüentemente, surgiram muitas divagações sobre a transmigração da alma do homem após a morte para um animal ou para um outro ser humano.

Mais tarde, a alma da família foi personificada com algum animal ou com alguma planta vegetal e isto era o Totemismo (Totemismus). Assim, cada tribo ou clã adotou um animal particular - na maioria dos casos- ou planta ou montanha pela qual era identificada (*1).

Neste último exemplo encontramos uma tendência em direção à residência estabelecida.

***1 – Yusef Kohler , AR, vol. 1 p. 5**

Com assentamento de varias tribos de diferentes Totens na mesma área ou região, ergueu-se e apareceu o Totem local que reuniu todas as tribos e para o qual todos eles estavam submetidos (*1).

A EXOGAMIA

A crença na compatibilidade de Totens, ou em alguns deles, levou à elogio e aprovação do intercurso sexual entre homens de Totem especificado e mulheres de outro, dando inevitavelmente início à exogamia, a qual tomou muitas formas, enquanto a endogamia, ou a mistura interna sangüínea, foi proibida e sua desobediência seria punida com a morte (*2).

A exogamia se manteve durante eras longas como um casamento de grupos, não de indivíduos. O método do casamento mencionado compreendia as mulheres de uma comunidade especificamente designadas aos homens de outra comunidade que tivessem boas relações com elas, não havendo contratos de casamento sendo que o intercurso livre permitido entre os homens de um grupo e as mulheres de outro era sem restrição e sem limitação (*3).

***2 – Kohler, AR, vol1. p.6**

***3 – Kohler, p.6**

***4 – Kohler, p. 7**

Aqui vemos a completa manifestação da comunidade (comunismo) de trabalho e de produção complementando a comunidade (comunismo) de relações sexuais, mas o ultimo tipo comunista de relações comuns das comunidades (comunismo) era restrito pelos métodos e procedimentos indicados acima.

OS DIREITOS MATERNS

Tem-se a impressão de que a exogamia era originalmente acompanhada por direitos maternos, significando que a prole (os filhos) permanecia sob os cuidados da mãe e competia ao seu grupo, desde que o direito pertencesse ao grupo, não ao individuo, e o individuo não possuísse outros direitos que não fossem aqueles da comunidade. Onde os homens de uma comunidade em particular casavam-se com as mulheres de uma outra comunidade, as crianças pertenceriam ao grupo das mães, não ao grupo dos pais.

Estes direitos, porém, podem ter sido resultados do fenômeno natural exigindo que as crianças fossem cuidadas pela mãe, enquanto o homem saía para caçar e buscar alimentos.

Parece que os direitos maternos são provavelmente mais antigos do que os direitos paternos, apesar de parecer que os últimos foram encontrados em casos bastante antigos e ocasionalmente junto com os direitos maternos.

A criança nascida em uma situação de direitos maternos era relacionada com a mãe, com sua família e com sua tribo, e os homens da tribo da mãe que estavam ao lado da criança eram seus tios maternos (*1) e com quem a criança tinha laços bastante fortes.

DIREITOS PATERNOS

Os direitos paternos eram o oposto dos direitos maternos, já que a criança pertencia ao homem e não à mãe, mesmo durante a exogamia (casamento com não parentes). Entretanto, naquele tempo, o caso não era a regra, mas uma exceção, feita dentro de uma nova regra.

No casamento exogâmico, estes direitos significavam que as crianças nascidas de uns homens de um grupo com as mulheres de outro grupo pertenciam ao grupo e ao Totem do pai, não ao grupo da mãe.

Todos os povos que observavam e respeitavam a regra dos direitos paternos adaptaram esta regra através da regra dos direitos maternos os quais haviam previamente seguido.

Esta transição de direitos aconteceu em um tempo com o qual não temos absolutamente nenhuma conexão histórica, como no caso dos povos

(*1) – KOHLER , p. 19 e MEYER, prefácio

semitas históricos e dos indo-germânicos (*1) , assim que não é mais possível investigar esse assunto historicamente, seja nas mais antigas leis semíticas que são as leis humanas mais antigas, como o código de HAMOURABI, ou nas mais antigas tradições indo-germânicas, representada por "VEDA".

Um dos aspectos sociais mais importantes deste casamento exogâmico foi que ele se deu entre parentes, isto é, entre primos do lado materno.

Seguindo a tradição do comunismo e da libertinagem chegando ao individualismo, notamos que a libertinagem não desapareceu totalmente, mas as relíquias desta permaneceram nos rituais religiosos e nas adorações. Entre estas relíquias, que são conhecidas em todo o mundo semítico, na Índia e em outros lugares, eram " Virgens dos templos"

***1- Obs: é uma assertiva mais consistente do que a feita por Meyer, vol. 1, part 3, parág. 337, sendo que os semitas eram paternalistas em todos os tempos. Kohler provou a ocorrência da transição dos direitos maternos para os paternos nas tribos vizinhas, mas nunca o inverso. O próprio Meyer provou em outro lugar, parágrafo 338, que se um homem se refugiasse no deserto em uma tribo que não fosse a sua própria e se casasse nesta e tivesse filhos, essas crianças pertenceriam à tribo da mãe, e não a do pai, valendo a lembrança do conhecido ditado árabe que a criança pertence à cama carrega um grande significado quanto aos estreitos laços maternos. A tradição árabe sustenta evidências da transição dos direitos maternos para os paternos. Esta é a conclusão que chegou ROBERTSON SMITH, como citada por Jenks, páginas 51-52 . (*2 – KOHLER, p.9).**

ou "As filhas dos Deuses" ou As filhas do povo "que eram dedicadas, prometidas e permitidas espontaneamente (*1), manifestações desta libertinagem tem sido recorrentes atualmente no comunismo moderno.

Em cada sociedade moderna há algum tipo de libertinagem restrita ou secreta que constitui uma válvula de escape contra a restrição causada pelos encargos dos contratos de casamento.

O CASAMENTO E CONTRATO INDIVIDUAL

O casamento exogâmico avançou em direção a individualidade e aos deveres dos casais causando novas condições e, sob tais condições, tornou-se necessário firmar um contrato de casamento.

O aparecimento desta instituição foi talvez devido ao fato de algumas tribos aparentadas terem sido compelidas a dividir-se ou a se mudar, além do aparecimento dos fatores psicológicos individuais (*2).

A partir dos casamentos em grupo surgiu um tipo de casamento chamado de poliandria (estado de uma mulher com vários maridos), conhecido por ter praticado pela seita dos sabeus na

*1 – KOHLER, p.9

*2 – MEYER vol.1, parte 2 , parágrafo 337-8 e KOHLER p.82

península arábica (*1). A razão era que muitas meninas eram mortas ou enterradas vivas no nascimento.

Esta modalidade de casamento logo avançou também em direção ao casamento individual.

Dentre as causas e os motivos mais importantes deste avanço pode ser a prática do rapto feita pelo homem quando desejavam uma mulher específica.

A partir da época em que o homem começou a ter consciência de sua própria força e de seus desejos pessoais ao realizar incursões e retornar vitorioso com o saque e as mulheres capturadas, ele começou a submeter a mulher aos seus desejos e vontade. Assim os homens começaram a dominar as mulheres e terem prestígio maior.

Esta nova situação, que ainda prevalece nos países árabes, achou seu caminho para o islamismo e se tornou então um princípio estabelecido. Neste como foram estabelecidas as relações de amamentação que acompanharam a relação de sangue entre os povos ainda caracterizados por associação primitiva.

*1 – MEYER, vol.1 parte 2 p. 22 e KOHLER p. 89

Foi através do islã que esta relação foi divulgada e propagada no mundo após ter sido restrita às tribos árabes e aos caucasianos (*1).

O CASAMENTO POR COMPRA

O rapto das mulheres entre os povos primitivos e em situações anteriores entre os povos mais civilizados levaram os homens a comprar mulheres. Assim, com a perda dos direitos da mulher, através do rapto ou de compra, continuou o domínio do homem e seus direitos, o qual provocou sérios efeitos em relação ao desenvolvimento da família na herança e em outros direitos envolvidos.

Com o progresso dos grupos humanos, o casamento avançou deste sistema de compra ao dote ou mimo e outro dom semelhante, assim restaurando o status pessoal da mulher para que ela não mais fosse considerada uma mera mercadoria.

E nos grupos civilizados, o significado do domínio masculino sobre as mulheres foi modificado por um sentimento de afeição e amparo ao invés do direito de liberdade de comercializar.

A ESCRAVIZAÇÃO

A escravização parece ter surgido a partir das invasões, ataques surpresas e capturas, e a mulher capturada provavelmente foi o primeiro ser humano a ser escravizado.

*1 – MEYER, vol.3 parágrafo 379 p. 682

De uma forma geral, a escravidão não é muito antiga no mundo porque ela é inaceitável e sem utilidade, exceto em num estágio cultural um tanto avançado. Achamos que a escravidão apareceu com a adoção de uma vida agrícola assentada e estabelecida pelo grupo humano, no qual a escravidão era tolerada e útil.

Creemos que os escravos constituíram um elemento importante na cultura agrária primitiva, posto terem sido os primeiros artesãos e profissionais dentre os quais o trabalho era diferenciado entre ofícios específicos, e seus senhores mestres ou donos os estabeleciam em suas casas e em seus campos, como já mencionamos no capítulo anterior.

A escravização se disseminou e aumentou em tempos históricos como notamos com os fenícios que usavam escravos em seus ofícios, seu comércio e suas atividades agrícolas. A forma mais piedosa e caridosa da escravidão foi quando os fenícios empreenderam extensas atividades comerciais, porque o trabalho escravo no comércio era menos árduo do que na agricultura.

A escravidão foi também praticada pelos gregos. Os romanos aprenderam também através dos fenícios na África as vantagens do trabalho escravo na agricultura e seguirem seu exemplo nesta área (*1).

***1 – MEYER, vol.3 parágrafo 379 p. 682**

Em Roma, aumentou de mais tomando proporções tão grandes que culminou em uma série de revoltas, a maior delas foi a revolta da SICILIA, seguindo a terceira guerra fenícia púnica, que foi liderada por um sírio conhecido por um nome grego: Jonas. Ele invocou os deuses sírios para atizar e movimentar os escravos, reivindicando que todos os deuses sírios o haviam convocado para assumir poderes reais como um rei. Na verdade, Jonas estabeleceu um reinado e conduziu seu exército contra exércitos e cidades romanas, causando muita destruição na terra. Ele se fez rei com o nome de Antioco, imitando o grande imperador sírio Selêucida. Seus seguidores foram chamados de sírios (*1) .

O governo de Jonas teve vida curta e seu movimento de libertação também teve uma curta duração.

A VINGANÇA

Desde os tempos totêmicos, vimos na vida dos grupos primitivos que as leis penais governaram tanto as relações sociais externas quanto as internas: as primeiras, quanto aos atos cometidos por um grupo ou por alguns de seus membros contra outro grupo e, as últimas, quanto aos atos cometidos por membros do mesmo grupo ou contra alguém do grupo mesmo. Tais incidentes freqüentemente levaram às guerras entre tribos e clãs vizinhos que buscavam vingança.

***1 –HH,vol.5, p. 333**

A justificativa original era exigir compensação pela perda sofrida pela tribo que foi vítima levando-a a ficar mais fraca numericamente em face à outra tribo.

Em tais casos, nenhuma pergunta era feita em relação à justiça à culpa e às circunstâncias da agressão; era somente uma questão da tribo procurar causar uma perda equivalente à tribo a qual o agressor ou o assassino pertencia, pois qualquer morte constituía um ato de agressão contra a tribo da vítima.

A vingança era o único aspecto da lei penal entre os povos primitivos ou inferiores. Ela adentrou às tradições e avançou nelas, como podemos ver entre os árabes beduínos, cujas tradições, contos e poemas são cheios de alusões à vingança, na medida em que os árabes pareciam existir somente para o propósito de "alcançar vingança ou obter ganho".

A justificativa para essa vingança sanguínea é claramente evidente em um verso poético feito pelo famoso poeta árabe Hassân Ibn Thabet que diz:

"Quando lança contra lança, não nos importamos em perder um notável nobre por um ilustre notável".

A vingança não era uma questão de infligir punição pelo bem da justiça social, uma questão de procurar compensação pela perda ou prejuízo ocorrido. A avaliação desta perda se tornou assunto de competição poética e de vangloria entre as tribos, como podemos ver no seguinte verso poético:

" nós matamos dois de seus chefes dignitários pela perda de um de nossos xeiques Suwaïd, contudo eles não foram a compensação suficiente pelo seu sangue"

E, nas palavras de um outro poeta:

*"em retribuição pelo sangue de um de nós, matamos sete de seus proeminentes nobres, pois não queremos aceitar nenhum ganho como forma de compensação" (*1).*

Entre as tribos de nova Guiné, a vingança devia alcançar o verdadeiro perpetrador, mesmo após matar alguns dos membros de sua família (*2).

O costume de vingança estava tão enraizado e a compensação estava tão exagerada que acarretou em muitas guerras que findaram somente em seguida da instituição da compensação material, dinheiro de sangue(*3).

*1 – Al-Aghani 17ç116 veja também 15:73-75, 16:32,53

*2 – Al-Aghani também 16 : 56

*3 – Kohler , p. 37

Os árabes chamaram de "reparação de danos" *4, Como notamos nas palavras seguintes do poeta árabe Zouhair Ibn Abi-Sulma:

" os danos são reparados com centenas de camelos, mas, agora, o ajuste esta sendo feito em parcelas por outro que não o assassino. "

A lei penal interna, a de que tratava dos atos cometidos pelos homens das tribos dentro de seus próprios clãs, divergia da lei penal externa. A razão desta divergência era a necessidade de preservar a sobrevivência da tribo ou do clã.

Para o membro da tribo ou do clã, o ser humano como individuo pertencia ao clã ou à tribo, pois a humanidade do membro ou sua sociabilidade humana se encontrava na tribo ou no clã. Este fator foi de interesse vital à tribo, pois afetou seu destino e, conseqüentemente, não deveria haver guerra e matança dentro da tribo em conexão com qualquer vingança sanguínea.

A tribo protegia a si mesma contra os malfeitores bandidos da tribo ao expulsá-los ou ao negar-lhes sua proteção.

Os povos primitivos acharam e encontraram uma saída para os efeitos da vingança no direito de compensação, particularmente entre os grupos onde

*1 – Kohler p. 98 e Vierkandt p. 12

o sistema tribal começou a se desfazer na aldeia diante de surgimento do sistema familiar individual e vingança individual .

O Estado : A REALIDADE DO ESTADO

Nas passagens anteriores, apresentamos um esboço dos direitos civis que são o resultado das forças morais que agem dentro da sociedade para garantir sua própria segurança. Nesses direitos, encontramos não o Estado, mas encontramos a sociedade com suas ilusões (sua religião) e seus costumes. Encontramos, ainda, a realidade do Estado somente onde discernimos uma subjugação ou uma força física amedrontadora que pode impor suas regras e seus regulamentos à sociedade (*1).

Entretanto, é necessário referir-se àquilo que temos afirmado com respeito ao início deste capítulo, pois não é possível colocar barreiras verdadeiras separando uma fase cultural social da outra.

Voltando aos primeiros estágios do desenvolvimento do Estado, continuamos a explorar o passado ou ir ao longo da escala do progresso cultural até chegar a um ponto onde a política e a associação parecem encontrar-se como se fossem a mesma coisa ou uma coisa em si.

(*1) – Vierkandt , p.2. "Modificamos sua declaração original que diz o seguinte: uma força física usada pelo grupo através da qual subjuga ou no mínimo amedronta " porque nem sempre encontramos no Estado uma ferramenta nas mãos do grupo, como veremos, mas frequentemente o contrario do que é verdadeiro.

Entre os povos que ainda se encontram em um nível primitivo em relação aos povos culturais, entendemos ser o totemismo o ponto de encontro entre o Estado e a sociedade.

Quando os totens se juntando e então unindo todas suas tribos através dos casamentos entre seus indivíduos e com a formação de um grande totem local que une todos numa só comunidade social que foi dividida em ramificações de totens, constatamos a existência do sistema do Estado tribal ou do clã que era apenas aberto aos membros da tribo, pois este sistema do Estado abrange somente membros da tribo (*1).

Tal união, não é uma indicação suficiente da realidade do Estado. As tribos podem convergir com mais nada além dos meios normais morais que organizam seus negócios (*2), sendo estes meios: o costume, o uso e a submissão a ilusões..

Em razão do padrão e da visão comum da vida e por falta de independência psicológica nos grupos primitivos, os casos de revolta por indivíduos contra forças de costume e uso eram muito raros (*3).

***1 – Kohler , p.33**

***2 – Vierdandt,p. 2**

***3 – Vierdandt,p. 2**

Começamos a notar gradualmente novas manifestações sociais que apareceram com a exclusiva posse das mulheres, heroísmo nas batalhas e coragem na caça.

Com tais manifestações, foi realizado o aparecimento do líder ou o chefe da tribo, sendo que os chefes aboliram os últimos vestígios da constituição totêmica, estabelecendo o reinado privado ou principado e sua autoridade máxima nestas (*4).

Vierdandt acreditava que os chefes surgem como uma estrutura estatal mais elevada do que o primeiro nível, com subunidades menores.

O nível em que o chefe surge é indubitavelmente mais alto que o nível totêmico, pois a chefia deve em primeiro lugar substituir o sistema totêmico, porém, encontramos o retrato de Estado no que pode ser chamado de autoridade ou poder ou ferramenta executiva ou força física.

AS DIFERENÇAS DA AUTORIDADE

Cada Estado, por mais que seja simples, exerce três funções: legislativa, executiva e judiciária, baseadas nos três elementos "políticos" em que cada sociedade possui os primórdios de um Estado: o sexo, a idade a personalidade, aos quais

***4 – Kohler , p. 34**

deve-se acrescentar, com o desenvolvimento da sociedade estabelecida, o grupo dos escravos.

Era somente natural que o sexo devesse determinar a realidade do Estado desde que o elemento mais importante neste caso fosse a força com a qual a autoridade era estabelecida e a partir daí era óbvio que o sexo mais forte –os homens– deveriam assumir o controle do Estado.

Apesar de a mulher poder proceder e fazer o que quer livremente na época do casamento comunista social, ela raramente participava da vida política e mais raramente tinha qualquer influência independente naquela vida.

Também os escravos não tinham nenhuma função importante na vida política, exceto em qualquer coisa ou problema que resultasse através de existência e grande número de tais escravos.

A idade era o fator mais importante que exercia mais influencia na vida do Estado.

Onde a vida atua através de experiências diretas, a idade se torna de importância decisiva com relação aos assuntos e negócios políticos da sociedade, sendo que, à medida que os povos desenvolvem-se e avançam em experiências indiretas da vida e a ciência se diversifica com o conhecimento acumulado graças ao alfabeto, a importância da idade na vida política da sociedade declina e se torna menos influente.

Em seguida ao fator da idade, em um nível mais alto está a personalidade, apesar de sabermos que a personalidade individual a partir de um ponto de vista psicológico (mental) moderno é inexistente entre os povos que seguem instintos, haja vista que as diferenças pessoais não são totalmente ausentes, devido ao fato que os talentos naturais não são apenas mentais, mas, também físicos.

A excelência que alguns membros de uma tribo ou clã manifestam em suas guerras, invasões e emboscadas capacitam tais membros a ter personalidades distintas em relação às condições sociais de seus clãs ou suas tribos. Sendo assim, descobrimos que as funções do Estado poderão ser comparadas com as funções encontradas pela formação do Estado tribal que abrange o grande chefe da tribo, os chefes das clãs e a associação do povo.

Com a expansão do Estado, a associação do povo será abandonada passando a permanecer o grande chefe e os xeiques da tribo.

Esta divisão não significa absolutamente que as funções do Estado sejam distribuídas de uma maneira a investir poderes legislativos ou executivos ao chefe ou ao conselho dos xeiques, cada um sendo uma autoridade específica para esta ou aquela função, ou para o Judiciário.

O ESPIRITISMO, A LEGISLAÇÃO E A JURISDIÇÃO

Ê muito difícil para um sÍrio firmemente constituÍdo em uma civilização e em uma filosofia racional imaginar o Estado moderno de ilusão, o qual dominou os homens primitivos e que ainda continua como caracterÍstica de alguns povos que vivem em uma condição instintiva.

O horror, o receio, a ilusão e os sentimentos de medo e de timidez em face de um exagero dos poderes da natureza, levaram o homem instintivo a imaginar a existência de forças ocultas dominando a natureza e o espÍrito humano.

Essa imaginação o impeliu a tentar evitar os efeitos do mal que podem ser provocados pelas estas forças ocultas ao planejar regras para sua vida. Assim foi surgida a origem das crenças espirituais as quais o homem desenvolvido e civilizado era comprometido a considerar e analisar até atingir a idéia de criador (Deus).

Esta mesma idéia é agora tratada pelo homem com o objetivo de fazer da religião um alto ideal belo, livre de qualquer lembrança e imaginação de horror ou de intimidação e de persuasões religiosas facciosas.

A existência imaginada de forças ocultas temÍveis levou a crenças estranhas como a adoração

dos ancestrais e à imaginação de um mundo de espíritos do qual o espírito veio e ao qual retornou.

Logo depois, apareceu a classe dos mágicos e adivinhos, os predecessores dos padres, pastores e profetas, tendo eles exercido uma grande influência sobre o público ao anunciar a vontade e o desejo do mundo dos espíritos o qual eles alegaram estar em contato.

Assim, tiveram êxito em criar novos costumes e conseguiram assumir o poder de emitir julgamentos em nome daqueles espíritos invisíveis, em nome de deuses.

A crença nos espíritos e no contato com os espíritos dos ancestrais teve uma grande influência sobre os direitos básicos e o exercício a partir daí, particularmente com respeito à vingança, como ilustrado por um aforismo que está desaparecendo da literatura síria, mas ainda está na metáfora "os ossos dos ancestrais tremem em suas sepulturas".

A partir de tais crenças emergiu a instituição de tabus mágicos, o qual teve um efeito tremendo sobre os "direitos civis "e sobre a administração pública como veremos.

Concluimos desse modo, que a legislação era originalmente baseada em mágica e adivinhação (religião) adicionadas ao costume que foi a primeira de todas as leis.

Era suficiente entre os povos primitivos promulgar um precedente ou uma inspiração do mundo dos espíritos atribuídos a alguns ancestrais famosos (*1) para uma lei ser decretada.

Algumas das leis mais importantes dos povos primitivos eram tradições dos ancestrais, pois os ancestrais eram sagrados, até mesmo divinos, e tudo que fosse bom para eles deveria ser bom para seus descendentes.

Entretanto, estes grupos, ou os mais avançados deles, não se abstiveram de decretar e promulgar leis com iniciativa individual, como no caso de algumas tribos do leste da Austrália, onde os clãs da tribo se reuniam em uma época do ano previamente designada para discutir alguns assuntos.

Durante a reunião, o chefe de um dos clãs apresentava uma proposta que já foi discutida com os anciãos de seu clã e, se a sua proposta fosse aprovada, torna-se uma lei (*2).

No sudeste da Austrália, os mágicos e os adivinhos agiam pelo chefe e apresentavam a proposta, alegando que ele teve um sonho ou uma inspiração.

(*1) – Vierkandt, pág. 5

(*1) – Vierkandt, pág. 5

A FORMA DEMOCRÁTICA

O Estado tem três formas principais que são: a democrática, a autocrática e a aristocrática ou governo pelo povo, governo por indivíduo com absolutos poderes e governo por uma minoria privilegiada.

Na situação mais simples e mais primitiva do Estado que é a situação mais simples de desenvolvimento social, encontramos a forma democrática do Estado no clã ou na aldeia onde todo o povo pode reunir-se.

Onde o Estado é mais vasto e maior que a aldeia ou o clã, estes gozam de uma autonomia administrativa completa. O totemismo pode desaparecer, mas o fundamento no qual foi construído permanece.

A forma democrática do Estado consistia na liderança e no conselho dos chefes anciãos ou dos membros do povo como um todo, conselho composto pelas cabeças das casas ou das famílias ou dos clãs que formavam uma parte da tribo.

Em tais casos, o chefe cabeça devia respeitar a opinião do conselho ou a opinião do grupo, enquanto que no Estado tribal ou no Estado territorial vasto e estendido, nenhum encontro ou associação do povo era possível e a decisão final sempre recaía sobre os chefes anciãos.

(*1) – Vierkandt, pág. 5

Esse traço era uma das características dos Estados dos povos primitivos que não possuíam nenhuma analogia com as sociedades estabelecidas avançadas. Esta forma reunia dois traços que eram: a aristocracia de idade e a representação popular.

Os chefes anciãos privilegiados realmente constituíam uma classe aristocrática, enquanto que sua relação com o povo era tão forte que eles adquiriram o status de representantes e deputados (*1). Esta era a situação prevalecente entre a maioria dos povos caçadores e coletores de alimentos na Austrália, esquimós, índios americanos e povos nômades na Ásia e na África (*2). A existência desta forma entre os povos menos cultos forneceu uma evidência etnológica da antecedência da democracia. Qualquer situação comum ou comunista que possa ter precedido a isso, como vimos anteriormente neste capítulo e no anterior, foi somente uma situação social, não um sistema político.

A FORMA AUTOCRÁTICA

A forma democrática descrita acima era característica de grupos primitivos e de povos que não tinham a capacidade ou condições apropriadas para formar um Estado territorial organizado. Ademais, revela a adoção de um tipo de vida que fica longe da guerra, da conquista e da expansão. A guerra, talvez tenha sido o fator mais forte

(*1) – Vierkandt, pág. 5

(*2) – Vierkandt, pág. 5

no surgimento da forma autocrática, e provavelmente a pequena monarquia foi instituída pelo herói de guerra vitorioso (*1).

Nenhum sistema era mais fraco do que o sistema anterior nas situações da guerra que exigia uma forte defesa contra um inimigo poderoso, ou a preparação de uma expedição militar organizada contra outro país.

Por esta razão, algumas tribos tinham um arranjo duplo para enfrentar tanto as situações de paz quanto as situações de guerra; para a paz eles tinham um líder com autoridade limitada e fraca, e para a guerra eles tinham um líder forte com amplos poderes (*2).

Com a estabilização e continuidade dos poderes do líder da guerra, a forma autocrática se desenvolveu e, por conseqüência, cessou sua necessidade de fatores de situação de guerra e o líder se tornou um príncipe, mandando e desmandando, com poderes absolutos de vida e de morte.

A justificação para existência do líder mencionado era a sua origem ou seu status social ou sua riqueza ou sua autoridade sobre as forças ocultas do mundo dos espíritos.

*1 – Vierkandt, pág. 7

*2 – Kohler , p. 35

Esta forma de estado era mais notável e marcante nos Estados despóticos negros, onde o líder ou príncipe possuía uma aura de mistério mágico.

Entre determinadas tribos a pessoa líder era oculta do público e a regra era tão severa que qualquer um que o visse comendo era punido com a morte (*1).

Entretanto, a forma autocrática nem sempre foi tão horrível, desde que também permitisse a assembléia e consulta popular.

O sistema da forma autocrática era enfraquecido por certos costumes de laços tradicionais, tais como os costumes de banir o adolescente da sociedade para a selva, para que ele se tornasse acostumado à resistência e à dificuldade. Esses adolescentes formavam um tipo de associação que os agrupava em seus negócios particulares, e que mais cedo ou mais tarde se tornou uma força efetiva na sociedade (*2).

Ademais, o chefe despótico não podia se livrar das funções consultivas dos xeiques anciãos. Então, havia os coletores de taxas e os oficiais a cargo de determinados interesses, cujo serviço ao chefe era misturado com a representação dos interesses em seu cargo, e que agia como intermediário em comunicar os desejos das pessoas da sociedade ao chefe governante.

(*1) – Kohler, pág18 -1 e Vierkandt

(*1) – Kohler, pág. 15 -1 e Vierkandt

O FEUDALISMO

No Estado autocrático que prevaleceu sobre o território vizinho, o feudalismo aparece na forma de uma posse concedida para um homem da família do governante, a fim de que dispusesse o feudo como ele desejasse (*1), com absoluto poder de juízo, comandando e cobrando taxas a seu bel prazer.

Esse tipo de Estado era despótico e tirânico, mas aqui entram fatores atenuantes que intervinham, como o encontro dos nobres notáveis, a possibilidade de assembléia popular, e algumas vezes a fraqueza do governante ou do príncipe e sua inépcia em manter o controle firme.

Assim, encontramos um elemento de democracia mesmo no Estado despótico, mas esse elemento era um privilégio desfrutado somente pelos conquistadores, enquanto que os conquistados tinham que ser obedientes e submissos.

O método democrático da assembléia popular tomou a forma de encontros das aldeias conduzidos pelo seu chefe para discutir os assuntos internos daquela aldeia. Acima desses encontros havia encontros ou reuniões maiores para a região inteira do Estado, a fim de resolver os problemas que não eram resolvidos nos encontros das aldeias.*2

(*1) Vierdandt, pág. 9

(*1) – Vierdandt, pág. 9

A FORMA ARISTOCRÁTICA

A partir das formas acima mencionadas, avancemos para conhecer a forma aristocrática do Estado através do feudalismo.

Esta forma surgiu entre os povos primitivos mais avançados culturalmente como os povos Buans, que eram fazendeiros estabelecidos e, entre os quais surgiram grandes casas que empregaram escravos e servos e proveram para seus membros em condições de auto-suficiência.

Nesse Estado, encontramos um rei ou príncipe em um regime monárquico, e além dele uma classe de homens nobres distanciados da massa de pessoas por uma grande separação.

Sob o olhar do povo, o príncipe era dotado de poder divino e seus súditos aproximavam-se dele apenas ajoelhados. Ele tinha o poder da vida e de morte, mas a sua autoridade era grandemente diminuída em face das pessoas ilustres e nobres, a quem ele era obrigado a acomodar, pois freqüentemente constituíam uma assembléia consultiva que impunha algumas limitações aos poderes absolutos desfrutados pelo príncipe.

A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Este era o Estado primitivo em suas formas políticas. Contudo, para uma ampla visão daquele Estado, daremos agora uma breve olhada em sua administração.

A administração do Estado primitivo era muito limitada, porque se mantinha bem longe do sistema constitucional do Estado.

Conseqüentemente, não seria nada apropriado descrever o Estado primitivo como uma organização, e devemos, daqui em diante, reservar a descrição de organização somente para o Estado histórico que estabelecia administrações e direitos legais registrados.

Indubitavelmente, os costumes e tradições ancestrais formaram uma grande parte da administração, impedindo, entretanto, o desenvolvimento de uma administração eficiente. E, a partir deste ângulo, é que discernimos a importância do líder ou príncipe onde os escritórios e postos administrativos não existiam.

Quando o príncipe era forte e ambicioso, o Estado se expandia; mas, quando ele era preguiçoso e pouco empreendedor, o Estado enfraquecia e definhava.

As crenças e ilusões religiosas (mágicas e superstições) possuíam uma importante função em impedir o progresso administrativo. A influência dos mágicos e o poder sobre pessoas comuns eram tão grande que o líder do Estado durante o estágio democrático assumia as funções mágicas de onde derivava considerável poder administrativo .

No entanto, desde que nem todos os líderes do Estado eram qualificados para essa mágica tarefa, a feitiçaria continuou dominando determinadas funções estatais, incluindo algumas legislações.

Notamos que a política econômica do Estado jazia e se apoiava na religião, usando o tabu como meio de salvaguardar os direitos da propriedade.

As classes sociais mais influentes invocavam o tabu para impedir as pessoas de usar certas regiões e propriedades. O tabu resultou no contato com o mundo dos espíritos, o qual era domínio dos mágicos.

A propriedade do tabu era proibida, e qualquer um que usurpasse e o violasse se expunha à cólera do mundo dos espíritos, sendo que exposição, mais tarde, transformou-se no sofrimento de punição temporal mundano a qualquer pessoa que violasse a pessoa do tabu (*1).

(*1) – Vierkandt, pág. 13 e Kohler, pág. 18

Além do acima mencionado, a administração envolveu um pedágio do mercado local. O chefe ou príncipe nomeava guardiães para assegurar que aqueles que entrassem no mercado local fossem desarmados e também nomeava juízes para solucionar disputas decorrentes das transações no mercado, além da imposição de pedágios e outras taxas que eram cobrados dos povos vencidos.

Em Estados despóticos, as taxas tomaram uma forma de depredação a qual não era restrita aos pagadores da tributos, mas, freqüentemente, envolviam os súditos seguidores do príncipe também.

O ESTADO HISTÓRICO

O acima narrado dá uma visão clara de como o Estado surgiu no processo da vida humana.

Desde o início do Estado, ele se tornou a personalidade e a imagem da sociedade e ambos trabalhavam juntos na força e na fraqueza. A sociedade crescia com o desenvolvimento do Estado e enfraquecia com sua retrocessão.

No seu prolegômena, *IBN KHALDUN* limitava-se à definição de somente uma forma de comunidade social, isto é, o Estado. Para ele, era o Estado que misturava grupos diferentes em um cadinho e formava da mistura uma unidade sistemática onde quer que o ambiente e o modo de vida tornassem aquilo possível.

Na verdade, mal o Estado se tornou consciente de sua própria existência e de seu poder na sociedade, começou a estender sua hegemonia sobre a sociedade e a direcioná-la de maneira a adaptá-la aos seus propósitos. Assim, é o Estado que forma a sociedade, que determina seu escopo, as condições dos assuntos de sua vida e representa a sua personalidade; é assim que encontramos o Estado que surgiu na aurora da história, e assim os Estados fizeram a história.

A era do Estado histórico começou com aqueles povos culturais passando da idade da pedra para a idade do metal- sendo estes os semitas da Síria (Babilônia e a Terra de Canaã) e os hamitas do Egito.

Como já mencionado, ele começou com a transição do sistema tribal para o estado territorial e com a transformação do príncipe que possuía poderes de magia e superstição, para um rei que era o Deus ou seu mais elevado clero, ele era a sol nascente e brilhante.

De acordo com os mitos egípcios, os deuses criaram o Estado egípcio assim como o mundo e seus sistemas (*1).

No Estado Royal, sul do Egito, bem antes do tempo de *Menes*, encontramos *HUROS*, o mais antigo deus nacional egípcio, encarnado no rei (*2) e *Meyer* declara que a mesma situação prevaleceu no reinado egípcio do norte.

(*1) Meyer , vol. 1, pág. 192

(*2)– Meyer pág. 199 e Kohler , pág. 66

O ESTADO DESPÓTICO TIRÂNICO E A ERA DOS PRIMEIROS IMPÉRIOS

De fato, não passamos abruptamente do estágio do Estado primitivo para o Estado histórico emergente da Síria (Babilônia e Assíria) e do Egito, mas, através de um estágio intermediário, o qual devemos destacar, foi o da ordem dos povos situada entre os povos primitivos e os povos cultos.

Neste estágio intermediário encontramos o Império Asteca Mexicano, o qual desfrutou de um nível cultural razoavelmente elevado. Os Astecas inventaram uma escrita peculiar que não tinha nenhuma conexão com a escrita dos povos asiáticos, mas possuía a vantagem de ser capaz de desenvolver-se em manuscrito silábico e vocal, estabelecendo um grande Estado que nos deixou uma parte de um livro de leis penais desde os dias do Rei Nzaho Alcoatl, cujo reinado durou de 1431 a 1472 (*1).

O povo Asteca tinha costumes similares aos costumes do mundo antigo, tais como a circuncisão e o batismo com água.

Neste estágio encontramos, também, o Império Inca Peruano, o qual foi fundamentado em guerra e conquista e cujos reis eram tidos como deuses descendentes do Deus-Sol.

***1– Kohler, p. 54**

Seus reis casaram-se com suas próprias irmãs de acordo com a tradição religiosa. O rei era ao mesmo tempo o sacerdote supremo do sol e o espírito cósmico, vindo depois do rei um corpo eclesiástico razoavelmente bem-organizado.

Os incas possuíam, de maneira geral, um padrão cultural inferior ao dos astecas, pois não tinham documentos escritos (*1).

Aparentados aos povos cultos estavam os árabes e mongóis, os quais por conta de suas circunstâncias particulares não foram capazes de alcançar o estágio de Estado cultural histórico. Na Arábia, Mohammad (Maomé) criou o Estado teocrático, que logo se estabeleceu fora da Arábia onde veio a ser um dos povos fundadores de estados culturais.

Na Mongólia, onde os mongóis foram famosos com seus corajosos combatentes e seus grandes políticos, emergiu um certo numero de Estados que fizeram história através de suas vastas conquistas, especialmente na China que foi invadida pelos seguidores de Gengis Khan, aqueles que invadiram a Índia também.

Mas, os povos remanescentes da Mongólia como os *Kalmuks*, estabeleceram um Estado no

(*1) – Kohler, pág. 52

mesmo modelo dos que foram estabelecidos na Arábia, no sentido de que era um Estado tribal com costumes, tanto pela sua constituição de direitos e preceitos religiosos, como seu código penal.

Em seu prolegômena, *Ibn Khldun* menciona as razões que impediram o aparecimento de um Estado entre os árabes e aqueles sob uma lei fundamentada por uma convocação ou chamada religiosa, mas ele não deu uma explicação abrangente cobrindo aquelas razões.

Até mesmo o próprio Estado histórico, em seu início, fundamentou-se em uma base religiosa, onde foram encontradas muitas semelhanças entre os rei do Egito antes de Menes e dos reis incas da América do sul. Porém o Estado histórico continuou e cresceu com o desenvolvimento de povos.

O Estado histórico foi inicialmente caracterizado por despotismo e tirania, já que o Estado era um poder, e o poder sempre visa o domínio.

*Schjelderup-Ebbe (*1)* escreve que o despotismo é o princípio básico para a associação humana, animal e vegetal, e mesmo para os objetos inanimados inertes. Ele vai tão longe a ponto de afirmar que o despotismo é o pensamento básico do mundo.

*1 - p.82 v1 ABS2

Não queremos entrar aqui em uma discussão de tais conceitos filosóficos quanto à natureza do Estado e da sociabilidade, mas dizemos que o Estado consciente de sua força poderosa em num tempo que não havia nenhum desejo aparente que não fosse o seu próprio, não poderia evitar ser agressor, despótico, sendo algo acima da comunidade social, reivindicando autoridade vinda de um mundo acima de seu próprio.

A vontade pública caracterizando cada comunidade era tanto implícita quanto explícita, não apenas o fato de que o Estado reivindicava a autoridade de Deus, mas o povo na verdade adorava seus reis.

No Reino médio egípcio, um pai aconselhava seus filhos *"a glorificar o rei em seus corações. Ele é o deus da sabedoria cujos olhos vêem o que há dentro dos corações. Ele é o RA cujo brilho que ilumina o Egito com luz mais brilhante do que o sol e que torna o solo mais fértil do que o faz o grande rio Nilo. Ele alimenta os seus forasteiros. O rei é o espírito criador, e a origem dos seres humanos etc.."* (*1).

E assim como os deuses criaram o reinado egípcio, assim eles fundaram o reinado de *Hamurabi* e seus predecessores, os quais *"não deverão morrer até que o céu e a terra desapareçam, como o próprio rei disse"* (*2).

*1 - Wenger ,Avv,p.21

*2 – Wenger , AVV,p.20

Neste inicio histórico do Estado e neste Estado fundado pelos deuses, não é possível descrever a força dominante como “características da vontade publica propagada e reinada por união de objetivo” (*1).

O objetivo era objetivo do Estado, pois o Estado possuía a força dominante controladora.

O objetivo era objetivo do rei que eliminou toda a vingança sangüínea, assumiu a jurisdição penal (*2), formou um exército e direcionou-o à conquista , à pilhagem. A administração dos assuntos do Estado era uma matéria sobre a qual concordavam o Rei e o Deus encarnado nele.

Desde que o Estado firmado em seus próprios desejos surgiu no berço da cultura no oriente próximo, os estudiosos e historiadores mais antigos têm confundido a natureza do Estado com a natureza do oriente, a fase cultural com os povos fundadores da cultura e povos avançados progressistas com povos assentados inertes. Esta confusão, aliás, ainda repercute até nosso tempo.

O Estado histórico prosseguiu em direção à construção do império influenciado pelos princípios da força poderosa. O amplo Estado representava o

***1 - Maclver, pág. 14**

***1 - Maclver, pág. 57**

triunfo da idéia da força poderosa na política sobre a idéia de justiça (*1).

O Estado abandonou a primeira democracia que era inerente à situação onde todas as formas e forças eram dedicadas à substância e usava os sucessos da cultura avançada nas operações de produção e no armazenamento como um meio de exercer sua vontade, ganhando, assim, o controle que se tornou o centro de contenda entre a classe aristocrática dos donos de terra e o rei.

Mas, a política imperial estava nas mãos do rei porque ele exigia a centralização, especialmente onde os planos eram os do rei como estava na Babilônia e no Egito.

Obviamente, a centralização sistemática de poder não pôde ocorrer em numa situação nômade ou pastoral, já que era mais fraca entre fazendeiros e agricultores do que entre os moradores da cidade. Por este razão, concluímos que nas regiões civilizadas o poder era concentrado nos moradores da cidade.

A força poderosa da grande Babilônia era atribuída principalmente às cidades que surgiram em Sinar do que nas riquezas da terra.

Quando consideramos o número de pequenas cidades em numa área não medindo mais

***1—Meyer, vol.1, parte 2, pág.360**

do que cinqüenta milhas de longitude por dez milhas de largura (*1), constituindo a base na qual a Babilônia construiu sua grandeza e seu poder imperial, entendemos a importância da cidade para o Estado empenhado em crescer.

Na Babilônia e em Memphis, o poder e a administração eram tão centralizados que o desejo do rei autocrático era tudo no Estado, entretanto, encontramos uma marcante diferença no caráter autocrático da Síria (Sinarite) no sistema egípcio.

Apesar de Hamurabi ter atendido ao chamado dos deuses para estabelecer justiça entre os seres humanos, o famoso código que imortalizou seu nome consiste inteiramente de regras temporais mundanas e na Babilônia, o clero não tinha a influência que possuía no Egito no novo reinado no qual os sacerdotes preenchiam as funções do Estado.

Neste ponto, um grande conflito surgiu entre o poder temporal do Estado e a autoridade do clero sob mandato de *Ikhnaton* (*1). Mas, o movimento reformista conduzido pela realeza reivindicando a unidade da divindade fracassou, e a restauração da antiga adoração provou que o clero era mais poderoso que o rei, que se tornou uma mera figura representativa enquanto as decisões em assuntos mais importantes eram transmitidas de

*1 –Wenger, pág. 25

*2– Wegner, pág. 26

Amon ao sacerdote supremo. Podemos, assim, concluir que as tendências de pensamento entre a Síria e o Egito assumiram um importante aspecto inequívoco.

No entanto, nem no Egito nem em qualquer outro Estado encontramos uma classe do clero tão poderosa quanto foi na Índia, onde o clero formava um poder de classe monopolizador, estipulando as leis que o rei autocrático estava apenas submetido aos sacerdotes.

O clero, na Índia, se tornou tão forte e sua influência tão preponderante, que era o dever do rei coroado fazer o juramento de lealdade aos sacerdotes brâmanes, que desempenhavam um papel influente na declaração de guerra e no tratado de paz, na política, na justiça, na legislação, na administração e no executivo (*1).

Esta era provavelmente a razão pela qual a Índia se manteve sem um império ou uma democracia até o presente tempo.

O governo autocrático na Babilônia e no Egito, especialmente no primeiro, representou a parte mais importante na organização do Estado e no gerenciamento do império. A responsabilidade perante o rei e a possibilidade de atribuir a ele qualquer assunto público de maior ou menor importância absteram a nobreza de manter os reinos de poder impedindo os nobres de prejudicar assuntos públicos ou monopolizar recursos da sociedade.

***1 – Wenger, p. 59**

Na verdade, encontramos as raízes da democracia moderna na autoridade do indivíduo que salvou a soberania pública contra as ambições da minoria privilegiada ou, como *MacIver* escreve: "*Desta maneira a monarquia preparou o caminho para a democracia.*"

O Estado autocrático central organizou a administração pública e o exército. Na Babilônia, a burocracia era organizada com grande precisão, e os oficiais e funcionários do governo eram bem tratados.

O Estado se comprometeu em redimir os cativos que caíram nas mãos dos inimigos e que não possuíam meios particulares de redenção (*1).

O sistema de distribuição de renda e a participação no Estado eram baseados na exploração da propriedade pública estatal a ponto de que a cada homem era dado um quinhão de terra para cultivar, e como retorno ele aceitava entregar sua produção excedente ao governo, a servir no exército e a tomar parte nos movimentos militares.

Na Babilônia e no Egito, o exército era formado de cidadãos do Estado.

Durante o mandato de *Hamurabi*, o Estado Sírio, diferentemente da contraparte egípcia, possuía um exército organizado em tempos de paz e de guerra.

*1 - Kohler, p. 62 e Wenger, p. 28

Sob a lei de *Hamurabi*, o recrutamento de soldados mercenários era punível com a morte (*1), conseqüentemente, a arte militar atingiu um nível mais avançado entre os babilônios, de quem os macedônios aprenderam a arte militar de cercar, cujas habilidades incluíram o uso de estações luminosas (fogueiras) conhecidas posteriormente como o fogo grego (*2), enquanto no Egito, o exército não gozava de nenhum privilégio especial durante o império médio, o qual apesar disso alcançou algumas pequenas vitórias. O crédito de elevar o exército egípcio a um nível mais avançado era dado aos reis sírios (Hiksos) que reorganizaram o exército (*3).

Entretanto, o novo império egípcio recorreu à contratação de soldados a fim de fortalecer o exército, o qual provou ser um defeito maior que o conduziu às graves e destrutivas conseqüências como aquelas que sucederam o império cartaginês, como veremos, pois o maior fator em manter um exército mercenário foi o apelo ao dinheiro, não a voz do rei.

O exército que ajudou *Psammetich* a estabelecer seu Estado começou a receber seu pagamento da Pérsia após o desastre de pelusi.

*1 – Wenger, pág. 29

*2 – Wenger, pág. 27

*3 – Wegner, pág. 29

A administração pública, como já declarada, era centralizada, mas apesar do rei autocrático possuir um concílio que ele consultava a respeito dos assuntos estatais, este concílio não tinha o status de um concílio ministerial como conhecido atualmente. O registro de HAMURABI revela o grande volume de assuntos lidados pelo próprio rei.

Era o rei que cuidava de cada assunto estatal, grande ou pequeno, incluindo problemas agrários como irrigação, construção de depósitos para épocas de seca e equivalente.

A partir da revisão já vista concluímos que o Estado imperial conhecia soberania no sentido de posse, convertendo a riqueza pública em propriedade privada. No entanto, a autoridade autocrática individual protegeu o povo da classe despótica onde ela existia, com exceção da Índia onde o sistema de castas provou ser mais firmemente estabelecido que a autoridade do rei autocrático.

O Estado seguiu uma política de expansão territorial, estendendo autoridade a muitos povos e imensos territórios. Sendo assim, a Babilônia surgiu, e então caiu e foi sucedida pela Assíria, a qual adotou a mesma política e a mesma técnica, vindo, então, o novo Estado Babilônico estabelecido pelos Caldeus, uma ramificação dos aramaicos, os quais sobrepujaram os assírios e os submeteram ao seu controle.

O próprio Hamurabi foi um sírio de origem amorita (*1).

Na Síria, levantou-se um Estado poderoso que disseminou seu poder até o Egito, para onde foi transferida a sua base, proporcionando, mais uma vez, ao Egito, a possibilidade de estender seu domínio, e a devastação do império caldeu pelos persas, onde impuseram sua autoridade sobre vastas áreas.

Ao longo desta longa história, conhecemos a sociedade como um Estado dominante e o povo sujeito a ele; os povos não tinham qualquer status que não fosse o do Estado, apesar deles terem podido manter seus ritos e práticas religiosas, dando-nos a percepção de que o Estado moldou a sociedade, e desta arte mesclando os semitas com os sumérios em Bab-Allah (Babel ou Babilônia) (a porta de Deus), na Síria oriental, da mesma forma que mesclou os nortistas com os sulistas na Síria ocidental.

***1 - Os amoritas apareceram na primeira metade do terceiro milênio A.C. como uma onda migratória que tomou seu caminho em direção à Síria ocidental e se fixou na região do Líbano, onde os amoritas fundaram o seu próprio Estado. Mais tarde, alguns deles migraram da Síria oriental para a região de Sinar (*2), sendo seu idioma muito próximo ao idioma dos Cananeus Fenícios). O elemento amorita continuou a se difundir em toda a terra do crescente fértil sírio.**

***2 – Meyer, vol. 1, parte 2, pág. 396**

A CIDADE-ESTADO E O IMPÉRIO MARÍTIMO

O Estado, entretanto, não seguiu sempre o caminho acima descrito, pois tal caminho foi o resultado de causas específicas sob circunstâncias adequadas.

Na Síria, o Estado requereu um estudo especial, o qual será mais bem analisado no segundo livro deste trabalho, mas julgamos necessário mencionar aqui certos aspectos conectados com o desenvolvimento geral do Estado nesses países.

A Síria também desempenhou um papel importante em estabelecer um Estado territorial onde as circunstâncias permitiam como o caso da Acádia e dos impérios Caldeus no leste e os impérios Assírios e Hititas no norte.

Sabemos que, com o término do império médio no Egito, surgiu ali um movimento de larga escala imperial na Síria que dominou o Egito, estabelecendo-se lá e fundando-se uma dinastia dominante conhecida como os Hicsos ou, também, como os reis pastores (*1).

***1 – Breasted, PP. 216-219. Meyer, vol. 2, part. 2, pág. 468.**

Mas, na Síria, apareceu no Estado uma tendência particular que diferia do aspecto geral do Estado como ele se apresentou no Egito e na China.

Somos inclinados a crer que o fator principal no desenvolvimento desta tendência foi o ambiente diversificado na Síria, especialmente na costa Síria. Nunca o mar representou para os sírios o que ele representava para os povos de outros países: um limite onde deviam parar.

A partir deste fato percebemos que aquela história não foi escrita apenas com relação a terra e que não era imperativo determinante, como muitos escritores e oradores sírios, em épocas de decadência nacional, nos levariam a crer, sendo a declaração mais marcante para expressar que: "A Síria é uma ponte entre o Leste e o Oeste", significando que aquela história da Síria é predeterminada pela sua localidade.

A verdade é que a terra provê possibilidades, não compulsões ou imperativos deterministas, isto significa que a terra é o aspecto positivo e não o aspecto negativo da história.

O fato que a Síria é, metaforicamente, um elo entre o Oriente e o Ocidente, não predestina sua história em absoluto a ser apenas a de uma "ponte". Temos mais do que uma prova da veracidade desta afirmação.

O fato é que o problema doloroso que tem feito a Síria sofrer desde os primeiros e mais antigos tempos tem sido a sua proximidade ao Sul com o deserto, o qual está prejudicando sua terra e a sua exposição constante aos efeitos de ondas de movimentos migratórios em tribos nômades. Quanto à topografia interna da terra, tem diversificado as possibilidades aos sírios à mesma extensão que ela limitava essas possibilidades em tempos antigos.

A cordilheira do Líbano coloca grande dificuldade que impede a expansão e a estabilização do Estado. Mas não foi somente isso, pois do ponto de vista popular, vemos uma tendência particular. Os cananeus (fenícios) se dedicaram à agricultura e ao comércio, como já mencionamos, e foi somente em raras ocasiões que eles se importaram em favorecer guerras e invasões.

Conseqüentemente, eles não possuíam uma tendência forte para estabelecer impérios despóticos focando expansão territorial, por serem rodeados pelo deserto, montanhas e mar.

Entretanto, ao norte, a terra era mais ampla ao longo dos rios Eufrates, Khabur e Tigre.

Com exceção dos grandes Estados territoriais que surgiram no Norte da Síria e o Estado dos Amoritas no Líbano e além dele, encontramos os Estados Sírios tomados por uma nova coloração ou característica, isto é, a Cidade-Estado.

A Cidade-Estado, particularmente no oeste, na costa ao longo da frente do Líbano, onde um ramo fenício dos Cananeus se estabeleceu.

Aqui na costa , surgiram as cidades de Sidon, Beirute, Biblos (Jubail), Trípoli, Aradus (Arwad), Tiro, e Acre (Aka), cada uma se tornando um Estado independente.

Havia Cidades-Estados, também, no interior, sendo Damasco a mais proeminente dentre elas.

Na costa síria surgiu a cidade marítima, a qual criou uma nova tendência na construção do Estado e deu início ao império marítimo.

Antes do surgimento destas cidades, o mar era um limite onde o Estado parava, e não um campo para expansão, mas, quando os navios fenícios começaram a navegar e entrar em contato com outras ilhas e litorais que eram apropriados para colonização, estes Cananeus canalizaram seus esforços para esta nova possibilidade além daquele mar, que para outros povos era uma barreira para maiores possibilidades.

Assim é que, abandonaram os fardos da vida na terra totalmente e se dedicaram inteiramente à vida no mar e seus fardos, dando-nos a oportunidade de encontrar um novo tipo de força surgindo na costa síria e se estendendo a lugares mais distantes para tomar controle de seus recursos.

Os fenícios uniram dois elementos perfeitamente competitivos: o comércio e a navegação de um lado, e o poder político e poder econômico de outro.

Essa nova tendência levou à adoção do princípio de prescindir o acúmulo de exércitos em longas fileiras e repetidas expedições militares para subjugar os rebeldes ou para manter controle, para coletar as taxas, estabelecendo pontos centrais de controle nas colônias estabelecidas em certos pontos para assegurar comunicação e o movimento de comércio. Uma nova técnica de expansão com métodos novos e que provou ser bastante efetiva e altamente recompensadora.

Deveria ser observado aqui que os cananeus (fenícios) tinham grandes qualidades culturais, a exemplo de sua criatividade ao inventar o alfabeto. Outros povos arianos, tais como os Hititas, Mitenios e outros povos semitas, tais como os amoritas, acadianos, caldeus, assírios e Arameus, também tiveram qualidades culturais elevadas.

Estes elementos sírios serão estudados no segundo livro do presente trabalho, sendo este vislumbre suficiente para nos capacitar a examinar a tendência internacional da situação do Estado que criou uma nova forma de Estado e um novo nível de cultura política.

A cultura Cananéia (Fenícia) há muito tempo estabelecida, não a confinou a assuntos sócio-econômicos como mencionado no capítulo anterior, mas lidou também com assuntos políticos.

A lei Cananéia da qual os hebreus emprestaram sua lei Mosaica (*1) demonstrou um alto nível político quando se pensa no sudeste da Síria, da mesma maneira que a lei de Hamurabi demonstrou um desenvolvimento político elevado no nordeste da Síria.

Nesta terra que "mana leite e mel", os Cananeus não se firmaram, No principio, o conservadorismo extremo freqüentemente se tornou inerente ao camponês ligado ao solo, mas, despertaram para novas possibilidades.

Pode ser dito que todos os povos sírios eram desprovidos do conservadorismo extremo por conta dos seus propósitos comerciais e de seu contato contínuo com o mundo exterior, através da guerra, do comércio e da colonização.

A conscientização dos fenícios quanto às possibilidades do mar os levaram ao estabelecimento do império marítimo, sendo relevante destacar que o império marítimo sírio foi o primeiro na história, tendo se iniciado na cidade de Saída (Sidon) e que ocupou a posição de primeira liderança na Fenícia, alcançando seu auge em Tiro e Cartago.

***1 – Olmstead – veja o prefácio**

De fato, a cidade Saída (Sidon) foi o primeiro exemplo do Estado marítimo dominante e os Sidônios (habitantes de Sidon) foram os primeiros a descobrir a estrela polar e os primeiros a navegar durante a noite (*1).

Pelo fato de o império marítimo depender mais do comércio e do transporte do que da aquisição de territórios extensos que exigiam grandes guarnições e exércitos e eram responsáveis pela natureza de sua divisão em províncias e distritos, aqueles sírios marítimos descobriram através de seu sensível discernimento os segredos da estabilidade do império marítimo.

A mudança de cidade de Tiro da terra principal para outro lugar situado sobre uma rocha marinha situada a uma pequena distância do litoral (Tiro, significa rocha), foi uma ação engenhosa que deu ao império rochoso marítimo grande segurança contra a invasão dos exércitos babilônicos e assírios, sendo que o que todos os exércitos invasores podiam fazer era permanecer na costa do mar ameaçando a cidade da rocha, capital do grande império com os punhos (*2).

Desta forma magnífica, Tiro assegurou a estabilidade de seu império contra as ameaças do império terrestre Sírio (Babilônia e Assíria) até a chegada de Alexandre grande. Se esta ilha rochosa estivesse apenas a um quilômetro mais longe da

***1 – Olmstead , pág. 76**

***2 – Olmstead , pág. 76**

costa, a invasão de Alexandre provavelmente terminaria em fracasso, como quase aconteceu.

A queda de Tiro e de Cartago demonstra que a existência e a permanência do império marítimo dependiam de sua Capital, de modo que, se a Capital caísse, o império desmoronaria, quanto a isto, difere do império terrestre em que o ultimo não era necessariamente destruído definitivamente com a perda de sua Capital.

Uma só coisa que o antigo império marítimo não percebeu foi a necessidade da correlação entre o centro e as periferias.

O império marítimo não pode ser bem sucedido sem forças do território e da terra.

Se os fenícios tivessem prestado a mesma atenção às forças terrestres como eles deram às forças marinhas, eles teriam poupado suas colônias e sua pátria natal do destino que tiveram.

O que quer que tenha sido dito do império estabelecido na costa Síria, o fato permanece que o sistema da Cidade-Estado que se desenvolveu na Síria, especialmente da Cidade-Estado marítima, foi importante e de grande significância. Foi nessa Cidade-Estado que o fundamento para a lei civil foi lançado, desenvolvendo em Cartago e alcançando o seu alto nível em Roma.

Na cidade marítima Síria que marcou toda a área Mediterrânea com sua cultura, o antigo laço tribal foi transformado em um vasto vínculo social. Assim, aquela submissão cega ao rei no início daquele estágio e a monarquia perderam aquela fama ou marca divina que ainda caracterizava o rei e a dinastia dominante no império Posteriormente, o rei foi escolhido por eleição vitalícia, e assim a fundação foi realizada a favor da democracia e da republica.

Na verdade, o capitalismo cresceu demais assumindo grande papel e os reinos de poder caíram nas mãos da classe rica abastada, mas os direitos dos cidadãos livres em eleger o rei e a se reunir sobre assuntos importantes eram direitos legais, apesar de que estes direitos eram freqüentemente mais aparentes do que efetivos.

Nesta cidade, o movimento social e o entrelaçamento social cresceram, os interesses privados começaram a substituir os interesses tribais, e os humanos se tornaram conscientes de sua participação em uma vida comum que era a vida da cidade.

A partir desta percepção, encontramos as raízes da instituição dos direitos de participar na Cidade-Estado e a tendência em direção à democracia. Mas, os direitos políticos na cidade marítima Síria não caíram na lama da tirania pública através da intervenção dos indivíduos, como foi o

caso na cidade grega de Atenas durante a era dourada de Péricles, onde cada indivíduo tinha o direito de acusar qualquer funcionário oficial do Estado, a respeito do fim do seu termo de violar a lei, corroborando sua acusação com qualquer destas alegações imprecisas que seguem: que seus atos eram inconstitucionais, ou que seus atos eram indesejáveis, ou que ele possuía intenções malignas etc (*1).

A mente prática síria não era inclinada a tolerar quase nenhuma imaginação ruim sem valor, enquanto na Grécia limitou o papel público na experiência grega do governo popular como um todo para os espectadores; para outros pode ser uma boa idéia para cada membro individual reconhecido de uma cidade ser um "parceiro" verdadeiro na administração do Estado, mas para mim, a idéia é absurda.

A cidade síria manteve uma separação nítida entre a associação política e a associação social, e foi esta separação que capacitou o Estado a manter seu desenvolvimento e seu avanço contínuo.

Encontramos uma clara evidência deste avanço progressivo em Cartago, a colônia síria de fama imortal, que em pouco tempo tornou-se um Estado poderoso e o centro de um vasto império marítimo.

***1 – Maclver, p. 85**

Em Cartago a monarquia hereditária foi abolida prematuramente, para ser substituída por uma monarquia eleita.

Por mais que a monarquia combinasse funções religiosas, judiciais e executivas, o status independente da autoridade militar e de comando de guerra (*1) enfraqueceu a posição da monarquia e seu poder de controle.

A própria monarquia decaiu rapidamente no início de quarto século A.C. para um estado de eleição anual através de instituto eleitoral (*2).

Assim, encontramos o Estado Cartaginês movendo-se gradualmente em direção à democracia política depois do monopólio exercido pela família Mago que dominou a autoridade de administração representada pelos " Suffets " possuindo abusivamente o comando do exército que tinha quase logrado êxito em restaurar a monarquia de novo (*3).

A época mais importante do Estado Cartaginês foi aquele do senado e do concílio dos cento quatro membros (104 membros) . O senado consistia de mais ou menos vinte e oito senadores

***1 – Wenger, pág. 45**

***2 – Wenger, pág. 45**

***3 – Wenger, pág. 45**

(28 senadores) e representava a autoridade irrevogável da liderança do estado (*1).

Dentre os poderes do senado havia a decisão sobre os assuntos de Estado e sua representação no exterior e os reis agiam consultando o senado do qual provinha sua autoridade.

Aqui encontramos o Estado aristocrático composto da classe rica dos grandes comerciantes e dos senhores donos de vastas propriedades de terra. Mas, o controle do exército e a administração pela família do Mago enfrentaram a aristocracia com séria ameaça causando uma possibilidade de que a família do Mago poderia proclamar-se como uma dinastia governante.

Quando o concílio de cento e quatro (104) membros foi formado, ele assumiu a autoridade suprema no governo sobre os servidores oficiais do Estado, sobre os comandantes do exército, senadores e os reis anualmente eleitos ou "Suffets".

Apesar de uma parte deste conselho ser eleita anualmente pelo povo, a influência da classe rica, o uso do dinheiro e a ausência ou falta de qualquer lei ou subsidio que proibisse a reeleição vitalícia dos seus membros, tornavam este conselho um corpo representando a classe governante.

***1 – Meyer, vol.3, pág. 382**

Não obstante, isto era um longo passo em direção à democracia, pois, a classe rica, não era nem autônoma e nem separada da massa do povo, mas estava em contato contínuo com o público através das atividades comerciais de seus membros (*1).

Esta, nesse passo, era uma característica diferencial da classe governante em Cartago e notamos que nos Estados marítimos sírios, as classes não eram tão visivelmente definidas como eles se apresentavam fora de seu país.

O concílio acima que tinha a intenção de colocar um fim na única família governante que controlava os assuntos do Estado, foi estabelecido sem nenhuma resistência por parte daquela família (*2), sendo assim, o Estado cartaginês forneceu uma prova de grande flexibilidade política a qual colocou acima de todos os Estados e Impérios contemporâneos anteriores a ele (*3). E, Meyer, escreve que:

"entre todos os Estados gregos, nenhum alcançou ou chegou perto de atingir os meios do poder e da expansão que Cartago teve".

(*3) – Meyer, vol. 3, pág. 382

(*2) – Meyer, vol. 3, pág. 383

(*3) – Meyer, vol. 3, pág. 382

Meyer falha em atribuir a Cartago seu justo valor quando diz no seu livro vol. 3, parágrafo 384 que, *“com relação aos arranjos políticos, valia a pena ser um exemplo a ser copiado pelos gregos somente em alguns aspectos.”*

A experiência da republica grega aboliu o Estado, ou quase o fez. O estilo ou a técnica seguida pelo Estado concernente ao seu progresso e a sua ascensão foi a técnica que elevou Cartago a um nível de democracia e a definição dos direitos civis e pessoais, enquanto mantinha o Estado como algo distinto do povo, e uma instituição que não pode ser exposta à manipulação publica.

De fato, o sistema estatal cartaginês tem sido objeto de criticas injustificadas, desde que não é logicamente possível uma instituição corrupta ser bem sucedida em estabelecer um grande império, vencer muitas guerras tanto por mar quanto por terra e ainda administrar tão grande império durante muitos séculos.

Cartago subjuguou todos os povos hamitas na Tunísia e no Marrocos, controlou as tribos nômades da vizinhança, estabeleceu as cidades fenícias na costa africana sob sua autoridade e monopolizou o sudoeste do mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico.

A administração de um Estado com aquela área e tamanho exigia um sistema desenvolvido e avançado, forte e com instituições bastante estáveis.

Diodoro classificou os cidadãos do Estado cartaginês em quatro categorias:

- (1) – Os Fenícios de Cartago**
- (2) – Os Fenícios da Líbia**
- (3) – Os indivíduos da Líbia**
- (4) – Os nômades**

Cartago fazia distinção entre os cidadãos fenícios e os cidadãos líbios.

Apesar de as cidades fenícias, que a princípio tinham sido aliadas de Cartago, tornaram-se, posteriormente, subservientes a ele, e foram incorporados dentro de uma esfera legal enquanto conservaram seus próprios governos.

Assim, os povos dessas cidades desfrutavam dos mesmos direitos pessoais e civis tais como os próprios cartagineses. Eles possuíam permissão de ser promovidos no exército e desempenhar altos postos militares, tendo, de igual sorte, o mesmo status que os Cartagineses em relação aos povos hamitas que eram dominados (*1), mas não possuíam nenhum direito político.

Cartago foi poupada da experiência de revoluções e revoltas violentas e sangrentas, o que mostra que o Estado não era opressivo, visto que, se houve qualquer pressão, esta envolveu escravos e líbios, já que os cartagineses encontraram dificuldade em sociabilizá-los em sua comunidade.

***1 – Meyer, par. 381**

Desta forma, Cartago não pôde conceder direitos de cidadania àqueles indivíduos, como Roma o fez mais tarde com os povos que foram incorporados ao seu império.

Aliás, até mesmo a própria Roma não aceitou que os latinos tivessem direitos iguais aos dos romanos, a não ser após violentas guerras e graves conflitos.

O maior problema político enfrentado por Cartago foi a grave e silenciosa disputa entre a classe dominante e o imperador do exército.

Na verdade, esta disputa foi a causa principal para a perda da segunda guerra fenícia contra Roma. Naquela guerra furiosa, a estratégia foi planejada por Hanibal, o maior gênio militar de todos os tempos e de todas as nações (*1), mas o concílio em Cartago adotou uma atitude estranha quanto ao grande general cartaginês.

O concílio foi cuidadoso ao mandar reforços ao campo da guerra espanhola, mas não empregou medidas efetivas para enviar o reforço necessário para o campo de batalha na Itália.

*(*1)- A arte do planejamento militar e o movimentação de exércitos na batalha ascenderam ao seu nível atual nas mãos de Hanibal, que foi quem estabeleceu os alicerces para as guerras modernas e inventou o movimento de cerco. Durante a grande guerra mundial de 1914-1918, o exército alemão adotou a estratégia empregada por Hanibal em Canas, como revelado por Von Fritsch – veja também Ribério –*

O concílio foi cuidadoso ao mandar reforços ao campo da guerra espanhola, mas não empregou medidas efetivas para enviar o reforço necessário para o campo de batalha na Itália.

Hanibal (Aníbal) bem sabia que o ataque fatal que ambos os Estados conflitantes poderiam dirigir ao outro deveria ser direcionado ao centro inimigo, e, por conseguinte, empreendeu aquela magnífica marcha contra Roma pelas montanhas altas dos Alpes, chegando aos muros da cidade e inculcando o terror nos corações dos romanos depois da batalha de Canas, a qual imortalizou o herói gênio sírio e aumentou o pânico em Roma com o grito que ressoava " *Hanibal ad portas*". (Aníbal está nas portas)

Enquanto isso, o concílio cartaginês continuou a armar conspirações contra o grande comandante Hanibal (Aníbal), esquecidos dos objetivos de longo alcance buscado pelo notável general.

Tanto em Cartago como em Roma, havia conflito entre o partido do povo e o da classe governante.

Apesar de ser o princípio da soberania do povo reconhecido em Cartago, pois era entendido que o povo deveria ser consultado em toda disputa que pudesse ocorrer entre o concílio e as

autoridades governamentais (*1), este princípio permaneceu inútil e ineficaz em função das manobras da classe governante e da influência do dinheiro.

Mas, as catástrofes sofridas por Cartago na primeira guerra púnica e a perda da segunda guerra púnica, apesar de terem os cartagineses superioridade, cresceu um profundo sentimento de descontentamento entre o povo da cidade e fortaleceu o partido democrático.

Estas evoluções, nesse passo, possibilitaram a Hanibal fazer com que entrasse em vigor o seu programa de reforma democrática ao eliminar a reeleição dos membros do concílio de cento e quatro membros (104 membros) mais de uma vez e ao reformar algumas leis administrativas e financeiras.

Estas reformas realizadas em Cartago foram precursoras da reforma Graciana Roma (as reformas de Roma foram lançadas por Tibério Graco no final do segundo século A.C.) (*2).

A reforma de Hanibal deu à Cartago a verdadeira democracia e uma eficiente orientação democrática e, para recuperar sua vitalidade imperial, Cartago teria apenas que estender seus

***1 – Meyer, vol. 3, pág. 382**

***1 – Meyer, p.382**

direitos políticos centrais às cidades fenícias que eram dependentes ou fiéis, elevar o nível dos direitos pessoais e civis dos povos líbios que conservavam sua submissão ao Cartago e reorganizar o exército em bases nacionais em lugar do exército mercenário, o qual constituía a parte mais importante das forças dos combatentes.

Entretantes, Roma não poderia permanecer em paz por muito tempo enquanto seu grande adversário permanecesse vivo. Deste modo, Cato costumava terminar cada um dos seus discursos perante o senado romano com a frase seguinte: "*Delenda est Carthago*" (Cartago deve ser destruída").

A situação permaneceu assim até a eclosão da terceira guerra púnica e terminou com a destruição de Cartago, matança da maioria de seus habitantes e exílio do restante remanescente.

Com a queda do império cartaginês sobram duas grandes forças: o império sírio e o império romano. Apesar de ser o império sírio provado ser o mais poderoso no oriente médio, seu regime monárquico nada fez em relação à melhora da arte de governar.

Os selêucidas, com exceção de alguns líderes tais como Seleuco e Antioco Grande, não eram qualificados a presidir quanto aos destinos do império face a um tipo mais moderno de império como o de Roma.

A tarefa de melhorar o padrão da política recaiu sobre os ombros de Roma, a qual era competente para tanta tarefa.

Como resultado da guerra destruidora entre Cartago e Roma, um Estado governado por uma classe lutou contra outro Estado que era também governado por uma classe, mas, circunstâncias imperiosas de Roma, a forçaram a tomar uma nova direção estendendo os direitos dos cidadãos romanos às províncias que Roma finalmente incorporou à sua esfera de controle.

O objetivo de Roma era a unificação da Itália sob o governo romano. Neste tempo, a Itália consistia de vários povos e tribos com algumas diferenças culturais, sendo que o ambiente fez com que a unidade política fosse inevitável.

Esta unidade política foi a condição primeira para aquela unidade do povo ou unidade popular, a qual, posteriormente, desenvolveu-se através da participação nos direitos de cidadania.

As guerras italianas enriqueceram Roma com experiências políticas, e sob este ângulo, podemos discernir claramente as razões para o desenvolvimento da política em uma cidade ascendendo ao nível de um império.

As experiências políticas de Roma eram maiores e mais fortes de que qualquer Cidade-estado síria.

Diferentemente dos estados marítimos sírios, Roma estava em primeiro lugar em uma cidade no interior cercada de povos cultos tais como os etruscos, uma situação que encorajava o desejo de incorporar estes povos dentro do sistema político e social romano.

Segundo este aspecto, as circunstâncias de Roma diferiam das de Tiro e Cartago.

Apesar de Roma ter se beneficiado muito a partir de suas muitas experiências políticas, não se afastou do padrão cartaginês quanto ao sistema do Estado imperial. Assim, como o concílio em Cartago era a autoridade final para tratados, a declaração de guerra e a administração de cidades e províncias pertenciam ao Estado, assim também era o senado em Roma.

E assim como o concílio cartaginês de cento e quatro membros (104 membros) provou a si mesmo ser incompetente para administrar a política geral do império, assim também o senado romano mostrou evidência de sua inabilidade em encontrar meios políticos para assegurar a consolidação do império (*1), ao ponto de que a força absoluta tornou-se a única garantia para a estrutura imperial.

A extensão dos direitos políticos do Estado romano às províncias italianas solidificou a unidade do império romano na Itália, mas quando esses direitos começaram a ser distribuídos também aos

povos além dos limites geográficos, como aos gauleses do outro lado dos Alpes, perderam seu esplendor e se tornaram inúteis. Enfim, estes direitos políticos se tornaram até mesmo uma fonte de fraqueza e perda de prestígio para o império. Maclover , pág. 109

Desta forma, encontramos Roma em seus últimos dias em uma cena de conflito entre seus líderes até que foi tomada pelos cézares, que transformaram seu regime republicano em um velho tipo imperial, cujos exemplos vemos na Síria, no Egito e na Pérsia.

Segundo a unificação da Itália, a experiência política de Roma paralisou-se porque encontrou uma só panacéia ou solução para todos os problemas externos. Esta solução era a força, enquanto o remédio ou a solução política teriam requerido uma séria metamorfose, isto é, uma verdadeira evolução que pôde mudar os fundamentos do sistema baseado em cidade.

A Itália deveria ter tomado o lugar de Roma e encontrando recursos para a expressão do desejo ou da vontade pública no império, mas a classe aristocrática em Roma era até mesmo menos disposta que a classe aristocrática em Cartago a mudar sua visão com relação ao objetivo do império.

Assim, Roma seguiu o exemplo de Cartago e foi o ultimo Estado do tipo de Cidade-estado síria.

Cartago se diferenciava de Roma em uma característica muito importante quanto ao sistema estatal: a separação do comando militar da administração política civil.

Apesar de Roma ter mostrado grande flexibilidade política sobrepujando a de Cartago ao conceder direitos políticos às províncias, sua legislação e suas divisões administrativas internas representadas por tais instituições como a Cúria, a Centúria, a Comitia e a as Cabeças das Comunas, que tinham o direito de suspender execuções, não mostraram nenhuma evidência dos direitos constitucionais como um exemplo adequado para a política do Estado.

O sucesso de Roma foi alcançado basicamente apesar destas divisões conflitantes e não pela sua virtude. As divisões eram simplesmente um ajuste dos conflitos internos.

SISTEMA DE LEGISLAÇÃO

O Estado em Roma se distinguiu dos seus anteriores por dois aspectos:

- 1-a extensão do censo dos romanos (cidadania do Estado) para os súditos, formando assim uma unidade política que preservou o espírito do desejo publico.**

2-a formação da lei. A lei romana era o mais valioso deixado para a humanidade.

Isto não significa que a lei foi primeiramente lançada em Roma, pois que, como sabemos a lei síria de Hamurabi foi a lei mais antiga do mundo.

Sabemos, também, que os hebreus obtiveram a sua lei mosaica tanto da lei Cananéia no sudeste da Síria como da lei babilônica.

A lei de Hamurabi incluía disposições civis e penais relacionadas à propriedade, aos deveres dos soldados e a sua propriedade, condições de procedimentos de negócios, direitos comerciais e civis e status pessoal tais como casamento e matrimônio (*1).

A lei Cananéia lidava com os referidos assuntos, mas diferia da lei de Hamurabi em certas disposições penais.

A partir da instituição das leis babilônicas e Cananéias, concluímos que a lei havia sido algo totalmente distinta dos usos e costume, da vingança pessoal e do feudo sangüíneo. Aqui encontramos uma sistematização das disposições civis e penais.

(*1)– Meyer, vol.2, pág. 450 e também Kohler, pág. 57

O sistema de legislação sírio babilônico Cananeu, deve ter avançado com o desenvolvimento do Estado fenício e com a expansão do seu território e também com o comércio, especialmente no Império Cartaginês, mas, muito desafortunadamente, a terrível destruição das capitais fenícias pelos bárbaros gregos e romanos, tal como Alexandre fez com Tiro e como Scipio II (Africanus) fez com Cartago, foi tão completo que apenas pouca coisa permaneceu dos monumentos deixados por essas capitais.

Destes escassos remanescentes, aprendemos que a lei fenícia não se envolvia em assuntos discutidos pela lei romana, pela razão que os Estados sírio-fenícios se baseavam na mesma base popular, sendo assim, todos eles tinham o mesmo tipo de lei. Conseqüentemente, havia igualdade de direitos entre os cidadãos de Cartago e os habitantes de outras cidades fenícias, exceto por direitos políticos, os quais permaneceram com direitos civis especiais.

Examinando a legislação grega, encontramos o mesmo tipo de lei, com alguma melhora.

A lei grega era uma coleção de artigos religiosos, disposições contraditórias morais e políticas.

A lei grega distinguia entre delitos e crimes, e entre ações civis reivindicando compensações e acusações públicas sob a lei penal, mas a classificação dos casos era imperfeita.

Em casos de roubo, o queixoso tinha a opção ou de entrar com um processo civil exigindo indenização ou de iniciar procedimentos criminais.

Em casos de crime como assassinato e deformação, a lei grega era ainda próxima da lei primitiva, pois ela tratava tais casos como direitos pessoais (*1). A lei grega em geral, como um todo, ainda dependia da situação política; não era geral, desde que os direitos políticos fossem tratados em pé de igualdade com os direitos legais.

Em Roma, a lei se salvou desta confusão para assumir o caráter de uma lei judicial pública comum. As provisões legais conflitantes eram substituídas por um código geral unificado incorporando o sistema legal do Estado. Se não fosse esse grande avanço na legislação, Roma não teria deixado um legado cultural de tão alto nível.

A história cultural de Roma era a história da lei Romana (*2).

O sistema legislativo em Roma começou semelhante ao padrão da Cidade-estado síria. As leis nos seus primeiros dias eram leis da cidade de

***1 – Maclver, pág. 103**

***2 – Wegner, p. 154**

Roma, aplicáveis somente aos seus cidadãos. Ninguém, exceto o cidadão de Roma, tinha o direito de participar de encontros do exército, de encontros do povo, de eleger ou ser eleito, e de celebrar um casamento reconhecido oficialmente em Roma etc. (*1).

Os povos subjugados por Roma, tais como os povos das cidades latinas, os samnitas e os etruscos, as cidades gregas ao sul e gauleses ao norte, desfrutaram de direitos políticos e civis.

Quando Roma subjugou estes povos e os incorporou a sua esfera de controle, ela não aboliu as leis daqueles povos, mas as conservou em seus territórios. Mas, este princípio, referente ao conhecimento da personalidade dos povos mencionados acima, não foi suficiente para resolver as questões judiciárias e para solucionar litígios legais em uma cidade-estado que estivesse caminhando em direção a um status imperial, porque os povos forçosamente subjugados por Roma perderam sua jurisdição penal e necessitavam de uma nova fórmula legal.

E, por causa da incorporação dos povos de sistemas legais diferentes em um Estado, fez-se necessário considerar a relação desses povos entre si. Além do mais, por dispor esses povos sob sua autoridade, Roma teve que enfrentar a questão da

***1 – Wegner, p. 156 e 157**

relação entre esses povos e o povo romano ou entre membros individuais destes povos e os indivíduos romanos.

Roma escolheu resolver essas questões primeiramente através de tratados, depois incorporando as leis destes povos dentro de seu próprio sistema legal. Estas leis eram conhecidos como Jus Gentium e foram destinadas a resolver os casos que não estavam sob a jurisdição do Jus Civile ou lei civil aplicável somente aos próprios romanos.

Desta forma, as leis daqueles povos se tornaram leis romanas também.

Os romanos tentaram conciliar Jus civile e Jus Gentium através da Corte conhecida como Praetor Peregrinus, cuja função ou competência era examinar litígios entre cidadãos nacionais e estrangeiros.

Com a transformação da cidade em um estado territorial, Jus Gentium cresceu em importância até ganhar ascendência sobre Jus Civile, porque Jus Gentium tornou-se a lei de um grande numero de indivíduos súditos que não havia obtido os direitos romanos civis ou os direitos latinos sob a Jus Latinum, aplicável às cidades latinas.

A lei dos povos subjugados (Jus Gentium) era de interesse dos próprios romanos porque fêz-los desfrutar do casamento, das propriedades e direitos hereditários. Desta forma, os cidadãos de Roma tinham o direito de decidir tanto sob as leis civis como sob a lei dos povos (*1).

A evolução da lei romana não parou aí, mas continuou desenvolvendo-se, especialmente sob o regime imperial, isto é após a queda da republica.

Neste estágio, encontramos um grande sistema legal empreendido pelo o Imperador da Roma Caracala, de origem síria que, pela Constitutio Antonina ano 212 D.C., estendeu os direitos civis romanos aos indivíduos súditos do império (*2). O Imperador Caracalla foi o primeiro governante a proclamar uma lei civil geral para o império.

Roma caiu antes de o sistema legislativo ter conseguido o nível geral que alcançou posteriormente o império romano do leste, o Bizantio ou o império "Roum". Particularmente na Síria, a jurisprudência continuou a progredir na Faculdade de Direito de Beirute, e foi através dos esforços da escola síria de direitos que o caso do código imperial romano referente "aos direitos imperiais e direitos populares" foi resolvido (*3).

***1- Wegner, p. 157**

(*2) – Wegner, pág. 156 e 193

(*3) – Wenger, pág. 179

Por fim, o direito positivo romano foi concluído com a promulgação do código do Imperador Justiniano (Código Justiniano), no qual as leis antigas eram revisadas e modificadas e novos textos eram acrescentados. Neste código, concluímos que os direitos pessoais eram desvinculados da relação de laços sanguíneos, e encontramos mesmo neste, o começo da aplicação do conceito da personalidade da comunidade (*1).

O código Justiniano pôde ser considerado como o ponto culminante de legislação naquele tempo e a base dos direitos legais do medieval como também da jurisprudência moderna.

O ESTADO FEUDAL NO ORIENTE E OCIDENTE

Roma caiu, em consequência da pressão dos bárbaros ocidentais, e o resultado foi a quebra do sistema político imperial o qual a vaidade de Roma foi incapaz de salvar.

Enquanto o império bizantino "Roum" continuou a funcionar como um Estado unificado em sua constituição e administração, com uma tendência em direção ao governo autocrático sobre as bases colocadas por Diocleciano e Constantino, o Estado no oeste se fragmentou em feudos ou estados feudais, cada um dos quais sob a autoridade de um príncipe nobre ou herói de guerra.

(*1) – Maclver, pág. 108

Os reis bárbaros - dos francos, dos GODOS, dos lombardos e dos vândalos – limitaram as autoridades deles somente a coletar tributos e realizar operações de guerra. mas não podiam organizar o Estado. Assim, aumentaram as autoridades dos feudos e os príncipes feudais e se tornaram tão poderosos que os impérios de Carlos Martel, Pepino e Carlos Magno, foram obrigados a aceitar o fato consumado e a tolerar o governo feudal pela autorização legal do soberano (*1).

No Estado feudal, o interesse do príncipe substituía o interesse do Estado ou o interesse da comunidade. O sistema feudal gradativamente progrediu até chegar a um modelo especial com títulos e postos hereditários, o herdeiro ou príncipe coroado sendo confirmado como sucessor através de pagamento de uma taxa (*2).

Lado a lado ao sistema feudal surgiu outro sistema que reivindicou a soberania total e que foi o sistema da igreja que trazia consigo o poder da religião.

Na verdade, a religião nunca havia renunciado a sua reivindicação da autoridade suprema e do poder temporal, mas a queda de Cartago e de Roma recuperou sua hegemonia através do cristianismo, e posteriormente, através do islamismo, como veremos.

1) – Maclver, pág. 116

(*2) – Maclver, pág. 117

A religião dominou a mentalidade medieval a um nível sem precedentes na civilização mediterrânea e ocidental, e os papas se tornaram tão poderosos que alguns deles reivindicavam a autoridade absoluta sobre todos os príncipes. Um número de Papas como Gregório Sétimo (VII), que foi um frade trabalhando secretamente e então abertamente se tornando um cardeal, Urbano Segundo (II) e Inocente Terceiro (III) alcançaram sucesso no conflito ocorrido entre a autoridade papal e a autoridade imperial e real (*1)

A autoridade dos papas provinha do princípio da vontade pública expressada pela submissão total dos crentes cristãos ao "Sucessor de Cristo". Neste tempo, entretanto, a igreja estava tentando a reconciliação entre dois princípios contraditos e conflitantes que eram: 1- A função religiosa 2- O poder temporal

Em pouco tempo, entretanto, a questão do poder temporal chegou a um conflito dentro do sistema da igreja e os movimentos de reforma interna eclodiram, colocando um ponto final para a autoridade assumida pela instituição religiosa que exercia as duas funções temporal e espiritual.

O Estado foi somente salvo da anarquia no ocidente pelo crescimento das cidades, sendo que o

***1 - Luschan , F. Von. P.256 – 257 . também mclver,p.119**

surgimento e o desenvolvimento das cidades, as atividades industriais e comerciais criaram o ambiente e a atmosfera apropriados e adequados para a livre iniciativa e a troca de conhecimentos e de ideias.

A cidade tinha sido sempre o lugar mais conveniente para o desenvolvimento e crescimento do conceito democrático, e era o único lugar em que a vida política podia firmar-se. Assim é que, vemos que as cidades livres da Alemanha e da Itália criaram os meios e o cenário necessários para o surgimento e o progresso daqueles movimentos sociais e políticos que começaram a abrir caminho para uma nova era no desenvolvimento do Estado, a era da democracia e o surgimento do nacionalismo.

Foi o nacionalismo que determinou o formato do Estado para os países modernos e ampliou o âmbito de participação do Estado ou de seus membros a um ponto nunca antes visto.

Sob a influência do crescimento dos fatores nacionalistas, o sistema feudal foi negligenciado e a monarquia central foi fortalecida porque estava sempre em todos os casos mais próxima de representar a unidade da nação. A autoridade autocrática estava sempre mais perto da democracia do que a autoridade da aristocracia, que compunha uma classe privilegiada.

Antes de tratarmos do assunto do Estado moderno baseado nos dois princípios compatíveis de nacionalismo e democracia, retornemos a um sério evento da história do Estado e de seus princípios que tiverem lugar no leste, originando uma situação internacional para o Estado que merece ser estudado para uma apresentação mais completa de suas fases e de uma maior preparação para os fatores deste curso.

O ESTADO TEOCRÁTICO

Se existe uma terra que quase determina o entrelaçamento da cultura e da vida humana de uma maneira inevitável, esta deve ser, sem dúvida, o deserto.

O deserto não impede o avanço humano do estágio da selvageria ao barbarismo ou primitivo, mas impede o desenvolvimento da cultura estrutural construtiva, posto que, todos os desertos do mundo têm sido constantemente desprovidos de construção, de civilização e de qualquer cultura construtiva. Se tivessem alguns dos povos semitas que deixaram o deserto para a Síria, permanecendo nos arredores de seu próprio deserto, nunca teriam tido a oportunidade de mostrar suas qualidades superiores de produzir uma cultura construtiva que desse à vida social da humanidade em seu curso ascendente um ímpeto com uma aceleração impetuosa que continuava a produzir seu efeito, enquanto continuasse o progresso e o avanço da humanidade.

Entre as tribos do deserto, o Estado era sempre um Estado tribal, ao estilo referido no início deste capítulo. Não foi tipo de Estado que temos chamado de Estado desenvolvido histórico, Estado em avanço, que fez a sua própria história, mas um Estado primitivo cujos chefes tribais encontravam-se quando a necessidade surgia para decidir sobre alguns assuntos de acordo com as tradições, costumes ou uso ou religião.

O máximo que esse Estado podia atingir era uma federação de algumas das tribos compartilhando a relação sanguínea.

Esse tipo de Estado não necessitava de um sistema além de tradição e costumes em função do padrão uniforme de sua vida primitiva, os quais não estavam em contato com a ciência e com a filosofia, pois essa vida era isolada do campo do desenvolvimento sócio -econômico.

Desde que os grupos primitivos em geral enquadraram-se sob a influência de imaginações supersticiosas (religiosas) , a religião era o único fator de criação de um ponto comum em que as tribos focavam, tal como a cidade de Meca antes e depois do Islã.

De fato, o único ambiente que era apropriado para a formação do Estado teocrático em geral era o ambiente tribal não estruturado, e o surgimento de um Estado não teocrático em geral não era possível em tais circunstâncias.

A validade dessa teoria foi percebida e reconhecida por IBN KHALDUN, cuja Prolegômena incluía uma seção declarando que: "Os árabes beduínos não podem alcançar um status de Estado exceto com um traço religioso tal como profecia ou santidade ou alguma grande manifestação religiosa em geral" (*1).

Este tipo de ambiente era aberto à aceitação e à submissão de uma lei divina imutável. Não havia chance para o surgimento e o progresso da lei civil e dos direitos civis e pessoais.

O Estado islâmico, cujas bases foram estabelecidas pelo profeta MOHAMMAD (Maomé), seguindo o Hijrah (migração de Meca para Medina), era o único que podia tornar-se um Estado geral na península da Arábia. Cremos que o surgimento do Estado geral WAHABI (Arábia Saudita), no último século, e seu ressurgimento agora depois de sua destruição pelos otomanos, proveram evidências da por IBN KHALDUN.

Enquanto a Igreja cristã no ocidente estava se esforçando para estabelecer um Estado geral teocrático sobre as ruínas do Império Romano, chefiado pelo Papa, o Estado teocrático no oriente estava em veloz domínio, sem concorrentes.

***1 - Ibn Khaldun, prolegômena**

O profeta MOHAMMAD (Maomé) emigrou de Meca para Medina com o objetivo de assegurar obediência religiosa e de conciliar religião com política, ou entre o conceito espiritual ao qual ele era totalmente devotado e uma situação materialista bárbara que não deixou nenhum espaço para a cultura espiritual. Pode parecer estranho que o ambiente que serviu para o domínio da religião pudesse ser o menos adequado para o crescimento de cultura espiritual, no entanto, em um ambiente onde a atitude psicológica e a vida mental espiritual fossem limitadas pelo estilo da vida e pelas circunstâncias ao redor, o alcance da meditação espiritual e da vida mental eram semelhantes e limitados.

Havia um escopo em crer em um único Deus, submetendo-se aos seus mandamentos e obedecendo a seus preceitos, mas nenhum escopo em tentar entender Deus em mil e umas formas de necessidades e relacionamentos psicológicos que somente poderiam surgir e aparecer em nível superior de cultura civilizada onde a alma se liberta da necessidade permanente da existência e de sua continuidade.

O profeta viu que era necessário conciliar sua mensagem espiritual geral com as possibilidades do meio ambiente e, desta forma, os textos corânicos "medinita" (capítulos do Corão revelados na cidade de Medina), começaram a apresentar menos da instrução espiritual que caracterizava os ensinamentos corânicos que foram

revelados na cidade de Meca. Assim na cidade de Medina foram aumentadas as preposições apresentando mais as regras e os preceitos que formavam a lei islâmica, "shariá", ou seja, constituição legal.

O grupo muçulmano maometano estava se tornando uma força objetivando subjugar os ateus que recusassem a acreditar nos ensinamentos e na religião de Deus como revelados ao profeta, considerando que tinha inicialmente sido um grupo espiritual que se encontrava para exercer a compreensão espiritual através da nova fé.

Aqui encontramos o começo da formação do Estado teocrático que se tornou o Estado geral das tribos árabes.

A Arábia, até a época de MOHAMMAD(Maomé), estava em uma situação que forçava algumas tribos a emigrar do deserto a procura de um novo lar que proporcionasse e assegurasse meios adequados de subsistências necessárias para a sobrevivência.

Quando o Estado islâmico surgiu e começou a se conscientizar de sua própria força, a necessidade de emigrar mudou de direção para a conquista, ou seja, a conquista para suprir o islã quanto às suas necessidades foi o primeiro objetivo do primeiro Estado islâmico após o profeta MOHAMMAD (Maomé) e, assim, os exércitos de

“jihad” (guerra santa) se dirigiu em direção à Síria que naquele tempo era dividida em duas partes, em função da dominação estrangeira. Com a parte ocidental dominada pelos bizantinos e a parte oriental governada pelos persas.

Os muçulmanos arrancaram à força a primeira parte do sistema estatal bizantino e a segunda parte do governo persa. Felizmente, para a Síria, os exércitos conquistadores não pararam por aí.

Ataque após ataque, eles se dirigiram a várias direções: a leste, ao oeste e, ao sul, e dentro de poucos anos o Estado islâmico maometano tornou-se um vasto império com a cidade de Meca em seu centro.

Mohammad (Maomé) não deixou uma Constituição para o Estado, tendo completado a religião e deixando o Estado tomar conta de seu próprio destino.

Por ter sido o califado (poder Maximo do sucessor) o primeiro e mais forte poder no Islã, especialmente sob o ponto de vista executivo e administrativo, tornou-se objeto de muita discórdia entre os ambiciosos e concorrentes.

Na disputa para ganhar o califado, dois princípios estavam em evidência: o principio de eleição e o principio genealógico , o qual dava

elegibilidade restrita ao parente próximo do profeta como o único aspirante legítimo.

O conflito permaneceu irresoluto, a princípio com a balança pendendo em favor do princípio eleitoral, sob os primeiros três califas: Abu-Bakr, Omar e UTHMÁN.

Com a morte de terceiro califa (Uthman), o conflito eclodiu entre os dois princípios e foi resumido por duas personalidades muito fortes que foram MUAUIAH, o Omaiada e Ali Ibn Abi Taleb , o Hachimita, sendo este último o parente mais próximo do profeta e de uma posição religiosa mais importante e mais elevada.

Entretanto Muawiah, depois de saída da Arábia e habitação na Síria, adaptou a vida no ambiente novo, pois os vinte anos de residência na Síria o tinham "sirianizado" e dado a ele uma nova perspectiva quanto à vida social e política.

Na Síria, a ciência do Estado (estadismo), a arte da política, o estudo das leis constitucionais, civis e pessoais haviam alcançado o mais alto nível no mundo.

O novo ambiente sírio influenciou Muawiah e o preparou grandemente com uma visão política por meio da qual obteve ele vantagem sobre seu oponente. Esse fato explica o porquê que foi Muawiah , e não Uthman , quem fundou o califado

Omaiada (reinado de Omaiada) que teve tão grande impacto no desenvolvimento do Estado no Islã.

O reinado de Muawuah conduziu o Estado Islâmico a um meio termo entre o principio de eleição e à legitimação de sucessão do califado ao restringir a elegibilidade aos membros da família. Apesar do Califado Omaiada repousar sobre a força e o partidarismo familiar, ele não aboliu o sistema eleitoral (*1), sendo que a transformação do Califado pelos Omaiadas em uma monarquia hereditária foi um serio acontecimento sem paralelo na vida política dos povos islâmicos.

Sem duvida alguma, o Estado criado pela Síria salvou o Império Islâmico da anarquia e da contenda Interna . Podemos assegurar que a tendência política temporal do Estado Islâmico apareceu e desenvolveu-se com o Estado Islâmico Sírio Omaiada, tendo aqui ocorrido a única tentativa efetiva de consolidar os laços entre as periferias do império com seu centro (*1), uma política que o Estado Sírio Abássida nem apreciou ou percebeu sua importância, nem tentou concretizá-la, ao ponto de que a autoridade eficaz do Califa Abássida geralmente não ultrapassava as fronteiras da cidade de Bagdá (*2).

***1 – Hartmann AVV. Pag. 38**

***2 – Hartmann. Pag 59**

***3 – Hartmann AVV. Pág. 51 e 52**

Foi fato evidente que o Estado político no islamismo era o estado Sírio Omaiada. Com a chegada dos Abássidas, os aspectos religiosos e jurídicos ganharam novamente o controle.

Os califas abássidas vestiram os trajes do profeta e devotaram mais atenção aos assuntos religiosos (*1); por terem sido educados longe de um ambiente desenvolvido politicamente e juridicamente como o ambiente sírio, e pelo fato de os abássidas terem vindo do deserto diretamente a um governo e terem estabelecido sua base na Síria oriental, sem passar por um período de civilização síria, tiveram pouca experiência em viver em um sistema estatal. Esta foi, de fato, a razão pela qual os barmecides e outros elementos persas e turcos se tornaram tão poderosos que vieram a desempenhar um papel dominante na administração do Estado.

Os abássidas não tentaram adotar a atitude síria com relação à vida e à sociedade, porque o aspecto civil sírio não estava de acordo com o conservadorismo religioso feito pelos abássidas como o pivô ou ponto central de seu movimento.

Fazia parte da natureza do Estado teocrático os convertidos ao Islã e a concessão de direitos civis e políticos iguais, exceto quanto ao califado, o qual era especialmente reservado à tribo de Quraich. Este principio contribuiu muito para a coesão do grupo religioso e para o fortalecimento do Estado.

*1 – Cohler, pág. 85

Fazia parte da natureza do Estado teocrático os convertidos ao Islã e a concessão de direitos civis e políticos iguais, exceto quanto ao califado, o qual era especialmente reservado à tribo de Quraich. Este principio contribuiu muito para a coesão do grupo religioso e para o fortalecimento do Estado.

O Estado Islâmico considerava cada país conquistado como uma parte do Império Islâmico. Contudo, o Império Islâmico era muito mais nominal do que real, pois a autoridade ou chefe do Estado era raramente eficaz em todas as regiões do império.

Para ilustrar, retornamos à tentativa feita pelo Califa Uthman a colocar a administração fiscal do Egito sob o controle do governo central, em que seu vice-califa no Egito, Amr Ibn Al-Âs, anunciou que ele "não seguraria a vaca pelos chifres enquanto os outros a ordenhavam tirando seu leite" (*1). O sucesso dos abássidas da Arábia ao destruir o Estado Sírio foi o limite para que a tentativa anterior cessasse, para ser substituída pelo sistema abássida descentralizado, o qual não poderia resistir aos apelos de independência, incitados pelas tendências partidárias dos diversos povos.,

De acordo com Ibn Khaldun, o Estado se levanta sobre o partidarismo que obtém a superioridade. Na verdade, o desmembramento tem sido o destino de cada estado teocrático, porque

*1 – Hartmann,

cada um desses estados abriga dois princípios que não podem ser feitos para formar uma combinação estável em sociedades civilizadas desenvolvidas estabelecidas. Estes dois princípios são: (1) – A função espiritual e (2) – O poder temporal.

Sendo assim, o império chefiado pelo "príncipe dos fieis" (crentes) ou Califa desintegrou e desapareceu sob o impacto da conquista dos mongóis, a qual não possuía nenhum meio de resistência. A situação continuou em colapso até o surgimento do sultanato otomano que tentou ressuscitar a idéia de um império islâmico, assumindo o Sultão Otomano o título de Califa.

Mas, os fatores naturais e culturais eram mais fortes do que o poder temporal espiritual e esse fato foi percebido pelos turcos após a segunda guerra mundial, quando abandonaram a idéia do estado teocrático, destronando o Sultão e rejeitando o califado, estabelecendo um estado nacional sob a forma de uma república.

Antes de terminar nossa análise sobre o assunto do Estado Islâmico, devemos considerar e relacionar seus fundamentos legais.

Como já mencionado acima, todos os muçulmanos são iguais quanto aos direitos civis, políticos e pessoais, com exceção do Califado, o qual era reservado à tribo de Quraich.

Cada convertido ao Islã era considerado um muçulmano, desfrutando de todos direitos pertencentes aos muçulmanos.

A lei do Estado Islâmico era a lei de Deus como revelado ao seu profeta Mohammad (Maomé). Ela era uma lei evidentemente explícita e rígida como todas as outras leis religiosas, mas a situação era atenuada através do desenvolvimento da jurisprudência implícita que desempenhou um papel muito útil no melhoramento do sistema legislativo e no desenvolvimento dos direitos.

Pelo fato de que cada país conquistado era considerado como um país muçulmano, formando uma parte do território do Estado Islâmico, os direitos reconhecidos em tais países eram apenas os que pertenciam aos muçulmanos. As pessoas não muçulmanas tinham que pagar um imposto per capita em submissão total e a estar sob a proteção do governo do Estado. Estas pessoas não muçulmanas eram privados dos direitos civis e políticos, tendo, apenas, alguns direitos particulares relativos às situações sociais e religiosas.

Nesse passo, elas poderiam praticar os atos de adoração e casamento de acordo com suas crenças e suas leis, sendo permitido a um homem muçulmano casar-se com uma mulher não muçulmana, mas não para um homem não muçulmano casar-se com uma mulher muçulmana.

Atualmente, este casamento é permitido em consequência do surgimento do estado nacional nos países muçulmanos como podemos notar na Turquia.

A perda dos direitos civis e políticos foi um dos principais fatores que induziu e levou os povos dos países conquistados a abraçar o islamismo para não sofrer os procedimentos aplicados aos conquistados não muçulmanos.

**No Estado Islâmico, havia três fontes de legislação,
a saber:**

- 1 – jurisprudência e saber dos jurisconsultos**
- 2 – consenso ou aprovação unânime dos muçulmanos**
- 3 – poder do califa (*1)**

O consenso tinha apenas um pequeno papel e pouca influência, desde que fosse restrito à necessidade de levar em consideração os usos e os costumes para julgar e resolver algumas questões judiciais.

Com a exclusão do fator do consenso dos muçulmanos, o poder de legislação foi deixado aos jurisconsultos e ao Califa, cada lado dos dois reivindicando ser a autoridade competente final para decretar/sancionar as leis.

(*1) – Hartmann, pág. 56

Esporadicamente, o lado dos jurisconsultos prevalecia e, em outros tempos, prevalecia o lado do califa. De qualquer maneira, cada nova lei deveria vir sustentada por um parecer (fátua), confeccionado pelo chefe religioso de confiança.

Como consequência da divisão que transformou o Império Islâmico em vários estados separados, os muçulmanos não tinham mais o direito de serem membros ou cidadãos de cada estado muçulmano, pois cada muçulmano se tornava um membro do estado ao qual ele pertencia por definição de seu território e de seu povo .

O ESTADO NACIONAL DEMOCRÁTICO

A grande disputa do poder temporal entre os Papas e os Reis no ocidente terminou quando houve o triunfo dos últimos, porque a Igreja foi incapaz de conciliar o poder espiritual e o poder temporal, e assim a ruptura foi inevitável.

No conflito entre a autoridade da vontade divina oculta e aquele que emergia da vontade popular comum, a religião tinha que renunciar a sua reivindicação do poder temporal e deixar com César o que era de César, e ao mundo, o que era do mundo, deixando para si o que era divino e espiritual, pois, a partir somente deste ângulo, é que a religião pôde manter o seu apelo e sua alegação de unidade universal e justificar a existência de suas instituições.

(*1) – Hartmann, pág. 56

Com o aparecimento das cidades, a ativação do comércio e de profissionalismo e também com o progresso das invenções, a civilização entrou em nova fase que abalou muitas instituições.

O comércio e o profissionalismo desfizeram o sistema individualista e a família auto-provedora, enquanto o movimento em direção às cidades libertou os servos escravizados e eliminou a necessidade da dependência do senhor das terras; a invenção da pólvora aboliu a posição dos cavaleiros nobres cuja figura cômica foi tão belamente apresentada por Cervantes em seu herói "Dom Quixote".

Além disso, as invenções do papel e da imprensa abriram os olhos e as mentes e despertaram os sentimentos. Todos esses fatores juntos contribuíram para que a classe média viesse a se formar, a enfraquecer a classe dos donos de terra e dos senhores feudais e a fortalecer ao mesmo tempo o poder do rei.

O sentimento consciente da unidade vital, do interesse comum e de um laço comum com a vida e suas formas, suas causas e suas tendências, fizeram a comunidade humana consciente de sua própria existência e a equipararam com os meios de expressar sua vontade, o qual marcou o início do surgimento do nacionalismo. A plebe não permaneceu mais subserviente ao príncipe, suprindo seus interesses e vivendo sob sua proteção como seu único senhor e mestre, enquanto que a relação do rei com as pessoas do estado era somente sua relação com o príncipe.

A plebe, dessa parte, passou a ter opiniões e desejos próprios, e este desejo começou a ser direcionado ao rei porque ele representava a unidade do Estado, a unidade do poder, a unidade de interesse e a unidade do povo.

Os interesses do povo juntos com o interesse do rei eram, em sua essência, opostos aos interesses opressivos e autoritários da classe de aristocracia feudal, exploradora que forma uma forte barreira contra o surgimento do crescente desejo público autoconsciente.

Havia um conflito tanto implícito quanto explícito pelo poder entre a monarquia e os senhores feudais . Cada vez que um choque ocorria entre essas duas instituições , o povo se posicionava a favor da instituição Royal . O conflito permaneceu até que a monarquia conseguiu ter a liderança sobre os feudais e assumir o controle total.

Naquela ocasião, quando a religião se encontrava em num estado de anarquia, o Estado e a religião se reconciliaram, os reis começaram a governar com direitos divinos, reinando pela graça de Deus, como foi exemplificado pelas famosas palavras de Luis XIV: "EU SOU O ESTADO".

Entretanto, o nacionalismo, não apenas acabou com o poder dos senhores feudais e consolidou a autoridade na pessoa do rei, cujo governo autocrático crescia tão autoritariamente até

se tornar opressivo, mas o nacionalismo continuou em direção ao objetivo que justificava a sua existência, isto é, a confirmação de um princípio de que a soberania emanava do povo, e que o Estado existia para o povo, e não o povo para o Estado.

Este foi o princípio democrático no qual o nacionalismo foi baseado. O Estado democrático é definitivamente um Estado nacional, pois se baseia e estabelece-se, não em ideologias externas ou em um desejo imaginário e ilusório, mas em uma vontade pública e geral que resulta de uma participação na mesma vida comum sócio-econômica.

O Estado veio com o intuito de representar essa vontade do povo. A representação do povo é um princípio democrático nacional que era desconhecido pelos estados anteriores.

O Estado democrático representa, não uma história passada, nem as tradições antigas, nem a vontade de Deus, nem a glória velha, mas o interesse do povo que tem a mesma vida como manifesta na vontade pública em um consenso unânime eficaz, não consenso aderente.

Sob a influência desse novo fator, o fator nacionalista que manifestou no nascimento do espírito comum da comunidade humana e na opinião pública, o significado do Estado se transformou de

um poder governante despótico em uma comunidade que se autogovernava soberanamente.

O meio que capacitou a comunidade humana e lhe permitiu colocar este novo princípio em prática, foi a representação política (*1), possibilitando a separação entre a autoridade legislativa e a autoridade executiva, como também assegurando a predominância da autoridade legislativa, pois, ela representava a vontade do povo com relação ao rei, que detinha as rédeas do poder e com relação ao poder executivo, que tinha os meios efetivos de empregar forças.

O caminho percorrido para realizar o objetivo mencionado acima foi longo e muito difícil, já que os reis insistiam na idéia do direito divino e no poder absoluto, passando, então, a ser um conflito do Estado, do Rei e das classes dos nobres, para ser um conflito entre o Rei e a nova força que o havia apoiado no conflito anterior.

Gradualmente, o nacionalismo recém despertado assumiu seus direitos da monarquia que eventualmente suprimiu ou diminuiu a uma mera monarquia constitucional limitada. Dessa forma, a soberania real começou a centralizar-se na vontade do povo e o Estado tornou-se eleito para representar o povo.

***1 – Jenks, pág. 183**

O corpo de membros do Estado abriu caminho para a criação da comunidade nacional, mas o nacionalismo criou uma nova qualidade e novos direitos que os antigos membros não possuíam. O nacionalismo era algo sobre o qual o Estado não tinha autoridade, não tendo sido outorgados ao Estado as províncias distantes e povos diversos como havia sido feito em Roma, sob o governo dos Césares. O nacionalismo era um direito para cada indivíduo da nação pela virtude de nascimento.

Uma característica distintiva do estado nacional é que este estado não era mais do que um estado que ajunta e forçadamente mescla os povos em uma areia de terra que se encontrava sob seu domínio e seu controle, pois agora encara a vontade de sua própria comunidade, ou seja, seu nacionalismo, assim como encarava a vontade de outras nações, ou seja, outros nacionalismos.

Se o ânimo do Estado era de se estender para além das fronteiras da nação, se tornava um império ou um estado colonial opressor, como o caso das grandes potências em nossos dias.

Neste ponto, concluímos essa revisão referente ao aparecimento e desenvolvimento do Estado e prosseguimos em estudar a nação e o nacionalismo para conhecer evidentemente a realidade e a importância desta comunidade social, a qual se tornou a religião da humanidade nos

tempos modernos ofuscando a personalidade do Estado com sua forte e ativa personalidade.

Antes de o nacionalismo surgir, o Estado era um desejo particular que se impunha forçadamente ao grupo, mas, após o crescimento do senso nacional, o nacionalismo se tornou tanto o sistema como a instituição que representava a vontade da nação.

Por conseguinte, podemos ver que, com o progresso do Estado e com o crescimento da percepção social de seus membros em estarem conscientes de suas necessidades particulares e a possibilidade de adquiri-las através do sistema político, o poder do Estado continuou a avançar gradualmente até chegar a este objetivo.

O Estado e seu governo não são aspectos sociais definitivos finais, mas eles se baseiam em algo mais profundo que é a vida e a vontade da comunidade humana (*1).

***1 Maclver, pág. 33.**

Sétimo Capítulo

O pecado Cananeu

- 1 - DEFINIÇÃO DE COMUNIDADE**
- 2 – Definição de nação**
- 3 – o pecado cananeu (fenício)**

Antes de o nacionalismo surgir, o Estado era um desejo particular que se impunha forçadamente ao grupo, mas, após o crescimento do senso nacional, o nacionalismo se tornou tanto o sistema como a instituição que representava a vontade da nação.

O Estado e seu governo não são aspectos sociais definitivos finais, mas eles se baseiam em algo mais profundo que é a vida e a vontade da comunidade humana .

Antoun Saadeh

كانت الدولة قبل نشوء القومية إرادة خصوصية تفرض نفسها على المجموع الذي تشمله ، أما بعد نموّ القومية فقد أصبحت النظام والهيئة الممثلين لإرادة الأمة .
فالدولة وحكومتها ليستا مظهرين اجتماعيين نهائيين ، بل تقومان على ما هو أعمق منهما ، على حياة المتحد وإرادته .

أنطون سعاده

SÉTIMO CAPÍTULO

O PECADO CANANEU DEFINIÇÃO DE COMUNIDADE

Se o Estado é um fenômeno político da sociabilidade humana, a realidade da nação é que ela é um fato puramente social. O estudo das nações e seus surgimentos é uma busca ou estudo social, não político, apesar de que a ciência política não pode abster-se do estudo de nação e do estudo da nacionalidade, devido às suas importâncias nas teorias políticas e em seus efeitos em mudar o curso dos eventos políticos, como também reformar as crenças e os princípios políticos, como já mencionados no capítulo anterior.

Se a nação é uma realidade social, o que de fato o é, como definiremos esta realidade? Quais são suas causas, suas características e seus aspectos distintos? Qual o seu espírito ou solidariedade, ao qual chamamos nacionalidade? Como entenderemos a realidade social da nação?

Como vimos em nosso estudo social do ser humano no quarto capítulo deste livro, a vida humana, como qualquer outra vida, segue a lei natural universal dos relacionamentos biológicos tridimensionais: corpo/alma (cérebro)/meio ambiente.

Será que a participação de todas as criaturas vivas nesta lei geral pode dar origem a uma sociabilidade comum entre o ser humano e o animal ou criar comunidades conjuntas comuns entre os diversos tipos de animais, assim como diversos tipos de homens?

Será que, doutro lado, se encontrarmos no mundo animal alguns tipos de sociedades gregárias, baseadas nesta lei comum, como as formigas, abelhas, lobos e outros animais, justificariam considerar a formação dessas comunidades animais como comunidades humanas, e estudar os dois ditos tipos de comunidades da mesma maneira e modo por motivo que ambas as espécies sigam a outra lei comum, a lei de agrupamento ou associação?

Se as respostas a estas perguntas forem negativas, qual a razão lógica da necessidade de convencimento de nossas mentes racionais?

Na verdade, a razão é que, uma lei, é uma convenção humana considerando algum rumo de vida ou da natureza, através da qual procuramos expressar a continuidade de um ato ou uma ou mais características da vida ou da natureza, e não a vida ou a natureza que estabeleceram tais leis e deram ordem às suas criaturas para executá-las.

Não devemos esquecer que todas as leis que descobrimos provêm da vida, e , por consequência,

não deveríamos permitir que conflitassem com o rumo natural que elas definem. O fato de termos descoberto uma ou duas leis das leis universais da vida, não deveria nos fazer esquecer a realidade natural da natureza e suas outras leis, pois, as leis, não obliquem e anulem as características das espécies.

Se descobrirmos a lei da evolução , não deveríamos usar esta lei para fazer analogias arbitrárias e ilusórias dando origem a imaginações que são contrárias ao fato e diferentes da verdade.

A analogia tem sido, e ainda é, um grande desastre na busca sociológica científica, especialmente nos estudos que dissociam a sociologia das teorias filosóficas e da filosofia social. É este uso da analogia que tem criado muita confusão geralmente nas questões sociais e particularmente na questão da nação e da nacionalidade.

Assim, a discussão ou o discurso político da nação, por exemplo, como um grupo de pessoas partilhando uma única vontade, tem levado a fazer desta vontade um propósito específico e determinado dos propósitos da vida social, ou tem representado a vida social na forma da vontade individual como na questão: eu quero ir a América ou gostaria de beber?.

Na realidade, a vontade social não é tão simples até este ponto. O desejo de um número de pessoas da mesma ou de diferentes sociedades, de viajar à América, não é suficiente para formar uma comunidade. Mesmo a participação real e efetiva na execução daquele desejo não gera uma comunidade.

Os passageiros de um navio não constituem uma comunidade porque têm apenas o mesmo interesse de viajar e mesmo desejo de deslocar. Se eles, apesar disso, não tenham, anteriormente, se constituído em uma comunidade, não seria devido a isto que eles constituiriam uma comunidade.

Como já indicamos neste livro, a sociabilidade humana não é absoluta, e nem é absolutamente voluntária, posto que, é um traço humano comum, não significando que a humanidade seja um traço humano comum ou que a humanidade formou uma única sociedade onde a associação se realizou meramente através da associação de seres humanos.

O homem sírio viajando para a América não é, do ponto de vista associativa, a mesma situação de uma pessoa se mudar de Damasco para Beirute ou Jerusalém. A diferença ainda se torna maior se ele se muda para o deserto, por exemplo.

Em determinados estudos científicos e sociológicos, podemos encontrar situações categóricas comuns tal como a convenção de

descrever o estágio do laço sócio-econômico como um estágio ou um aspecto de relacionamento voluntario (*1), concernente à relação sanguínea primitiva. Essa convenção pode levar alguém a imaginar uma escolha arbitrária ou absoluta que, na verdade, não é.

Um homem não escolhe voluntariamente a sociedade em que vive da mesma maneira como ele não escolhe seus pais, apesar de que ele possa preferir sua mãe a seu pai ou vice-versa. O individuo não é a base da sociedade, sendo que, na sociedade, o individuo escolhe voluntariamente as pessoas com as quais ele se relaciona, mas esta escolha não está livre de restrição.

Nós não queremos aqui elaborar uma filosofia social como aquela filosofia defendida por Takata, o filósofo japonês ou o Schmelling Germânico (*2), que são da opinião que futuramente o laço social será um laço movido por tendência de paixão ou emoção.

Se aceitarmos que tal estágio seja inevitável, nos não saberemos quando acontecerá ou como ele será.

(*1) – Geiger, pág. 292/293

(*2) – Geiger, pág. 29/293

Se a humanidade não é somente uma comunidade ou sociedade, então o que ela é? Ela é feita de sociedades e comunidades . Por que ela é assim?

Para esclarecermos de uma maneira melhor, podemos fazer a seguinte pergunta: Quais são os fatores e as causas que originaram as sociedades e formaram comunidades?

Uma resposta parcial à referida pergunta, foi dada anteriormente no capítulo intitulado de "sociedade e sua evolução" onde discutimos os laços socioeconômicos eficazes na evolução da sociedade como um todo, ou seja, qualquer sociedade afetada pelos mesmos laços. Mas, a sociedade em geral como um todo não é a comunidade específica e determinada.

Como especificamos a comunidade em relação ao que algumas vezes chamamos de sociedade humana ou humanidade?

Será a mera difusão de uma e da mesma cultura material e espiritual entre um número de grupos humanos geraria, a partir destes grupos, uma só comunidade sendo a cultura seu elemento de ligação?

Se a resposta for negativa e a comunidade não for baseada em uma cultura comum, então, quais são os fatores de uma comunidade e de seus laços?

A cultura geral diferencia a comunidade entre tipos e não entre comunidades.

A cultura é o primeiro divisor entre os grupos primitivos, retrógrados e ignorantes e as comunidades estabelecidas urbanizadas e desenvolvidas.

Além disso, a cultura não é uma qualidade natural, pessoal ou intransferível. Voltaremos a este assunto mais tarde.

Para o momento, queremos estabelecer uma regra geral que servirá como um critério para o estado da comunidade a fim de estudar a realidade da comunidade de acordo com a regra citada acima.

Queremos aqui acompanhar Maclver com sua definição da comunidade como qualquer área contendo vida comum e diferenciada de outras áreas por um diferenciador sem o qual a definição de comunidade não se aplica (*1). A aldeia é uma comunidade, a cidade é uma comunidade, a região é uma comunidade e o país é uma comunidade; toda comunidade tem suas próprias características que as distinguem das outras maiores ou menores, melhores ou piores.

Presumindo que o planeta Marte é habitado por tipo de seres humanos que levam uma vida compatível com sua atmosfera e seu solo, seria correto considerar as pessoas do nosso planeta

(*1) – Maclver , community, pág. 22 e 23

como elementos formadores de uma comunidade comum, apesar de seus contrastes e de suas características e que as distinguem da comunidade dos habitantes do Marte, cujo povo, apesar de suas possíveis diferenças conflitantes, deve ter peculiaridades de uma vida pública comum que o diferencia dos habitantes de qualquer outro planeta e o dota de potencialidades reativas internas que definem sua coletividade em relação à comunidade de outro planeta, sendo que as características das espécies formam a base para tais potencialidades.

Este sentido seria o sentido mais amplo em que se usa o termo de "comunidade" que significa homogeneidade e integração. Ao lidar com este termo, restringiremos de agora em diante sua aplicação à realidade social, isto é, o grupo humano unido em uma vida comum que lhe dá algumas qualidades comuns importantes, proeminentes e lhe atribui o que podemos chamar de uma personalidade e unidade particular em relação à unidade humana comum geral.

A condição necessária para a existência da comunidade é que ela deveria ser, não meramente um grupo numérico de pessoas compartilhando das características comuns da espécie humana, mas muito mais um grupo que tem uma vida em comum, cujos membros individuais são essencialmente semelhantes intelectual e fisicamente. Essa semelhança não se destina a algo puramente racial,

mas de preferência, como pretendido por Boas, no tocante a resposta orgânica aos estímulos do meio ambiente que determina a comunidade.

A partir da explicação de Boas, aprendemos que a semelhança intelectual e física é um efeito, não uma causa, é um resultado de uma participação da mesma vida. A pericia especializada pode distinguir entre o homem damasceno, o cidadão de Bagdá e o de Beirute ou entre os montanhese e os moradores das planícies, a partir de certos traços e qualidades que caracterizam cada um deles e com os quais eles são marcados por suas respectivas comunidades.

Do mesmo modo, pode-se ver imediatamente as diferenças distintas entre o sírio e o egípcio, percebendo pelo entre os dois que cada um pertence a uma comunidade diferente.

A comunidade da cidade e da província é uma realidade social, assim como a comunidade da região.

O compartilhar da vida gera um compartilhar de mentalidade e de características como costumes, tradições dialetos, modas e equivalentes. Sem o compartilhar da vida, mesmo os laços mais fortes, como os laços sanguíneos enfraquecem. Este é um fato que Ibn Khaldun tinha consciência e o mencionou em seu Prolegômena,

declarando: "a genealogia é uma ciência inútil, e uma ignorância inofensiva" . Isto significa que, quando a genealogia se torna um puro conhecimento para somente o conhecimento sem compartilhar a mesma vida, torna-se inútil aprendê-lo e inofensivo, esquecê-lo ou ignorá-lo.

O compartilhar da vida é negligenciado por um grande número de escritores e estudiosos quando querem descrever a comunidade como um grupo tendo qualidades comuns como costumes, tradições e dialetos, mesmo atribuindo essas qualidades como fundamento no qual a comunidade é construída. Eles relacionam e classificam um número de qualidades gerais comuns e tentam fazer daquelas a quem essas qualidades são aplicáveis a uma única comunidade que não é restrita a uma área e não é conectada por um meio ambiente natural.

Fazendo assim, eles esquecem e ignoram o fato de que certas características e qualidades gerais aplicam-se a todos os seres humanos sem fazer deles uma única comunidade.

A comunidade é sempre uma realidade social. Há características e qualidades que distinguem alguns grupos de pessoas de outros grupos sem significar que estes grupos formam uma comunidade destas.

As características acompanham a comunidade, mas, o contrário não é verdadeiro. A comunidade nunca segue características.

Vamos aprofundar nosso estudo elaborando com respeito a esse assunto, ao olharmos a confusão a que somos levados quando consideramos características comuns como sendo a base da comunidade.

Se admitirmos esta hipótese, deveremos admitir que essas características como os costumes, tradições e hábitos morais são qualidades permanentes, inalteráveis e não passíveis de transformação ou de transferência e não poderiam ser adquiridas, fazendo com que aqueles que compartilham de uma combinação específica dessas características devam, necessariamente, formar uma comunidade específica absolutamente delimitada por essas mesmas características. Caso contrário, elas seriam impedidas de unir uma comunidade com características diferentes de suas próprias, e neste caso, a diferença nas características seria natural e hereditária.

Isso significa que os sírios, ingleses, italianos e alemães não podem ter uma esperança de formar uma comunidade em Nova Iorque ou em qualquer outro lugar dos Estados Unidos ou juntar-se à qualquer comunidade americana, por serem grupos de povos com características particulares ,

diferentes dos outros , ou diferindo das características aplicáveis ao meio ambiente da comunidade americana.

Na verdade, sabemos que o sírio que emigra para América, tornando-se residente, mudará logo suas características particulares e adquirirá as características da comunidade americana.

Como que suas características originais e permanentes, as quais o distinguiam dos americanos, desaparecem progressivamente? E de onde provêm as características americanas que agora as distinguem dos sírios?

○Será não encontramos prova conclusiva nesta situação presente que características não constituem a base da comunidade que o fundamento de ambas as comunidades e características seja a participação da mesma vida?

○Sim, onde quer que haja um grande número de sírios reunidos na América e que evitam contato em excesso com os americanos, preservando o seu estilo de vida em sua própria comunidade, apesar de poderem adquirir muito das marcas locais do ambiente, ainda assim, constituem uma comunidade distinta dos americanos, porque evitam participação na vida americana e continuam a conduzir sua própria vida síria de uma maneira mais reservada.

Quanto menos os sírios se misturam entre si e quanto mais envolvidos no estilo e no modo da vida dos americanos, mais influenciados se tornam pelo caráter, pelas características e traços Americanos e adquirem qualidades americanas.

Se a América está muito distante para o leitor da Síria, deixe-nos tomar o Egito como exemplo.

Percebemos que aqueles sírios residentes no Egito que participavam na vida egípcia e praticavam gradualmente o modo de vida egípcio, eles adquiriam características egípcias; quando retornavam à Síria, notamos que a conversação diária deles se torna muito pontuada com expressões tipicamente egípcias etc.. O fato de que eles desenvolveram tais traços e marcas somente após sua residência no Egito prova que as características da comunidade são baseadas na participação da vida e não vice-versa. Nunca a participação da vida pode ser baseada nas características.

Especificamos, por exemplo, uma pequena comunidade que podemos observar com grandes detalhes mais do que a grande comunidade, tal como as cidades de Choueir, Sofar, Machgharah, Bludân, Maaloulah, Beirute, Damasco, Nâblus ou Bagdá. Se tomarmos a cidade de Choueir como exemplo, veremos que seus habitantes têm um sotaque particular, bem como algumas

características comuns de natureza psicológica ou moral, tais como sua bem conhecida dureza, tenacidade, costumes e manifestações peculiares, caracterizando seu modo de vida e as habilidades e profissões que eles praticam como resultado de suas experiências pessoais. Os visitantes que não vivem naquela cidade não podem senão comentar alguns aspectos peculiares da vida do dia a dia da cidade de Choueir.

Apesar de os costumes e manifestações da cidade de Bikfaya serem semelhantes e muito próximas aos costumes e manifestações da cidade de Choueir, podemos notar que cada uma das duas cidades possui algumas características particulares. Os efeitos e as diferenças das referidas características aparecem inevitavelmente nas relações sociais.

Para indicar que os habitantes de Choueir e de Bikfya pertencem, não a mesma comunidade, mas a duas comunidades distintas, será que isso significa que ele é de duas comunidades distintas porque elas são distinguíveis uma de outra e possuem qualidades diferentes, ou que elas são distinguíveis uma da outra porque são duas comunidades distintas?

Indubitavelmente, a segunda conclusão é a correta em relação a nossa tentativa de achar a causa, ao passo que a primeira é correta em relação à dedução , porque vemos que os habitantes das

duas cidades mencionadas perdem suas características distintas ao deixar suas comunidades e viverem em Beirute, por exemplo, por um período que permita que o meio ambiente social os influencie, ou quando são trazidos a Beirute como crianças e ali educados.

Ninguém poderá negar as diferenças entre as comunidades de Beirute e Damasco, por exemplo, pois o sotaque dos residentes de Beirute e seu estilos de vestir, e modo de vida pessoal e de certos traços e tendências psicológicos os diferencia dos damascenos. No entanto, todas essas pequenas comunidades e milhares como elas formam uma única comunidade, que é a comunidade nacional ou a nação ou o país, posto que, todos esses termos, indicam uma só realidade, isto é, a realidade da comunidade da nação.

Essa comunidade coletiva ou coletividade forma uma unidade cujos membros são caracterizados pela homogeneidade de mente, como também de atitude, no formato e na aparência.

Esta homogeneidade é a maior e mais forte entre as diferenças parciais.

Qualquer comunidade que merece seu nome como comunidade, deve necessariamente ser uma em que a homogeneidade é mais sólida e mais forte do que a disparidade.

Nesse ponto, podemos definir a comunidade em relação às suas características como união de um grupo de pessoas em uma vida comum, em uma área definida, adquirindo de seu meio ambiente e da sua vida comum específica algumas características especiais, além das características gerais compartilhadas entre ela e o meio ambiente mais amplo ao redor dela e entre ela e toda espécie humana ou entre ela e outras comunidades.

Quanto à definição que declara ser a comunidade uma ordem de características comuns envolvendo um número de pessoas sem se importar com os limites ou fronteiras da área e sem se importar com a participação na vida, isto é um erro que nos tem levado a muita confusão e contra-senso.

Deixa-nos colocar de lado nossa análise da comunidade quanto às suas características e começar a analisá-la de um ponto de vista mais profundo que as características; o ponto de vista de relacionamentos, de propósitos, de interesses e da vontade.

Não há dúvida que a colocação de muitos idiotas ou lunáticos ou loucos em uma zona específica do território não constitui uma comunidade social, e também nem o encontro de um número de viajantes em num navio ou em um trem forma tal comunidade social. Já nos referimos

quanto à vontade e a viajantes no início deste capítulo, e desejamos acrescentar agora que, se a vontade não é uma característica inerente de cada comunidade, nos não devemos ignorar a realidade ao supor que o acordo numa vontade específica ou em mais vontades particulares sejam suficientes para formar uma comunidade.

Quando os cientistas e estudiosos falam de fatores relativos à sociabilidade e os descrevem como forças ou acordos entre o interesse e a vontade, não é permitido formar crenças superficiais ao interesse e à vontade usando o interesse em um sentido puramente comercial e usando a vontade no sentido individualista ou despótico.

Não deveria ser imaginado que a formação de uma empresa ou corporação comercial pelos indivíduos sírios e outros ingleses para explorar alguns mercados na China ou no Brasil constitua uma comunidade social formada de membros da corporação referida com base na definição de corporação como um corpo combinando interesse e vontade considerando que o interesse e a vontade são os pivôs da sociedade ou da comunidade. Tal imaginação resulta da confusão quanto a natureza da comunidade e a natureza da associação ou a corporação.

Falamos sobre o interesse e vontade acompanhando o termo geral e por serem os termos, "interesse" e "vontade" mais expressivos e mais evidentes.

O amor sexual, por exemplo, é mais forte do que interesse porque ele é uma necessidade biológica assim como a fome, mas, satisfazer a fome, é um interesse que pode se elevar e chegar à sublimidade ou cair e atingir a degradação.

E satisfazer o amor até é um interesse que deva surgir dos níveis psicológicos mais elevados alcançando os mais altos graus que a alma pode realizar ou cair aos níveis biológicos animais mais baixos.

O interesse no sentido mais amplo da palavra inclui todo o que está envolvido na psique humana em seus relacionamentos. É nesse sentido amplo que falamos sobre o interesse social.

Se o interesse e a vontade são os pivôs da sociedade, um deles que é o interesse, é negativo, e o outro que é a vontade, é positivo. O interesse determina todos os relacionamentos enquanto a vontade realiza tais relacionamentos.

Obviamente, não pode haver vontade onde não há interesse. Quando uma pessoa fica com fome, ela quer comer, quando fica com sede, ela quer beber, e uma pessoa sentimental quer amar.

O interesse é a busca pela satisfação psicológica, cuja realização é o propósito da vontade. Assim, percebemos que o interesse não é o mesmo que utilidade ou benefício, e nem sempre

resulta de um sentimento de necessidade, nem é a mesma coisa que necessidade.

Nesse estudo, queremos dizer que o interesse significa tudo que gera ou causa um ato social.

Com base nessa definição podemos declarar que o laço da comunidade é o laço de interesse. O interesse está por trás de cada comunidade, e com o crescimento e o melhoramento da vida, há um aumento nos interesses que causa a associação e há um decréscimo que favorece a dissociação.

Da mesma forma que o uso dos exemplos ao discutir sociedade tem produzido um grande contra-senso, a conversa não crítica tem conduzido ao mau entendimento e ao mau uso dos termos "interesse" e "vontade".

Para evitar a confusão terminológica que a linguagem jornalística tem disseminado em nosso país tão descaradamente como o fato de fazer de qualquer estudo sério uma disciplina trabalhosa ao corrigir questões, é prudente aqui lançar um olhar aos interesses sociais que podemos chamar de interesses da comunidade, ou interesses contendo as características que fazem as pessoas ligadas entre si em uma comunidade.

Em princípio, os interesses são de dois tipos que não devem ser confundidos ou misturados entre si como usualmente é feito na generalização dos termos técnicos.

1 - Há interesses formais em geral ou similares que pertencem a cada individuo da mesma forma que tais interesses pertençam a qualquer outro, como por exemplo: ganhar a subsistência necessária da vida, ou alcançar boa fama, ou angariar riquezas, ou realizar qualquer outro interesse especial particular. Estes interesses são formais ou similares que não exigem a união dos indivíduos que os desejem ou o desenvolvimento de uma relação social permanentemente firmes entre tais indivíduos.

2 – Há, por outro lado, o interesse público ou comum, onde muitas pessoas concordam em compartilhar da mesma consciência para realizá-lo, porque a todos interessa, como o bem estar da aldeia ou da cidade ou do país.

Qualquer que seja o incentivo para trabalhar neste interesse, ele próprio permanece sobre os interesses de todos, porque a todos aproveita.

Deste modo, o prestígio pessoal pode ser o incentivo ou o motivo que leve alguns indivíduos a trabalhar para realizar um interesse coletivo. Neste caso, o interesse é um interesse complexo com relação ao tal indivíduo, porém geral e simples com relação ao coletivo.

Aqui devemos distinguir entre o interesse público primário , com relação a todos, e o interesse

público secundário com respeito ao individuo que usa o interesse publico como um meio para realizar um interesse formalmente pessoal, o qual é seu próprio interesse primário.

A fundamentação social de ambos os interesses é o mesmo, ou seja, o bem estar da sociedade que sozinha cria a relação permanentemente firme do interesse social.

Qualquer que seja o interesse da comunidade neste assunto pode notar que tal interesse continua firme porque ele é permanente e diferente de outro, como o interesse de uma corporação ou companhia.

O interesse da corporação é puramente pessoal, e todas as suas considerações comuns e gerais sendo determinadas pelo interesse formal de cada individuo são, sobretudo, um interesse privado, pois o seu propósito é também particular, específico e definido.

Se voltarmos ao exemplo da companhia anglo – síria de comércio que somente comercializa uma mercadoria específica, observaremos que, quando uma companhia desse tipo encontrar-s em uma situação de impedimento à consecução de seus propósitos de lucro, seu interesse cessa e a companhia deixa de existir com a ausência de propósito.

Assim, toda a companhia será dissolvida quando seu propósito desaparecer, sendo certo, ainda, que será um meio para realizar interesses privados análogos, enquanto que a comunidade é o foco onde a vida social se centraliza. Em outras palavras, a comunidade é o ambiente central onde se estabelecem os seres viventes unidos numa vida que envolva todos os seus interesses.

A companhia ou a associação é apenas uma instituição parcial, enquanto que a comunidade é um todo completo, onde muitas associações de todos os tipos se estabelecem, desaparecem e não possuem nenhuma existência sem tal comunidade.

A comunidade é maior e mais ampla do que qualquer associação, porquanto seus interesses são públicos e alguns deles são permanentemente definitivos, nunca deixando de existir, com exceção da interrupção da vida ou com a extinção da comunidade como, por exemplo, por alguma catástrofe.

Esse esclarecimento não deveria ser entendido como indicação de qualquer contradição entre o que dissemos aqui e o que dissemos no capítulo cinco, no sentido de que o laço social básico é o laço econômico.

Não devemos imaginar o laço econômico como uma operação econômica ou um objetivo de lucro financeiro, mas, antes de qualquer coisa, devemos entender que tal laço é como o interesse de

assegurar a vida e o progresso da associação humana.

Consequentemente, podemos considerar essencialmente os interesses similares ou análogos como estando entre os mais importantes interesses sociais.

Atender à necessidade da fome e proteger-se do frio torna-se muito fácil em uma sociedade, sendo que, a sociedade incapaz de assegurar a satisfação dessas necessidades, não poderá perdurar e sobreviver.

Por esta razão, concluímos que os indivíduos cujos interesses vitais não são assegurados por sua comunidade se encontram dispostos a abandonar, e abandonam, e o mais cedo possível, sua comunidade, emigrando para um outro novo meio no qual estejam habilitados a alcançar seus propósitos primários.

Onde quer que uma comunidade humana exista, os interesses da vida de cada um de seus membros são os interesses principais da vida da comunidade, isto é, o interesse da vida de cada um ocupa o primeiro lugar entre os interesses da comunidade.

Os interesses da vida são os interesses de cada comunidade, mas os interesses de qualquer

comunidade não são necessariamente aqueles de todas as comunidades, porque os interesses da comunidade não são apenas biológicos, mas, há interesses psicológicos (mentais) e também interesses vitais específicos e qualitativos.

Em tempos antigos, Aristóteles diferenciava, distinguindo entre "a Vida" e a "boa Vida" (*1). Se tais são os interesses da boa vida, eles são diversificados e definidos de acordo com a diversificação e delimitação das comunidades criando novos tipos de participação na vida. Entretanto, todos esses interesses estão fundamentados apenas sobre a base do interesse econômico.

Em nosso estudo anterior no capítulo: "a sociedade e sua evolução", vimos como que a sociedade tem desenvolvido e avançado de acordo com o sucesso do interesse econômico.

Se o interesse econômico é básico a todas as sociedades, é porque ele serve a cada um dos outros interesses, tanto vitais como psicológicos.

Todas as comunidades são semelhantes por terem interesses vitais, mas elas variam em relação a esses interesses e em relação aos interesses da boa vida de acordo com o nível cultural e o grau econômico de cada comunidade.

(*1) – Maclver, community, pág. 109

Em tribos que ainda permanecem no nível de laço sanguíneo, notamos que os interesses baseados nas necessidades vitais orgânicas são, principalmente, de natureza sexual, ou seja, aqueles que se referem ao casamento, á família e á linhagem genealógica, enquanto os interesses vitais não sexuais que envolvem o alimento, a bebida, entretenimento e equivalentes, são de fato bastante simples, centralizados em pastoreio, e recolhimento de ervas e frutas.

Com relação aos interesses psicológicos (mentais), eles são poucos e muito singelos, e estão restritos a certos poemas ou canções, em que todos giram em torno de relações sexuais, guerras ou conquistas e para a religião que significa submissão a uma vontade sublime ou a uma força maior sobrenatural, a um Deus Onipotente e Onisciente, que é o criador dos céus e da terra.

Todos esses interesses são comuns e interligados na sociedade natural primitiva instintiva constituindo uma entidade complexa.

A verdade é que os interesses da sociedade se tornam numerosos e bem definidos somente nas sociedades desenvolvidas e avançadas, sendo que, nessas sociedades, os interesses são definidos e as associações são surgidas.

Estes interesses e essas associações se tornam distintas e diversificadas, fazendo com que sua unidade seja mais completa e evidente.

Em uma sociedade avançada civilizada, constatamos que todos os interesses são variados e definidos pela sua diversificação, levando à formação de associações de todos os tipos, cada uma agrupando aqueles indivíduos que trabalham para realizar os seus interesses.

Estes interesses são de três tipos: primeiro tipo, o tipo básico, incluindo interesses vitais e interesses psicológicos (mentais), sendo que os interesses vitais são dois tipos, o sexual e não sexual.

A associação do interesse sexual alcança a família em todas as suas formas e os interesses não sexuais envolvem alimentação, vestuário, abrigo que os levam à formação de diversas associações como as associações de agricultura, indústria e comércio, de saúde, médica e cirúrgica.

Quanto aos interesses psicológicos são eles, também, de três espécies: lógicos, artísticos e particulares especiais.

Os interesses lógicos, incluem interesses científicos, filosóficos, religiosos, educacionais e incorporados em associações científicas, filosóficas, religiosas (Igreja), pedagógicas e em escolas e instituições educacionais.

Os interesses artísticos envolvem o desenho, pintura, música, teatro e literatura, levando à formação de associações que cuidam de tais artes e, os interesses particulares especiais são aqueles que envolvem poder e prestígio, conduzindo à formação de clubes privados, associações militares e nacionais.

Já o segundo tipo de interesses seriam os puramente econômicos (distinguidos dos interesses econômicos vitais os quais dão início às associações vitais de ambos os tipos, sexual e não sexual, envolvem, principalmente, as associações financeiras e comerciais, grandes bancos, fundações, consórcio de empresas (trust), federações comerciais, associações de empregadores e associações de empregados etc..

Quanto ao último e terceiro tipo de interesses nos níveis mais altos, encontramos os interesses políticos, sendo o Estado a sua maior associação, incluindo todos os interesses da comunidade totalmente perfeita, ou seja, a Nação.

O Estado, por sua vez, subdivide-se em associações menores, pertencentes a comunidades que são menores e menos abrangentes do que a Nação, tal como governos locais que controlam os municípios e as cidades.

Depois do Estado, encontramos os partidos políticos, que são associações de interesse de grupos.

A seguir, encontramos as associações políticas servindo a interesses particulares específicos, assim como podemos encontrar associações legais, judiciárias e outras.

Após estes interesses acima mencionados, seguem os interesses públicos sociais que formam associações cooperativas, de encontros, de amizade, clubes sociais e associações abertas ou fechadas de lazer e entretenimento.

Este é um retrato incompleto dos interesses de qualquer comunidade desenvolvida e civilizada. Mas, apesar de estar incompleto, representa claramente a grande lacuna entre os interesses dos grupos primitivos, naturalmente instintivos, e das sociedades civilizadas desenvolvidas.

Cada avanço ou progresso realizado pela comunidade quanto a sua cultura material e racional trás um novo crescimento nos interesses específicos que promovem e embelezam a boa vida.

Tendo definido a comunidade em termos de suas características distintas em relação com as outras comunidades como foi descrito anteriormente neste livro, devemos agora ir diante definindo-a em termos de seus interesses e vontade.

A partir deste aspecto, podemos concluir que a comunidade é uma unidade social cujos membros têm a convicção interna coletiva que possuem interesses suficientes para efetuar e assegurar a interação de suas atividades, a interação de seus interesses e suas vontades, em uma vida pública e comum, em num nível cultural específico, dentre as fronteiras de uma área particular determinada de terra.

Depois destas duas definições, podemos perceber a diferença principal e específica entre cada comunidade e todas ou quaisquer outras? São as distintas características que definem esta diferença e, como já temos visto e concluído, não são as características suficientemente estáveis e definitivas para constituir a principal diferença específica?

Ou é o fator de interesse que define a comunidade, considerando que os interesses de um grande número de comunidades são tão semelhantes que seria aconselhável unificá-la?

Nesse passo, é a cultura que define a comunidade, sabendo-se que muitas comunidades grandes e pequenas têm a mesma cultura comum e geral?

A resposta correta é não. Nenhuma destas é a diferença básica, visto que a diferença básica é a unidade da vida acumulada dentro de fronteiras geográficas específicas.

A comunidade social não consiste meramente em características ou interesses. A comunidade social é uma realidade natural. A comunidade é um grupo de seres humanos levando uma vida comum dentro de uma área geográfica particular específica que tem as mesmas fronteiras determinadas.

Cada comunidade, não importando quantas possam ser suas características, muitas ou poucas, e não importando quão numerosos seus interesses possam vir a ser, é uma comunidade por si mesma. Toda aldeia forma uma comunidade, mas o contrário não é verdadeiro.

Assim toda cidade, toda região e todo país foram também uma comunidade, mas não é verdadeiro dizer que toda comunidade é uma cidade ou uma região ou um país.

O país, que é a comunidade da nação ou a comunidade nacional, é o mais perfeito e o mais completo entre as comunidades sociais naturais.

Os interesses surgem e desenvolvem-se no interior da sociedade, não fora dela. As características resultam da vida comum da coletividade ou comunidade coletiva e cada coletividade tem seus limites e suas fronteiras. Mesmo os nômades têm limites para suas viagens e suas mudanças, pois eles sempre se movem dentro de uma área ou extensão na qual suas vidas seguem

seus recursos, assim que, se eles saíram desta extensão de terra para um novo meio ambiente, suas vidas perdem o prumo ou eixo central da vida deles.

Se tivessem as casas dos damascenos sido construídas ao lado de Beirute em direção da cidade de Sidon e Choueifate, por exemplo, adjacentes às casas desta cidade, seria correto falar de duas cidades distintas de duas comunidades?

O viajante conhece a comunidade antes de conhecer seus interesses, características e qualidades. Quando ele vem em busca de uma cidade como Machghara, o viajante imediatamente percebe que há uma comunidade de seres humanos antes que ele saiba que os habitantes de Machghara foram outrora agricultores e fazendeiros, mas são agora artesãos e industriais especializados em curtumes de couro, e que esta mudança econômica tem incrementado o nível de seus interesses e modificado seu caráter e comportamentos .

Semelhantemente, quem se muda de seu país para outro, percebe que agora está em uma nova comunidade, apesar de ele conhecer ou não conhecer o idioma dos habitantes de novo meio ou qual o caráter que eles têm.

O visitante distingue primeiramente a comunidade, depois ele distingue suas peculiaridades, porque, primeiro, ele vê a cidade,

depois os tipos e modelos, jardins, pomares de casas e suas disposições em relação à natureza do meio ambiente.

Aquele que viaja de um país a outro, vê primeiro a selva de um país, os lugares onde seus habitantes residem, a conexão de suas aldeias e cidades entre si e com as cidades maiores, sendo estas os atrativos das massas, que atraem os menores. Ele então se familiariza com as associações que representam os interesses das instituições do país e também ele acostuma com o caráter e qualidades dos seus habitantes.

Os interesses são aqueles que pertencem a tais comunidades, assim como suas qualidades, e a vontade existe em cada uma delas; a vontade , afinal , não é senão a expressão da vida. O que queremos ou desejamos é o que somos (*1).

Desejamos realizar e assegurar nossos interesses porque desejamos realizar e viver nossa vida. Essa é nossa decisão referente á nossa vida e aos nossos interesses. A decisão é avaliada pela importância dos interesses, posto que, quando os interesses são mais básicos e mais permanentes, a vontade se torna mais firme e mais persistente e duradoura.

DEFINIÇÃO DE NAÇÃO

A nação, como dito, é a comunidade social mais perfeita e mais completa , mas é necessário

(*1) – Maclver, Community, pág. 136.

fazer um estudo especial desta comunidade porque ela é mais ampla e mais complexa do que qualquer outra comunidade.

Apesar de não ser difícil explicar o fato social e suas realidades, a nação tem sido o ponto central de muitas teorias, as quais podem aparecer conflitantes e às vezes contraditórias. Isto porque a nação envolve um elemento importante, até mesmo vital, que é inexistente em outras comunidades. Este elemento importante é o elemento político.

A referência concernente à nação é raramente isenta do preconceito nacional ou patriótico, ou dos motivos políticos, e isto acontece porque ela é submissa às diferentes teorias e várias escolas de pensamento.

Toda nação sente a necessidade de um soberano e de proteção aos seus interesses contra as invasões e as agressões provocadas por outras nações.

Nesta disputa, frequentemente violenta, os políticos e pensadores recorrem às teorias que se adéquam às circunstâncias de suas nações e aumentam seu ânimo e suas faculdades morais.

Alguns deles vão à procura de algum fato histórico ou de algum exemplo real ou fictício da história, ou ainda de alguma predisposição religiosa ou preconceito racial.

A luta pela sobrevivência não é limitada pelas teorias conflitantes entre as nações, mas podem envolver um conflito de teorias dentro da própria nação, considerando que cada nação inclui classes e grupos, alguns dos quais podem ter ganâncias cobiçosas e interesses particulares, como podemos observar no exemplo fornecido pelas teorias nacionais francesas.

A nação francesa, que resultou de uma combinação de dois elementos principais: os Gauleses aborígenes nativos e os invasores francos, os quais eram de origem germânica, foi vítima durante o curso de sua história aos conflitos externos que levavam os franceses conscientes dos interesses franceses nacionais do país, a buscar um rumo espiritual, real ou imaginário para unificar e sustentar os franceses – francos e gauleses – a defender seus interesses, os quais tinham se tornado interesses de uma única comunidade francesa contra os perigos das vicissitudes políticas e agressões hostis.

Alguns dos franceses imaginaram que a unidade da comunidade francesa poderia ser salva do contágio externo, especialmente com os vizinhos germânicos – outro ramo tribal germânico – e reforçaram essa ideia ao fazer com os membros franceses fossem considerados uma única raça produzida pela única origem genealógica.

Esta origem deveria ser apoiada por uma longa história de glória e de heroísmo como deveria ser dotada de grande força e poder sobrenatural a fim de que o povo francês ficasse orgulhoso de pertencer a esta origem e unir-se em torno de sua bandeira.

Que origem poderia ser uma fonte maior de orgulho e afeição do que os heróis de Tróia que foram imortalizados por Homero?

Por acaso Virgílio não imitou Homero ao compor as os hinos e as canções de "A Eneida "sobre O herói Enéas, de quem os Romanos descendiam? Portanto, a história da construção de Paris não deveria ser menos grandiosa do que a de Roma.

E como surgiu na Itália um Virgílio a fim de perpetuar a memória do pai imaginário dos romanos, então deveria surgir na França alguém para imortalizar o grande herói de quem os franceses eram descendentes. Este herói era "Frangus ou Fracione," filho de Heitor.

Assim surgiu Ronsard que foi capaz de capturar o sonho perdido ilusório em sua "Franciade" (*1). Em seguida eis uma passagem da "Franciade "composta como imitação da " Eneida de

(*1) – Johannot, pág. 31

Virgilio ":

*Muse , ente-moy dès sommets
De Parnasse
Guide ma langue ET me chante
La race*

*De rois François
issus de Francion
Enfant d Hector,
Troyende nation,
Astyanax Et du nom
de scamandre
De Ce troyen conte-
moy lês travaux
Guerres , desseings ,
ET combien sur lês eaux
Il a de fois (em
despit de Neptune
ET de junon
)surmont atê La fortune
ET sur La terre
eschap atê de peris (perils)
Ams que (avant que
)bastir lês grands murs de
Paris .*

Em 1572, Ronsard publicou suas primeiras quatro odes, que foram as únicas que apareceram. Mas, em seguida, desistiu desta tarefa tão difícil e inútil. Apesar de tudo, a crença na origem Troiana

do povo Frances perdurou até o final do século dezessete (XVII).

A mesma motivação que produziu a teoria da origem troiana do povo francês-francos-, gauleses e romanos, - impeliu outros escritores a buscar outro rumo inventado que estaria mais próximo da lógica e da razão.

Alguns de seus escritores como Etienne Forcadel, escreveram que os francos eram simplesmente gauleses que migraram em tempos antigos e regressaram mais tarde para sua terra natal e para recuperar o seu patrimônio. Por isso, os franceses eram todos gauleses. Mas, quando Leibniz irrefutavelmente provou a origem germânica dos francos, um número de escritores foi defendendo a unidade do povo francês, consistindo da mistura dos gauleses e dos francos, sendo que, um destes escritores (Hotman), um legislador famoso, adotou o nome de Francogallia para a França, usado como título de seu livro.

As tendências nacionalistas na França giravam em torno da questão de se a nação francesa era de origem gaulesa, troiana ou germânica. O conflito das teorias variou duro originalmente entre os vários escritores e historiadores que lidavam com a questão nacional francesa. Obviamente, a atenção foi primeiramente dirigida ao aspecto racial do assunto em questão, porque a convenção do laço sanguíneo herdada dos tempos primitivos bárbaros

ainda era dominante. Tal convenção domina toda a questão nacional em toda nação que tenha somente surgido recentemente, a partir de um estado primitivo de barbarismo ou de ter recentemente sido sujeita aos efeitos de uma influência primitiva bárbara.

Dentro da França havia uma grande controvérsia a respeito desta questão porque ela era de interesse tanto dos da classe dos nobres como da classe da plebe em sua luta pelos direitos da supremacia e da liberdade.

Alguns dos mais ilustres franceses gostavam muito de se orgulhar da conquista do elemento germânico, desdenhando qualquer noção gaulesa, pois a conquista era tida como algo charmoso e atraente para todos os povos, e era até mesmo assim considerada por aqueles escritores, como algo a suplantar o esplendor da realidade no surgimento das nações.

Com relação a isto, dirigimos ao leitor o que já havíamos dito a respeito das doutrinas raciais na França no segundo capítulo deste livro.

Cada uma dessas tendências raciais nacionais dominou um período específico da vida da França de acordo com as circunstâncias de cada período e em conformidade com os interesses específicos das classes e dos grupos parciais. Assim, notamos que a crença na origem troiana da França

prevaleceu por algum tempo, depois da qual a doutrina gaulesa se tornou muito forte e ganhou ascendência sobre aquela. Mais tarde, a doutrina gaulesa por sua vez foi substituída pela doutrina franco-gaulesa através do ensino escolar público que ensinava que os francos eram os ancestrais do povo francês desde cento e cinquenta anos atrás.

Atualmente, o ensino público na França apresenta os gauleses como os habitantes originais da França antes da vinda dos francos, os ancestrais dos franceses (*1).

A nação francesa e o nacionalismo francês são representados por uma palavra que, a princípio, não teve uma grande aceitação no uso corrente, mas gradualmente encontrou seu espaço nos corações dos franceses até se tornar a figura mais clara e mais representativa da nação francesa e do nacionalismo francês. Esta palavra é: A pátria (La Patrie) (*2) .

***1 –Johannet, pág. 32**

***2-Maurice Barres escreveu no seu livro (Les traits de La France) :**

Nous sommes La nation qui , La premiere de toute L'Europe, a eu l'idée formait une patrie .

Johannet , pag. 32

Em seu livro *Les Traits eternels de La France*, Maurice Barres escreveu "*Nou sommes La nation qui, La premiere de toutes L Europe, a eu L idee qu elle formait une patrie*" citado por Johannet, pág. 32, o que significa: "Nós somos a primeira nação em toda Europa que teve a idéia de que ela forma uma pátria" A pátria que fez dos nomes França e Gália, sinônimos.

○ Apesar de que o nome França tenha prevalecido ao longo do tempo, a entidade francesa em geral tem sempre aspirado estender suas fronteiras às dos antigos limites gauleses.

Isto será suficiente para demonstrar que a definição de nação pode ser influenciada pelos efeitos das doutrinas e dos interesses antes que a verdade da realidade social se torne clara ao entendimento.

A nação francesa, que tem permanecido a mesma, foi, primeiramente, uma linhagem de origem genealógica, depois ficou uma raça, e tem-se tornado agora uma pátria.

Da mesma forma que os sociólogos encontram dificuldades em entender a verdade da comunidade a partir de exemplos e analogias, também encontram dificuldade em entender a comunidade nacional ou patriótica, a partir das definições que podem parecer conflitantes e contrárias , como são às vezes ou mesmo

frequentemente, porque aqueles que definiram a nação o fizeram à luz daquela imagem peculiar de nacionalismo que elucidou cada um deles em seu próprio meio ambiente.

Assim, RENAN foi influenciado pela história da França e pelo espírito francês quando, em sua definição de nação, escreveu: Não é porque se fala a mesma língua ou se pertence ao mesmo grupo popular étnico (ethnographique) que uma nação é formada, mas a nação é formada pela participação no desempenho de grandes feitos no passado e pelo desejo de desempenhar e realizar o mesmo no futuro (*1). Essa tem sido a imagem da nação francesa desde o tempo do Estado Capetiano e após ele.

Como um estudioso político, em seu tratado da questão de nação, tenta entendê-la a partir de tais declarações como tem sido praticamente proverbial a este respeito, acho que devo utilizar essas definições e analisá-las para facilitar a tarefa do pesquisador político ou sociológico em prosseguir o estudo desse assunto de acordo com o método a que ele está acostumado.

A primeira definição formulada para especificar a natureza da nação e desenhar uma imagem mental e lógica foi a anunciada por Pascal Mancini em seu famoso discurso inaugural da

divisão de direitos internacionais na Universidade de Torino, no dia 22 de janeiro de 1851, o qual literalmente afirmava: "*Nazione é uma società naturale di uomini, da unita di território, di origine, di costumi, di língua conformata à comunanza di vita e di coscienza sociale*" (A nação é uma sociedade natural de seres humanos, possuindo uma unidade do território geográfico original, uma unidade de costumes e idioma. Ela é submetida à união na vida em comum e à consciência social).

Esta declaração trouxe o ressentimento da Áustria com relação a Mancini que buscou proibir seus discursos e confiscar suas propriedades por ordem do rei de Nápoles.

Após a declaração de Mancini e de sua publicação no mesmo ano em *Prelezioni*, pensadores jurídicos— Johannet, pág. 226., veja também MacIver (*The Modern State*, pág. 123), políticos e sociológicos se conscientizaram da necessidade em definir-se de uma forma imparcial, desprovida de preconceito e de discurso arbitrário ou sem sentido crítico. Assim seguiram-se uma série de declarações e definições que, algumas das quais, eram apenas elaborações ou modificações da definição de Mancini.

Algumas dessas definições enfatizaram um elemento específico dos elementos da nação, enquanto outros ressaltaram outro elemento ou grupo particular de elementos.

Antes de iniciar nossa análise dos elementos da nação, achamos aconselhável mencionar outras definições com seus sentidos particulares, a fim de podemos ver as variedades, crescimento e desenvolvimento da mesma idéia.

Poucos anos após Mancini, outro legislador francês, Pradier Fodéré, definiu a nação como "uma sociedade formada por habitantes de um país específico que tem um mesmo idioma (même langage), sujeita a algumas leis particulares e unida pela identidade de origem, pela conformidade física, pelas disposições morais, pela união de interesses e sentimentos há muito tempo e pela convivência de um modo integrado de vida através dos séculos. O nacionalismo é entendido como a ocorrência do estado da nação na realidade" (*1).

Em 1915, Emile Durkheim, definiu o nacionalismo como "um grupo humano que tem a vontade ou que quer, por razões puramente étnicas ou históricas, viver sob leis específicas e formar um estado, não importa se grande ou pequeno, e até agora um princípio estabelecido entre as nações civilizadas que, quando e onde esta vontade única tem constantemente se firmado, tem o direito de ser considerada como a única base firme para os estados" (*2).

(*1) – Johannet, pág. 9

*2 – Johannet, pág. 10

Em 1919, M. Ivanov escreveu um livro intitulado "The Bulgarians in front of the reconciliatory conference" (Os Búlgaros perante a conferência de reconciliação), no qual ele enumerou os elementos que constituem e mantêm a personalidade nacional. Estes elementos são: "unidade de raça, as fronteiras geográficas, o idioma, a religião, a unidade política, a história, as tradições, a literatura, o modo de vida e as manifestações gerais de cultura, qualquer aspecto crescente dos elementos constituintes em um nacionalismo, reforça a unidade do povo e acrescenta fervor e força ao sentimento nacional que os move, incentiva e encoraja" (*1).

Vemos que Renan enfatiza o "princípio espiritual" da nação, declarando: "*Une nation résulte Du mariage d un groupe d hommes avec une terre*" (*2) (Uma nação resulta no casamento de um grupo de pessoas com uma terra).

Na visão de Spengler, "...As nações não são unidades linguísticas, políticas, nem biológicas, mas, elas são unidades espirituais (*3).

Da mesma forma, vemos que o princípio racial prevalece quanto ao significado de nação na Alemanha, enquanto outras definições ressaltam a importância do elemento da terra, como nas palavras de Von Ihering quando diz: "A terra é o povo" e também na visão expressada por Herder neste assunto.

*1- Johannet, pág. 9

*2- Johannet, pág. 386

*3- Johannet, pág. 9

Se colocarmos agora ao lado as definições parciais ou secundárias ou as formadas a partir de um ponto de vista única ou específica, e examinarmos os elementos constituintes da nação com base naquelas definições gerais mais completas, que não são específicas ou não pretendam ser diferenciadas, veremos que aqueles elementos têm sido mais amplamente enumerados em duas definições apresentadas por Mancini e Ivanov.

Comparando estas duas definições, notaremos que Ivanov utiliza o termo "unidade de raça" ao invés do termo de Mancini "unidade de origem". Ele adiciona aos elementos de Mancini a religião, a unidade política, a história e a literatura, substituindo costumes por tradições, usando o modo de vida e as manifestações gerais de cultura ao invés de união de vida e consciência social.

Começamos agora a estudar e analisar cada elemento como ocorre em cada definição, examinando-o e comparando-o com as definições semelhantes.

Comecemos com a definição de Mancini de que a "nação é uma sociedade natural de pessoas" (Societa naturale di uomini).

***1- Maclver, pág. 123**

Fica claro com esta definição que a sociedade natural é o oposto de uma sociedade artificial. Podemos notar através dessa definição que Mancini desenhou uma linha divisória definitiva entre a nação, como uma sociedade de fato, da natureza da realidade, desde que seus membros participem dos fatores de sua própria vida comum em um curso natural de interação e interconexão, e que o estado como uma esfera possa expandir a ponto de incluir algo mais abrangente do que a sociedade natural, formando uma sociedade artificial de duas ou mais sociedades naturais.

Tomemos a Síria e a Arábia como um exemplo: A Síria é uma comunidade completamente perfeita. Ela é uma sociedade natural dentro da qual o curso da vida de seus membros naturalmente ocorre em completa interconexão e interação, e assim seus membros participam do mesmo destino. Os Sírios são firmemente interligados entre si em todos os interesses, como o casamento, relações sociais, cooperação econômica, associações, clubes, partidos, sindicatos, escolas etc. A Arábia, é também uma sociedade natural, ou melhor, os Árabes são sociedades naturais. Os Árabes na Arábia levam suas vidas dentro de suas esferas tribais e têm interesses particulares quanto ao casamento, migração, incursões, ataques e saques, não tendo nenhum interesse de assentar e estabelecer como a de uma sociedade estabelecida num território, exceto na parte situada no sul em Iêmen onde os interesses são fracos e de um tipo específico e seus interesses psicológicos geralmente inexistentes.

Sob o Estado Islâmico, estas duas sociedades naturais se tornaram uma sociedade artificial, ou seja, a sociedade de estado. Elas fizeram parte do mesmo estado, mas, permaneceram duas sociedades naturais, com modos de vida diferentes e com vidas separadas.

Aqueles árabes que se fixaram na Síria tornaram-se parte da sociedade natural Síria e se dissociaram completamente do deserto.

Isto aconteceu repetidamente ao longo da história, não apenas na Síria e na Arábia, mas também em muitos países, por exemplo, nas sociedades que Roma incorporou ao seu sistema judiciário e estatal, impondo-lhes seu idioma, como os gauleses além dos Alpes e de outros países. Estas sociedades naturais participaram da vida do Estado Romano, mas não formaram com a Itália uma só sociedade natural.

Era totalmente compreensível que a Áustria se sentisse indignada com Mancini, pois ele estava tentando conscientizar os italianos com respeito a sua sociedade natural, assim enfraquecendo a autoridade austríaca na Itália.

A nação, então, é uma sociedade natural, não por nenhuma influência externa, não por tirania, nem por artificialismo de qualquer forma. Mancini nos dá o elemento principal de nação - a sociedade natural - a qual é uma unidade de território, ou limites geográficos, segundo a definição de Ivanov.

Mancini saiu-se muito bem ao dar proeminência ao elemento territorial sobre todos os outros elementos da sociedade natural.

Como vimos no terceiro capítulo deste livro, a terra proporciona a principal condição de vida de qualquer tipo, e em geral até é o primeiro que possibilita a vida dos animais que tem sistema respiratório e também proporciona a principal condição de vida ao homem.

Atribuímos também a isto a diversidade dos meios ambientes e de seus recursos e potenciais. O meio geográfico é tão essencial à vida da comunidade ou sociedade, quanto a terra é muito essencial à vida.

Se analisarmos qualquer comunidade, deduziremos que ela é delimitada por sua área ou pelo meio ambiente, porque viver sobre a terra e estabelecer construção tem pré-requisitos sem os quais eles não poderão ocorrer, como mencionado no terceiro capítulo.

Observando o meio ambiente geográfico de um país e tudo o que esta relacionado a ele, percebemos que as fronteiras não são perfeitas para separar completamente um país de outro ou uma comunidade de outra comunidade.

Se a separação é totalmente completa, deveríamos considerar cada país como um mundo em si mesmo.

Onde a separação é completa, como nas ilhas, a sociedade se prepara para encontrar caminhos e meios para a comunicação e trabalha constantemente a fim de melhorar tais caminhos e meios para assegurar melhor contato possível, pois o completo isolamento até é totalmente contrário ao desenvolvimento cultural e ao progresso da civilização.

Mas as fronteiras diminuem o contato tanto na guerra quanto na paz, dificultando as relações e os intercâmbios sociais e atrapalhando o contato com o mundo exterior, enquanto que ao mesmo tempo facilita a inter-relação e a união entre os grupos internos.

O meio geográfico delimitado é o cadinho que funde a vida desses grupos e os mistura de uma forma que eles adquirem uma personalidade específica como a adquirida pelo bronze como resultado da mistura entre o cobre, zinco e chumbo. É o meio ambiente demarcado que proporciona as possibilidades para que os centros urbanos se formem e se desenvolvam, que são os pontos agregadores de forças da sociedade e os pontos de convergência da sua produção cultural.

Com efeito, um meio ambiente social se forma para preencher a lacuna deixada pelas fronteiras naturais.

Na verdade, o meio ambiente como um centro de associação e aglomeração é mais importante do que as fronteiras para a formação do meio ambiente social, enquanto que as fronteiras naturais são necessárias para defender a sociedade e proteger seu crescimento até que sua personalidade alcance própria força.

Algumas nações têm sofrido danos pela falta dos limites naturais ou pela flexibilidade ou de abertura de seus marcos existentes, como no caso da Polônia e da Armênia, e em menor escala a Grécia, os países baixos (Holanda) e a Bélgica. A Síria tem também sofrido muito por causa de suas fronteiras abertas do lado de deserto, pois o deserto é uma fronteira para o meio ambiente da Síria onde a construção síria, sua civilização e sua cultura param, mas não tem impedido as tribos de sempre esperarem e buscarem a oportunidade de tomar posse de uma terra que possibilite maior segurança e uma vida melhor para estabelecer e habitar do que a vida no deserto.

A Síria talvez seja o melhor exemplo do meio ambiente que funde diferentes grupos assentados e os transforma em um único temperamento e em uma única personalidade. Sabemos que, durante o período da Pedra Mesolítica, como foi mencionado pelas descobertas arqueológicas na Palestina, a Síria era povoada e este foi provavelmente o lugar de origem da Cultura Megalítica (*1).

***1 – veja Olmstead**

Sabemos, também, que os grupos do norte, como os hititas e outros, atravessaram as montanhas de Taurus, adentrando na Síria, onde se encontraram com grupos do sul vindo do deserto. Estes grupos suplementados por aqueles que vieram do ocidente, como os filisteus, misturaram-se entre si e com os remanescentes dos grupos da idade da pedra, a fim de formar uma combinação específica.

Apesar de ser possível, pelos índices cefálicos e sanguíneos, investigar as inúmeras raças existentes atualmente na Síria, notamos que todas elas têm um cunho ambiental específico que lhes confere um alto grau de semelhança e uma grande homogeneidade (*1).

Como vimos, a mistura síria foi capaz de construir um império poderoso que estendeu seu controle sobre o Egito, usando-o como base.

Vemos a verdade do ditado de Fon Ihren que diz: "A terra é o povo", como também o conceito de Renan de como é formada a nação e a diferença marcante entre a sociedade natural nacional e a sociedade artificial política.

***1 – trataremos deste assunto com mais detalhes no segundo livro Temos também visto quanto o Egito trouxe sua influência sobre a Síria, e como o Império Persa dominou tanto a Síria, quanto o Egito, mas podemos notar, também, que tudo isto, no entanto, não teve nenhum efeito no tocante à delimitação da comunidade e do meio ambiente.**

Vidal De La Blach, no seu importante trabalho sobre a geografia humana, tem sido repetidamente referida neste livro que diz: "As manifestações da geografia humana (distribuição dos seres humanos), são atribuídas à unidade territorial, sem a qual estas manifestações não poderiam ser explicadas, sendo, entretanto, rastreáveis em todos os lugares do meio ambiente, que por sua vez são produzidas pela ocorrência das condições físicas."

Renan concorda com Loiseleur que os habitantes de qualquer ponto consistem de certo número de núcleos dispersos rodeados por áreas concêntricas que se tornam menos densas à medida em que se afastam do centro (*1).

Cada comunidade tem seus pontos de concentração comum, com seus fatores vitais e suas manifestações se tornando mais fracas e com uma densidade populacional decrescente, quando mais longe elas estiverem desses pontos, pois esses centros são as massas magnéticas que atraem os objetos ao redor.

Isto é totalmente verdadeiro tanto para a Síria quanto para a França ou para qualquer outro país. Se usarmos, como exemplo, os núcleos que foram dispersos na Síria em sua historia antiga, nos concluimos que tais núcleos tem se tornado massas magnéticas fortes como Damasco, Bagdá, Babilônia (Babel), Urfa (Edessa), Homs, Aleppo, Beirute e Jerusalém.

***1 – De La Blach , Principles of geography ,p. 15**

Isto é totalmente verdadeiro tanto para a Síria quanto para a França ou para qualquer outro país. Se usarmos, como exemplo, os núcleos que foram dispersos na Síria em sua historia antiga, nos concluimos que tais núcleos tem se tornado massas magnéticas fortes como Damasco, Bagdá, Babilônia (Babel), Urfa (Edessa), Homs, Aleppo, Beirute e Jerusalém.

Não vemos que a densidade populacional decresce e as manifestações de vida se tornam menos evidentes quanto mais longe nos encontramos de Jerusalém em direção ao sul de Damasco para o leste e sul e de Aleppo para o norte e leste, até que elas quase desaparecem?

O mesmo pode ser dito sobre Beirute a oeste e a respeito de Bagdá com seus arredores pouco povoados.

A Síria não consiste inteiramente de pequenas aglomerações estabelecidas ao redor de grandes massas magnéticas?

Tivesse a cidade de Cairo se situado entre Jerusalém e Damasco, ou entre Jerusalém e o canal de Suez, com as aldeias do Egito e as fazendas situadas na península do Sinai e ao redor dela de modo a ter o mesmo estilo de construção no mesmo ambiente o meio ambiente sírio, teria sido possível falar de dois países: Síria e Egito?

O clima seco causado pela destruição de bosques e florestas ajudou o deserto a invadir as fronteiras ao sul da Síria, e a depressão do deserto sírio teria quase separado a região de Damasco (damascena ou CHAM) do Iraque, isto é, a Síria ocidental e oriental, se não fossem dois grandes rios,

O Eufrates e o Tigre, que preservaram a continuidade da construção e da urbanização sírias e asseguraram a possibilidade de sua expansão e a consolidação de sua vida nacional em si.

A verdade é que não pode haver absolutamente nenhuma nação sem um país específico demarcado pelas fronteiras e o argumento de Israel Zangwill (*1) que alegou que o povo judeu tem sido capaz de preservar-se mesmo sem um país, é um erro sociológico evidente. Os judeus têm preservado seu judaísmo rígido como uma doutrina religiosa e sua religião pessoal tem gerado um sentimento particular que não pode ser confundido com o sentimento nacional, exceto a ingenuidade e o preconceito. Os judeus não podem ser considerados nem nação e nem raça (o que não o são em absoluto). Eles são uma sinagoga e uma cultura (*2).

O termo nação não se aplica aos judeus mais do que aos muçulmanos, aos cristãos, aos sunitas, aos chiitas, aos ortodoxos, aos católicos e assim por diante etc.. Todas essas seitas ou doutrinas têm suas tradições e seus sentimentos distintamente individualizadas.

*1 – Johannet, p. 385

*2 – Bark3er, p. 15

A nação tem sua base ou seu fundamento , mais do que em qualquer outra coisa, em uma unidade territorial específico com a qual uma coletividade de pessoas interage e dentro do qual eles se interligam e se unem.

Quando a nação é formada, se torna consciente de sua personalidade adquirida, a partir de sua região, de seu clima, dos ingredientes da comida, dos materiais da construção e da sua vida social específica. Desse modo, adquirindo imunidade nacional, é então capaz de completar ou modificar suas fronteiras naturais de acordo com seu grau de vitalidade e conforme a extensão de seus recursos e potenciais.

E, enquanto as fronteiras são essenciais para proteger a sociedade contra a expansão de outras sociedades adjacentes, são assim em um nível mais alto, a natureza e os recursos do meio ambiente.

Uma nação é forte ou fraca, desenvolvida ou subdesenvolvida, em proporção às capacidades econômicas de seu meio ambiente e de sua habilidade para tirar proveito desses potenciais e recursos.

A existência de recursos suficientes para assegurar o intercâmbio interno e equilibrar o intercâmbio externo, ou realizar um excedente de exportação sobre importação. é um pré-requisito para um ambiente apropriado no qual uma nação pode se formar e se desenvolver.

O país e o povo, ou pode-se dizer: o país apropriado adequado e o povo qualificado hábil são os dois elementos básicos para o surgimento de uma nação.

O segundo elemento como a unidade de origem (raça) do grupo humano, enquanto que Ivanov o define como a unidade de raça. Estas duas definições , apesar de similares em seu objetivo, contêm uma diferença que pode não ser tão insignificante. Essa diferença consiste na escolha de Ivanov da palavra raça que poderia ser interpretada como pretendendo provocar certa sensibilidade.

As duas palavras, origem e raça, podem concordar se raça significar uma sucessão das gerações de um povo sem dar importância aos fatos antropológicos e zoológicos.

Alguns etnólogos, como Mortillet, diferenciaram as raças históricas das raças zoológicas físicas. De acordo com esta visão, a combinação das raças de uma nação específica em particular e a mistura de sua descendência poderiam, sucessivamente, produzir uma raça secundária ou suplementar, em cujo caso poderia ser possível falar de uma raça síria, uma raça alemã ou uma raça inglesa. O termo raça síria tem sido usado por alguns escritores, como alguns tem falado da raça Anglo-Saxônica tão ostensivamente ridicularizado por H.G. Wells em seu livro Outline of history (Esboço da historia).

Os franceses, que criticam veementemente os alemães pelo seu conceito racial de nacionalismo, baseado na Teoria Ariana aprimorada por Gobineau e Chamberlain, acreditam neste tipo de raça secundária, onde a raça histórica substitui a raça física.

Este conceito racial francês oscilou entre os francos germânicos e o galicismo, mas satisfaz com a raça francesa, com a ascendência gálica, em manter o laço histórico entre o povo e a terra.

A pura verdade é que nenhuma das nações modernas tem somente uma única origem, ou mesmo apenas uma origem única popular, em termos de origem histórica ou física. Não creio que Mancini acredite que os italianos se originaram da mesma raça ou do mesmo povo.

Se rastrearmos a história da formação da nação italiana, a única origem estabelecida e firme que podemos determinar em qualquer época é o território da Itália, enquanto a origem comum do povo é uma mistura de várias origens. Roma se formou de três tribos, que se acharam rodeadas por povos poderosos com diferentes idiomas e culturas como os etruscos, de quem os romanos obtiveram suas artes, os latinos de quem eles emprestaram seu idioma. Os luganianos, os ligurianos, os gauleses e outros, e com os lombardos surgindo posteriormente, da mistura e da fusão destes povos referidos acima, na Itália, se formou e surgiu a nação italiana (não a nação romana), já mencionadas anteriormente (raças antropológicas da Itália) .

Se olharmos e pesquisarmos através do ângulo antropológico ou histórico as raças italianas, poderemos notar claramente que tais raças não possuem uma única origem.

A nação do ponto de vista de raça ou origem é uma mistura ou composição específica, como componentes químicos em que cada um é distinguido por seus elementos constituintes e por suas proporções relativas de um e de outro.

E quanto à nação síria, qual sua única origem? Os Cananeus (fenícios) que vieram como uma camada social sobre a camada social do povo da idade da pedra, ou os amoritas, ou os hititas, ou os Arameus (caldeus) ?

Não é a Síria uma mistura específica ou uma composição desses povos, mais os árabes depois do Islã e de outros?

Considerando-se o aspecto antropológico da origem do povo sírio, percebemos que seja também uma mistura de índices braquicefálicos, mesocefálicos e dodicefálicos, como foi provado pela pesquisa antropológica (*1), e discutiremos o assunto com maiores detalhes no segundo livro.

A este respeito, temos visto que a França não difere da Síria ou da Itália. Se observarmos agora a Inglaterra e as Ilhas Britânicas em geral, perceberemos a mesma situação de mistura. A

própria Inglaterra tem anglos e saxões, assim como os romanos, e os normandos que vieram após eles. Os normandos exerceram uma forte influência sobre a língua inglesa que se tornou mais latina do que germânica, a qual levou Teenyson a dizer em um de seus poemas:

" Nós somos os descendentes dos normandos, dos saxões e dos dinamarqueses."

Foi a origem dos Ingleses que fez Shakespeare, em sua obra , Henry (5) se dirigir aos seus soldados dizendo:

" Cavaleiros cujos membros foram formados na Inglaterra " (Yeomen whose limbs were made).

E o que diremos sobre Alemanha? Não é uma mistura de três raças antropológicas cujas formas étnicas diferem no norte, no sul e no centro, apesar do que foi dito sobre a pureza do sangue ariano?

***1 – veja os estudos de Kappers e os do Dr. Shanklin da universidade Americana de Beirute .**

E olhando para a América, qual a unidade racial, histórica ou antropológica, que encontraremos ali?

Os Estados Unidos Americanos não são uma mistura de ingleses, alemães, irlandeses, italianos, sírios, franceses, suecos e outros?

O Brasil também não é uma mistura de portugueses, sírios, alemães, italianos, negros, índios aborígenes e espanhóis?

O mesmo é verdadeiro em qualquer outra nação americana.

Repito que a única origem humana da nação é a unidade da vida através da sucessão de gerações, isto é, a unidade cujo ciclo pleno ocupa lugar em um país.

Na verdade, uma mistura humana homogênea é suficiente como uma origem para formar uma nação. Tal mistura é algumas vezes classificada como uma raça.

Após a unidade da origem, Mancini menciona a unidade de costumes. O termo correspondente usado na definição de Ivanov é tradições. Pode ser que Mancini queira dar o sentido de costumes incluindo tradições e que Ivanov queira dizer com traduções a inclusão dos costumes.

A diferença entre costumes e tradições é que os primeiros não necessitam ser herdados das gerações anteriores, enquanto que as tradições são hereditárias sobre sucessivas gerações.

As tradições abrangem o que pode ser denominado como ritual ou lei oral, não escrito, relacionada a assuntos que afetam condições psicológicas e aspectos importantes da vida, tais

como casamento e assuntos relacionados a ele, funerais e ritos de sepultamento, e o sistema familiar. As tradições são, por consequência, mais firmes e mais sólidas do que os costumes. O uso pode permitir o abandono de um costume particular enquanto que a violação da tradição é um ato considerado uma ação de rebeldia e revolução.

Os costumes abrangem casos de modas e condutas praticadas em circunstâncias específicas, tais como comer, beber, vestir, comportamento social e comemoração de feriados. Dos costumes, usualmente, podemos anotar o costume de beijar mãos, por exemplo, tomar uma bebida como aperitivo antes das refeições, beijos de adeus e de boas vindas, e de costumes associados com cumprimentos, relações de contatos pessoais e dança.

O costume geralmente é mais ligado ao bom gosto e depende do que é aconselhável e provado, através do qual é adquirido no dia a dia de um bom modo de vida, enquanto a tradição é relacionada com que é essencial para a vida social e o que é relacionado com os credos ocultos herdados, alguns dos quais se tornaram doutrinas ou crenças religiosas ou semi-religiosas.

O que eu disse com respeito ao caráter hereditário das tradições não exclui a possibilidade

de alguns costumes serem também hereditários, porque algumas coisas que se tornam desejáveis podem continuar sendo assim por mais gerações.

As tradições surgem das experiências da vida e das crenças relacionadas a elas, e os costumes surgem a partir de circunstâncias da vida e da apreciação de alguns de seus meios e símbolos. Isto significa que tradições e costumes são causados pelo fato de associação na sociedade.

Tanto as tradições como os costumes devem, por conseguinte, ser considerados entre as questões ou assuntos e as consequências da sociedade, não entre suas causas, como era considerado por alguns estudantes superficiais que imaginavam que a ocorrência de alguns costumes entre um numero de nações justifica suficientemente a anulação desta realidade das nações e de sua substituição por uma nação imaginaria tramada a partir de alguns costumes específicos ou de algumas tradições particulares.

Algumas tradições e costumes são comuns entre algumas nações, e mesmo entre um grande numero delas, especialmente aquelas que eram tribos vizinhas ou povos em tempos primitivos, como os povos semitas.

Todos esses povos tem certos costumes e tradições comuns, alguns dos quais são religiosos e alguns sociais, mas que não constituem todas as

suas tradições e costumes únicas. Se analisarmos melhor, perceberemos que cada uma dessas nações tem suas próprias tradições e costumes resultantes de suas experiências pessoais particulares e do desenvolvimento de seus gostos através da interação com seu meio ambiente e com o contato com o mundo externo.

A unidade dessas tradições e costumes pessoais que apresentam um aspecto da psique da nação ao longo de sua vida é o elemento importante dentro dos elementos da existência de uma nação.

Cada nação que surge como resultado da ligação entre um grupo de seres humanos, indiferente às suas tradições e costumes e independente de sua fonte, com um território geográfico que, necessariamente, devam formar ao longo de sua vida, novas tradições e novos costumes.

Apesar das tradições serem hereditárias, elas se formam, se desenvolvem e se extinguem pelo fator da vida para serem substituídas por novas tradições. O mesmo é verdadeiro sobre os costumes, que são mais prontamente substituíveis do que as tradições.

Cada progresso feito e realizado por uma nação causa modificação nas tradições e nos costumes, e qualquer nação cujas tradições e costumes são paralisados e não modificados, se torna em si mesma um estado de rigidez estacionado e paralisado.

Tomando a China como exemplo, a imutabilidade de suas tradições tem impedido seu progresso ao ponto de que ela tem mantido a nação isolada das tradições do mundo civilizado.

Em tais casos, as tradições são equivalentes a algemas e cadeias, que devem ser quebradas para possibilitar que a nação goze de uma vida livre e digna.

A vida da nação deve ser mais forte do que suas tradições porque, de outro modo, as tradições matarão ela. As tradições e os costumes emprestam uma cor especial e distinta para a vida da nação, mas nunca poderão formar a nação.

Cada progresso cultural realizado em uma nação produz novas tradições, mas as tradições distintas, que podem distinguir tal nação, devem nascer e surgir pela vida da própria nação.

Há muitas tradições comuns entre várias nações, mas tais tradições não são aquelas que distinguem a nação.

Tanto Mancini como Ivanov consideram a unidade da língua ou a língua comum entre duas ou mais sociedades como o elemento básico na formação da nação, enquanto na verdade, a língua (qualquer língua), como um meio de comunicação e compreensão, na sociedade humana, é um dos elementos necessários da associação humana que

envolve a mente e a alma. Um meio de compreensão é também necessário nas agregações avançadas dos animais, tais como alguns sons de pássaros e os alarmes produzidos por alguns animais, seja na forma de sinais sonoros como o latido ou rosnado dos cães, seja na forma de sinais inaudíveis como os produzidos pelas mariposas e pelos lobos.

Toda sociedade deve ter um ou mais recursos, uma ou mais de uma língua, um ou mais de um dialetos para a comunicação e o entendimento entre seus membros proporcionando uma troca intelectual de idéias e o aumento do seu armazenamento de conhecimento.

Assim é que, vemos que a língua é um meio, não uma causa de associação. Ela é algo que resulta originalmente da associação, e não algo que cause a existência de associação.

Quando uma língua se torna a língua particular de um ou mais grupos humanos, ela se torna o armazém que protege a herança cultural literária daquele grupo ou grupos. Neste fato reside o segredo de que a linguagem é um dos elementos constituintes da nação.

A nação como uma comunidade social, com um modo particular de vida em seu meio ambiente , necessita ter uma língua para facilitar sua própria vida e assegurar a propagação de uma

espiritualidade que junta e une a literatura da nação, suas artes, seus fatores psicológicos, seus objetivos e seus mais altos ideais. Não importa se uma língua é particular para uma nação ou comum para muitas nações, porque a importância da língua para a nação se encontra nas imagens que ela traz com relação a sua vida e com relação a suas necessidades materiais e psicológicas, como também suas peculiaridades, não as formas léxicas de suas expressões. Não há uma grande diferença entre uma porta ser chamada "porta" ou "porte" ou "door" ou "tuer" , ou uma pedra ser chamada de "pedra" ou "Pierre" ou "Stone" ou "Stein".

O povo que conhece uma língua que não expressa as suas necessidades e as suas ambições, é exatamente o mesmo que não conhecê-la. Foi neste sentido que Bluentschli deveria ser entendido quando ele dizia: "Se uma pessoa troca sua língua por uma nova, ela perde sua nacionalidade". Isto quer dizer que onde a nova língua é rica em sua própria literatura e carregada com correntes psicológicas e intelectuais, ela supera as novas correntes psicológicas introduzidas a ela. Entretanto, quando as psicologias introduzidas em uma língua nova são fortes, elas atuam sobre aquela língua, dotando-a com seu próprio espírito e sentido de direção em expressar suas necessidades e ideais, como fizeram os sírios à língua arábica.

Os sírios adotaram a língua de seus conquistadores árabes, mas transferiram para esta língua as ciências dos sírios, sua literatura, e seus tipos de pensamento, de modo que a língua arábica se tornou a língua nacional dos sírios dominada por sua psique e talentos em seu meio ambiente e além dele. Este fato se torna muito mais evidente quando alguém tenta responder questão como esta: como seria a cultura árabe sem a traduções feitas pelos sírios do siríaco e do grego para o árabe?.

A declaração de Bluentschli citada acima aplica-se apenas aos povos que não possuem conhecimento de si mesmos e de sua unidade de associação, enquanto que os povos despertados com uma vida nacional ou consciência social podem aceitar uma nova língua sem perder suas outras características nacionais.

A Irlanda, por exemplo, recuperou sua consciência nacional e seu sentimento nacionalista após séculos da dominação da língua Inglesa.

A unidade da língua não determina a nação, mas ela é necessária para a coesão nacional. No lugar onde a língua é adotada como uma base para a nacionalidade, o objetivo é expressar uma tendência e necessidade para a expansão e domínio, como no caso da Alemanha, cujos pensadores recorrem, algumas vezes à unidade da raça e, em outras vezes, à unidade da língua para anexar minorias e regiões controladas por outras nações buscando absorve-las

Como ilustrado pela canção de Maurice Arndt:

**So weit die Deutsche zung klingt
Und gott himmel lieder singt ,
Das soll ES sein ! das solles sein !
Das ganze deutschland soll ES sein.**

Que significa :

**A Alemanha deve estender e
dominar Até os lugares em que a
língua Alemã toca
E até aonde Deus será glorificado
no céu**

Seria um grande erro definir a nação pela língua. O mundo da língua árabe não é uma nação nem o mundo da língua inglesa é uma só nação ou o mundo da língua espanhola. Cada uma das nações desses mundos desenvolve sua própria literatura que trata suas necessidades e revela a sua psique e seu gosto em uma língua que é compartilhada entre si e entre outras nações. Alguns grupos não precisam de apenas uma língua para formar uma nação. A Suíça, por exemplo, tem todos os atributos de uma nação exceto a unidade de língua, mas sem uma única língua sua unidade espiritual permanece fraca, sujeita a ser dividida pela ação de influências culturais que a alcançam através de suas diversas línguas ligadas além das fronteiras com grandes nações possuidoras de imensos centros de influência e fortes pólos de atração.

É necessário que uma nação fale uma língua própria, mas não é necessário que ela deva ser a única a utilizar esta língua. Entretanto, o aspecto da língua que é mais importante para uma nação é a literatura produzida pela nação para expressar seu espírito, preservá-lo, e também seus altos ideais.

Ivanov acrescenta a lista de Mancini outros elementos, como a religião. A sua opinião é que a religião é essencial para a personalidade nacional e é de suas características básicas. Por religião, ele quer dizer uma crença religiosa uniforme e comum na comunidade social.

Não há dúvida de que a religião é uma manifestação psicológica imensamente seria da sociedade humana. Ela é uma manifestação que se formou e se desenvolveu e avançou com a evolução da humanidade em direção ao domínio da alma e de suas necessidades quanto aos assuntos sobre a vida.

A religião tem se desenvolvido ao longo dos anos com o desenvolvimento da humanidade e assim continuara acompanhando sua evolução, mas, o progresso da religião é muito lento, e é nesta lentidão que reside o segredo de sua seriedade e gravidade.

Onde a religião representa a unidade de crença em um povo específico, ela ajuda a reforçar a homogeneidade espiritual interna naquele povo, e

quanto mais o povo é atrasado no tocante ao pensamento filosófico, mais efetiva se torna a religião em dominar a mentalidade deste povo. Na verdade, a religião não é nacional em sua origem, ela é incompatível com o nacionalismo e com formação da nação, porque a religião tem um caráter humano universal. De acordo com os ensinamentos religiosos cristãos, um cristão é irmão de todos os outros cristãos, considerando-os uma só comunidade. Semelhantemente, um muçulmano maometano (Mohammadi) é o irmão de todos os outros muçulmanos maometanos, considerando-os uma só comunidade. O laço que une os cristãos é o sangue do redentor e seus ensinamentos, enquanto que o laço que une os muçulmanos maometanos é o Alcorão revelado. Cada religião divina afirma que ela é para servir o mundo todo sem distinção entre Síria e Grécia, e empenha-se para unificar o mundo inteiro sob sua bandeira.

Mas a religião, se divina ou não, não se desviou das regras que governam os assuntos humanos, nem tem ignorado as carências de vários tipos de vida humana e de suas exigências, se divergentes ou convergentes. No lugar onde o interesse da sociedade ou o estado ou a nação tem entrado em atrito com a religião, o interesse da sociedade tem prevalecido na disputa. Assim, os capítulos Medinitas (revelados em Medina) do Alcorão evoluíram em preceitos relacionados a necessidade da comunidade muçulmana que se tornou luta (Jihad) e legislação para satisfazer as

necessidades dos muçulmanos, enquanto que os capítulos e os textos corânicos de Meca (revelados em Meca) apresentam uma visão transcendental e pensamento altamente elevado olhando para o criador do universo (ALLAH ou Deus único) e uma perspectiva espiritual livre dos ídolos e de assuntos mundanos.

Da mesma forma, as reformas de Lutero foram um meio de libertar a Alemanha do jugo (domínio) romano. A Igreja Anglicana (Inglesa) que foi estabelecida e depois abolida, e posteriormente restaurada para tornar real os objetivos da sociedade inglesa, tem conservado seus rituais como se fosse católico ou ortodoxo, apesar de ser independente e separado destas duas doutrinas.

A religião é uma, mas as nações são muitas. No contato entre as nações, cada uma se mantém firme a cada doutrina ou a qualquer doutrina religiosa ou não religiosa que a capacite a preservar sua independência espiritual a fim de evitar submissão a uma ou outra nação através da autoridade espiritual da religião.

Deste modo, a Escócia tem mantido sua fé católica para preservar sua personalidade nacional e evitar ser absorvida pela Inglaterra.

O mesmo acontece na Irlanda. Os Persas adotaram o Xiismo (doutrina islâmica xiita) para causar divisão que os capacitaria a se libertarem do

controle sírio sob os Omaiadas e a recuperar sua independência espiritual e física e influenciar com o objetivo de assumir os reinos de poder, enquanto que a Síria permanecia sunita (doutrina islâmica sunita) para evitar a submissão aos persas.

Do ponto de vista racional, a religião é um tipo de filosofia que tenta explicar o fenômeno do universo e suas manifestações, prevendo o seu final, e o destino da alma humana. Mas, apesar de que todas as maiores religiões do mundo concordem em um único conceito básico com relação a Deus, a imortalidade da alma, a punição, e a recompensa; elas discordam em detalhes concernentes à moral e ao caráter em relação ao meio ambiente no qual cada religião se surge e se desenvolve e quanto às necessidades para viver daquele meio. Além disso, escolas e seitas surgem depois para modificar as religiões deste aspecto e para satisfazer as necessidades e os interesses de um ou de várias sociedades específicas. Cremos que Ivanov quis dizer seita quando ele mencionou religião, assim atribuindo a cada seita uma religião em si mesma, como em chamar a parte pelo nome do todo ou chamando o ramo pelo nome do principal.

As sociedades humanas tendem a atribuir às doutrinas em geral tons, cores e gostos pertencentes a peculiaridades de suas personalidades. Toda sociedade gosta de ver a sua própria psique e suas peculiaridades em suas crenças e doutrinas, dando assim a uma doutrina geral ou comum uma marca pessoal.

A sociedade russa, por exemplo, introduziu ao Ortodoxismo muitas coisas de sua personalidade e de peculiaridades sociais.

Os hinos e coros da igreja, os beijos triplos de familiares e amigos, e os feriados com suas manifestações nacionais constituem assuntos secundários em relação à crença em Deus, à imortalidade e à Jesus Cristo, mas estes assuntos secundários ocupam o primeiro lugar e são muito importantes na psique da sociedade e, além disso, eles têm um valor nacional na vida da sociedade.

Com tais tradições, a sociedade tem dado à religião uma cor especial de modo que elas se tornaram tradições religiosas nacionais.

A liga religiosa tentou prevenir a formação e o crescimento de nações, mas as nações modificaram a religião de modo a satisfazer suas tendências nacionais. Neste sentido a religião se tornou, e tem se tornado, um elemento de nacionalismo.

Nas nações que compreenderam varias religiões ou varias seitas religiosas, o nacionalismo se torna a religião comum que abrange todas as tendências nacionais, enquanto que a religião volta à sua natureza universal e a doutrinas metafísicas principais.

Para ser um elemento nacionalista, a religião não deve conflitar com a unidade da nação e com o desenvolvimento de seu espírito nacionalista, porque de outra forma ela perderia o seu tom nacionalista e resumiria a sua natureza universal.

Dentre os elementos listados por Ivanov encontram-se a unidade política, a história, a literatura, o modo de vida e as manifestações culturais em geral.

A unidade política é a coroa com o qual a nação se adorna para obter o reconhecimento de outras nações de seus direitos de sobrevivência e de sua dignidade pessoal, mas, a unidade política não é um requisito para o status nacional e nem é um elemento de nação. Ainda assim a unidade política é uma necessidade nacional que dá o valor vital prático à vida socioeconômica da nação.

Cada nação tende, pela natureza da sua existência, a formar um estado político para assegurar sua soberania e salvaguardar seus direitos internacionais.

A história é um registro do curso da vida da nação, e a sua importância se reside no conceito nacionalista, no espírito e na consciência da nação, não na própria nação.

As memórias dos feitos da nação e do seu sofrimento fortalecem a consciência nacional, e a unidade da nação que determina a história nacional.

Se não houvesse a unificação dos gregos após Alexandre, a história grega teria sido deixada como histórias de Atenas, Espertas, Tebas, e Macedônia, ou histórias dos Dórios, Jônicos, Helênicos etc.

A literatura já tem sido discutida em relação à língua (*1).

O modo de vida da nação é uma característica que se desenvolve em um meio ambiente específico oferecendo possibilidades particulares na agricultura, indústria, viagens marítimas e comércio, como foi detalhado de acordo com os costumes e as tradições.

As manifestações culturais gerais incluem tudo que temos mencionados: a língua, a religião, os costumes, as tradições, a história e a literatura, sendo que estas todas são manifestações da comunidade social perfeita e completa que se chama Nação.

Apesar de termos discutido detalhadamente as manifestações culturais, consideramos útil aqui tratar mais especificamente com as manifestações culturais que não foram mencionadas por Ivanov ou Mancini, mas são usadas por escritores sociológicos em suas evidências da nação ou seja: A cultura ou a unidade cultural.

***1 – veja o livro : a luta intelectual na literatura Síria pelo autor**

A cultura aqui é a soma total das ciências e filosofias que tratam da vida e dos assuntos relacionados a ela, com o nível mental resultante, as tendências intelectuais, as crenças morais e a apreciação dos assuntos materiais e psicológicos.

Na verdade, a natureza da cultura é justamente universal como a natureza da religião. Mas, o mundo tem passado por ciclos culturais, cada um dos quais sendo chamado pelo nome do povo que o desenvolveu ou a língua que era seu meio de comunicação. Quando falamos sobre a cultura síria, nossa intenção é dar o significado ao papel desempenhado pelos sírios para realizar o progresso e o avanço na cultura universal referente ao papel que combinou semeadura, plantio, viagens marítimas, comércios, invenção do alfabeto e da cidade-estado, especialmente os últimos quatro elementos, como já mencionamos.

Quando falamos sobre a cultura grega, queremos expressar a filosofia e a arte que os gregos desenvolverem e deixaram para o mundo.

Quando falamos da cultura árabe, nos referimos ao avanço do aprendizado resultante dos esforços conjuntos daqueles elementos incluídos dentro da esfera da língua dos árabes nos seguintes campos de estudo, aritmética, geometria, medicina e química.

Ao falar da cultura moderna, nos referimos ao mais recente ciclo do qual todas as nações e línguas vivas participam enquanto preservem a cor ou o tom nacional de certos aspectos culturais.

Deste modo, a cultura não é algo privado. Ela é um aspecto geral comum a todos os povos, apesar de que em graus variados. Os sírios, os ingleses, os alemães, os franceses, os egípcios e todos os povos civilizados compartilham de uma cultura universal comum em seu ciclo moderno. Entretanto, cada uma dessas nações retém o seu próprio estilo literário ou artístico como contribuição a esta cultura.

Cada nação, também, pode ter algumas manifestações culturais específicas a ela. Então, conseqüentemente, a cultura não determina a nação, mas o grau de cultura constitui uma diferença entre as nações.

E a razão de tal diferença se encontra primeiramente nos fatores econômicos e geográficos diferentes, onde quer que existam qualificações espirituais.

Uma expressão convincente que existe na definição de Mancini declara que a nação é uma sociedade natural, e a característica mais marcante de tal sociedade é a submissão à unidade da vida e à consciência social.

Este é o ponto de partida básico e verdadeiro para a existência e definição de nação.

Para ser natural, a sociedade deve se submeter à unidade de vida e à consciência social. Isto significa que ela deve ser a questão de uma vida com um ciclo socioeconômico abrangendo o povo todo e acordando sua consciência social, isto é um sentimento de unidade de vida e unidade de destino, um sentimento que forma a personalidade social com seus interesses, sua vontade e seus direitos.

Cada aspecto ou característica da nação é dependente da unidade de vida que da origem às tradições, aos costumes, à língua, à literatura, à religião, e à história como foi mencionado neste capítulo.

A nação é, sobretudo, uma comunidade social ou uma sociedade natural de seres humanos. Todos os elementos discutidos previamente são qualidades que caracterizam a nação resultante do curso de sua vida e de sua história sendo suscetíveis ao desenvolvimento e à adaptação.

As religiões podem vir e aparecer sucessivamente, a literatura pode mudar, os costumes podem ser alterados, as tradições podem ser modificadas, a cultura pode desenvolver e avançar em uma nação sem afetar a lei do surgimento das nações e sem negar a existência da

nação em qualquer forma, até que todas as nações e nacionalidades deixem de existir e o mundo se torne uma única comunidade social sem nenhuma barreira territorial ou social ou econômica.

Já definimos a comunidade social anteriormente neste livro e pode ser lida.

A partir de nossa análise prévia da definição da nação e de seus elementos, podemos obter uma regra geral para defini-la de uma forma que não pode ser sujeita à nenhuma influência particular, histórica ou literária, como se segue:

A nação é uma comunidade humana que vive e leva uma vida de interesses unidos, destino unido, fatores psíquico - físicos unidos em um país específico com o qual interage ao longo do desenvolvimento para adquirir características e peculiaridades que a distinguem de quaisquer outras comunidades.

O pecado CANANEU

Tendo alcançado o nível de consciência nacional que é a manifestação comunitária social mais proeminente e destacada na sociedade moderna; então, chegamos à religião social específica que os Cananeus deram ao mundo seu conceito básico, e o qual tem algumas vezes sido chamado de enganação Cananéia, ou pecado Cananeu (*1).

***1 – veja Hertz , p. 162 citando Gobinau e também A republica de Platão . capítulo 3**

É muito importante para a ciência social investigarmos a razão de atribuirmos aos sírios CANANEUS o laço nacional baseado no conceito de pátria, porque tal investigação nos ajuda a entender a solidez desse laço espiritual.

Reconhecemos, em todas nossas leituras históricas e sociológicas, que apenas nos deparamos ligeiramente com a referência da origem Cananéia de patriotismo. Entretanto, não nos seria difícil descobrir a razão ao estudar as circunstâncias políticas e sociais dos CANANEUS.

Dentro de todos os povos da história antiga, os CANANEUS (fenícios) foram os primeiros a seguir a regra do amor à pátria e ao vínculo social de acordo com a consciência nacional, o sentimento de unidade da vida e unidade do destino. Um grupo deles migrou dos arredores do Mar Morto para o noroeste e se instalou na costa de frente no Líbano.

Eles foram conhecidos na história como os fenícios (*1), um nome que ficou mais famoso do que Canaã, mas eles permaneceram leais à origem Cananéia e como fenícios continuaram conservando o nome como CANANEUS.

Os fenícios (CANANEUS) inventaram e estabeleceram a cidade-estado, que se tornou um modelo adotado pelos gregos e pelos romanos. Mas, apesar de que muitos estados como este tinham surgido, os fenícios evitaram qualquer tipo de guerra entre eles mesmo e mantiveram seus estados como um povo unido entre si.

A liderança na fenícia se mudava de cidade em cidade, de estado em estado, por causa do progresso e da força, de acordo com o crescimento da influência e dos interesses, como se transferir a liderança da cidade de SIDON para a cidade de Tiro que fundou o primeiro império marítimo na história.

Em tempos remotos, os fenícios estabeleceram o sistema de monarquia por eleição onde o rei era eleito por toda vida. Eles foram os pioneiros de todos os povos históricos e dos estados em estabelecer o estado democrático.

Afinal de contas, o estado democrático é o estado do povo ou estado da nação. Isto é o estado nacionalista emanando da vontade da sociedade que é consciente de sua existência e de sua entidade.

***1 – a historia sobre a vinda dos fenícios do golfo pérsico ou do mar vermelho não é confiável E tem sido invalidada pelas novas evidencias que provam o que temos já afirmado (Meyer Vol. 2 par. 356) menciona uma contestação quanto a historia da vinda dos fenícios do mar Vermelho ou das ilhas de Bahrein , apesar de Ceatani (vol.1 p. 85) aceitar de que eles vieram do Golfo Pérsico .**

Os fenícios mantiveram o seu laço nacional patriótico em sua dispersão em todo o comprimento e largura do mar sírio (Mar Mediterrâneo) e nas colônias e nos impérios que eles fundaram.

Assim, as leis civis relacionadas ao casamento, inter-relação e todas as manifestações sociais culturais permaneceram as mesmas para todos eles com exceção feita somente referente aos direitos políticos.

Apesar dos fenícios (CANANEUS) fundarem um império marítimo, sua extensão assumiu um caráter nacional através do estabelecimento de assentamentos coloniais que mantiveram seus laços com a pátria mãe e se reagrupavam em torno dela tanto na guerra quanto na paz.

A dispersão dos fenícios foi uma expansão de um povo mais do que uma expansão de um estado político. Esta dispersão com uma participação continua na vida através dos laços sociais patrióticos, sanguíneos e nacionais foi a primeira manifestação nacional do mundo a quem foi atribuído o crédito de civilização disseminada no mar sírio (Mar Mediterrâneo), mas que foi esmagada pelos ataques dos bárbaros Gregos e Romanos antes de chegarem ao final do seu processo.

Uma característica desta manifestação, que distinguiu os Cananeus, foi que eles não incorporaram os povos conquistados, como os líbios e os antigos espanhóis (ibéricos) em seu sistema legal dos direitos civis e políticos.

Apesar de que isto fosse uma fonte de fraqueza para eles face ao avanço de Roma, ele deu

uma indicação de seu espírito nacionalista e de sua preservação da unidade de sua sociedade.

O Nacionalismo então, é o despertar da nação e a sensibilização para a unidade de sua vida, de sua personalidade, de suas características e de sua unidade de seu destino. Ele é o laço sentimental da nação.

Ocasionalmente, o nacionalismo pode ser confundido com patriotismo, que é o amor à pátria, porque patriotismo é parte do nacionalismo e porque o conceito de pátria é o fator mais forte no surgimento da nação e o elemento mais importante de todos os elementos que a constituem.

O nacionalismo é a consciência profunda e viva que entende o bem público, que gera o amor à pátria, que fortalece a colaboração interna com uma visão de repelir os perigos que podem perturbar e prejudicar a nação expandindo e aumentando seus recursos.

O nacionalismo cria um sentimento de interesses vitais e psicológicos unificados desejando a continuação, a renovação e a melhora da vida através da dedicação a essa vida pública comunitária e unificadora que seu sucesso ou fracasso significam o sucesso ou fracasso da comunidade.

O nacionalismo é um espírito único ou um sentimento único emanado da nação, da unidade da vida ao longo do tempo.

O nacionalismo não é um meramente um preconceito cego ou uma arrogância chauvinista gerada pelos credos primitivos ou religiosos; não é um tipo de totemismo ou uma excentricidade sanguínea racial. Mas, o nacionalismo é um sincero sentimento oculto, tendências sentimentais vivas, saudação verdadeira pela vida que o homem habituou.

O nacionalismo é um conjunto de fatores psicológicos provindos dos laços da vida social herdados e acostumados por hábitos que em tempos de descuido podem ser oprimidos pelas agitações de propagações invejosas e ideologias políticas, mas não deixa de acordar ao silêncio da noite e durante as horas de meditação e de introspecção, ou em caminhadas do homem meditativo através das paisagens de sua própria pátria ou em recordação daquelas paisagens.

A pátria com as paisagens de seus campos se encontra onde o homem abriu seus olhos para luz do dia pela primeira vez na vida, herdando o ânimo da natureza e teve sua vida ligada às causas de tal natureza. Sim, a pátria e suas paisagens são os elementos mais fortes nesta manifestação psicológica social que é o nacionalismo.

O que significaria o nacionalismo para o suíço se você removesse os Alpes e seus lagos? O que significaria o nacionalismo para o francês se as planícies da França desaparecessem e se seus rios

mudassem seus cursos? Por acaso o coração do sírio bate pelos Alpes ou pelos desertos da Arábia com toda a beleza de seu cenário? Não é a Síria a pátria na qual a alma do sírio encontra se conforto e sua tranquilidade e pela qual o seu coração anseia quando ele está distante?

Um imigrante sírio, poeta, achou que tivesse encontrado sua nacionalidade no apelo político e religioso por um império árabe, ou unidade árabe, ou a restauração da glória árabe. No entanto, em um momento feliz de alerta psicológico, seu sentimento íntimo, isento de influências políticas, despertou ao avivar nele um anseio e saudade pela pátria. Era um anseio, não por uma pátria estranha, pelo deserto ou pelo Egito ou por Marrocos, mas pela Síria.

Este poeta é Elias FARHAT. Veja como suas emoções genuínas e seus sentimentos naturais e sinceros fluem:

**Eis aqui um emigrante com uma interminável
nostalgia,
Por vezes dormente e outras vezes inflamada
Com cada sorriso da beleza da lua cheia,
Ele sente a dor aguda da tristeza
Recordando dias passados, ele chama
Onde estão os jardins do paraíso do meu país ?
O criador o adornou com uma arte magnífica
Justamente com beleza entre colinas
e planícies**

**Cobrindo os ombros dos outeiros com os
Melhores Trajes Tecidos pelas virgens da
primavera
Que maravilha olhando pastor nas planícies,
Cantando à manha em tons melódiosos
Minha pátria se estende do mar de águas
Em direção a leste até o mar de areia
Entre as montanhas de TAURUS e o deserto
(do Sinai),
Deleita-se em beleza transcendental
Seu nome estimula sua juventude em
Realizações dignas
Não quero nada mais porque ele é tudo que
eu Possuo.**

**Quem é o sírio que não sente uma grande emoção
ao ser estimulado pelo poeta Amin TAKIEDDIN
quando começa a ler seu poema intitulado "Meu
Deus, preserve a Síria" e ao ver o esplendor da
verdade na seguinte estrofe :**

**Minha pátria, amanhã meu caixão seguirá
Seu caminho coberto por flores de seus
outeiros
E no caminho ao meu túmulo quando me
levam
Meu caixão soltará um grito tão repetido
Que apenas significará: Oh Deus, preserve a
Síria**

**Outro grande poeta sírio, SULEIMAN BUSTANI,
tradutor da famosa ILHADA, viajou em toda parte
e, com os primeiros sintomas das debilidades da
velhice,**

viajou à bela Suíça para se hospitalizar. Mas, a Suíça não tinha conexão com sua vida. Ele não podia ver nela as imagens de sua psique, seu temperamento, seus vínculos de sua vida e espiritualidade, contemplavam seu anelo nostálgico pela Síria e a comparação que faz entre as colinas e o ar do Líbano e os Alpes e o ar da Suíça:

**Acorde, mesmo por um tempo, antes da Partida
tuas horas acordadas são contadas
Acorde, teu sol esta a ponto de se por
Quando ele se por, a escuridão dominara
E você adormecera entre os dormentes sem sentido
Você não mais sentira, nem ouvira os tons musicais da fala,
ou vera o que há de beleza
A recordação do Líbano me deixou agitado pela nostalgia
Que fez meu coração relembrar aquele baluarte
Cuja memória tem me assombrado por anos e anos
Onde estão aquelas estações, com sua regularidade impecável ?
Onde estão aquelas colinas, com seus céus límpidos?
Onde esta aquela água que aviva e reanima?
Onde esta aquela brisa suave que cura?
Será que os dias que restam da minha vida
Permitirão com um ultimo olhar a tudo isto?**

**Será que realizarei o sonho de rever a terra
Síria?**

**E reencontrar seu povo desfrutando de uma
vida próspera e feliz ainda que por pouco
tempo
antes de morrer?**

**O pecado CANANEUS (fenício) ainda está vivo em
nós, e tem agido em todo o mundo.**

**O sociólogo
Antoun Saadeh foi detido
No Brasil em São Paulo 1938
Por denúncia falsa**

Definição da nação

A nação é uma comunidade humana que vive e leva uma vida de interesses unidos, destino unido, fatores psíquico - físicos unidos em um país específico com o qual interage ao longo do desenvolvimento para adquirir características e peculiaridades que a distinguem de quaisquer outras comunidades.

Definição de nacionalismo

O nacionalismo é um espírito único ou um sentimento único emanado da nação , da unidade da vida ao longo do tempo.

O nacionalismo não é um meramente um preconceito cego ou uma arrogância chauvinista gerada pelos credos primitivos ou religiosos ; não é um tipo de totemismo ou uma excentricidade sangüínea racial . Mas , o nacionalismo é um sincero sentimento oculto , tendências sentimentais vivas , saudação verdadeira pela vida que o homem habituou.

O Nacionalismo então , é o despertamento da nação e a sensibilização para a unidade de sua vida, de sua personalidade , de suas características e de sua unidade de seu destino. Ele é o laço sentimental da nação.

Antoun Saadeh

تعريف الأمة

الأمة جماعة من البشر تحيا حياة موحدة المصالح ، موحدة المصير ، موحدة العوامل النفسية- المادية في قطر معين ، يكسبها تفاعلها معه ، في مجرى التطور ، خصائص ومزايا تميزها عن غيرها من الجماعات .

تعريف القومية

القومية هي الروحية الواحدة أو الشعور الواحد المنبثق من الأمة ، من وحدة الحياة في مجرى الزمان .
ليست القومية مجرد عصبية هوجاء أو نكرة متولدة من اعتقادات أولية أو دينية . إنها ليست نوعاً من الطوطمية ، أو نكرة دموية سلالية ، بل شعور خفي صادق وعواطف حيّة وحنوّ وثيق على الحياة التي عهدا الإنسان
إنها يقظة الأمة وتنبهها لوحدة حياتها ولشخصيتها ومميزاتها ولوحدة مصيرها . إنها عصبية الأمة

أنطون سعاده

